Diário OFICIAL Executivo

Ano CXII

Edição Digital nº 11901 | 150 páginas
Curitiba, Quarta-feira, 14 de Maio de 2025

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Casa Civil 09
Casa Militar 12
Procuradoria Geral do Estado 13
Controladoria Geral do Estado 39

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência 39
Secretaria da Agricultura e Abastecimento 46
Secretaria das Cidades 47
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 48
Secretaria da Comunicação 51
Secretaria da Cultura 51
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 51
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 52
Secretaria da Educação 57
Secretaria da Fazenda 89
Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços 117
Secretaria da Justiça e Cidadania 117
Secretaria dp Planejamento 118
Secretaria da Saúde 118
Secretaria da Segurança Pública 128
Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda 137
Receita Estadual do Paraná 148

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 148
Sociedades de Economia Mista 150

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo Estadual

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Letícia Ferreira da Silva — Controladora-Geral
Izabel Cristina Marques — Diretora-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Darlan Scalco — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Tenente Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Coronel Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Luiz Goularte Alves — Secretário
Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão — Diretora-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Luiz Augusto Silva — Secretário
Felipe Augusto Amadori Flessak — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Rafael Valdomiro Greca de Macedo — Secretário
Rodrigo Araújo Rodrigues — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Luiz Paulo Budal Pedroso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Marco Aurelio Ribeiro — Secretário
Christiano Souto Puppi — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial
Alex Canziani Silveira — Secretário
Marcos Vitorio Stamm — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Hilton Santin Roveda — Secretário
Lucas Dorini Sabbato — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Leandre Dal Ponte — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas — Secretário
Domingos Trevizan Filho — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Cesar Augusto Neves Luiz — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Paulo Rogerio do Carmo — Secretário
Willian Porfirio Ribeiro — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Leonaldo Paranhos da Silva — Secretário
Jefferson Abade — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Poder Executivo

DECRETO Nº 9.926

Introduz na legislação paranaense disposição constante do Decreto nº 105, de 14 de março de 2007, publicado pelo Estado de Santa Catarina, que regulamenta o Programa Pró-Emprego, estabelecendo o diferimento do ICMS relativo aos materiais e bens adquiridos para construção de empreendimento que se enquadre nas regras do Programa Paraná Competitivo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, com fundamento no disposto na cláusula décima terceira do Convênio ICMS 190, de 15 de dezembro de 2017, ratificado nos termos da Lei Complementar Federal nº 160, de 7 de agosto de 2017, conforme Ato Declaratório CONFAZ nº 28, publicado no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017, e no tratamento tributário concedido pelo Estado de Santa Catarina, constante no Regulamento do ICMS desse Estado, aprovado pelo Decreto nº 105, de 14 de março de 2007, depositado conforme Certificado de Registro e Depósito nº 32/2018, e tendo em vista o contido no protocolo nº 23.737.911-0,

DECRETA:

Art. 1º Poderá ser diferido o ICMS relativo aos materiais e bens adquiridos de estabelecimento localizado neste Estado, para a construção de empreendimento que atenda as regras e procedimentos previstos no Decreto nº 7.721, de 25 de outubro de 2024, que dispõe sobre o Programa Paraná Competitivo, considerando-se encerrada a fase do diferimento na data da alienação do empreendimento.

§1º Na hipótese de os bens e materiais destinados ao empreendimento serem adquiridos por intermédio de construtora contratada para sua execução, a aplicação do diferimento dependerá de prévia qualificação da construtora no ato concessório.

§2º O diferimento também se aplica às operações com materiais e bens:

I – que embora não se integrem à obra, atendam ao seguinte:

a) sejam necessários à sua construção;

b) ao final do processo construtivo tornem-se inservíveis à finalidade para a qual foram produzidos.

II – destinados à construção do canteiro de obras.

Art. 2º Nas operações amparadas pelo diferimento, que destinem mercadorias a contribuintes contemplados com o tratamento tributário previsto no *caput* do art. 1º deste Decreto, não se aplica o regime de substituição tributária.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, em 14 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

66834/2025

Decreto nº 9927

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 6º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e no inciso VIII, § 1º, do art. 14, da Lei Estadual nº 22.065, de 18 de julho de 2024, e tendo em vista o contido no protocolo nº 23.772.656-1,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 11.790.000,00 (onze milhões e setecentos e noventa mil reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior igual importância proveniente de Superávit Financeiro.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de Maio de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto n° 9927

Formalização 2025FC000312/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família										11.790.000,00
616600 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência										11.790.000,00
6166 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência										11.790.000,00
F.61.66.08.243.29.8418 - Políticas Públicas da Criança e do Adolescente										11.790.000,00
	2	65	669	000284	3.3.41.41	0	Não definida	4100	9999999	11.790.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		11.790.000,00
									Total Geral	11.790.000,00

66835/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Decreto nº 9928

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 6º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e no § 5º do artigo 14 da Lei Estadual nº 22.065, de 18 de julho de 2024, e tendo em vista o contido nos protocolos nº 23.943.619-6, 23.322.999-7,

DECRETA:

Art. 1º Fica efetuado um ajuste no Orçamento Geral do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 5.744.000,00 (cinco milhões e setecentos e quarenta e quatro mil reais) de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de Maio de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto nº 9928 Formalização 2025FC000321/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
43 - Secretaria de Estado do Esporte										4.744.000,00
436000 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná										4.744.000,00
4360 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná										4.744.000,00
F.43.60.27.812.25.8097 - Gestão do Fundo Estadual do Esporte - FEE/PR										4.744.000,00
	2	70	700	000281	4.4.41.42	1	Municípios beneficiados com cofinanciamento do Fundo Estadual do Esporte (FEE/PR)	4100	9999999	4.744.000,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável										1.000.000,00
696100 - Fundo Estadual do Meio Ambiente										1.000.000,00
6961 - Fundo Estadual do Meio Ambiente										1.000.000,00
F.69.61.18.542.23.8294 - Gestão da conservação e recuperação do meio ambiente FEMA										1.000.000,00
	2	75	799	000258	4.4.40.42	0	Não definida	4100	9999999	1.000.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		5.744.000,00
									Total Geral	5.744.000,00

Anexo ao Decreto nº 9928 Formalização 2025FC000321/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
43 - Secretaria de Estado do Esporte										4.744.000,00
436000 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná										4.744.000,00
4360 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná										4.744.000,00
F.43.60.27.812.25.8097 - Gestão do Fundo Estadual do Esporte - FEE/PR										4.744.000,00
	2	70	700	000281	3.3.41.41	1	Municípios beneficiados com cofinanciamento do Fundo Estadual do Esporte (FEE/PR)	4100	9999999	4.744.000,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável										1.000.000,00
696100 - Fundo Estadual do Meio Ambiente										1.000.000,00
6961 - Fundo Estadual do Meio Ambiente										1.000.000,00
F.69.61.18.542.23.8294 - Gestão da conservação e recuperação do meio ambiente FEMA										1.000.000,00
	2	75	799	000258	3.3.50.41	0	Não definida	4100	9999999	1.000.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		5.744.000,00
									Total Geral	5.744.000,00

66837/2025

Decreto nº 9929

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 6º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e no inciso I, § 1º do art. 14 e no § 5º do mesmo artigo da Lei Estadual nº 22.065, de 18 de julho de 2024, e tendo em vista o contido nos protocolos nº 23.468.844-8, 23.366.185-6, 23.309.454-4, 23.303.177-1, 23.307.055-6, 23.918.488-0, 23.358.608-0, 23.619.023-4, 23.279.894-7, 23.933.968-9, 23.322.999-7, 23.358.985-3, 23.854.717-2,

DECRETA:

Art. 1º Fica efetuado um ajuste no Orçamento Geral do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 45.469.944,00 (quarenta e cinco milhões e quatrocentos e sessenta e nove mil e novecentos e quarenta e quatro reais) de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de Maio de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Anexo ao Decreto nº 9929

Formalização 2025FC000295/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
13 - Casa Civil										12.205.000,00
133000 - Departamento de Trânsito do Paraná										12.150.000,00
1330 - Departamento de Trânsito do Paraná										12.150.000,00
F.13.30.06.181.06.8039 - Ações do DETRAN										12.150.000,00
	1	50	501	000250	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	12.150.000,00
133600 - Loteria do Estado do Paraná										55.000,00
1336 - Loteria do Estado do Paraná										55.000,00
F.13.36.04.122.12.8042 - Gestão Administrativa LOTEPAR										55.000,00
	1	50	500	000000	4.4.90.52	0	Não definida	4100	9999999	55.000,00
27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência										7.000.000,00
270000 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência										7.000.000,00
2702 - Diretoria Geral										7.000.000,00
F.27.02.04.122.11.8041 - Gestão de Administração de Pessoal										7.000.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.40	0	Não definida	4100	9999999	7.000.000,00
33 - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços										800.000,00
333100 - Junta Comercial do Paraná										800.000,00
3331 - Junta Comercial do Paraná										800.000,00
F.33.31.23.125.20.8047 - Gestão do Registro Público de Empresas no Estado do Paraná										800.000,00
	1	50	501	000250	3.3.50.41	1	Municípios com sistema de consulta de viabilidade de atividade econômica automatizada	4101	9999999	800.000,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública										13.166.372,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública										3.901.780,00
3901 - Gabinete do Secretário										3.901.780,00
F.39.01.06.122.30.7089 - Investimentos para o Paraná Seguro BID										3.901.780,00
	1	75	755	000001	4.4.90.51	12	Construção da sede do Batalhão de Operações Especiais, em São José dos Pinhais	4101	4125506	3.901.780,00
396600 - Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná										9.264.592,00
3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná										9.264.592,00
F.39.66.06.182.31.8606 - Ações do Comando do Corpo de Bombeiros FUNESP										9.264.592,00
	1	75	759	000157	3.3.90.30	0	Não definida	4100	9999999	9.264.592,00
41 - Secretaria de Estado da Educação										8.204.295,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação										7.101.429,00
4101 - Gabinete do Secretário										3.501.429,00
F.41.01.12.361.32.8371 - Desenvolvimento da Educação Básica Ensino Fundamental										3.501.429,00
	1	54	569	000116	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	3.501.429,00
4102 - Diretoria Geral										3.600.000,00
F.41.02.12.122.32.8090 - Gestão Administrativa SEED										3.600.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.46	0	Não definida	4100	9999999	3.600.000,00
413300 - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná										1.102.866,00
4133 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional										1.102.866,00
F.41.33.12.122.32.8395 - Gestão Administrativa FUNDEPAR										502.866,00
	1	50	500	000000	4.4.90.52	0	Não definida	4100	9999999	28.484,00
	1	50	500	000000	4.4.90.51	3	Construção de Unidade Nova para a Sede do Núcleo Regional de Educação de Goioerê, em Goioerê	4104	4108601	474.382,00
F.41.33.12.368.32.8453 - Gestão de Suprimento, Logística e Infraestrutura Escolar										600.000,00
	1	75	755	000001	4.4.90.51	126	Construção de Nova Unidade Escolar para o Colégio Estadual Jardim Madrid, em Maringá	4104	4115200	600.000,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura										500.000,00
510000 - Secretaria de Estado da Cultura										500.000,00
5102 - Diretoria Geral										500.000,00
F.51.02.13.392.27.8392 - Fortalecimento das Políticas Públicas Culturais										500.000,00
	1	50	500	000000	4.4.90.52	0	Não definida	4100	9999999	500.000,00
59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa										332.000,00
596000 - Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial										332.000,00
5960 - Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial										332.000,00
F.59.60.14.422.28.8021 - Promoção da Igualdade Racial										332.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.39	2	Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	4100	9999999	332.000,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável										1.394.417,00
696100 - Fundo Estadual do Meio Ambiente										1.394.417,00
6961 - Fundo Estadual do Meio Ambiente										1.394.417,00
F.69.61.18.542.23.8294 - Gestão da conservação e recuperação do meio ambiente FEMA										1.394.417,00
	1	75	759	000118	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	394.417,00
	2	75	799	000258	4.4.90.40	1	Sistema de Informações para Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos (SIGARH) aprimorado e implantado	4100	9999999	1.000.000,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística										1.867.860,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem										1.867.860,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem										1.867.860,00
F.77.30.26.782.17.8397 - Gestão de Projetos e Modernização do Sistema Rodoviário Estadual										1.867.860,00
	1	50	500	000000	4.4.90.39	0	Não definida	4100	9999999	1.367.860,00
	1	50	501	000257	4.4.90.39	0	Não definida	4100	9999999	500.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		45.469.944,00
									Total Geral	45.469.944,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Anexo ao Decreto nº 9929 Formalização 2025FC000295/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
13 - Casa Civil										12.205.000,00
133000 - Departamento de Trânsito do Paraná										12.150.000,00
1330 - Departamento de Trânsito do Paraná										12.150.000,00
F.13.30.06.181.06.8039 - Ações do DETRAN										12.150.000,00
	1	50	501	000250	3.3.90.37	0	Não definida	4100	9999999	8.000.000,00
	1	50	501	000250	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	4.150.000,00
133600 - Loteria do Estado do Paraná										55.000,00
1336 - Loteria do Estado do Paraná										55.000,00
F.13.36.04.122.12.8042 - Gestão Administrativa LOTEPAR										55.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.30	0	Não definida	4100	9999999	55.000,00
27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência										7.000.000,00
270000 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência										7.000.000,00
2701 - Gabinete do Secretário										7.000.000,00
F.27.01.28.845.99.9105 - Pensões e aposentadorias dos serventuários da justiça transferência à PARANAPREVIDÊNCIA										7.000.000,00
	1	50	500	000000	3.3.50.41	0	Não definida	4100	9999999	7.000.000,00
31 - Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA										4.501.780,00
310000 - Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEFA										4.501.780,00
3101 - Programações Especiais e Encargos Gerais do Estado										4.501.780,00
F.31.01.99.999.99.9901 - Reserva de Contingência										4.501.780,00
	1	75	755	000001	9.9.99.99	0	Não definida	4100	9999999	4.501.780,00
33 - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços										800.000,00
333100 - Junta Comercial do Paraná										800.000,00
3331 - Junta Comercial do Paraná										800.000,00
F.33.31.23.125.20.8047 - Gestão do Registro Público de Empresas no Estado do Paraná										800.000,00
	1	50	501	000250	4.5.90.61	0	Não definida	4100	9999999	800.000,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública										9.264.592,00
396600 - Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná										9.264.592,00
3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná										9.264.592,00
F.39.66.06.182.31.8606 - Ações do Comando do Corpo de Bombeiros FUNESP										9.264.592,00
	1	75	759	000157	4.4.90.52	0	Não definida	4100	9999999	9.264.592,00
41 - Secretaria de Estado da Educação										7.604.295,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação										7.101.429,00
4101 - Gabinete do Secretário										7.101.429,00
F.41.01.12.126.32.8464 - Modernizar a Infraestrutura e Fomentar a Utilização de Novos Recursos Tecnológicos Educacionais										3.501.429,00
	1	54	569	000116	3.3.90.40	0	Não definida	4100	9999999	3.501.429,00
F.41.01.12.368.32.8470 - Gestão Administrativa das Unidades Escolares										3.600.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	3.600.000,00
413300 - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná										502.866,00
4133 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional										502.866,00
F.41.33.12.368.32.8453 - Gestão de Suprimento, Logística e Infraestrutura Escolar										502.866,00
	1	50	500	000000	4.4.90.52	0	Não definida	4100	9999999	502.866,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura										500.000,00
510000 - Secretaria de Estado da Cultura										500.000,00
5102 - Diretoria Geral										500.000,00
F.51.02.13.392.27.8444 - Gerenciamento do Contrato de Gestão com MON										500.000,00
	1	50	500	000000	3.3.50.85	0	Não definida	4100	9999999	500.000,00
59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa										332.000,00
590000 - Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa										332.000,00
5902 - Diretoria Geral										332.000,00
F.59.02.14.122.28.8231 - Gestão Administrativa SEMIPI										332.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	100.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.36	0	Não definida	4100	9999999	100.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.30	0	Não definida	4100	9999999	132.000,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável										1.394.417,00
696100 - Fundo Estadual do Meio Ambiente										1.394.417,00
6961 - Fundo Estadual do Meio Ambiente										1.394.417,00
F.69.61.18.542.23.8294 - Gestão da conservação e recuperação do meio ambiente FEMA										1.394.417,00
	1	75	759	000118	4.4.40.42	0	Não definida	4100	9999999	394.417,00
	2	75	799	000258	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	1.000.000,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística										1.867.860,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem										1.867.860,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem										1.867.860,00
F.77.30.26.782.17.7067 - Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Paraná BID DER										1.867.860,00
	1	50	501	000257	4.4.90.51	1	Ampliação da capacidade da rodovia PR-160, no trecho Imbaú/Reserva	4106	4121703	500.000,00
	1	50	500	000000	4.4.90.51	1	Ampliação da capacidade da rodovia PR-160, no trecho Imbaú/Reserva	4106	4121703	861.173,00
	1	50	500	000000	4.4.90.51	2	Implantação do contorno norte de Castro, na ligação entre as rodovias PR-151 e PR-090	4106	4104907	506.687,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		45.469.944,00
									Total Geral	45.469.944,00

Decreto nº 9930

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 6º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e no inciso VIII, § 1º, do art. 14, da Lei Estadual nº 22.065, de 18 de julho de 2024, e tendo em vista o contido nos protocolos nº 23.289.867-4, 23.466.667-3, 23.584.688-8,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 14.557.388,00 (quatorze milhões e quinhentos e cinquenta e sete mil e trezentos e oitenta e oito reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior igual importância proveniente de Superávit Financeiro.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de Maio de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto nº 9930

Formalização 2025FC000323/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
41 - Secretaria de Estado da Educação										10.684.770,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação										10.684.770,00
4101 - Gabinete do Secretário										10.684.770,00
F.41.01.12.128.32.8467 - Formação Continuada										10.684.770,00
	2	54	570	000107	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	10.684.770,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										3.584.699,00
454800 - Universidade Estadual do Norte do Paraná										3.584.699,00
4548 - Universidade Estadual do Norte do Paraná										3.584.699,00
F.45.48.12.364.34.8149 - Gestão das Atividades Universitárias UENP										3.584.699,00
	2	70	700	000281	3.3.90.47	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	37.559,00
	2	70	700	000281	3.3.90.14	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	13.414,00
	2	70	703	000284	3.3.90.93	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	52.338,00
	2	70	700	000281	3.3.90.30	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	53.656,00
	2	70	703	000284	3.3.90.14	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	41.870,00
	2	70	700	000281	4.4.90.51	5	Construção de clínica de Fisioterapia, da UENP, campus Jacarezinho	4105	4111803	300.000,00
	2	70	700	000281	4.4.90.52	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	612.142,00
	2	70	703	000284	3.3.90.36	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	7.850,00
	2	70	700	000281	3.3.90.36	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	182.429,00
	2	70	703	000284	3.3.90.18	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	1.653.560,00
	2	70	703	000284	3.3.90.39	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	41.870,00
	2	75	756	000260	4.4.90.52	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	446.752,00
	2	70	703	000284	3.3.90.30	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	20.934,00
	2	70	703	000284	3.3.90.33	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	41.870,00
	2	70	700	000281	3.3.90.93	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	8.450,00
	2	70	700	000281	3.3.90.39	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	5.366,00
	2	70	700	000281	3.3.90.33	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	10.731,00
	2	70	703	000284	4.4.90.52	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	52.338,00
	2	70	703	000284	3.3.90.47	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	1.570,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura										287.919,00
513200 - Centro Cultural Teatro Guaíra										287.919,00
5132 - Centro Cultural Teatro Guaíra										287.919,00
F.51.32.13.392.27.8199 - Produção Artística e Cultural										122.919,00
	2	50	501	000250	3.3.90.39	6	Apresentações do Balé Teatro Guaíra	4101	4106902	80.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.14	2	Apresentações de concertos realizados pela Orquestra Sinfônica do Paraná (OSP)	4101	4106902	20.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.33	9	Participação em espetáculos e festivais de dança dos estudantes da Escola de Dança do Teatro Guaíra	4101	4106902	20.000,00
	2	70	703	000284	3.3.90.39	6	Apresentações do Balé Teatro Guaíra	4101	4106902	2.919,00
F.51.32.13.122.27.8200 - Gestão Administrativa CCTG										120.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.47	0	Não definida	4101	4106902	4.000,00
	2	50	501	000250	4.4.90.52	0	Não definida	4101	4106902	40.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.39	0	Não definida	4101	4106902	76.000,00
F.51.32.28.846.99.9033 - Encargos Especiais - CCTG										45.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.47	0	Não definida	4101	4106902	20.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.91	0	Não definida	4101	4106902	25.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		14.557.388,00
									Total Geral	14.557.388,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETO Nº 9.931

Exoneração de MARIA ELIANE PINHEIRO e nomeação para cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Exonera MARIA ELIANE PINHEIRO, RG nº 5.XXX.426-X, do cargo em comissão de Assessor – Símbolo CCE-7, da Casa Civil.

Art. 2º Nomeia, de acordo com o inciso III da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, AMANDA CRISTINA SOUZA LIMA, RG nº 14.XXX.953-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-10, da Casa Civil.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

66842/2025

DECRETO Nº 9.932

Nomeação de ELVIO EVERTON DE LIMA, para exercer cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, ELVIO EVERTON DE LIMA, RG nº 7.XXX.685-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-14, da Casa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

66843/2025

DECRETO Nº 9.933

Transforma cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, os cargos comissionados executivos integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-7, da Casa Civil.	em	- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-10, para a Casa Civil; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-14, para a Casa Civil.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

66844/2025

DECRETO Nº 9.934

Homologa situação de emergência no Município de Quedas do Iguaçu, em face da ocorrência de estiagem.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Quedas do Iguaçu causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 23.988.115-7,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 167, de 14 de maio de 2025, exarado pelo Prefeito de Quedas do Iguaçu, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de estiagem.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do Decreto Municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de ocorrência do evento.

Curitiba, em 14 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

66845/2025

Casa Civil

RESOLUÇÃO nº 1213

Designa servidores para exercerem suas atividades junto aos órgãos que especifica.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Retifica a Resolução CC nº 1207, de 12 de abril de 2025, para constar que a designação dos servidores DIOGENES FERREIRA CRUZ, RG nº 4.XXX.320-X e MARLLIZE CHRISTINA GONÇALVES FERREIRA, RG nº 14.XXX.061-X, para a Divisão de Cerimonial e Relações Internacionais – DCRI da Casa Militar, se dará a partir do dia 30 de abril de 2025.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de maio de 2025.

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

66853/2025

RESOLUÇÃO nº 1214

Designa servidores para exercerem suas atividades junto aos órgãos que especifica.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, a servidora ELIANE DE OLIVEIRA, RG nº 5.XXX.027-X, nomeada pelo Decreto nº 29, de 2 de janeiro de 2023, na Casa Civil e reconduzida pelo Decreto nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, para exercer suas atividades junto à Divisão de Cerimonial e Relações Internacionais – DCRI da Casa Militar.

Art. 2º Eventuais despesas da servidora designada com diárias e passagens ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de maio de 2025.

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

66854/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DETRAN

Extrato das portarias emitidas pelo Departamento de Trânsito do Paraná
O Diretor-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29/12/83, resolve:

DESIGNAR – Os servidores abaixo relacionados, para responderem pela Ciretran/Departamento durante férias do chefe titular:

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	NO PERÍODO	UNIDADE
NEIVA GIROTTO	***.050.539-**	284/25	09/04 A 21/04/2025	31ª DOIS VIZINHOS
ANDRESA SOUTO FAVARETTO	***.974.549-**	302/25	22/04 A 02/05/2025	DEPARTAMENTO EXECUTIVO DE HABILITAÇÃO
CARLA GALIS DE AZEVEDO	***.099.119-**	385/25	12/05 A 10/06/2025	29ª RIO NEGRO
VALDOMIRO VASSELEK	***.653.759-**	386/25	19/05 A 17/06/2025	97ª PRUDENTÓPOLIS
ELIANE MALDONADO TONSIG	***.378.579-**	391/25	24/02 A 28/02/2025	17ª ARAPONGAS

DISPENSAR – Os servidores abaixo relacionados, de responderem pela Ciretran durante férias do chefe titular:

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	NO PERÍODO	UNIDADE	REVOGA
VILMAR DE OLIVEIRA	***.238.889-**	279/25	24/03/2025	07ª CASCAVEL	172/25
ALBERTO INACIO VICELLI	***.785.609-**	283/25	25/03/2025	42ª PALOTINA	242/25

DESIGNAR – Os servidores abaixo relacionados, para responderem pela Ciretran durante Ausências e Impedimentos Legais do chefe titular:

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	NO PERÍODO	UNIDADE
JEAN CARLO DE MELLO	***.369.289-**	274/25	27/02 A 12/03/2025	81ª MANDAGUARI
ELISANGELA DE OLIVEIRA	***.770.649-**	278/25	17/03 E 18/03/2025	72ª JOAQUIM TÁVORA

DESIGNAR – Os servidores abaixo relacionados, para responderem interinamente pela Ciretran

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	A PARTIR DE	UNIDADE	REVOGA
DIONI STUCHI	***.936.549-**	280/25	24/03/2025	12ª LONDRINA	621/23
MARIA INÊS GARCIA DE OLIVEIRA KOGA	***.953.939-**	281/25	20/03/2025	60ª COLORADO	606/23
LUIZ ALBARELLO JUNIOR	***. 632.299-**	282/25	20/03/2025	85ª QUEDAS DO IGUAÇU	614/23
MIRIAM PAES GOMES RODRIGUES	***.524.169-**	285/25	01/04/2025	24ª TELEMACO BORBA	197/24
RUDIMAR BARCELOS ALVES TRINDADE	***.952.659-**	359/25	09/04/2025	35ª MARECHAL CANDIDO RONDON	631/23
EDILEIA CINTIA BUENO	***.108.529-**	387/25	24/04/2025	21ª IRATI	575/23

DESIGNAR – Os servidores abaixo relacionados, para responderem pelo Setor/Ciretran

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	A PARTIR DE	UNIDADE	REVOGA
LEANDRO GUEDES	***.750.849-**	292/25	01/04/2025	SETOR DE APOIO PEDAGÓGICO ESTUDOS E PESQUISAS	
PAULO RICARDO MORAIS	***.828.309-**	294/25	01/04/2025	SETOR DE LOGÍSTICA E SUPORTE OPERACIONAL	
CAMILA LUCATELLI LAVERDE DE OLIVEIRA	***.684.789-**	307/25	01/04/2025	12ª LONDRINA	280/25
VANDERLEI RAIMUNDO DE SOUZA	***.822.969-**	308/25	01/04/2025	60ª COLORADO	281/25
EDSON DA LUZ	***.251.869-**	309/25	08/04/2025	85ª QUEDAS DO IGUAÇU	282/25
HERMES DARCI DA SILVA	***.827.091-**	360/25	15/04/2025	24ª TELEMACO BORBA	285/25
DORIVAL DE OLIVEIRA JUNIOR	***.159.779-**	361/25	25/04/2025	35ª MARECHAL CANDIDO RONDON	359/25
ANA PAULA SONNENSTRAHL	***.384.399-**	401/25	05/05/2025	21ª IRATI	387/25

DISPENSAR – As servidoras abaixo relacionadas, de responderem como SUPERVISOR

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	A PARTIR DE	UNIDADE	REVOGA
FABIANA CANDIDO DE SOUZA YOSHIDA	***.121.559-**	388/25	01/05/2025	86ª SARANDI	357/15
ALINE APOSTOLO DOS SANTOS REIS	***.585.845-**	394/25	01/05/2025	87ª SERTANEJA	436/16

DESIGNAR – Os servidores abaixo relacionados, para responderem como SUPERVISOR

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	A PARTIR DE	UNIDADE	REVOGA
AUDREY LOUISE MENDES PIERIN	***.748.109-**	287/25	01/04/2025	53ª LAPA	
RUDIMAR BARCELOS ALVES TRINDADE	***.952.659-**	290/25	01/04/2025	35ª MARECHAL CANDIDO RONDON	637/15
MICHEL WILIANS ARAÚJO GERALDO	***.112.459-**	398/25	12/05/2025	87ª SERTANEJA	

DISPENSAR – As servidoras abaixo relacionadas, de administrarem o FUNDO ROTATIVO

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	A PARTIR	UNIDADE	REVOGA
FABIANA CANDIDO DE SOUZA YOSHIDA	***.121.559-**	390/25	01/05/2025	86ª SARANDI	1.668/24
ALINE APOSTOLO DOS SANTOS REIS	***.585.845-**	396/25	01/05/2025	87ª SERTANEJA	437/16

DESIGNAR – Os servidores abaixo relacionados para administrarem o FUNDO ROTATIVO

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	A PARTIR DE	UNIDADE	REVOGA
AUDREY LOUISE MENDES PIERIN	***.748.109-**	289/25	01/04/2025	53ª LAPA	533/18

RUDIMAR BARCELOS ALVES TRINDADE	***.952.659-**	291/25	01/04/2025	35ª MARECHAL CANDIDO RONDON	638/15
MICHEL WILIANS ARAÚJO GERALDO	***.112.459-**	400/25	12/05/2025	87ª SERTANEJA	

DESIGNAR – Os servidores abaixo relacionados, para prestares serviços de Vistoria e Identificação Veicular:

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	A PARTIR DE
DIEGO OLANCSUK GALVAO	***.716.239-**	303/25	08/04/2025
ALAN DIEGO PIRES	***.078.779-**	324/25	10/04/2025
ALAN NILSSON DOS SANTOS MOKDSE	***.744.689-**	325/25	10/04/2025
ANDERSON JOSÉ VAZ	***.557.009-**	326/25	10/04/2025
ANTONIO MARCOS DOS SANTOS SOARES	***.575.879-**	327/25	10/04/2025
BRUNO ALEXANDRE NASCIMENTO DE JESUS	***.553.232-**	328/25	10/04/2025
CLEUTON BAKUM	***.775.859-**	329/25	10/04/2025
DIEGO JOSE DA SILVA	***.187.864-**	330/25	10/04/2025
EDILSON DA SILVA COSTA	***.277.049-**	331/25	10/04/2025
FABIO DELEK	***.051.669-**	332/25	10/04/2025
FERNANDO APARECIDO FERREIRA DA COSTA	***.799.189-**	333/25	10/04/2025
FLAVIO FELIPE MARQUES	***.326.799-**	334/25	10/04/2025
GIOVANNI LUCCAS QUIRINO DE LIMA DRAPCYNSKI	***.562.939-**	335/25	10/04/2025
GUSTAVO ALVES DE MORAES	***.668.490-**	336/25	10/04/2025
HELIO MANFRINATTO NETTO	***.076.729-**	337/25	10/04/2025
JEFERSON LUIZ RAMOS MARQUES	***.644.729-**	338/25	10/04/2025
JEFFERSON BATISTA DOS SANTOS	***.068.569-**	339/25	10/04/2025
JULIANA BELINI	***.681.609-**	340/25	10/04/2025
LEANDRO SIQUEIRA	***.452.449-**	341/25	10/04/2025
LUIS CARLOS NEMER	***.730.309-**	342/25	10/04/2025
MANOEL PACHECO DE LIMA JUNIOR	***.926.489-**	343/25	10/04/2025
MARCOS PAULO SANTOS	***.968.059-**	344/25	10/04/2025
RAFAEL TOKARSKI RIBAS	***.335.689-**	345/25	10/04/2025
RENATO RONALDO GODOY	***.444.809-**	346/25	10/04/2025
RODRIGO CESAR RODRIGUES	***.253.049-**	347/25	10/04/2025
RODRIGO FERNANDO MARTINS DA SILVA	***.535.449-**	348/25	10/04/2025
RODRIGO NEVES RIBEIRO	***.986.229-**	349/25	10/04/2025
SANDRO BRIZOLA PEREIRA	***.198.879-**	350/25	10/04/2025
SHEILA MICHELE PIRES DE SOUZA	***.081.349-**	351/25	10/04/2025
SIDNEI ROGERIO DA CRUZ	***.968.829-**	352/25	10/04/2025
SILVANEI APARECIDO GONÇALVES DIAS	***.142.609-**	353/25	10/04/2025
THIAGO BARBOSA GUENODI	***.087.257-**	354/25	10/04/2025
THIAGO ERNESTO ROZALIM SILVA	***.440.809-**	355/25	10/04/2025
VANDERLEI LEMES DE CAMARGO	***.830.171-**	356/25	10/04/2025

EXONERAR – Os servidores abaixo relacionados, da Função Comissionada de Confiança, destinada aos servidores que exercem atribuições de Supervisor.

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	A PARTIR DE	FCC
HUGO ADRIANO HAFEMANN	***.743.969-**	306/25	01/04/2025	2
FABIANA CANDIDO DE SOUZA YOSHIDA	***.121.559-**	389/25	01/05/2025	2
ALINE APOSTOLO DOS SANTOS REIS	***.585.845-**	395/25	01/05/2025	2

NOMEAR – Os servidores abaixo relacionados, na Função Comissionada de Confiança, destinada aos servidores que exercem atribuições de Chefe de Setor/Supervisor.

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	A PARTIR DE	FCC
AUDREY LOUISE MENDES PIERIN	***.748.109-**	288/25	01/04/2025	2
LEANDRO GUEDES	***.750.849-**	293/25	01/04/2025	2
PAULO RICARDO MORAIS	***.828.309-**	295/25	01/04/2025	2
MICHEL WILIANS ARAÚJO GERALDO	***.112.459-**	399/25	12/05/2025	2

Curitiba, 09 de maio de 2025

Adriano Furtado
Diretor-Presidente

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA n.º 232/2025 – DP
O Diretor-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29/12/83, RESOLVE:
Art. 1º. Torna sem efeito a portaria nº 148/25 – DP, que designou Ediane Grava Costa Ceccato - CPF nº ***.490.089-**, para responder interinamente pela Ciretran de Iporã.
Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Adriano Furtado
Diretor-Presidente

PORTARIA n.º 272/2025 – DP
O Diretor-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29/12/83, RESOLVE:
Art. 1º. Torna sem efeito a portaria nº 199/25 – DP, que designou Jean Carlo de Mello - CPF nº ***.352.069-**, para responder interinamente pela Ciretran de Mandaguari.
Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Adriano Furtado
Diretor-Presidente

PORTARIA n.º 286/2025 – DP
O Diretor-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29/12/83, RESOLVE:
Art. 1º. Retificar a portaria nº 236/25 – DP, que designou Rodrigo Cadore – CPF nº ***.210.809-**, para responder pela Ciretran de Matelândia, durante as férias da chefe titular:
Onde se lê: no período de 24 a 30 de março de 2025
Leia-se: no período de 24 a 31 de março de 2025
Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Adriano Furtado
Diretor-Presidente

PORTARIA n.º 301/2025 – DP
O Diretor-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29/12/83, RESOLVE:
Art. 1º. Retificar a portaria nº 235/25 – DP, que designou Ariane Guerra – CPF nº ***.587.799-**, para responder pela Ciretran de Realeza, durante as férias da chefe titular:
Onde se lê: ARIANI GUERRA – CPF nº ***.587.799-**
Leia-se: EDEMILSON ANTONIO BAMPI – CPF nº ***.797.871-**
Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Adriano Furtado
Diretor-Presidente

65302/2025

PORTARIA N.º 376/2025-DP

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais, e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO o disposto no Art. 7º, Inciso II da Resolução n.º 969/2022-CONTRAN que dispõe sobre o credenciamento de Empresas Estampadoras de Placas de Identificação Veicular - PIV;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 23.790.063-4, resolve:
CREDENCIAR:
Art. 1º. Pelo período de 5 (cinco) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa, PINHÃO PARANA PLACAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.579.421/0001-30, localizada na Avenida Trifon Hanycz, nº 10, Bairro Centro, Pinhão/PR - CEP 85.170-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com a Resolução nº 969/2022-CONTRAN.
Art. 2º. A credenciada deve manter suas condições de habilitação. Em casos de alteração de responsável legal, esta portaria perderá seus efeitos.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Art. 4º. Cumpra-se obedecendo as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado,
Diretor Presidente do DETRAN-PR

65000/2025

PORTARIA N.º 312/2025 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 23.782.974-3, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. A empresa FILADELFIA DESPACHANTE LTDA, CNPJ nº 04.661.029/0001-75, representada pelo seu Despachante Documentalista AGNALDO DA SILVA portador do Cadastro de Pessoa Física nº 733.785.859-00, sob a matrícula nº 101826-4, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

PORTARIA N.º 373/2025 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.173.234-2, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. A empresa DIREÇÃO CERTA DESPACHANTE LTDA, CNPJ nº 60.526.342/0001-71, representada pelo seu Despachante Documentalista WANDERLEY MARCELINO GONÇALVES portador do Cadastro de Pessoa Física nº 040.157.849-60, sob a matrícula nº 770009-1, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

64998/2025

Casa Militar

CASA MILITAR
PORTARIA Nº 0024/2025-CM

Ref: EP n° 23.972.259-8

Súmula: Designa membros do Núcleo de Integridade e *Compliance* Setorial, da Casa Militar – NICS/CM.

O Chefe da Casa Militar, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c", do inciso II, do art. 19, e art. 30, ambos da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e os incisos I, II, XXVII e XXVIII, do art. 7º, do Regulamento da Casa Militar, aprovado pelo Decreto Estadual nº 2.680, de 10 de setembro de 2019, tendo em vista o previsto no art. 41, da Lei Federal n° 13.709, de 14 de agosto de 2018, na Lei Estadual nº 19.857, de 29 de maio de 2019, que institui o Programa de Integridade e *Compliance* da Administração Pública Estadual, e no inciso I do art. 8º do Decreto Estadual n° 6.474, de 14 de dezembro de 2020, bem como o constante no EP 23.972.259-8,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Cap. QOEM PM Marcelo Trevisan Karpinski, CPF/MF nº XXX.071.049-XX, para exercer a função de Agente de Compliance da Casa Militar e Chefe do Núcleo de Integridade e Compliance Setorial.

Art. 2º Designar o Cap. QOEM PM Marcelo Trevisan Karpinski, CPF/MF nº XXX.071.049-XX, como Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais da Casa Militar.

Art. 3º Designar a Cb. QP PM Ivy Colaço Mazepas, CPF/MF nº XXX. 334.289-XX em substituição ao 1º Sgt. QP PM Adilson Soares Vieira, CPF/MF nº XXX.020.159-XX para exercer a função Agente de Controle Interno da Casa Militar, a contar de 12 de maio de 2025.

Art. 4º Designar o 1º Sgt. QP PM Adilson Soares Vieira, CPF/MF nº XXX.020.159-XX, em substituição ao 3º Sgt. QP PM Jardel Barszcz, CPF/MF nº XXX.115.369-XX, para exercer a função Agente de Ouvidoria da Casa, a contar de 12 de maio de 2025.

Art. 5º Designar o 1º Sgt. QP PM Adilson Soares Vieira, CPF/MF nº XXX.020.159-XX, em substituição ao 3º Sgt. QP PM Jardel Barszcz, CPF/MF nº XXX.115.369-XX, como Agente de Transparência da Casa Militar, a contar de 12 de maio de 2025.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogar a Portaria da Casa Militar nº 034/2024.

Curitiba, 13 de maio de 2025.

Cel. QOEM PM Marcos Antonio **Tordoro**,
Chefe da Casa Militar.

65860/2025

Procuradoria Geral do Estado

Protocolo nº 23.161.710-8
Despacho nº 0465/2025–PGE

I. Aprovo a Informação nº 36/2025-PGE/PCP, inclusa às fls. 484/556a, e o Despacho nº 070/2025-PCP/PGE, às fls. 557/558a da lavra de **Adnilton José Caetano**, Procurador-Chefe da Procuradoria Consultiva de Concessões, Convênios e Parcerias - PCP, e ciência de **Igor Pires Gomes da Costa**, Procurador-Chefe da Coordenadoria do Consultivo - CCON, no Despacho nº 171/2025 – PGE/CCON, às fls. 559/560a, referente à lista dos consórcios intermunicipais de saúde, constantes no Anexo I da Informação n.º 36/2025-PGE/PCP, acompanhado da minuta do Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos e respectiva lista de verificação, a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, e os Consórcios devidamente relacionados em fls. 14/15 do protocolo, para os fins acima postos, a presente Manifestação Uniforme segue assim ementada:

"MANIFESTAÇÃO UNIFORME. MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE ENTES PÚBLICOS E LISTA DE VERIFICAÇÃO. CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE."

II. Publique-se o presente Despacho, acompanhado da Informação nº 36/2025-PGE, inclusa às fls. 484/556a, do Despacho nº 070/2025-PCP/PGE, às fls. 557/558a e do ANEXO I da Informação nº 36/2025-PGE/PCP;

III. Após, remeta-se o protocolo à Coordenadoria de Estudos Jurídicos – CEJ para catalogação e disponibilização no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado – PGE, para utilização dos interessados;

IV. Encaminhe-se cópia virtual do Despacho à Coordenadoria do Consultivo – CCON para ciência;

V. Por fim, com a máxima brevidade, Coordenadoria do Consultivo – CCON, para ciência e prosseguimento.

Curitiba, *data e assinatura digital*.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

INFORMAÇÃO Nº 36/2025 - PGE/PCP

MANIFESTAÇÃO UNIFORME. MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE ENTES PÚBLICOS E LISTA DE VERIFICAÇÃO. CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE.

1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta apresentada pela Secretária de Estado da Saúde, para elaboração de Manifestação Uniforme que aprove minuta de Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos – PCEP a ser firmado com Consórcios Intermunicipais de Saúde, visando a conjugação de esforços para a prestação de serviços ambulatoriais aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme o(s) Plano(s) Operativo(s) Anual(is), parte indissociável do PCEP, e a correspondente Lista de Verificação.

Deixa-se de elencar a totalidade dos documentos que instruem o Protocolado sendo certo que serão mencionados, se e quando necessários, no decorrer desta Informação.

2. DOS LIMITES DESTA MANIFESTAÇÃO

A presente manifestação cinge-se a verificar os requisitos legais relativos à regularidade da minuta do Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos ora apresentada e a correspondente Lista de Verificação. Para tanto, faz-se necessário a observância dos diversos requisitos inerentes a este instituto, os quais encontram-se encartados especialmente na Portarias de Consolidação MS nº 1 (Origem: Portaria MS nº 161, de 21 de janeiro de 2010), no artigo 24, inciso IV do Anexo 2 do Anexo XXIV da Portaria de Consolidação n° 2, no Anexo XXIV da Portaria Consolidada MS nº 2 (Origem; Portaria MS/GM nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013), nas Portarias de Consolidação MS nº 1, 2, 3, 4, 5 e 6, todas de 28 de setembro de 2017 (Origem: Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 em especial o contido no Art. 10 e Art. 18, VII), na Lei nº 14.133/2021 e no Estado do Paraná pelo Decreto Estadual n° 10.086/2022.

2.1 A delimitação do escopo da manifestação uniforme.

Inicialmente, cumpre ressaltar que esta manifestação cingir-se-á à análise da possibilidade de manifestação uniforme acerca de instrumento jurídico e de lista de verificação relativamente ao caso citado no relatório, visando torná-lo padrão e de utilização obrigatória pela Secretaria de Estado da Saúde, para a celebração de Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos com Consórcio Intermunicipal de Saúde, visando a prestação de serviços ambulatoriais aos usuários do Sistema Único de Saúde.

A presente manifestação uniforme levará em consideração, especialmente, a Portaria de Consolidação MS nº 1 (Origem: Portaria MS nº 161, de 21 de janeiro de 2010), o artigo 24, inciso IV do Anexo 2 do Anexo XXIV da Portaria de Consolidação n° 2, o Anexo XXIV da Portaria Consolidada MS nº 2 (Origem; Portaria MS/GM nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013), as Portarias de Consolidação MS nº 1, 2, 3, 4, 5 e 6, todas de 28 de setembro de 2017 (Origem: Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 em especial o contido no Art. 10 e Art. 18, VII), a Lei nº 14.133/2021 e o Estado do Paraná pelo Decreto Estadual n° 10.086/2022.

Cabe mencionar que a elaboração de minuta padronizada se destina aos casos genéricos e de observância obrigatória pela Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Paraná, exige a formação de Comissão e demanda mais tempo, considerando-se todos os aspectos que envolvem a padronização de um instrumento.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

De outro lado, tem-se a elaboração e a divulgação de manifestação jurídica referencial, que se constitui em medida adequada a orientar a Administração e capaz de conferir segurança jurídica à sua atuação, prescindindo, no entanto, da análise individualizada desses processos pelo órgão de consultoria jurídica, salvo a existência de dúvida jurídica.

Como se percebe, a "manifestação jurídica referencial" tem como intuito uniformizar a manifestação do consultivo em matérias repetitivas (idênticas e recorrentes), de modo a promover maior segurança jurídica na prática dos atos administrativos, assim como imprimir maior dinamismo e celeridade na tramitação dos processos, sendo certo, ainda, que situações distintas ou dúvidas não abarcadas pela mesma devem ser remetidas para pronunciamento jurídico pontual acerca do tema.

Assim, considerando-se o contido na Informação de fls. 02/12 e no Ofício nº 179/2025/GS/SESA de fls. 481/482 entende-se que a manifestação jurídica uniforme se amolda ao caso posto no presente protocolado pela Secretaria de Estado da Saúde.

Tal medida é uma constante na NLLC, visando conferir, a um só tempo, segurança jurídica e eficiência na implementação das necessidades públicas por meio do estabelecimento de modelos previamente analisados pelo órgão de assessoramento jurídico. Trata-se de um viés desburocratizante que prestigia a celeridade na atuação da Administração Pública, sem descuidar da observância das normas legais. A esse respeito, confira-se o art. 53, § 5º da referida lei:

> *Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*
> *[...]*
> ***§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, termo de cooperação ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico. (grifos nossos)***

Aliado ao cenário normativo instaurado pela NLLC, o Decreto Estadual nº 3.203/2015 já contemplava um sistema estadual de padronização, por meio da edição de minutas padronizadas e listas de verificação, operacionalizadas de acordo com a Resolução nº 41/2016 desta PGE. Esses últimos atos normativos continuam vigentes e a eles fica acrescida a disciplina agora constante na NLLC e no Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Nessa linha, convém asseverar que o Decreto Estadual nº 10.086/2022, ao disciplinar a questão da padronização em seu art. 162[1], remete ao Decreto Estadual nº 3.203/2015. Esse é, portanto, o novo sistema estadual de padronização.

As minutas padronizadas, de que trata o Decreto nº 3.203/2015[2], de acordo com o § 1º do art. 1º da Resolução nº 41, de 23 de março de 2016, da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, podem ser elaboradas quando há casos reiterados ou abrangentes que necessitem de tratamento uniforme pelos órgãos ou entidades da Administração Pública do Estado do Paraná abrangidas pela presente resolução. **Este protocolo não trata de um caso específico, mas da aplicação das mesmas regras em minuta de igual conteúdo, com repetições insuficientes para autorizar a minuta padronizada, mas justificadoras de um tratamento massificado único e uniforme.**

Está caracterizada a necessária economia processual em razão da necessidade de se realizar, neste caso, mais de 20 (vinte) manifestações idênticas no que se refere aos aspectos jurídicos, sendo meras repetições, sem nenhum acréscimo que exija do(a) Procurador(a) do Estado alguma análise específica. No presente caso, as especificidades cabem ao gestor da SESA.

O objeto da manifestação uniforme, ademais, ficará restrito aos Protocolos de Cooperação entre Entes Públicos a serem celebrados com Consórcios Intermunicipais de Saúde que constam de lista juntada aos autos pela SESA **(fls. 03/05)** (lista abaixo Anexo I), nos quais deverão ser observada a instrução de referência contida neste protocolado, inclusive as recomendações de adequação e regularidade, com observância, inclusive da lista de verificação (Anexo II), os quais integram, como anexo, a presente manifestação.

Conforme se vê da cláusula descritiva do objeto do PCEP, o escopo pretendido é a conjugação de esforços para a prestação de serviços ambulatoriais aos usuários do Sistema Único de Saúde.

2.2. Do Sistema Único de Saúde e da atuação de Consórcios Intermunicipais de Saúde

O Sistema Único de Saúde constitui uma rede regionalizada e hierarquizada envolvendo ações e serviços públicos de saúde, cuja competência para sua implementação, seja sob a ótica material ou legislativa, é compartilhada entre os entes federativos (art. 198 c/c art. 23, II e art. 24, XII, todos da Constituição Federal de 1988).

A discriminação mais pormenorizada da atuação de cada ente federativo, no âmbito desse sistema, foi feita a nível

---

1 ***Art. 162.*** *Os modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos deverão ser realizados de acordo com o Decreto nº 3.203, de 22 de dezembro de 2015, ou outro que o substituir.*
§1º *Após a publicação no Diário Oficial do Estado, as minutas de que trata o caput deste artigo serão de observância obrigatória pela Administração Pública estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná.*
§2º *Os modelos e minutas a que se referem o caput deste artigo serão disponibilizadas no catálogo eletrônico conforme o disposto nos arts. 49 e 50 deste Regulamento*

2 *Art. 1.º Institui o sistema de minutas padronizadas de editais de licitação, de contratos, de convênios e seus congêneres, de termos aditivos, de termos de referência, de concursos públicos e processos seletivos simplificados que, após publicação no Diário Oficial do Estado, serão de observância obrigatória pela Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Paraná.*

infraconstitucional por meio da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90), cuja lógica direciona para a prestação dos serviços assistenciais de saúde, prioritariamente, pelos Municípios, com o auxílio financeiro dos Estados e da União. Essa sistemática é bem descrita por Fernando Borges Mânica que, após abordar as competências dos entes federativos, pontua[3]:

> *Nota-se, assim, que os municípios detêm uma série de competências assistenciais atreladas à prevenção e à manutenção da saúde de sua população, as quais são implementadas mediante o desenvolvimento de ações e serviços de saúde de variadas formatações. Nesse sentido, o seguinte dispositivo da Lei Orgânica da Saúde é emblemático:*
> *Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:*
> *[...]*
> *IX - descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo:*
> *a) ênfase na descentralização dos serviços para os municípios;*
> *Tal dispositivo vai ao encontro do previsto, por exemplo, no art. 17, inc. III do mesmo diploma, que afirma a competência dos estados para atuarem apenas supletivamente na prestação de serviços de saúde, dando preferência ao financiamento dos municípios de seu território.*
> *A prevalência do dever de os municípios garantirem a prestação de serviços de assistência à saúde pode ser explicada pelo fato de as pessoas viverem nos municípios, não na União ou nos estados. Assim, os problemas de saúde tendem a ser solucionados de modo mais efetivo no âmbito local, ou seja, nas cidades. Logo, a ideia é que as secretarias estaduais de saúde apenas intervenham em questões que ultrapassem as possibilidades do município, e que o governo federal ofereça apoio às ações estaduais e municipais, assegurando o cumprimento dos princípios e diretrizes do SUS.*

Como forma de potencializar as capacidades individuais dos diferentes Municípios, a própria Lei nº 8.080/90 aborda a possibilidade de junção dessas capacidades por meio da formação de consórcios públicos, voltados ao desenvolvimento de ações e serviços de saúde (art. 10[4]), previsão que encontra guarida na própria Constituição Federal (art. 241[5]). E tais consórcios, como não poderia ser diferente, devem obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o SUS, conforme regras contidas na própria Lei nº 11.107/2005 (art. 1º, § 3º) e Decreto nº 6.017/2007 (art. 3º, § 2º).

Os consórcios públicos são formados exclusivamente por entes federativos de acordo com o art. 2º, I do Decreto Federal nº 6.017/2007, que dispõe que o consórcio público é *"pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei no 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos"*.

O fato de poderem ser constituído com personalidade jurídica de direito privado e da Lei nº 11.107/2005 apenas indicar que os consórcios com personalidade jurídica de direito público integram a Administração Indireta dos entes consorciados (art. 6º, § 1º), não afasta a circunstância de que aqueles estão relacionados intimamente com a estrutura dos entes públicos consorciados, submetendo-se a uma série de normas de direito público, além de só poderem ter objetivos voltados à satisfação do interesse público, observadas as competências constitucionais dos entes consorciados (art. 2º, *caput* da Lei nº 11.107/2005[6]). Tanto é assim que o art. 6º, § 2º da Lei nº 11.107/2005 impõe que o consórcio público com personalidade jurídica de direito privado observe as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal.

Tal incerteza gerada pelo tratamento distinto conferido à personalidade jurídica dos consórcios públicos é objeto de críticas[7]. Ademais, autorizado magistério doutrinário defende que não há sentido em os consórcios públicos com natureza de direito privado não integrarem a Administração Pública, eis que formados exclusivamente por pessoas da federação para prestação de serviços públicos de forma descentralizada[8].

Abstraída as pertinentes críticas à situação trazida pela Lei 11.107/2005 ou mesmo os posicionamentos doutrinários em favor da integração dos consórcios públicos com personalidade jurídica de direito privado na estrutura da Administração Pública – o que já seria um substrato forte

---

3 *Prestação de serviços de assistência à saúde pelos municípios*. Belo Horizonte: Fórum, 2017, p. 42/43.

4 Art. 10. Os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.
§ 1º Aplica-se aos consórcios administrativos intermunicipais o princípio da direção única, e os respectivos atos constitutivos disporão sobre sua observância.
§ 2º No nível municipal, o Sistema Único de Saúde (SUS), poderá organizar-se em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde.

5 Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

6 Art. 2º Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.

7 Sobre o ponto, Odete Medauar e Gustavo Justino de Oliveira asseveram:

> Desperta estranheza a modelagem de pessoa jurídica de direito privado, pois o consórcio agrega pessoas jurídicas de direito público, reunidas para realizar fins de interesse comum. Se todos os entes públicos devem nortear suas atividades pelo interesse público, um consórcio integrado por entes públicos também atuará para atender a fins de interesse público, não se justificando, portanto, a natureza de pessoa jurídica privada.
> Coerente seria enquadrar todos os consórcios na categoria das pessoas jurídicas de direito público. Ainda mais porque a própria lei não aceita a incidência só do direito privado sobre tal tipo, dada a obrigatoriedade de cumprimento de inúmeras normas de direito público, por comando do § 2º do art. 6º. (*Consórcios públicos: comentários à Lei 11.107/2005*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 76.)

8 Nesse sentido são as lições de José dos Santos Carvalho Filho (*Manual de direito administrativo*. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 234 *apud* FERREIRA, Sergio de Andréa. Consórcios públicos. In: NASCIMENTO, Carlos Valder do; DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MENDES, Gilmar Ferreira (Coord.). Tratado de Direito Municipal. Belo Horizonte: Fórum, 2018, p. 754/755) e Maria Sylvia Zanella di Pietro (*Parcerias na administração pública*. 11ª Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 304/305).

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

para excluir tais consórcios da concepção de "iniciativa privada" –, o fato é que a imprecisão criada pela lei não parece justificar a inserção desses consórcios no âmbito da "iniciativa privada" a ponto de direcionar o estabelecimento do vínculo com tais consórcios, pelo Estado do Paraná, às normas que tratam da atuação complementar na prestação de serviços ao SUS pela iniciativa privada. Isso porque, além de serem pessoas jurídicas integradas só por entes federativos para prestação de serviços de interesse público, há incidência de diversas normas de direito público que limitam a organização e atuação desses consórcios, circunstâncias que tornam incompatível o seu regime com princípios que parecem ser caros à concepção de iniciativa privada, como a livre concorrência e livre iniciativa[9].

Tal entendimento não quer dizer, obviamente, que os consórcios públicos não possam desenvolver ações e serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde, mas tão somente que eventuais vínculos jurídicos firmados com o Estado do Paraná não se sujeitarão à legislação que trata da atuação complementar da iniciativa privada nesse sistema.

Sendo assim, a Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, em momento anterior, se manifestou, por meio da Informação nº 1.621/2021-PRC-PGE, no sentido de que os consórcios públicos possam desenvolver ações e serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde e que o instrumento jurídico adequado para que o Estado do Paraná firmasse relação jurídica com consórcios intermunicipais de saúde para auxiliar na prestação de serviços assistenciais de saúde a usuários do SUS seria o convênio, considerando o caráter cooperativo que marca esse vínculo, decorrente da competência material comum de todos os entes federativos em tema de saúde (art. 23, II da CF/88), do caráter sistêmico do SUS e de sua lógica própria de prestação dos serviços assistenciais de saúde prioritariamente pelos Municípios com o auxílio financeiro e técnico do Estado do Paraná (art. 17, I e III da Lei nº 8.080/90).

Em complemento asseverou que aos convênios a serem firmados pelo Estado do Paraná com os consórcios intermunicipais de saúde não se aplicaria a legislação sobre a participação complementar da iniciativa privada no SUS, considerando o não enquadramento dos consórcios públicos na concepção de "iniciativa privada", ainda que constituídos como pessoas jurídicas de direito privado.

2.3. Do Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos - PCEP

O artigo 61 da Portaria de Consolidação nº 1 do Ministério da Saúde[10] definiu o Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos – PCEP como sendo "*o instrumento que se destina à formalização da relação entre gestores do SUS quando unidades públicas de saúde, hospitalares e ambulatoriais especializadas, situadas no território de um município, estão sob gerência de determinada unidade federativa e gestão de outra*".

No mesmo sentido tem-se o art. 24, inciso IV da Portaria de Consolidação nº 2 do Ministério da Saúde, *"**IV -** Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos (PCEP): é o instrumento que se destina à formalização da relação entre gestores do SUS quando estabelecimentos públicos de saúde situados no território de um Município estão sob gerência de determinada unidade federativa e gestão de outra, conforme o Capítulo II do Título III da Portaria de Consolidação nº 1; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 24, IV)".*

A transferência de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde (FNS), relativa ao valor do PCEP, de acordo com o art. 65 da Portaria de Consolidação nº 1 do Ministério da Saúde [11], deverá ser feita preferencialmente para o Fundo de Saúde do ente que gerencia a unidade pública de saúde.

Sendo assim, considerando os artigos supracitados, a Procuradoria-Geral do Estado, conforme o Parecer Referencial nº 09/2023-PGE, aprovado pela Resolução nº 131/2023-PGE, aduz que é possível depreender que o PCEP, por envolver a transferência de recursos financeiros, possui proximidade com o instrumento de Convênio, senão vejamos:

> *"Na linha desse entendimento, a partir da análise dos dispositivos citados, é possível depreender que o PCEP, por envolver a transferência de recursos financeiros, possui proximidade com o instrumento Convênio.*
> *Isso porque, o convênio é o instrumento que formaliza qualquer acordo **que envolva a transferência de recursos** e que tenha como partícipe, de um lado, órgão ou **entidade da Administração Pública** Estadual e, de outro, órgão ou **entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal**, ou entidades privadas que não se caracterizem como organizações da sociedade civil, conforme disposição expressa constante no art. 2º, inciso XXI, do*

---

9 Como uma das vertentes da livre iniciativa tem-se a liberdade de iniciativa econômica, em relação a qual Eros Roberto Grau faz a seguinte ponderação:

> Inúmeros sentidos, de toda sorte, podem ser divisados no princípio, em sua dupla face, ou seja, enquanto liberdade de comércio e indústria e enquanto liberdade de concorrência. A este critério classificatório acoplando-se outro, que leva à distinção entre liberdade pública e liberdade privada, poderemos ter equacionado o seguinte quadro de exposição de tais sentidos:
> a) liberdade de comércio e indústria (não ingerência do Estado no domínio econômico);
> a.1) faculdade de criar e explorar atividade econômica a título privado – liberdade pública;
> a.2) não sujeição a qualquer restrição estatal senão em virtude de lei – liberdade pública;
> b) liberdade de concorrência:
> b.1) faculdade de conquistar a clientela, desde que não através de concorrência desleal – liberdade privada;
> b.2) proibição de formas de atuação que deteriam a concorrência – liberdade privada;
> b.3) neutralidade do Estado diante do fenômeno concorrencial, em igualdade de condições dos concorrentes – liberdade pública. (*A ordem econômica na Constituição de 1988*. 14º Ed., São Paulo: Malheiros, 2010, p. 205/206)

10 **Art. 61.** O PCEP é o instrumento que se destina à formalização da relação entre gestores do SUS quando unidades públicas de saúde, hospitalares e ambulatoriais especializadas, situadas no território de um município, estão sob gerência de determinada unidade federativa e gestão de outra. (Origem: PRT MS/GM 161/2010, Art. 2º)

11 **Art. 65.** A transferência de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde (FNS), relativa ao valor do PCEP, deverá ser feita preferencialmente para o Fundo de Saúde do ente que gerencia a unidade pública de saúde. (Origem: PRT MS/GM 161/2010, Art. 6º).

Decreto nº 10.086/2022:

CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Além do previsto no art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para os fins deste Regulamento, consideram-se:

[...]

XXI - Convênio - instrumento que formaliza qualquer acordo que envolva a transferência de recursos e que tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da Administração Pública Estadual e, de outro, órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, ou entidades privadas que não se caracterizem como organizações da sociedade civil, visando a execução de programa de governo, que compreenda a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação;

Desse modo, apesar do Decreto 10.086/2022 não dispor, de forma expressa, acerca do Protocolo de Cooperação entre os Entes, a proximidade entre os dois instrumentos atrai a aplicabilidade das regras do Convênio ao PCEP.

2.4. Da aplicação da Portaria de Consolidação nº 1 do Ministério da Saúde

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro (CISNORPI) manifestou interesse em celebrar o Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos com o Estado do Paraná por meio do Ofício nº 226/2024, acostado em fl. 16, no qual aduziu que:

"O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro (CISNORPI), registrado no CNPJ nº 00.476.612/0001-55, CNES: 2780143, com sede no município de Jacarezinho, Paraná, manifesta, por meio deste ofício, seu interesse em estabelecer um contrato para a prestação e gestão de serviços assistenciais especializados de média complexidade, destinados exclusivamente ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Nosso compromisso é atender à crescente demanda por cuidados de saúde, oferecendo uma estrutura qualificada e adequada. Nossa área de abrangência corresponde à 19ª Regional de Saúde, que fazer parte os municípios: Barra do Jacaré, Cambará, Carlópolis, Conselheiro Mairinck, Figueira, Guapirama, Ibaiti, Jaboti, Jacarezinho, Japira, Joaquim Távora, Jundiaí do Sul, Pinhalão, Quatiguá, Ribeirão Claro, Salto do Itararé, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, São José da Boa Vista, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz, totalizando uma população de 292.531 habitantes.

Nossa atuação é voltada ao Ambulatório de Média Complexidade, com dedicação exclusiva aos pacientes do SUS, oferecendo serviços especializados de maneira integrada e abrangente, em diversas linhas de cuidado.

A estrutura do Consórcio inclui uma recepção para acolhimento humanizado dos pacientes, uma sala de enfermagem e triagem equipada para avaliação inicial, incluindo eletrocardiograma para monitoramento cardíaco, e salas especializadas para realização de exames como eletroencefalograma, testes de esforço, pequenas cirurgias, ultrassonografias (simples e Doppler) e radiologia, oferecendo suporte essencial para diagnóstico.

Disponibilizamos 14 consultórios multiprofissionais para atendimento em especialidades médicas e multiprofissionais, como: vascular, cardiologia, neurologia, psiquiatria, ortopedia, urologia, mastologia, gastroenterologia, ginecologia, dermatologia, infectologia, pediatria, hematologia, cirurgia geral, psicologia, fonoaudiologia, assistência social, enfermagem e cirurgia torácica. Contamos ainda com uma farmácia que dispensa medicamentos, incluindo antirretrovirais, promovendo continuidade terapêutica e adesão ao tratamento, além de um laboratório de análises clínicas que realiza exames de dengue (NS1 e IgM) e coleta de carga viral para hepatites B e C, HIV e CD4, com encaminhamento ao Hospital Universitário de Londrina.

Complementando essa estrutura, temos o Centro Regional de Especialidades Odontológicas (CEO), com 7 consultórios odontológicos e o Laboratório Regional de Prótese Dentária, proporcionando atenção completa à saúde bucal. A gestão do CISNORPI também abrange importantes unidades de referência regional, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS II e CAPS AD), o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), o Centro Especializado em Reabilitação Física e Auditiva (CER) e o Ambulatório Médico de Especialidades (AME).

Diante do exposto, reiteramos nosso interesse em formalizar o contrato com a Secretaria de Estado da Saúde, com o objetivo de dar continuidade aos serviços prestados pelo Consórcio na Região do Norte Pioneiro.".

A proposta assistencial foi apresentada pelo Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro em fls. 297/308 e foi elaborado o documento "Identificação da Demanda" em fls. 326/329, assinado pelo Exmo. Sr. Secretário da Saúde, no qual se concluiu que: *"Sendo assim, demonstra-se a necessidade de formalização do PCEP, possibilitando a manutenção da execução da programação assistencial estabelecida para a assistência, e, garantindo o cumprimento das diretrizes do SUS como a descentralização e regionalização, os quais propiciam maior acesso aos serviços de saúde aos cidadãos de forma oportuna.".*

Foi realizada visita *in loco* que culminou na elaboração de um Relatório Técnico, subscrito pela Sra. Valéria Cristina Ribeiro Bizarro – Técnica Administrativa/Fiscal de Contrato e pela Sra. Gisele Gomes Oliveira Pena – Responsável Técnica pelo CISNORPI, juntado em fls. 311/316.

Após o Relatório Técnico, a Fiscal de Contrato Assistencial elaborou um Parecer Conclusivo jungido em fls. 317/332, no qual concluiu no seguinte sentido:

"Conforme constam em todas as observações referentes à visita in loco realizada na presente entidade, aqui descritos em forma de itens para melhor compreensão do todo, teço as considerações abaixo relativos à entidade visitada:

- Enquadra-se no rol de estabelecimentos elegíveis à contratualização para Prestação de Serviços Ambulatoriais na modalidade PCEP;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

- Presta atendimentos aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde em várias áreas de especialidades de forma qualificada, apresentando as condições técnicas e estruturais necessárias, além de possuir profissionais especializados para avaliação, acompanhamento e atendimento destes usuários;
- Conta com vários equipamentos necessários aos atendimentos propostos;
- Apresenta uma proposta financeira com a previsão dos atendimentos aos 22 municípios.
- Realiza vários tipos de procedimentos ambulatoriais e presta atendimentos também ambulatoriais) em várias especialidades, tais como, vascular, cardiologia, neurologia, psiquiatria, ortopedia, urologia, mastologia, gastroenterologia, ginecologia, dermatologia, infectologia, pediatria, hematologia, cirurgia geral e cirurgia torácica, sendo o CISNORPI um prestador de referência aos usuários do Sistema Único de Saúde da 19ª Regional de Saúde e várias outras Regionais de Saúde do Estado.
Desta forma, na função de ***Fiscal de Contrato Assistencial****, por tudo aqui exposto,* ***manifesto-me favorável*** *à formalização de contrato junto à presente entidade, uma vez que a mesma atende aos requisitos e condições descritos no presente Ato Convocatório."*

Constam, outrossim, os seguintes pareceres favoráveis: a) Parecer Técnico em fls. 323/325; b) Parecer da Agente de Contratação em fl. 332; e c) Parecer da Gestora do PCEP em fl. 333.

Nesse ponto, salutar destacar que os Pareceres citados consistem em documentos técnicos, cuja conclusão não compete a este órgão consultivo se imiscuir.

Avançando, o artigo 62 da Portaria de Consolidação nº 1 do Ministério da Saúde determina que o PCEP deverá contemplar a definição da oferta e fluxos de serviços, metas qualitativas e quantitativas, bem como mecanismos de acompanhamento e avaliação.

Os arts. 63 e 64 tratam do Plano Operativo Anual, documento técnico que deve acompanhar o PCP, detalhando o seu conteúdo, vejamos:

Art. 63. *O PCEP deverá conter, na forma do Anexo I , o Plano Operativo Anual relativo a cada unidade que o integrarem, exceto em caso de complexos hospitalares. (Origem: PRT MS/GM 161/2010, Art. 4º)*
Parágrafo Único. *O Plano Operativo Anual deverá conter: (Origem: PRT MS/GM 161/2010, Art. 4º, Parágrafo Único)*
I - *definição das metas físicas das unidades, atendimentos ambulatoriais, atendimentos de urgência e emergência e dos serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, com os seus quantitativos e fluxos de referência e contrarreferência; (Origem: PRT MS/GM 161/2010, Art. 4º, Parágrafo Único, I)*
II - *definição das metas de qualidade; e (Origem: PRT MS/GM 161/2010, Art. 4º, Parágrafo Único, II)*
III - *descrição das atividades de aprimoramento e aperfeiçoamento da gestão. (Origem: PRT MS/GM 161/2010, Art. 4º, Parágrafo Único, III)*

Art. 64. *O Plano Operativo Anual deverá explicitar as metas físicas assumidas pelo gestor, relativas ao período de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do PCEP, devendo ser anualmente revistas e incorporadas ao PCEP, mediante a celebração de Termo Aditivo. (Origem: PRT MS/GM 161/2010, Art. 5º).*

In casu, **o Plano Operativo Anual foi acostado às fls. 368/446, sendo necessário ao setor técnico competente verificar se foram atendidas as exigências legais, visto tratar de documento técnico.**

Ainda nesse ponto, alerta-se para a necessidade de aprovação do documento pelas autoridades competentes.

No que diz respeito à transferência de recursos financeiros, a Portaria dispõe no art. 65 que:

Art. 65. A transferência de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde (FNS), relativa ao valor do PCEP, deverá ser feita preferencialmente para o Fundo de Saúde do ente que gerencia a unidade pública de saúde. (Origem: PRT MS/GM 161/2010, Art. 6º)
§ 1º Os recursos de custeio de ações e serviços de saúde a serem transferidos serão correspondentes, preferencialmente, à realização das metas pactuadas no Plano Operativo Anual e não por produção de serviços. (Origem: PRT MS/GM 161/2010, Art. 6º, § 1º)
§ 2º O início da transferência dos recursos pelo FNS, inclusive no caso de alteração de valores, ocorrerá a partir do registro das informações do PCEP no quadro nº 04 do Anexo LVII da Portaria de Consolidação nº 5, a ser encaminhado à Secretaria de Atenção à Saúde pela Comissão Intergestores Bipartite. (Origem: PRT MS/GM 161/2010, Art. 6º, § 2º)
§ 3º A suspensão ou término da transferência dos recursos pelo FNS apenas será realizada a partir de sua notificação à Secretaria de Atenção à Saúde, por qualquer dos entes partícipes do PCEP, ou pelo término da vigência deste, respectivamente. (Origem: PRT MS/GM 161/2010, Art. 6º, § 3º).

Nos termos do art. 66 da Portaria Ministerial, o acompanhamento e a avaliação dos resultados do PCEP devem ser realizados por Comissão de Acompanhamento, a ser instituída pelos gestores signatários do PCEP, que se reunirá no mínimo trimestralmente, e sempre quando necessário, integrada por representantes paritários designados pelas partes envolvidas no PCEP, desempenhando as seguintes competências:

Art. 66 (…)

***I -** avaliar o cumprimento das metas físicas pactuadas, mediante o acompanhamento dos Planos Operativos Anuais; (Origem: PRT MS/GM 161/2010, Art. 7º, I)*

***II -** propor, quando necessário, modificações nas cláusulas do PCEP, desde que não alterem seu objeto; e (Origem: PRT MS/GM 161/2010, Art. 7º, II)*

***III -** propor indicadores de avaliação do Plano Operativo Anual. (Origem: PRT MS/GM 161/2010, Art. 7º, III)*

Seguindo, quanto à instrução, foi trazida aos autos o Alvará de Licença (fl. 121), **cuja validade deve ser aferida pela Secretaria**, e a Licença Sanitária (fl. 122) válida até 07/05/2025.

Constam também Declarações atestando a) a observância do Decreto Estadual nº 2.485/2019 (fl. 123); b) práticas sustentáveis (fl. 124); c) ciência da disponibilidade de dados (fl. 125); d) a não ocupação de cargo ou função pública (fl. 126); e) inexistência de fato impeditivo, não utilização de mão de obra de menores e reserva de cargos (fls. 127 e 143); f) está de *acordo com o repasse financeiro disponibilizado pela Secretaria Estadual de Saúde de acordo com o estabelecido no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – Tabela do SUS* (fl. 128); g) não incidência de retenção de impostos direto na fonte (fls. 145/146); h) o cumprimento dos requisitos de habilitação ministerial (fl. 243); i) *que possui todos os equipamentos, instalações físicas, insumos, medicamentos, equipe profissional e multiprofissional, especialidades médicas presenciais, apoio diagnóstico e terapêutico necessário, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos* (fl. 285); j) *que os serviços ofertados serão regidos com equidade, integralidade, gratuidade e transparência a todos os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS* (fl. 286); k) *disponibilizar aos pacientes todos os recursos necessários ao seu total atendimento, inclusive prestar Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico – SADT, durante o tempo em que ocupar as dependências do Estabelecimento* (fl. 287); e l) *ter ciência, do uso do Sistema CARE, sendo este de gerência da Central Estadual de Regulação a qual efetivará a autorização de acesso aos serviços contratados por meio deste contrato, com a finalidade exclusiva de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, comprometo-me a disponibilizar e inserir os serviços quando houver compatibilidade de exportação das informações entre o Sistema CARE e o atual utilizado pelo Consórcio IDSSaúde, ou qualquer outro que vier a substituí-lo para que não haja comprometimento das informações e dados do CISNORPI* (fl. 288).

No que diz respeito ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, observa-se a juntada de documento em fl. 144 atestando a sua validade até 31 de dezembro de 2026.

Foram trazidos ao caderno processual o Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica emitida pelo Conselho Regional de Medicina do Paraná (fl. 147), a Certidão de inscrição no Conselho de seu responsável (fl. 148), a Certidão de Inscrição de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Medicina do Paraná (fl. 149) – **a qual deve ser atualizada -**, a Certidão de Responsável Técnica emitida pelo Conselho Regional de Enfermagem do Paraná – Coren PR (fl. 150) e os documentos pessoais dos responsáveis técnicos da enfermagem e da medicina em fls. 151 e 152, respectivamente.

Em fls. 153/156, foi jungida a Escala Diária Médica do Cisnorpi, em fls. 157, a Escala Diária Enfermagem e, em fl. 158 a Escala Diária Odontológica.

Ademais, o CNES do Consórcio foi juntado em fls. 159/242, no qual consta que a gestão é dupla.

Constam ainda: a) Regimento Interno da Comissão de Controle de Infecção Ambulatorial do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro – CISNORPI (fls. 246/249); e b) Regimento Interno do Núcleo de Segurança do Paciente (fls. 273/282).

Em fl. 284, a Declaração de Referência de Atendimento atesta que *"para os devidos fins, que o CISNORPI - Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro, entidade pública, sem fins lucrativos, com CNES 2780143 e CNPJ 00.476.612/0001-55, localizado no município de Jacarezinho, é referência na prestação de Serviços Ambulatoriais para usuários do Sistema Único de Saúde, sendo referência para atendimentos para os 22 municípios da 19ª Regional de Saúde."*.

Por fim, foram trazidos ao caderno processual o Balanço Patrimonial (fls. 289/295) e a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial (fl. 296).

2.5. Da aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 10.086/2022

Nos termos do parágrafo 1º do art. 664 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, o objeto do convênio deve contemplar o empreendimento como um todo, de forma a garantir o alcance de sua funcionalidade e o atendimento ao interesse público.

Por sua vez, o art. 670, a seguir transcrito, prevê as hipóteses em que é vedada a celebração de convênio, *in verbis*:

> Art. 670. É vedada a celebração de convênio:
> I – no período e na hipótese de que trata a alínea "a" do inciso VI do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
> II – para exclusiva transferência de recursos, cessão de servidores e doação de bens;
> III – com entidades privadas que tenham como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública, da esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
> IV – com pessoa jurídica de direito público ou privado que esteja em mora ou inadimplente em outros convênios celebrados com a Administração Pública Estadual ou irregular em quaisquer outras exigências deste Título;
> V – visando a realização de serviços ou a execução de obras a serem custeadas, ainda que apenas parcialmente, com recursos externos sem a prévia contratação da operação de crédito externo correspondente;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

VI – com entidades públicas ou privadas cujo objeto social não se relacione às características do programa de governo a ser implementado ou que não disponham de condições técnicas para executar o convênio;
VII – com entidades privadas que não comprovem ter desenvolvido, nos últimos três anos, atividades referentes à matéria objeto do convênio; e
VIII – com entidades privadas que tenham, em suas relações anteriores com a União, Estados, Distrito Federal e/ou Municípios, incorrido em, pelo menos, uma das seguintes condutas:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;
c) desvio de finalidade na aplicação de recursos transferidos;
d) ocorrência de dano ao erário; ou
e) prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou acordos de parceria.
IX – para a execução de atividades cujo objeto esteja relacionado ao pagamento de custeio continuado do proponente.
Parágrafo único. Os convenentes que recebam as transferências financeiras do Estado deverão incluí-las em seus orçamentos.

Compulsando o caderno processual em questão não foi encontrado documento que ateste a não incidência de nenhuma das vedações acima previstas, o que deve ser providenciado pela Pasta Consulente.

Avançando, o art. 679 elenca uma série de requisitos a serem observados para a celebração de convênio, cabendo ao setor competente da SESA adequar a instrução nos pontos destacados, juntando a documentação ausente ou a complementando:

Art. 679. Os processos administrativos destinados à celebração de convênio e termo de cooperação deverão ser instruídos com os seguintes documentos:
I – cópia simples do estatuto ou contrato social caso a entidade convenente não for ente federativo e comprovante de sua inscrição no CNPJ; **(fls. 18/97, 135)**
II – comprovação de que a pessoa que assinará o convênio ou termo de cooperação detém competência para este fim específico, mediante apresentação de cópia simples:
a) do instrumento que demonstre a condição de representante legal, quando a entidade convenente for pessoa jurídica de direito privado; **(inaplicável)**
b) do ato que deu posse e exercício à autoridade máxima, quando a convenente for pessoa jurídica de direito público; (ver observações abaixo)
c) da ata de posse do Chefe do Poder Executivo, quando a convenente for ente federativo. **(inaplicável)**
III – prova de regularidade do convenente para com as Fazendas Públicas, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
a) certidão ou documento equivalente atestando que o interessado está em dia com o pagamento dos tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao concedente; **(fl. 138)**
b) certidão ou documento equivalente expedido pelo concedente atestando que o interessado está em dia com as prestações das contas de transferências dos recursos dele recebidos; (ausente, providenciar)
c) certidão negativa específica emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil quanto à inexistência de débitos perante a seguridade social; **(fl. 137)**
d) certidão negativa conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto aos demais tributos; **(fl. 137)**
e) prova de regularidade do convenente para com a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND), **e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação (CRS); (fls. 137 e 140, vencida, devendo ser atualizada)**
f) certidão negativa de débitos trabalhistas exigível, nos termos da Lei 12.440, de 7 de julho de 2011. **(fl. 141)**
IV – orçamento devidamente detalhado em planilhas nos termos dos arts. 368 a 372 e dos arts. 484 a 486, todos deste Regulamento. **(não se aplica)**
V – plano de aplicação dos recursos financeiros e correspondente cronograma de desembolso: **(Plano Operativo Anual, fls. 368/446, já analisado)**
a) plano de aplicação dos recursos financeiros e correspondente cronograma de desembolso:
b) a liberação de recursos financeiros deve obedecer ao cronograma de desembolso e guardar consonância com as fases ou etapas de execução do objeto;
c) o plano de trabalho deverá contemplar previsão de prestações de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada, correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma de desembolso;
VI - o convenente e o concedente devem demonstrar disporem dos recursos necessários ao cumprimento das obrigações que assumem no termo de convênio mediante:
a) a indicação das fontes de recurso e da dotação orçamentária que assegurarão a integral execução do convênio; **(fls. 477 e 479)**
b) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; **(fls. 470/471)**
c) declaração do ordenador de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias; **(fl. 478)**
d) declaração do ordenador de despesa de que existe disponibilidade de caixa para pagamento das despesas decorrentes de convênio a ser celebrado nos dois últimos quadrimestres do mandato; **(não se aplica)**
e) indicação do crédito e o respectivo empenho para atender à despesa no exercício em curso, bem como apontamento de cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, mediante apostilamento, nos instrumentos cuja duração ultrapasse um exercício financeiro; **(empenho a ser providenciado oportunamente)**
f) previsão de execução de créditos orçamentários em exercícios futuros de que trata a alínea "e" deste inciso, acarretará a responsabilidade da concedente de incluir a dotação necessária à execução do instrumento em suas propostas orçamentárias para os exercícios seguintes; **(não se aplica)**
VII – plano de trabalho detalhado, nos termos do disposto no art. 681 deste Regulamento, e a prévia e expressa aprovação pela autoridade competente; **(Plano Operativo Anual, fls. 368/446)**
VIII – certidão expedida pelo Tribunal de Contas para obtenção de recursos públicos. (fl. 142, vencida, devendo ser atualizada)
§ 1º Quaisquer documentos que venham a ser exigidos por legislação específica como condição para o recebimento de recursos públicos passarão automaticamente a fazer parte do rol deste artigo e deverão complementar o processo do concedente para as transferências vigentes. **(observar)**
§ 2º O termo de cooperação poderá prescindir das condições previstas nos incisos III, IV, V, VI, e VIII deste artigo. **(inaplicável)**
§ 3º A verificação dos requisitos para o recebimento dos recursos financeiros deverá ser feita no momento da assinatura do respectivo instrumento, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor. **(observar)**
§ 4º É vedada a transferência antecipada da totalidade dos recursos quando a execução ultrapassar 2 (dois) meses e for incompatível com o plano de aplicação dos recursos. **(inaplicável)**
§ 5º O orçamento em unidades do inciso IV do caput deste artigo pode ser substituído por orçamento elaborado com a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada nos casos em que o convênio envolver obra ou serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, ou nas hipóteses que a elaboração do projeto básico for uma das etapas do respectivo acordo. **(inaplicável)**

Concernente ao ato que deu posse e exercício à autoridade máxima, quando a convenente for pessoa jurídica de direito público, em que pese tenha sido juntada a Ata em fls. 98/101, observa-se que a mesma não está vigente. Sendo assim, deve-se providenciar o ato que deu posse e exercício à autoridade máxima do Consórcio, bem como o documento pessoal de seu representante legal e eventual procuração.

No que diz respeito às certidões de regularidade do Consórcio que se pretende conveniar, todas as certidões de regularidade eventualmente vencidas deverão ser renovadas por ocasião da celebração do ajuste, bem como a sua atualização no Cadastro Geral de Fornecedores, às fls. 129/130.

De antemão, alerta-se que a Certidão Negativa Municipal (fl. 139), o Certificado de Regularidade do FGTS-CRF (fl. 140), a Certidão Liberatória emitida pelo TCE-PR (fl. 142) e a Certidão Negativa Correcional emitida pela CGU (fl. 132) estão vencidos. Ademais, resta ausente a certidão ou documento equivalente expedido pelo concedente atestando que o interessado está em dia com as prestações das contas de transferências dos recursos dele recebidos, o que deve ser providenciado.

Caberá à Pasta interessada, quando da efetiva celebração do ajuste, verificar uma vez mais a validade de todas as certidões acostadas, realizar nova consulta ao Cadin Estadual (fl. 131), ao CEIS (fl. 133), ao CEPIM (fl. 134), à CGU (fl. 138), bem como proceder consulta no cadastro GMS, assegurando, dessa forma, que naquele momento o Consórcio encontra-se apto e desimpedido de celebrar o PCEP.

Quanto à documentação orçamentária e financeira, nota-se que os recursos advirão da Fonte nº 600, Elemento de Despesa nº 3390.3900, Projeto/Atividade nº 8485 e 8030, sendo acostado aos autos a Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro (fls. 470/471), a Informação Orçamentária nº 13/2025 (fl. 477), a Declaração de Adequação Orçamentária da Despesa e de Regularidade do Pedido nº 13/2025 (fl. 478), o Quadro de Detalhamento de Despesa (fl. 479) e a Declaração de Disponibilidade Financeira Transferência de Recursos da União SUS (fl. 476).

Sobre o valor a ser repassado destaca-se que a parcela de remuneração pelos serviços produzidos terá como base os valores descritos nas tabelas de procedimentos do SUS, conforme o disposto no parágrafo primeiro da Cláusula Sétima da minuta do PCEP (fl. 354).

Seguindo, o art. 684 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 dispõe sobre as cláusulas obrigatórias do Termo de Convênio e o art. 685 sobre condutas vedadas, observadas naquilo que seja pertinente ao PCEP, senão vejamos:

> Art. 684. A minuta de convênio e de termo de cooperação deverá conter:
> I – o objeto e seus elementos característicos em consonância com o plano de trabalho, que integrará o termo celebrado independentemente de transcrição; **(cláusula primeira)**
> II – a especificação das ações, item por item, do plano de trabalho, principalmente as que competirem às entidades desenvolver, com a devida explicitação das metas; **(cláusula quarta)**
> III – as obrigações de cada partícipe; **(cláusula quarta)**
> IV – as obrigações do interveniente, quando houver, **(inaplicável)**
> V – a prerrogativa do órgão ou entidade transferidor dos recursos financeiros assumir ou transferir a obrigação da execução do objeto, no caso de paralisação ou de indícios de irregularidade, de modo a evitar sua descontinuidade; **(cláusula quarta, I, 15)**
> VI – a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos neste Regulamento; **(cláusula quarta, II, 60)**
> VII – a indicação da obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes pelo convenente e da manifestação de seu compromisso de utilizá-los para assegurar a continuidade de programa governamental, com apresentação de diretrizes e regras claras de utilização; **(não se aplica)**
> VIII – a forma de acompanhamento pelo concedente da execução física do objeto, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que empregará; **(cláusula nona)**
> **IX – o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública concedente, do controle interno do Poder Executivo Estadual, bem como do Tribunal de Contas aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este Regulamento, e aos locais de execução do objeto; (ausente, inserir)**
> X – o prazo para devolução dos saldos remanescentes e apresentação da prestação de contas; **(cláusula quarta, I, 61)**
> XI – a forma e a metodologia de comprovação do cumprimento do objeto; **(cláusula nona)**
> **XII – a obrigação do concedente de dispor de condições e de estrutura para o acompanhamento e verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas; (ausente, inserir)**
> XIII – a obrigatoriedade do concedente e do convenente de divulgar em sítio eletrônico oficial as informações referentes aos valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento; **(cláusula quarta, I, 12)**
> **XIV –** a descrição dos parâmetros objetivos que servirão de referência para a avaliação do cumprimento do objeto; **(Cláusula Nona)**
> **XV –** a previsão de prestações de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada, correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma de desembolso, sob pena de obstar o repasse das prestações financeiras subsequentes; **(cláusula quarta, II, 58)**
> **XVI –** a previsão de que o valor do convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela Administração de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo; **(Cláusula Décima)**
> **XVII –** a previsão da necessidade de abertura de conta específica para gestão dos recursos repassados; **(não se aplica)**
> XVIII – a previsão dos recursos financeiros ou de bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada; **(cláusula sétima)**
> XIX – previsão dos valores referentes à contrapartida financeira ou em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada; **(inaplicável)**
> XX – a indicação completa da dotação orçamentária que vincula a transferência a ser realizada pelo concedente; (**cláusula sétima)**
> XXI – a forma de execução do acompanhamento e da fiscalização, que deverá ser suficiente para garantir a plena execução física do objeto; **(cláusula nona)**
> XXII – o prazo de vigência e a data da celebração; **(cláusula sexta)**
> **XXIII –** a vedação de o convenente de estabelecer contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos estaduais para consecução do objeto do ajuste; **(não se aplica)**
> **XXIV** – cláusula que disponha que o desvio de utilização do bem móvel ou imóvel pelo convenente importará na transmissão ou retorno do bem para o domínio do concedente, ou indenização do valor global aplicado, nos termos do art. 665 deste Regulamento; **(não se aplica)**
> **XXV –** cláusula de inalienabilidade; **(não se aplica)**
> XXVI – hipóteses de extinção do ajuste. **(cláusula décima segunda)**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Parágrafo único. O termo de cooperação poderá prescindir das condições previstas nos incisos XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXIV e XXV deste artigo. **(inaplicável)**

Art. 685. É vedada a inclusão na minuta do convênio, sob pena de nulidade ou de sustação do ato, de cláusulas ou de condições que prevejam ou permitam: **(ausente qualquer das previsões abaixo)**
I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II – realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
III – transpasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto do convênio;
IV – pagamento, a qualquer título, com recursos da transferência, de servidor ou empregado integrante de quadro de pessoal da administração pública, direta ou indireta, por quaisquer serviços, inclusive de consultoria ou de assistência técnica, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei;
V – pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do convênio;
VI – aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;
VII – realização de despesas em data anterior, ou posterior, à sua vigência;
VIII – efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento pactuado, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência, a respectiva causa tenha sido justificada e os recursos financeiros para pagamento constem no plano de aplicação ou instrumento equivalente;
IX – atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;
X – realização de despesa com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, que esteja diretamente vinculada com o objeto do convênio e da qual não constem nomes, símbolos, imagens ou quaisquer referências que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;
XI – transferência de recursos para associações de servidores ou a quaisquer entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
XII – transferência de recursos às entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigentes ou controladores:
a) membros do Poder Executivo do concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
b) servidor público vinculado ao Poder Executivo do concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau, salvo se comprovada a inexistência de conflito com o interesse público.

Especificamente acerca da Minuta do Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos, portanto, recomenda-se:

a) corrigir, a Cláusula Décima – Das Alterações, Parágrafo Primeiro, pois as alterações lá previstas só podem ser realizadas por TERMO ADITIVO, então deve-se excluir a possibilidade das alterações ocorrerem por termo de registro de apostilamento;

b) Conforme o excerto transcrito acima, inserir cláusulas referentes a:

1. o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública concedente, do controle interno do Poder Executivo Estadual, bem como do Tribunal de Contas aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este Regulamento, e aos locais de execução do objeto;

2. a obrigação do concedente de dispor de condições e de estrutura para o acompanhamento e verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas.

Devem ser observados, ainda, os arts. 686, 697 e 706, que dispõem sobre a publicidade, a gestão e fiscalização e os termos aditivos, naquilo que couber, sendo pertinente, neste momento, destacar as seguintes previsões:

Art. 686. É condição de eficácia dos instrumentos a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade da Administração Pública estadual, que será providenciada pelo concedente, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura.
(…)
Art. 697. O gestor de convênio ou termo de cooperação é o gerente funcional e tem a missão de administrar o convênio ou termo de colaboração, desde sua formalização até o termo de cumprimento dos objetivos.
(…)
Art. 706. As alterações do convênio ou termo de cooperação serão formalizadas mediante termo aditivo, cujo resumo do seu extrato deverá ser publicado pelos partícipes no Diário Oficial do Estado e nos respectivos sítios oficiais eletrônicos, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do termo.
§ 1º A alteração do convênio ou termo de cooperação dependerá de prévia aprovação de plano de trabalho readequado e, no caso do convênio, da comprovação da execução das etapas anteriores com a devida prestação de contas, observada a compatibilidade com o objeto do ajuste.
§ 2º A readequação do plano de trabalho deverá ser previamente apreciada pelo setor técnico estadual e submetida à aprovação autoridade competente.

Seguindo, em consonância com a Resolução nº 28/2011 e o art. 3º da Instrução Normativa nº 61/2011, ambas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, são necessários os seguintes documentos:

I – o plano de trabalho, a que se refere o art. 8º da Resolução 28/2011, contendo a prévia e expressa aprovação por autoridade competente, e suas alterações, quando houver; ***(item já analisado nesta Informação)***
II – ato constitutivo do tomador dos recursos e comprovante de sua inscrição no CNPJ; ***item já analisado nesta Informação***
III – comprovação dos poderes de representação daqueles que firmarão o termo de transferência; ***(item já analisado nesta Informação)***
IV – certidão expedida pelo Tribunal de Contas para obtenção de recursos públicos; ***(item já analisado nesta Informação)***
V – certidão ou documento equivalente, atestando que o interessado está em dia com o pagamento dos tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao concedente; ***(item já analisado nesta Informação)***
VI – certidão ou documento equivalente, expedido pelo concedente, atestando que o interessado está em dia com as prestações das contas de transferências dos recursos dele recebidos; ***(item já analisado nesta Informação)***
VII – certidão negativa específica emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil quanto à inexistência de débitos perante a seguridade social; ***(item já analisado nesta Informação)***
VIII – certidão negativa conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto aos demais tributos; ***(item já analisado nesta Informação)***
IX – certificado de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; ***(item já analisado nesta Informação)***
X – certidão negativa de débitos trabalhistas exigível, nos termos da Lei 12.440/2011; ***(item já analisado nesta Informação)***
XI – título de reconhecida utilidade pública no âmbito do concedente, para as entidades privadas tomadoras de recursos; ***(tal previsão é inaplicável ao caso, conforme parágrafo único do art. 11 do Decreto Estadual nº 4.189/2016)***
XII – as notas de empenho referentes aos valores da transferência para o exercício financeiro em curso; ***(a ser providenciado oportunamente)***

*XIII – o termo de transferência e respectivos aditivos; **(a ser providenciado oportunamente)***
*XIV – comprovantes de publicação do termo de transferência e dos respectivos aditivos, quando houver; **(a ser providenciado oportunamente)***
*XV – comprovantes da efetiva transferência dos recursos ao tomador. **(a ser providenciado oportunamente)***

Prevê o art. 10 do Decreto Estadual nº 4.189/2016, outrossim, documentos necessários à instrução dos pedidos de concessão de auxílios, contribuições ou de pagamentos de subvenções formulados pelos municípios, o que pode ser aplicável aos Consórcios Intermunicipais, *in verbis*:

***Art. 10.** Os pedidos de transferência de recursos financeiros aos municípios deverão ser formulados pelos entes interessados à Secretaria de Estado correspondente às finalidades a que se destinam as verbas pretendidas, devendo ser anexados ao requerimento:*
***I -** razões que justifiquem a celebração do instrumento;* **(item já analisado nesta Informação)**
***II -** descrição completa do objeto a ser executado;* **(item já analisado nesta Informação)**
***III -** descrição das metas a serem atingidas, qualitativa e quantitativamente;* **(Plano Operativo Anual, fls.368/446)**
***IV -** etapas ou fases da execução do objeto, com previsão de início e fim;* **(Plano Operativo Anual, fls.368/446)**
***V -** plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo concedente e a contrapartida financeira do proponente, se for o caso, para cada projeto ou evento;* **(Plano Operativo Anual, fls.368/446)**
***VI -** cronograma de desembolso;* **(Plano Operativo Anual, fls.368/446)**
***VII -** certidão liberatória junto ao Tribunal de Contas do Estado;* **(item já analisado nesta Informação)**
***VIII -** certidão negativa quanto ao pagamento de empréstimos e financiamentos junto ao Estado, nos termos do art. 25, § 1°, inciso IV, alínea "a", da Lei Complementar Federal n.° 101, de 04 de maio de 2000;* **(item já analisado nesta Informação)**
***IX -** prova de regularidade para com as Fazendas Públicas Federal e Estadual, anexando, inclusive, a prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e* **(item já analisado nesta Informação)**
***X -** atendimento ao contido na Resolução n.° 28/2011-TCE/PR, regulamentada pela Instrução Normativa n.° 61/2011-TCE/PR.* **(item já analisado nesta Informação)**

Cabe alertar, por outro lado, para o disposto no art. 14-A, Parágrafo único, inciso I, da Lei nº 8.080/90, abaixo transcrito:

Art. 14-A. As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são reconhecidas como foros de negociação e pactuação entre gestores, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS).
Parágrafo único. A atuação das Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite terá por objetivo:
I – decidir sobre os aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do SUS, em conformidade com a definição da política consubstanciada em planos de saúde, aprovados pelos conselhos de saúde;
II – definir diretrizes, de âmbito nacional, regional e intermunicipal, a respeito da organização das redes de ações e serviços de saúde, principalmente no tocante à sua governança institucional e à integração das ações e serviços dos entes federados;
III – fixar diretrizes sobre as regiões de saúde, distrito sanitário, integração de territórios, referência e contrarreferência e demais aspectos vinculados à integração das ações e serviços de saúde entre os entes federados.

Compulsando o protocolado, verifica-se que resta ausente a Deliberação da Comissão Intergestores Regional e de Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Paraná aprovando a pactuação, as quais devem ser providenciadas previamente.

No que diz respeito a Lista de Verificação acostada às fls. 447/448, recomenda-se que sejam exigidos também todos os documentos constantes no checklist de fls. 14/15.

De acordo com o art. 1º, inciso VI, do Decreto Estadual nº 4.189/2016[12], a realização de despesas com a formalização de convênios e outros congêneres depende de prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo, salvo no caso de competência delegada a algumas autoridades, dentre elas o Secretário de Estado da Saúde, conforme § 6º do dito artigo[13].

Dessa forma, no presente caso, apesar do Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos a ser firmado envolver a realização de despesas, está dispensada a remessa do feito ao Governador para prévia autorização.

Ante todo o exposto, esta PGE/PCP aprova com ressalvas a Minuta do Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos e a Lista de Verificação, devendo serem previamente atendidas todas as recomendações e providências lançadas nesta Informação.

Por fim, considerando a diretriz de padronização adotada na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.086/2022, bem como o disposto no Decreto nº 3.203/2015 e Resolução PGE nº 41/2016, cumpre a esta PCP/PGE, submeter a sugestão desta manifestação uniforme, a minuta do Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos e a Lista de Verificação à apreciação do Exmo. Sr. Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 53, § 5º da Lei nº 14.133/2021, art. 162 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, art. 2º do Decreto Estadual nº 3.203/2015 e art. 8º, I e III, §§ 1º e 3º, da Resolução PGE nº 41/2016.

Aprovada a presente Manifestação Uniforme entende-se que está juridicamente autorizada a utilização da minuta do

---

[12] Art. 1.º Depende de prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo, a realização das despesas abaixo relacionadas, independentemente do valor:
(...)
VI - formalização de acordos, convênios, contratos de gestão, termos de parceria, termos de cooperação técnica e/ou financeira, instrumentos formalizados com base na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e outros congêneres;

[13] *"§ 6.º Fica delegada ao Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, ao Secretário de Estado da Saúde, ao Diretor Presidente do Instituto das Águas do Paraná, ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem e ao Diretor Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional a competência para celebrar convênios e instrumentos congêneres, incluídos os regulados pela Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014. (Redação dada pelo Decreto 8679 de 25/01/2018)."*

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos anexa no mov. 65, observadas as recomendações e ressalvas contidas na presente manifestação, a serem firmados com os consórcios elencados na presente manifestação.

Havendo futura necessidade de novos PCEP's com consórcios diversos daqueles de que versa este protocolado, deverá a Secretaria de Estado da Saúde, caso presentes os requisitos que fundamentam a manifestação uniforme, solicitar eventual inclusão na lista dos consórcios atendidos e encaminhar para aprovação da Procuradoria-Geral do Estado.

Ressalta-se que eventual formalização do PCEP com cláusulas diversas daquelas objeto da desta manifestação deverão ser encaminhadas individualmente para análise desta PGE/PCP.

Após a aprovação da presente informação pelo Sr. Procurador-Geral do Estado, recomenda-se a devolução do presente feito à SESA a fim de que tome conhecimento a respeito da presente manifestação jurídica e adote as providências julgadas cabíveis.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta PGE/PCP aprova com ressalvas a Minuta do Protocolo de Cooperação entre Entes Público, fls. 334/367, e a Lista de Verificação, fls. 447/448, desde que se atenda **DE FORMA PRÉVIA a todas as recomendações e providências lançadas nesta Informação** (§§ 4º e 5º do art. 328 do Decreto Estadual nº 10.086/2022[14]), as quais podem ser sintetizadas da seguinte forma:

a) No que diz respeito ao Plano Operativo Anual, cabe ao setor técnico competente verificar se foram atendidos os arts. 63 e 64 da Portaria de Consolidação nº 1 do Ministério da Saúde, visto tratar de documento técnico. Alerta-se também para a necessidade de aprovação documento pelas autoridades competentes;

b) Verificar se o Alvará de licença encontra-se válido;

c) Providenciar a atualização da Certidão de Inscrição de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Medicina do Paraná (fl. 149);

d) Juntar ao protocolo declaração que ateste que não há a incidência de nenhuma das vedações previstas no art. 670 do Decreto Estadual nº 10.086/2022;

e) Providenciar o ato que deu posse e exercício a autoridade máxima do Consórcio, bem como o documento pessoal de seu representante legal e eventual procuração;

f) No que diz respeito às certidões de regularidade do Consórcio, todas as certidões de regularidade eventualmente vencidas deverão ser renovadas por ocasião da celebração do ajuste, bem como a sua atualização no Cadastro Geral de Fornecedores, às fls. 129/130;

g) Acostar a certidão ou documento equivalente expedido pelo concedente atestando que o interessado está em dia com as prestações das contas de transferências dos recursos dele recebidos, o que deve ser providenciado, eis que ausente;

h) Realizar nova consulta ao Cadin Estadual (fl. 131), ao CEIS (fl. 133), ao CEPIM (fl. 134), à CGU (fl. 138), bem como proceder consulta no cadastro GMS, assegurando, dessa forma, que naquele momento o Consórcio encontra-se apto e desimpedido de celebrar o PCEP;

i) Concernente à minuta do Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos, recomenda-se: **i.** corrigir, a Cláusula Décima – Das Alterações, Parágrafo Primeiro, pois as alterações lá previstas só podem ser realizadas por TERMO ADITIVO, então deve-se excluir a possibilidade das alterações ocorrerem por termo de registro de apostilamento; **ii.** conforme o excerto transcrito acima, inserir cláusulas referentes a: 1. o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública concedente, do controle interno do Poder Executivo Estadual, bem como do Tribunal de Contas aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este Regulamento, e aos locais de execução do objeto; e 2. a obrigação do concedente de dispor de condições e de estrutura para o acompanhamento e verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas;

j) Providenciar a Deliberação da Comissão Intergestores Regional e de Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Paraná aprovando a pactuação;

k) No que diz respeito a Lista de Verificação acostada às fls. 447/448, recomenda-se que sejam exigidos também todos os documentos constantes no checklist de fls. 14/15.

Diante de todo o exposto, esta Procuradoria Consultiva de Concessões, Convênios e Parcerias encaminha para aprovação a presente Manifestação Uniforme, acompanhado da minuta do Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos e respectiva lista de verificação, a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, e os Consórcios devidamente relacionados em fls. 14/15 do protocolo, para os fins acima postos.

Caso as propostas sejam aprovadas pelo Exmo Sr. Procurador-Geral do Estado, a minuta e respectiva lista de verificação deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e disponibilizadas no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado para utilização.

Quando for adotada a minuta analisada e aprovada por esta Manifestação Uniforme, estará dispensado o encaminhamento dos protocolados específicos relacionados aos instrumentos celebrados para os Consórcios listados em fls. 14/15 do protocolado para nova análise da PGE, salvo se houver alguma alteração na minuta ou o caso não se enquadre no caso posto na presente Informação.

---

[14] § 4º Se observada a deficiência na instrução do processo, poderá aprovar condicionada ao atendimento das recomendações do Procurador do Estado para que surta efeitos legais.
§ 5º Após a manifestação jurídica de que trata o §4º deste artigo, não haverá pronunciamento subsequente da Procuradoria-Geral do Estado, para fins de simples verificação do atendimento das recomendações consignadas na informação, sendo ônus do gestor a responsabilidade pelo seu cumprimento, ou mesmo por eventual conduta que opte pelo não atendimento das orientações jurídicas dadas, salvo se a própria manifestação jurídica exigir.

É a informação.

Encaminhe-se ao Exmo. Sr. Coordenador do Consultivo, para ciência e remessa ao Exmo. Sr. Procurador-Geral do Estado, para deliberação.

Curitiba, data da assinatura digital.

(assinado digitalmente)

Hellen Gonçalves Lima
Procuradora do Estado do Paraná

ANEXO I – LISTA DOS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE ABRANGIDOS PELA MANIFESTAÇÃO UNIFORME - INFORMAÇÃO N.º 36/2025-PGE/PCP

RS	Município	Razão Social	Nome Fantasia	CNES	CNPJ
1	Paranaguá	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná	Cislipa	7025769	13.681.884/0001-39
2	Colombo	Consórcio Metropolitano de Saúde do Paraná Comesp	Consórcio Metropolitano de Saúde do Paraná Comesp	0079308	08.061.295/0003-80
2 2	São José dos Pinhais	Consórcio Metropolitano Comesp	Comesp	9462740	08.061.295/0002-07
3	Ponta Grossa	Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Campos Gerais	Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Campos Gerais	5141745	03.878.900/0001-24
4	Irati	Consórcio Intermunicipal de Saúde Amcespar	Cisamcespar	2517450	00.358.098/0001-53
4	Irati	Consórcio Intermunicipal de Saúde Amcespar	Centro de Atenção à Saúde Ceo	3834271	00.358.098/0001-53
5	Guarapuava	Consórcio Intermunicipal de Saúde da 5a Região de Saúde	Consórcio Intergestores de Saúde da 5a Região de Saúde do Pa	0984795	36.330.988/0001-02
5	Guarapuava	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Centro Oeste do Paraná	Cis Centro Oeste	2741687	03.601.519/0001-13
5	Guarapuava	Consórcio Intermunicipal de Saúde Gpuavapinhao	Cisgap	3634949	07.540.117/0001-07
5	Laranjeiras do Sul	Associação Intermunicipal de Saúde do Centro Oeste do Paraná	Assiscop	2741377	02.322.413/0001-18
5	Pitanga	Consórcio Intermunicipal Paraná Centro	Cis Parana Centro	7030053	14.810.317/0001-06
6	União da Vitória	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu	Cisvali	2568764	00.956.801/0001-25
9	Medianeira	Consórcio Intermunicipal de Saúde Iguaçu	Cisi Consórcio Intermunicipal de Saúde Iguacu	5413451	00.879.976/0001-86
10	Cascavel	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná	Cisop	2737469	00.944.673/0001-08
14	Loanda	Consórcio Intermunicipal de Saúde Centro Reg Especialidades	Crecis Loanda	2753731	73.966.913/0001-30
14	Paranavaí	Consórcio Intermunicipal de Saúde Centro Reg Especialidades	Crecisparanavai	2781212	73.966.913-0001-30
14	Paranavaí	Consórcio Intermunicipal de Saúde	Ceo Centro de Especialidade Odontológica	7011318	73.966.913/0001-30
18	Cornélio Procópio	Cisnop Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte do Paraná	Cisnop	2582163	00.126.737/0001-55
19	Jacarezinho	Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro	Cisnorpi	2780143	00.476.612/0001-55
20	Toledo	Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná	Ciscopar	2800837	73.449.977/0001-64
20	Toledo	Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná	Ceo Centro de Especialidades Odontológicas	5119731	73.449.977/0001-64
20	Toledo	Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná	Cta Sae Centro de Testagem e Aconselhamento	7232853	73.449.977/0001-64
22	Ivaiporã	Consórcio Int de Saúde da 22 Reg de Saúde de Ivaipora	Consórcio Intermunicipal de Saúde da 22 RS	2588501	02.586.019/0001-97

ANEXO II – LISTA DE VERIFICAÇÃO

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE ENTES PÚBLICOS – PCEP

MANIFESTAÇÃO UNIFORME - INFORMAÇÃO N.º 36/2025-PGE/PCP

Protocolo nº:
Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos nº:

REQUISITOS GERAIS		
01.	Ficha completa do CNES	Fls. _____
02.	Alvará de funcionamento	Fls. _____
03.	Licença sanitária	Fls. _____
04.	Prova dos poderes do representante legal do Consórcio que assinará o PCEP, mediante apresentação de cópia simples da ata de posse/nomeação	Fls. _____
05.	Autorização da autoridade competente	Fls. _____
06.	Ato de designação do gestor do PCEP	Fls. _____
07.	Ato de designação do fiscal do PCEP	Fls. _____

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

08.	Demonstração de interesse por meio de Ofício do Estabelecimento solicitando Contratação, demonstrando o seu perfil assistencial, capacidade instalada e a descrição dos serviços a serem executados;	Fls. _____
09.	Providenciar cadastro prévio na Central de Segurança do Estado do Paraná e Assinatura Digital QUALIFICADA no Sistema e-Protocolo Digital (Resolução Conjunta SESA/SEAP nº 057/2020);	Fls. _____
10.	Ato constitutivo: Estatuto Social em vigor, devidamente registrado (I, Art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021);	Fls. _____
11.	Comprovante de inscrição do ato constitutivo, acompanhada de ato formal de designação da diretoria em exercício; (I, Art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021)	Fls. _____
12.	Cópia da Carteira de Identidade e CPF do Representante Legal pelo Estabelecimento com comprovação dos legítimos poderes para assinar e firmar contrato com órgãos públicos;	Fls. _____
13.	Declaração de Nepotismo prevendo que o Presidente ou Dirigente da entidade contratada não exerça cargo de chefia ou função de confiança no SUS. (XV, Art. 391; § 1º, VI do Art. 396 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e, Decreto Estadual nº 2.485/2019); **Obs.: Modelo**	Fls. _____
14.	Declaração de atendimento à Política Pública Ambiental de Licitação Sustentável; (Artigos 361 e seguintes do Decreto Estadual nº 10.086/2022); **Obs.: Modelo**	Fls. _____
15.	Declaração de Ciência da Disponibilidade de Dados (inciso VI, art. 7º da Lei nº 12.527/2011 e Lei 13.709/2018); **Obs.: Modelo**	Fls. _____
16.	Declaração de que nenhum dos dirigentes, sócios, membros, associados da instituição ocupa cargo ou função pública na Secretaria de Estado da Saúde do Paraná; (IV do Art. 53 do Decreto Estadual nº 10.086/2021, Art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021) **Obs.: Modelo**	Fls. _____
17.	Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; (Art. 63, IV da Lei Federal nº 14.133/2021) **Obs.: Modelo**	Fls. _____
18.	Declaração emitida pelo interessado de que conhece e aceita as condições do Sistema Único de Saúde, que está de acordo com o repasse financeiro disponibilizado pela Secretaria Estadual de Saúde de acordo com o estabelecido no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – Tabela do SUS;	Fls. _____
19.	Declaração de não utilização de Mão de Obra de Menores; (VI, Art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal); **Obs.: Modelo**	Fls. _____
20.	Para os Estabelecimentos Filantrópicos, anexar extrato da decisão sobre o requerimento de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS ou de sua renovação publicado no Diário Oficial da União (DOU); (Lei Complementar nº 187/2021);	Fls. _____
21.	Para os Estabelecimentos Filantrópicos que possuem CEBAS, apresentar Declaração para fins de não incidência de retenção de impostos direto na fonte (art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012); **Obs.: Modelo**	Fls. _____
22.	Certificado de Registro Cadastral Completo – atualizado e válido - junto ao Sistema de Gestão de Materiais e Serviços – GMS; (§ 4º do Art. 1.º do Decreto nº 9.762/2013); https://www.gms.pr.gov.br/gms/loginUsuario.do?action=iniciarProcesso	Fls. _____
23.	Deliberação CIB e CIR;	Fls. _____
24.	Cópia da Informação n.º 36/2025-PGE/PCP, emitido pela Procuradoria Consultiva de Concessões, Convênios e Parcerias, da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, com a aprovação pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral do Estado do Paraná	Fls. _____

DOCUMENTOS DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA		
01.	Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal, inclusive, quanto aos débitos e às contribuições previdenciárias	Fls. _____
02.	Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual do Paraná	Fls. _____
03.	Certidão de Regularidade com os tributos Municipais	Fls. _____
04.	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT	Fls. _____
05.	Certificado de Regularidade com o FGTS	Fls. _____
06.	Certidão emitida pela SESA, atestando que o interessado está em dia com as prestações das contas de transferências dos recursos dele recebidos	Fls. _____
07.	Certidão Liberatória do TCE	Fls. _____
08.	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep); (III, Art. 148 do Decreto Estadual nº 10.086/2021, § 4º, Art. 91 da Lei Federal nº 14.133/2021)	Fls. _____
09.	Comprovante de consulta no Cadastro Informativo Estadual – CADIN (Lei Estadual nº 18.466/2015, Decreto Estadual nº 1.933/2015, III, Art. 148 do Decreto Estadual nº 10.086/2021);	Fls. _____
10.	Comprovante de consulta no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM; (III, Art. 148 do Decreto Estadual nº 10.086/2021);	Fls. _____
11.	Certificado de Registro Cadastral Completo – atualizado e válido – junto ao Sistema de Gestão de Materiais e Serviços – GMS (§4º do Art. 1º do Decreto nº 9.762/2013).	Fls. _____

DOCUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS		
01.	Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes	Fls. _____
02.	Informação do setor competente indicando a dotação orçamentária – Bloqueio Orçamentário	Fls. _____
03.	Declaração de Adequação da Despesa e de Regularidade do Pedido, Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD	Fls. _____
04.	Declaração de Disponibilidade Financeira - DDF	Fls. _____

REQUISITOS MÍNIMOS DO PLANO OPERATIVO		
01.	Definição das metas físicas das unidades (quantitativas), atendimentos ambulatoriais, atendimentos de urgência e emergência e dos serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, com os seus quantitativos e fluxos de referência e contrarreferência;	Fls. _____

02.	Descrição das atividades de aprimoramento e aperfeiçoamento da gestão	Fls. _____
03.	Prazo de 12 meses, a partir da data de assinatura do PCEP, podendo as metas físicas serem anualmente revistas e incorporadas ao PCEP, mediante a celebração de Termo Aditivo.	Fls. _____
04.	Previsão de mecanismos de acompanhamento e avaliação.	Fls. _____

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA		
01.	Parecer técnico do setor competente da Regional de Saúde ratificado pela Direção da Regional de Saúde, embasado na visita in loco, contendo no mínimo: informação quanto às atividades gerais desenvolvidas pelo Estabelecimento, atestando que as documentações apresentadas pelo estabelecimento encontram-se em consonância, que as condições técnicas, estruturais e tecnológicas ofertadas são condizentes com a Rede de Atenção à Saúde, bem como a verificação de todos os dados cadastrados no CNES, com conclusão de demonstrativo da importância da disponibilidade dos serviços na rede de atendimento do SUS na Região;	Fls. _____
02.	Parecer do Fiscal do PCEP, conforme Resolução SESA nº 713/2023;	Fls. _____
03.	Certificado de Responsabilidade Técnica do Estabelecimento (Pessoa Jurídica) Médico e/ou Enfermagem (de acordo com o tipo de serviço ofertado); (II e V, Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021)	Fls. _____
04.	Certificado de Responsabilidade Técnica pelo Estabelecimento – Médico e/ou Enfermagem (de acordo com o tipo de serviço ofertado); (I, Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021)	Fls. _____
05.	Apresentação da cópia da Carteira Profissional do Responsável Técnico do Estabelecimento com inscrição no respectivo Conselho Regional de Exercício Profissional (RT Médico e Enfermagem - ou de acordo com o tipo de serviço ofertado);	Fls. _____
06.	Apresentação da escala ATUALIZADA de profissionais, conforme o tipo dos serviços a serem prestados, devidamente especificadas com: nome completo de cada profissional, número da inscrição no respectivo conselho de classe, profissão, dias da semana, horários/turnos, assinatura do responsável pela confecção das escalas;	Fls. _____
07.	Ficha completa de Identificação de Inscrição de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) (I, Art. 11 do Decreto Estadual nº 7.265/2017);	Fls. _____
08.	Relatório da realização da **visita in loco** pela Regional de Saúde, devidamente assinado em conjunto com o prestador, comprovando que as condições apresentadas e vistoriadas são capazes de comportar a execução dos serviços propostos;	Fls. _____
09.	Os Consórcios que possuírem habilitações (CEO, LRPD, CER, Rede da Pessoa Com Deficiência, etc..) credenciadas junto ao Sistema Único de Saúde – SUS deverá garantir o cumprimento do disposto nas referidas portarias através de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação que terá ciência e concordância da regional de saúde;	Fls. _____
10.	Apresentar comprovação das comissões existentes e atuantes, mantendo-as cadastradas e atualizadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de SAúde (SCNES), **tendo como parâmetros mínimos a segurança do paciente e controle de infecção;**	Fls. _____
11.	Ser referência para atendimento de serviço de saúde minimamente em sua microrregião de saúde, nos termos do artigo 2º e 3º da Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009; **Obs.: Declaração emitida pela Regional de Saúde quanto a referência de atendimento**	Fls. _____
12.	Possuir todos os equipamentos, instalações físicas, insumos, medicamentos, equipe profissional e/ou multiprofissional, especialidades médicas presenciais, apoio diagnóstico e terapêutico necessário, em total conformidade com os serviços a serem executados; (III, Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021); **Obs: Declaração emitida pelo Estabelecimento**	Fls. _____
13.	Ofertar atendimento com equidade, integralidade, universalidade, gratuidade e transparência de todo o processo a todos os usuários do Sistema Único de Saúde; **Obs.: Declaração emitida pelo Estabelecimento**	Fls. _____
14.	Disponibilizar aos pacientes todos os recursos necessários ao seu total atendimento, inclusive prestar Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico - SADT, durante o tempo em que ocupar as dependências do Estabelecimento; **Obs: Declaração emitida pelo Estabelecimento**	Fls. _____
15.	Disponibilizar e inserir todos os serviços que serão executados no Sistema CARE, sob a gerência da Central Estadual de Regulação tal qual efetivará a autorização de acesso aos serviços contratados, com a finalidade exclusiva de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde; **Obs.: Declaração de ciência e concordância do Estabelecimento**	Fls. _____

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA		
01.	Apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; (I, art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021)	Fls. _____
02.	Apresentação da certidão, documento equivalente ou declaração que ateste que o consórcio não está sob liquidação judicial ou extrajudicial. (II, art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2022) devidamente atualizada, com data de emissão não superior a 5 (cinco) dias da data de apresentação. **Obs.:** https://www.tjpr.jus.br/comarcas Neste link, ver a comarca do foro a que o consórcio pertence, ligar ou enviar e-mail conforme os dados disponibilizados na página e solicitar a certidão. (esta certidão é retirada no cartório onde está registrado o CNPJ)	Fls. _____

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA		
01.	Proposta assistencial detalhada por tipo de atendimento ambulatorial na média e/ou alta complexidade e tipo de financiamento (MAC e FAEC) condizente ao perfil do estabelecimento e ao serviço a que se destina, contendo: código, nome do procedimento e valor conforme a Tabela SIGTAP, quantidade de procedimentos a serem realizados e valor total	Fls. _____
02.	Quando o prestador possuir atendimento eletivo ambulatorial, apresentar proposta detalhada das consultas eletivas por especialidade a serem ofertadas para a central de regulação;	Fls. _____
03.	Quando o prestador realizar cirurgias eletivas, apresentar proposta de quantitativo por especialidade;	Fls. _____
04.	Quando o estabelecimento de saúde for habilitado deverá detalhar a programação estabelecida para a referida linha de cuidado;	Fls. _____
05.	Declaração, sob pena de desclassificação, de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega da proposta; (Art. 63, § 1º da Lei Federal 14.133/2021) **Obs. Declaração emitida pelo estabelecimento.**	Fls. _____

Curitiba, XX, de XXXXX de 20XX

[Nome e assinatura do servidor responsável pelo preenchimento

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO II – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE ENTES PÚBLICOS – PCEP

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E O CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL XXXXX, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/ FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.597.121/0001-74, com sede na Rua Piquiri, nº 170, doravante denominada SESA/GESTOR, neste ato representado por **XXXXX**, Secretário de Estado da Saúde, portador da carteira de identidade nº **XXXXX** e CPF **XXXXX** e de outro, o **Consórcio Público Intermunicipal de Saúde XXXXX**, inscrito no CNPJ sob o nº **XXXXX**, mantenedor do CNES nº **XXXXX**, localizado à **XXXXX** Município **XXXXX**, neste ato representado pelo Prefeito-Presidente **XXXXX**, portador da Carteira de Identidade nº **XXXXX** e CPF nº **XXXXX** doravante denominado CIS/GERENTE, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE ENTES PÚBLICOS – PCEP, que reger-se-á pelos Art. 60 e seguintes da Portarias de Consolidação MS nº 1 (Origem: Portaria MS nº 161, de 21 de janeiro de 2010), Artigo 24, inciso IV do Anexo 2 do Anexo XXIV da Portaria de Consolidação n° 2, Anexo XXIV da Portaria Consolidada MS nº 2 (Origem; Portaria MS/GM nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013), Portarias de Consolidação MS nº 1, 2, 3, 4, 5 e 6, todas de 28 de setembro de 2017 (Origem: Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 em especial o contido no Art. 10 e Art. 18, VII), pelas normas gerais da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, Decreto Estadual nº 4.189, de 25 de maio de 2016, Decreto Estadual nº 8.622, de 31 de julho de 2013, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2020, Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, § 3º do Art. 3º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Decreto Estadual nº 4.514, de 24 de junho de 1998, Art. 14 e demais condições da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, Decreto Federal n° 6107 de 17 de janeiro de 2007, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este PCEP tem por objeto a prestação de serviços ambulatoriais pelo GERENTE Consórcio **XXXXX** aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) conforme Plano(s) Operativo(s) Anual(is), parte integrante e indissociável deste PCEP.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os serviços a serem prestados devem estar de acordo com as pactuações entre os Gestores do SUS, estabelecido no Planejamento Regional Integrado (PRI), no Plano Diretor de Regionalização (PDR) e no Plano Estadual de Saúde do Paraná, em relação a sua respectiva área de atuação.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os procedimentos Ambulatoriais serão remunerados com base no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – Tabela do SUS, mediante produção programada, apresentada e processada pelo Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), ou outro sistema de informações que venha a ser implementado no âmbito do SUS em substituição ou complementar a este, e o pagamento será creditado diretamente na conta cadastrada no SCNES, mediante apresentação de fatura registrada no SIA, pós-processada e aprovada pelo setor competente da SESA.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Havendo publicação de tabela complementar desenvolvida pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, os valores dos procedimentos serão remunerados de acordo com a regulamentação criada, ou quando da criação de programa específico (estadual e/ou federal), o financiamento obedecerá às normativas que os regem.

PARÁGRAFO QUARTO. Por meio deste instrumento, o Consórcio Intermunicipal de SaúdeCIS passa a integrar a rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços no SUS do Paraná.

PARÁGRAFO QUINTO. O Consórcio fará jus aos incentivos repassados pelo Ministério da Saúde quanto ao atendimento da Rede XXXXX, e outros que venham a ser publicados caso o Consórcio seja devidamente habilitado e/ou realize a adesão formal.

Nota explicativa 1
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O parágrafo quinto deverá ser preenchido com as linhas de cuidados que serão pactuadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS DO PCEP

Na execução deste PCEP, o GESTOR e o GERENTE deverão observar as seguintes condições gerais:

I – o acesso ao Sistema Único de Saúde – SUS se faz, preferencialmente, pelas Unidades Básicas de Saúde, conforme pactuação local, ressalvadas as situações de urgência e emergência;

II – o acompanhamento e o atendimento do usuário seguem as regras estabelecidas para a referência e contra referência, mediante protocolos de encaminhamento e Linhas de Cuidado pactuadas;

III – o atendimento humanizado deverá seguir as diretrizes da Política Nacional de Humanização do SUS – PNH;

IV – o atendimento integral das Portarias, dos Protocolos Técnicos, do Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares, do Manual Técnico Operacional, do Sistema de Informações Ambulatoriais SIA/SUS e demais legislações vigentes, referentes ao atendimento e encaminhamento dos usuários do SUS;

V – acesso universal, igualitário e integral à saúde dos usuários;

VI – o atendimento da Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;

VII – o atendimento da Resolução SESA nº 262/2024, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso da cláusula antifraude e anticorrupção;

VIII – atender a Portaria GM/MS nº 2.905, de 13 de junho de 2022 que dispõe sobre as diretrizes e os aspectos operacionais aplicáveis aos Consórcios Públicos de Saúde no âmbito do SUS e a Política Nacional de Regulação do SUS;

IX - atender conforme habilitações Ministerial para realização de procedimentos ambulatoriais de média e/ou alta complexidade, bem como XXXXX.

Nota explicativa 2
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

O inciso IX deverá ser preenchido com as linhas de cuidados que serão pactuadas.

X- atender, conforme habilitação Ministerial, ao preconizado pela Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023, que altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
XI - o atendimento integral às Linhas de Cuidado, independente de transcrição neste instrumento, deverá ocorrer conforme consta do Plano Operativo, contendo metas pactuadas entre o GESTOR e GERENTE;
XII - atender aos dispositivos da Portaria GM/MS Nº 1.604, de 18 de outubro de 2023, Portaria GM/MS Nº 3.492, de 08 de abril de 2024, Portaria GM/MS Nº 1.640, de 07 de maio de 2024 ou outras que vierem a ser editadas sobre a Oferta de Cuidados Integrados – OCI.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO(S) PLANO(S) OPERATIVO(S) ANUAL(IS)
Fica devidamente acordada a execução do Plano(s) Operativo(s) Anual(is) de cada unidade de saúde que integra este PCEP.
PARÁGRAFO PRIMEIRO. O Plano(s) Operativo(s) Anual(is) detalhará as responsabilidades assumidas pelo GERENTE, relativas ao período de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura deste PCEP, podendo essas serem revistas anualmente de comum acordo e eventualmente incorporadas a este instrumento, mediante celebração de Termo Aditivo.
PARÁGRAFO SEGUNDO. As metas físicas acordadas e, consequentemente, o valor global mensal, poderão sofrer variações no decorrer do período, observando-se o limite mensal de 10% (a maior ou a menor), desde que não ultrapasse o valor financeiro deste PCEP, verificados o fluxo da clientela e as características da assistência, tornando-se necessário que o GESTOR e o GERENTE promovam as alterações respectivas, de acordo com a Cláusula Décima deste Protocolo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS COMPROMISSOS DAS PARTES

I – DO GESTOR – A Secretaria Estado de Saúde se compromete a:
1. realizar o repasse mensal dos valores financeiros de que trata a Cláusula Sétima para pagamento dos serviços devidamente prestados conforme valores referenciais vigentes;
2. realizar o repasse financeiro mensal a título de incentivo proveniente da habilitação ministerial referente à realização de procedimentos ambulatoriais de média e/ou alta complexidade, bem como **XXXXX**.

Nota explicativa 3:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O inciso I, número 2 deverá ser preenchido com as linhas de cuidados que serão pactuadas.

3. realizar o repasse financeiro mensal a título de incentivo proveniente da habilitação ministerial seguindo diretrizes dispostas na Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023, que altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
4. realizar o repasse financeiro mensal a título de incentivo referente aos programas eventualmente desenvolvidos pela Secretaria Estado de Saúde e/ou Pelo Ministério da Saúde;
5. exercer o controle e avaliação dos serviços prestados, autorizando os procedimentos a serem realizados e monitorando a(s) unidade(s) de saúde na execução do Plano(s) Operativo(s) Anual(is);
6. processar o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), ou outro sistema de informações que venha a ser implementado no âmbito do SUS em substituição ou complementar a estes;
7. gerenciar o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES ou outro Sistema de Informações que venha a ser implementado no âmbito do SUS em substituição ou em complementação a este. No cadastro da(s) unidade(s) de saúde objeto do PCEP, devem constar, em campo específico, informações relativas ao termo firmado;
8. analisar os relatórios mensais e anuais enviados pela(s) unidade(s) de saúde e os dados disponíveis no SIA;
9. acompanhar e avaliar, de forma permanente, o grau de consecução das metas;
10. realizar auditorias operacionais;
11. estabelecer mecanismos de controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde;
12. divulgar em sítio eletrônico oficial as informações referentes aos valores devolvidos, bem como, a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
13. analisar a prestação de contas do GERENTE, relativo aos valores repassados por conta deste PCEP e prestar contas aos órgãos fiscalizadores, de acordo com a legislação pertinente a matéria;
14. notificar o GERENTE, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar a
Tomada de Contas Especial;
15. assumir ou transferir a obrigação da execução do objeto, no caso de paralisação ou de indícios de irregularidade, de modo a evitar sua descontinuidade;
16. realizar o acompanhamento e verificação da execução do objeto, bem como o cumprimento das metas e dos prazos relativos à prestação de contas.

II – DO GERENTE – O CIS se compromete a:
1. estar registrado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, alimentar e atualizar todos os seus campos, bem como, de todos os profissionais e os demais bancos de dados obrigatórios, conforme Portaria GM/MS nº 2905 de 13 de julho de 2022 e NOTA INFORMATIVA Nº 410/2024-CGSI/DRAC/SAES/MS e outros que vieram a substituir;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

2. alimentar o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), ou outro sistema de informação que venha a ser implementado no âmbito do SUS que o substitua ou complemente;
3. apresentar ao GESTOR os relatórios mensais, as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados, a documentação referente à avaliação dos eventuais programas desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com o cronograma estabelecido pelo GESTOR, o qual deverá observar o prazo regulamentar;
4. apresentar ao GESTOR o relatório anual, até o 20º (vigésimo) dia útil do mês subsequente ao término do período de 12 (doze) meses, incluindo informações relativas à execução do PCEP, com a apropriação por unidade de saúde;
5. apresentar ao GESTOR as informações previstas no Plano(s) Operativo(s) Anual(is), relativas à(s) unidade(s) que compõe(m) este PCEP;
6. cumprir, através da(s) unidade(s) de saúde, o(s) Plano(s) Operativo(s) Anual(is);
7. disponibilizar todos os serviços da(s) unidade(s) de saúde que integra(m) o PCEP na Central de Regulação (CARE), considerando a abrangência do complexo regulador;
8. monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros provenientes do PCEP;
9. manter atendimento conforme pactuação com o GESTOR e informado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;
10. submeter-se às avaliações sistemáticas pelo GESTOR;
11. garantir aos pacientes em atendimento ambulatorial, o acesso a serviços auxiliares de diagnóstico e terapêutica;
12. fornecer gratuitamente aos usuários do SUS, os serviços, todos os insumos, medicamentos e alimentação que necessitem ser utilizados em ambiente ambulatorial;
13. afixar em local visível, informativo de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados;
14. não cobrar e não permitir a cobrança, a qualquer título, por serviços prestados aos usuários do SUS;
15. responsabilizar-se integralmente pelos funcionários com os quais estabeleceu vínculo empregatício, procedendo os descontos e recolhimentos previstos em lei, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, bem como quanto às orientações e uso do EPI e a responsabilidade pelo efetivo uso do EPI, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Estado do Paraná (VIII, Art. 349 do Decreto Estadual nº 10.086/2022);
16. manter arquivo permanente com as atividades desenvolvidas pela CIPA, bem como relatórios periódicos e documentos comprobatórios quanto a atualizações, orientações, normas, treinamentos fornecidos aos funcionários sobre uso do EPI e demais instruções que se fizerem necessárias;
17. responsabilizar-se de forma exclusiva pelos danos causados à Administração, ao paciente ou a terceiros, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pelo GESTOR;
18. permitir o amplo acesso dos Conselhos de Saúde às informações e documentos pertinentes ao PCEP, bem como ao interior da(s) unidade(s) de saúde, por intermédio de representantes devidamente identificados;
19. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo que originaram a contratação, nos termos do Inciso IV, Art. 244 do Decreto Estadual nº 10.086/2022;
20. manter os documentos comprobatórios das despesas efetuadas, bem como outros documentos que derem origem aos relatórios, que deverão ficar à disposição dos órgãos de controle por um período mínimo de 5 (cinco) anos, a contar da data das respectivas prestações de contas;
21. apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem o atendimento das metas quantitativas e qualitativas;
22. preencher os campos referentes ao PCEP no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);
23. alimentar e atualizar o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) em todos os seus campos e os demais bancos de dados obrigatórios;
24. observar o Plano Diretor de Regionalização - PDR e garantir o encaminhamento dos pacientes a outros níveis de atenção, na forma determinada pela Sesa, obedecendo aos fluxos de Regulação de Acesso vigentes;
25. manter as unidades em funcionamento com todos os serviços disponibilizados ao SUS para cada especialidade/habilitação constante no CNES;
26. ter em funcionamento a CECISS - Comissão Estadual de Controle de Infecção em Serviços de Saúde;
27. notificar os casos de infecção ambulatorial;
28. notificar doenças e agravos de notificação compulsória;
29. manter sempre atualizado, completo e com letra legível os prontuários dos pacientes, de acordo com o preconizado pelo Conselho Federal de Medicina;
30. garantir a presença de acompanhante para crianças, adolescentes, gestantes e idosos, de acordo com as legislações específicas;
31. notificar suspeitas de violência e negligência, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso;
32. implantar e/ou implementar o Programa Nacional de Segurança do Paciente;
33. desenvolver e manter programa de qualidade que abranja a humanização do atendimento, incorporando as diretrizes propostas pela Política Nacional de Humanização (PNH);
34. atender a Portaria GM/MS nº 2.905/22 que dispõe sobre as diretrizes e os aspectos operacionais aplicáveis aos Consórcios Públicos no âmbito do SUS;
35. cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente e das práticas de sustentabilidade nos termos dos artigos 361 e seguintes do Decreto Estadual nº 10.086/2022;
36. apresentar, discutir e elaborar em conjunto com o GESTOR a programação que constará no Plano Operativo Anual que fará parte integrante deste PCEP;
37. fica vedada à CONTRATADA a admissão de familiar - cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau - de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, de acordo com o art. 3º, § 2º do Decreto nº 2.485/2019;
38. atender a Lei Federal nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 – Anticorrupção;
39. atender a Resolução SESA nº 262/2024, ao adotar práticas anticorrupção;
40. utilizar-se, obrigatoriamente, do Sistema Cartão Nacional de Saúde, o Cartão SUS, como documento de registro ao serviço;
41. atender a Resolução SESA nº 974/2021 quanto os diretos do uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero;
42. manter, permanentemente, cadastro dos usuários do Sistema Único de Saúde, contendo minimamente as informações pessoais básicas do paciente;
43. prestar atendimento ao indígena, respeitando os direitos previstos na legislação;

44. implantar protocolos clínicos que atendam os objetivos do PCEP;
45. implantar acolhimento do paciente com protocolo de estratificação de risco;
46. atender as diretrizes das políticas dos programas de saúde instituídos pela Secretaria de Estado da Saúde e/ou pelo Ministério da Saúde que tenham afinidade com o objeto pactuado;
47. adequar a comunicação visual conforme o Manual de Comunicação Visual disponibilizado;
48. garantir a participação dos profissionais da área da assistência, administrativa, ouvidoria, e equipe gerencial nos cursos de capacitação e eventos promovidos pela SESA, bem como estimular a aprendizagem permanente dos profissionais sendo prevista a participação em eventos, cursos de modalidade presencial e ensino a distância – EAD, afetos a área de atuação;
49. implementar e manter serviço de Ouvidoria no Estabelecimento de Saúde, de acordo com a Resolução SESA nº 443/2013, Resolução nº 714/2022, Resolução Sesa nº 701/2023 e demais normativas que versem sobre o tema ou que vierem a alterar as regras já existentes, devendo disponibilizar condições mínimas para operacionalização do serviço;
50. realizar Pesquisa de Satisfação do Usuário, mensalmente, conforme meta pactuada e modelo disponibilizado pela Ouvidoria Geral da Saúde – OGS;
51. assegurar a veracidade das informações referentes a ações e serviços prestadas ao SUS;
52. realizar consulta única, que inclui a consulta inicial, exames diagnósticos, interconsulta, consulta diagnóstica dentro de uma especialidade, preferencialmente no mesmo dia, nas especialidades prioritárias, conforme discussão do PRI na Região de Saúde;
53. realizar os atendimentos em todas modalidades previstas e regulamentadas dentro do escopo do objeto pactuado;
54. prestar contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada (produção mensal), correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma de desembolso, sob pena de obstar o repasse das prestações financeiras subsequentes;
55. prestar contas e apresentar os documentos pertinentes à avaliação e ao cumprimento das metas de cada programa desenvolvido pela Sesa, conforme regulamento próprio de cada ato;
56. restituir o valor recebido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o Tesouro do Estado, quando;
a) Não for executado o objeto deste PCEP;
b) Não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas parcial ou final;
c) Os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste PCEP;
57. devolver à SESA/FUNSAUDE, quando da conclusão, denúncia ou extinção deste PCEP, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras, no prazo improrrogável de (30) trinta dias do evento, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial;
58. sempre que possível, utilizar tecnologias (telessaúde, planilhas online, prontuário integrado, etc.) para auxílio diagnóstico, segunda opinião, orientações de manejo e compartilhamento do cuidado;
59. alimentar o Sistema de Regulação Estadual/Municipal, com a confirmação e gestão das agendas, além da permanente confirmação dos atendimentos realizados;
60. colaborar com o processo de avaliação das ações e dos serviços de saúde, visando melhorar a qualidade da atenção especializada e ampliar o acesso à saúde;
61. esclarecer ao usuário do SUS, sobre seus direitos e demais informações necessárias, pertinentes aos serviços oferecidos;
62. respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar a prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;
63. garantir a confidencialidade e confiabilidade dos dados e das informações dos usuários;
64. Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA) e seus componentes, no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, quando solicitado;
65. sempre que solicitado fornecer gratuitamente cópia do prontuário clínico para pacientes atendidos pelo SUS;
66. de acordo com as habilitações existentes, realizar atendimento conforme parâmetros mínimos estabelecidos nas Portarias Ministeriais de acordo com a especialidades atendida;
67. comunicar e justificar imediata e formalmente à contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos serviços, objeto do PCEP;
68. impreterivelmente, realizar todos os procedimentos nas dependências físicas do estabelecimento contratado, salvos os casos previstos em regulamento específico, garantindo assistência integral ao paciente, sendo expressamente vedado transferir ou subcontratar a execução final dos serviços;
69. garantir o livre acesso de servidores da SESA/FUNSAUDE, do controle interno do Poder Executivo Estadual, bem como do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este Regulamento e aos locais de execução do objeto.

Nota explicativa 3:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Devem ser acrescidas obrigações específicas correspondentes às linhas de cuidados que serão pactuadas.

III – DO GESTOR E DO GERENTE – A Secretaria Estadual de Saúde e o CIS se comprometem conjuntamente a:
1. elaborar previamente o Plano(s) Operativo(s) Anual(is) de acordo com a Programação Pactuada Integrada;
2. promover as alterações necessárias no Plano(s) Operativo(s) Anual(is), sempre que a variação das metas físicas e, consequentemente, o valor mensal ultrapassar o limite de 10%;
3. analisar os relatórios mensais e anuais emitidos pelo GERENTE, comparando as metas com os resultados alcançados e com os recursos financeiros repassados;
4. cumprir com as obrigações e responsabilidades constantes neste PCEP, bem como as estabelecidas na legislação do SUS, nos diplomas federais e estaduais que o regem, tais como:
I. Pactuar mecanismos que assegurem o acesso às ações e serviços de saúde do CIS de forma regulada;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

II. Contribuir para a elaboração e implementação de protocolos assistenciais, operacionais, administrativos e de encaminhamento de usuários entre os estabelecimentos das Redes de Atenção à Saúde (RAS);
III. Garantir acesso, atendimento e referenciamento entre pontos de atenção da RAS, com a finalidade de assegurar a integralidade da assistência;
IV. Zelar pelo adequado acompanhamento e fiscalização do PCEP, por meio de informações solicitadas dentro do prazo.

CLÁUSULA QUINTA

Nota explicativa 4:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Devem ser acrescidas condições específicas a cada linha de cuidado que será pactuada.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA
O presente PCEP terá vigência de 48 (quarenta e oito) meses após assinatura, para cumprimento do Cronograma de Desembolso, Fechamento dos Bimestres e Prestação de Contas Final, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, celebrado de comum acordo entre as partes.
PARÁGRAFO PRIMEIRO: Quando necessária a prorrogação da vigência do PCEP, a solicitação deverá ser apresentada com antecedência de 60 (sessenta) dias do seu término, acompanhada da devida justificativa.
PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo máximo de duração do PCEP, considerando todas as prorrogações por aditivos, não deverá ultrapassar 60 (sessenta) meses, considerando eventuais prorrogações excepcionais
PARÁGRAFO TERCEIRO: A validade dos programas específicos e estratégicos desenvolvidos pela Sesa e pelo Ministério da Saúde são concomitantes à validade do PCEP, salvo em caso de exclusão ou extinção do Programa ou ainda pela descontinuidade do repasse financeiro oriundo do Ministério da Saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS
O valor mensal estimado para a execução deste Protocolo de Cooperação é de **R$ XXXXX (por extenso),** totalizando o valor estimado anual de **R$ XXXXX (por extenso)**, perfazendo-se o valor total de **R$ XXXXX (por extenso)**, para a execução do presente contrato durante os 48 (quarenta e oito) meses de vigência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A parcela de remuneração pelos serviços produzidos terá como base os valores descritos nas tabelas de procedimentos do SUS e ocorrerão conforme elemento(s) de despesa n.º 3390.3900 e dotação(ões) orçamentária(s) nº **XXXXX**, e, os incentivos provenientes do Ministério da Saúde serão amparados pela(s) dotação(ões) orçamentária(s) nº **XXXXX**, ambos com recursos financeiros provenientes da(s) fonte(s) n.º 600, conforme programação orçamentária.
PARÁGRAFO SEGUNDO. A(s) unidade(s) de saúde deverá(ão) apresentar a produção ambulatorial através dos Sistemas SIA/SUS nas datas estabelecidas nos cronogramas da SESA.
PARÁGRAFO TERCEIRO. O pagamento da remuneração dos serviços prestados e dos incentivos ministeriais está condicionado ao regular repasse de recursos MAC/FAEC do Fundo Nacional de Saúde e a eventual falta desse repasse não transfere essa obrigação à SESA, eis que é de responsabilidade do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, para todos os efeitos legais.
PARÁGRAFO QUARTO. Os recursos MAC/FAEC para a execução do PCEP serão repassados diretamente do Fundo Nacional de Saúde (FNS) ao Fundo Estadual de Saúde, em duodécimos mensais, tendo em vista a opção realizada pela SESA.

Nota explicativa 5:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Devem ser acrescidas disposições sobre a apresentação da produção condições referente a cada linha de cuidado que será pactuada.

CLÁUSULA OITAVA – DA CLÁUSULA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO (CONFORME RESOLUÇÃO SESA N.º 262/2024)
Quando o CIS e suas unidades forem inclusos, ou fizerem parte, de qualquer programa desenvolvido pela SESA que obtenha financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, deverá permitir e deve fazer com que seus agentes (declarados ou não), subcontratados, prestadores de serviços, fornecedores e funcionários, permitam que o Banco Mundial e/ou pessoas designadas pelo Banco Mundial inspecionem o local e/ou as contas, registros e outros documentos relativos ao processo de aquisição, seleção e/ou execução do contrato, e ter tais contas, registros e outros documentos auditados por auditores nomeados pelo Banco Mundial.
8.1. Deve o CIS, assim como seus subcontratados, atender ao determinado no Anexo II - Diretrizes Anticorrupção – BIRD, da Resolução SESA nº 262/2024, que preveem, entre outros, que atos destinados a impedir substancialmente o exercício dos direitos de inspeção e auditoria do Banco Mundial constituem uma prática proibida, sujeita à rescisão do PCEP (bem como a uma declaração de inelegibilidade, de acordo com os procedimentos de sanções vigentes no Banco Mundial);
8.2. Atender a Resolução SESA nº 262/2024, ao adotar práticas anticorrupção, devendo observar
que:
8.2.1 O Banco exige que os Mutuários (incluindo beneficiários de financiamento do Banco), licitantes (candidatos/proponentes), consultores, contratados e fornecedores, quaisquer subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços ou fornecedores, quaisquer agentes (declarados ou não) e qualquer um de seus funcionários obedeçam ao mais alto padrão de ética durante o processo de aquisição, seleção e execução de contratos financiados pelo Banco, e não cometam fraude e corrupção.
8.2.2. Para tanto, o Banco:
a) Define, para os fins desta disposição, os termos abaixo indicados:
I - “prática corrupta” é a oferta, doação, recebimento ou solicitação, diretamente ou indiretamente, de qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte;

II - "prática fraudulenta" é qualquer ato ou omissão, incluindo falsas declarações, que intencionalmente ou imprudentemente engana, ou tenta enganar, uma parte para obter benefício financeiro ou outro benefício ou para evitar uma obrigação;
III - "prática de conluio" é um acordo entre duas ou mais partes com o objetivo de atingir um propósito impróprio, incluindo influenciar indevidamente as ações de outra parte;
IV - "prática coercitiva" é prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, diretamente ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
V - "prática obstrutiva" é destruir, falsificar, alterar ou ocultar, deliberadamente, provas relevantes para a investigação ou fazer declarações falsas aos investigadores, a fim de impedir significativamente uma investigação do Banco sobre alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou de conluio; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedi-la de revelar seu conhecimento de assuntos relevantes para a investigação ou de prosseguir com a investigação; ou atos que visem impedir substancialmente o exercício dos direitos de fiscalização e auditoria do Banco, previstos no item 2.2 e abaixo.
b) Rejeita uma proposta de adjudicação se determinar que a empresa ou indivíduo recomendado para adjudicação, qualquer um dos seus funcionários ou agentes, ou seus subconsultores, subcontratados, prestadores de serviços, fornecedores e/ou funcionários, tenham, diretamente ou indiretamente, se envolvido em práticas corruptas, fraudulentas, de conluio, coercitivas ou obstrutivas na competição pelo Protocolo em questão;
c) Além dos recursos jurídicos estabelecidos no Acordo Jurídico relevante, pode tomar outras medidas adequadas, incluindo a declaração de aquisição fraudulenta se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos do empréstimo se envolveu em práticas corruptas, fraudulentas, de conluio, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição, seleção e/ou execução do Protocolo em questão, sem que o Mutuário tenha tomado as medidas oportunas e adequadas, satisfatórias para o Banco, para abordar tais práticas quando elas ocorrerem, incluindo por não informar o Banco em tempo hábil no momento em que souberam de tais práticas;
d) De acordo com as Diretrizes Anticorrupção do Banco e de acordo com as políticas e procedimentos de sanções em vigor, pode sancionar uma empresa ou indivíduo, indefinidamente ou por um período de tempo determinado, incluindo declarar publicamente tal empresa ou indivíduo inelegível (i) para ser adjudicado ou de outra forma se beneficiar de um contrato financiado pelo Banco, financeiramente ou de qualquer outra forma; (ii) para ser nomeado um subcontratado, consultor, fabricante ou fornecedor, ou prestador de serviços de uma empresa elegível a ser adjudicado um contrato financiado pelo Banco; e (iii) para receber os recursos de qualquer empréstimo feito pelo Banco ou de outra forma participar na preparação ou implementação de qualquer projeto financiado pelo Banco;
e) Requer que uma cláusula seja incluída nos documentos de licitação/solicitação de propostas e nos contratos financiados por um empréstimo do Banco, exigindo que os licitantes (candidatos/proponentes), consultores, contratados e fornecedores, e seus subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços, fornecedores, agentes, permissão para que o Banco inspecione todas as contas, registros e outros documentos relativos ao processo de aquisição, seleção e/ou execução do contrato, e para que sejam auditados por auditores nomeados pelo Banco.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

I – O PCEP deverá ser acompanhado pelo Gestor, de acordo com o Art. 697 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e pelo Fiscal, de acordo com o Art. 699 do mesmo Decreto Estadual, que terão as atribuições previstas nos artigos 700 e 701 do referido Decreto, respectivamente.
a) Compete ao Fiscal do PCEP, nos limites da legislação e dos termos deste Instrumento:
1. Ensejar as ações para que a execução física e financeira do ajuste ocorra conforme previsto;
2. Acompanhar a execução do PCEP, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
3. Verificar a adequação execução dos serviços, observando o estabelecido no ajuste e a compatibilidade da qualidade e quantidade apresentada pelo GERENTE com o efetivamente entregue ou executado;
4. Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do PCEP sob sua responsabilidade;
5. Analisar e aprovar, de forma fundamentada e justificada em relatórios técnicos, as eventuais readequações do Plano Operativo Anual e no caso de alteração da programação de serviços;
6. Emitir termo de conclusão atestando o término do ajuste;
7. O fiscal do PCEP anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
8. O fiscal do PCEP informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
II - O acompanhamento e a avaliação dos resultados do PCEP serão realizados por Comissão de Acompanhamento e Avaliação Estadual e Regional;
III - A Comissão Estadual de Acompanhamento e Avaliação do PCEP será composta por representantes das seguintes instituições:
- 06 representantes da SESA representados pelas Diretorias que compõem o objeto do PCEP;
- 2 representantes do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Paraná – COSEMS;
- 2 representantes da associação que representa os Consórcios Intermunicipais de Saúde do Paraná;
- 1 representante do Conselho Estadual de Saúde – CES, segmento usuário.
IV - A Comissão Regional de Acompanhamento e Avaliação do PCEP será composta por representantes das seguintes instituições:
- 5 representantes da SESA (Regional de Saúde), sendo:
a) Diretor da Regional;
b) Ouvidor Regional;
c) 1 técnico que acompanhe a RAS na APS;
d) 1 técnico que acompanhe a RAS na AAE;
e) 1 Fiscal do PCEP indicado por Resolução SESA específica vigente
- 2 representantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS:
- 1 representante do Conselho Regional de Secretários Municipais de Saúde – CRESEMS. Quando o município sede não for consorciado, considerar o município com
maior população, entre os municípios consorciados;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

- 1 representante do Conselho Municipal de Saúde – CMS, do município sede, segmento usuário. Quando o município sede não for consorciado, considerar o município com maior população, entre os municípios consorciados.

V - A coordenação da Comissão Regional de Acompanhamento e Avaliação do PCEP será realizada pelo Diretor da Regional de Saúde.

VI -Todas as avaliações da Comissão Regional de Acompanhamento e Avaliação comporão o processo do PCEP, sendo que todas as informações apresentadas assim como a guarda dos documentos originais é de inteira responsabilidade da Comissão Regional de Avaliação.

VII – As instituições deverão pactuar suplentes para a participação nas Comissões na ausência dos titulares.

VIII- A SESA, sem prejuízo das atividades a serem desenvolvidas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação, procederá, a qualquer tempo, à realização de auditorias.

IX – A coordenação do processo de monitoramento caberá à Coordenação de Contratualização de serviços de Saúde.

X – A Comissão Estadual pode deliberar sobre alterações e correções necessárias quando identificado alguma inadequação na avaliação realizada pelas Comissões Regionais, podendo implicar em alterações de pontuação e valores.

XI – A Comissão Estadual deliberar quanto a paralisação parcial ou total dos atendimentos, somente em situações endêmicas, de calamidade e/ou emergência pública mediante apresentação de solicitação por um CIS, com as devidas justificativas, sendo neste caso realizada reunião extraordinária.

XII - Eventuais metas e condições relativas aos Programas desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e/ou pelo Ministério da Saúde serão avaliadas e monitoradas de forma específica, conforme o regulamento de cada Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

O GESTOR e o GERENTE poderão, de comum acordo e a qualquer tempo diante da necessidade comprovada do ajuste, alterar este PCEP e os Planos Operativos Anuais, com exceção do seu objeto, mediante a celebração de termo aditivo ou termo de registro de apostilamento, desde que esses não demandem alterações, tais como a inclusão de novas obrigações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O volume de recursos repassados em cumprimento ao objeto deste PCEP poderá ser alterado, de comum acordo, mediante termo aditivo, nas seguintes hipóteses:

I – Variações nas metas físicas e, consequentemente, no valor global mensal, superiores aos limites estabelecidos no Parágrafo Segundo da Cláusula Terceira e que impliquem alterações financeiras;

II – Alterações, a qualquer tempo, das cláusulas deste PCEP ou dos Planos Operativos Anuais, que impliquem novos valores financeiros e obrigações, em especial:

a) em caso de acréscimos financeiros específicos repassados pelo Ministério da Saúde para a(s) unidade(s) de saúde(s), posteriores à celebração deste PCEP, devendo a portaria ministerial ser juntada ao protocolado;

b) na hipótese de descredenciamento/desabilitação de serviços prestados pelo Cis;

c) quando houver campanha para a realização de procedimentos cirúrgicos eletivos de média complexidade, conforme normas estabelecidas em Portaria do Ministério da Saúde, e, a critério do Gestor Estadual, houver alteração da programação físico-financeira, com inclusão de pagamentos, liberação de Autorizações de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade (APAC) específicas, inclusive com incrementos, quando disponibilizado recurso pelo Ministério da Saúde ou pela Sesa conforme as regras dos programas estabelecidos, a qual deve ser acostada ao protocolado;

d) quando a(s) unidade(s) de saúde for(em) habilitada(s) a participar de programa desenvolvido pela SESA e/ou pelo Ministério da Saúde, consoante as normas estabelecidas em resolução/portaria específica;

e) por revisão periódica, dos Planos Operativos Anuais.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Quando houver revisão da Tabela SUS, sendo necessário anotar no processo a origem e autorização da revisão dos valores, no caso, a data de publicação do DOU – Diário – Oficial da União, efetuar a revisão dos valores na programação através de Termo de Registro de Apostilamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando necessário, complementar o presente PCEP com recursos financeiros adicionais, os mesmos poderão ser incluídos, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira, mediante a celebração de Termo Aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO: Solicitado pelo GERENTE, será elaborado Termo Aditivo quando houver alteração de programação física e financeira ambulatorial devido existência de pactuações/repactuações entre gestores do SUS deliberadas em CIR ou CIB, procedendo-se também a atualização da programação.

PARÁGRAFO QUINTO: Será realizado Termo de Apostilamento quando houver publicação de nova Resolução corrigindo os valores destinados aos Programas desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.

PARÁGRAFO SEXTO: Será realizado Termo de Apostilamento quando houver publicação de Portarias oriundas do Ministério da Saúde com repasse financeiro referente a habilitações qualitativas ou reajuste no valor financeiro dos incentivos sem alterações de metas quantitativas e/ou repasse financeiro em parcela única.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Quando houver publicação de portaria ministerial ou criação de tabela complementar desenvolvida pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná corrigindo os valores dos procedimentos, o presente instrumento será alterado por meio da celebração de Termo de Registro de Apostilamento.

PARÁGRAFO OITAVO: Havendo a tramitação de mais de uma solicitação de alteração/ajuste concomitantemente, seja por meio de Termo Aditivo ou Termo de Registro de Apostilamento, respeitar-se-á a ordem cronológica dos fatos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INADIMPLÊNCIA

Para eventuais disfunções havidas na execução deste PCEP, os pagamentos estabelecidos na programação financeira poderão, mediante comunicado oficial ao GERENTE, ser reduzido ou suspenso pelo GESTOR, nos seguintes casos:

I – Não cumprimento do PCEP, atestado pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação;

II – Fornecimento pelo GERENTE de informações incompletas, extemporâneas ou inadimplentes, nos formatos solicitados pelo GESTOR; obstaculização da avaliação, da supervisão ou das auditorias operacionais realizadas por órgãos de qualquer nível de gestão do SUS; falta de apresentação dos relatórios mensais e anuais;

III – Não alimentação dos sistemas de informação oficiais do Sus.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As irregularidades ocorridas na execução dos serviços e deste PCEP podem ensejar a abertura de tomada de contas especial, sem prejuízo a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidades.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os agentes públicos que, na execução deste PCEP, derem causa a irregularidades estarão sujeitos à responsabilização nas esferas civil, administrativa e criminal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

Este PCEP será extinto quando:

I – A(s) unidade(s) de saúde deixar(em) de estar sob a gestão do Estado do Paraná;

II – A(s) unidade(s) de saúde encerrar(em) as suas atividades, caso em que o GERENTE deverá notificar o GESTOR formalmente, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção;

III - Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, a qual deverá ser obrigatoriamente formalizada com período mínimo de antecedência de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção.

IV - Por acordo entre as partes e de maneira amigável, quando se tratar de desfazimento de vínculo contratual/convenial no caso de superação dos limites para alterações quantitativas ou qualitativas na prestação de serviços contínuos complementares no SUS, em que haverá a necessidade de extinguir o vínculo originário e fazer novo ajuste com a adequação da prestação dos serviços, adotando sistemática que impeça solução de continuidade.

V- Extinção, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano Operativo;

b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

d) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;

e) Nas demais hipóteses do artigo 713 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em qualquer dos casos acima, deverá ser lavrado “Termo de Rescisão ou Encerramento” com as devidas justificativas administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia deste PCEP ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico oficial do órgão, a qual deverá ser providenciada pela SESA/FUNSAUDE e na forma do art. 686 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS E CONTROVERSOS

Os casos omissos decorrentes da execução deste PCEP e da prestação dos serviços assistenciais serão resolvidos com base nos princípios gerais do direito administrativo, na regulamentação da contratualização pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, buscando-se amparo na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022, nas Portarias Ministeriais que regulamentam os serviços e, se necessário, submetendo-se aos órgãos colegiados competentes (Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Capital do Estado, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente PCEP que não puderem ser resolvidas entre as partes.

E por estarem as partes justas e acordadas, sempre obedecendo à legislação vigente e demais disposições legais que se fizerem pertinentes, firmam o presente PCEP, que lido, vai assinado eletronicamente pelos partícipes e testemunhas.

Curitiba, **XX** de **XXXXX** de 20**XX.**

XXXXX	**XXXXX**
Secretário de Estado da Saúde	Prefeito Presidente
XXXXX	**XXXXX**
Fiscal	Gestor(a)

DESPACHO N.º 070/2025 – PGE/PCP
Vistos;

I – Trata-se de análise contida na Informação nº 36/2025, elaborada pela Procuradoria Consultiva de Concessões, Convênios e Parcerias (PCP), que versa sobre a minuta de Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos (PCEP) a ser firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e os Consórcios Intermunicipais de Saúde. O objetivo principal do referido protocolo é a conjugação de esforços para a prestação de serviços ambulatoriais aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme os Planos Operativos Anuais, que integram o PCEP. A presente manifestação tem por escopo verificar a regularidade dos requisitos legais da minuta do Protocolo de Cooperação apresentada, visando a análise da sua conformidade com a legislação vigente, de modo a aplicá-la de maneira uniforme a todos os instrumentos que serão celebrados com todos os consórcios elencados no protocolado e no Anexo I da Informação n.º 36/2025-PGE/PCP, mov. 95. A análise incluiu a avaliação dos termos e condições estabelecidos para a cooperação entre os entes públicos, com foco na legalidade e na adequação para a consecução dos objetivos propostos na área da saúde, bem como no fato de que a minuta não poderá ser alterada pela SESA sem prévia análise da Procuradoria-Geral do Estado, nem celebrado com outros consórcios ou entes que não os relacionados no Anexo I do opinativo multicitado, sem manifestação prévia da Procuradoria-Geral do Estado.

II – Observa-se que há necessidade de aprovação da presente manifestação por ato do Exmo. Sr. Procurador-Geral do Estado, visando torná-las padrão e de utilização obrigatória pela SESA na celebração dos instrumentos vinculados ao PCEP, aplicando-se o disposto no Decreto Estadual n° 3.203/2015, regulamentado pela Resolução n° 41/2016-PGE.

III – Por conseguinte, por se tratar de manifestação uniforme, na celebração dos PCEP’s com os consórcios elencados no Anexo I da Informação n.º 36/2025-PGE/PCP, ficará dispensada a remessa dos autos à Procuradoria–Geral do Estado para fins de análise e manifestação, considerando a diretriz de padronização adotada na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.086/2022, bem como o disposto no Decreto nº 3.203/2015 e Resolução PGE nº 41/2016, cumpre a esta PCP/PGE, submeto a sugestão desta manifestação uniforme, a minuta do Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos e a Lista

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de Verificação à apreciação do Exmo. Sr. Coordenador do Consultivo, e posterior encaminhamento Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 53, § 5º da Lei nº 14.133/2021, art. 162 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, art. 2º do Decreto Estadual nº 3.203/2015 e art. 8º, I e III, §§ 1º e 3º, da Resolução PGE nº 41/2016.

Curitiba, *datado eletronicamente*.

(assinado eletronicamente)

ADNILTON JOSÉ CAETANO

Procurador do Estado do Paraná

Chefe da PGE/PCP

65597/2025

PROCEDIMENTO SELETIVO
DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
Procuradoria de Ações Coletivas

EDITAL DE INSTAURAÇÃO

A **PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO,** mediante as disposições da Lei Federal n° 11.788/2008 e do Decreto nº 4.629/2020, resolve instaurar Processo Seletivo para contratação de estagiários de pós-graduação, observadas as disposições constantes neste edital.

1. DAS INSTRUÇÕES GERAIS

1.1. O processo seletivo será regido por este Edital de Abertura e seus anexos.
1.2. O processo seletivo de estágio não obrigatório remunerado destina-se ao preenchimento de vaga(s) e/ou formação de cadastro de reserva nas Procuradorias Especializadas abaixo relacionadas, a **estudantes de pós-graduação do curso de Direito**, em Instituições de Ensino **que possuam convênio vigente com o Estado do Paraná, através da Secretaria Estadual de Administração e Previdência - SEAP/PR**.

PROCURADORIA ESPECIALIZADA	VAGA(S)
Procuradoria de Ações Coletivas / PAC	01 de vaga + cadastro de reserva

1.3. O cadastro de reserva será formado pelos candidatos aprovados visando o eventual preenchimento de vagas que surjam durante a vigência deste certame.
1.4. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, a contar da publicação do Edital de Classificação Final, não podendo ser prorrogado.
1.5. Poderá participar do processo seletivo o estudante que atender todas as exigências contidas no Decreto Estadual nº 4.629/2020 e cujo curso de pós-graduação possua pertinência com a área de estágio pretendida.
1.6. Procuradoria-Geral do Estado destinará 10% (dez por cento) do total de vagas de estágio de pós-graduação a pessoas com deficiência (PcD), nos termos do art. 17 da Lei Federal n° 11.788/2008, aplicando-se, no que couber, as disposições da Lei Estadual n° 18.419/2015.
1.6.1. O preenchimento das vagas destinadas a pessoas com deficiência (PcD) considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
1.6.2. As vagas que eventualmente não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

2. DO ESTÁGIO

2.1. A jornada de atividade em estágio de pós-graduação será de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais e deverá ser compatível com as atividades escolares.
2.2. O valor da bolsa-auxílio mensal será de **R$ 3.198,21 (três mil, cento e noventa e oito reais e vinte e um centavos).**
2.2.1. Será considerada, para efeito de cálculo do pagamento da bolsa auxílio, além da carga horária estabelecida em Termo de Compromisso de Estágio, a frequência mensal efetivamente realizada pelo estagiário.
2.3. O estagiário fará jus ao recebimento de vale transporte.
2.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais.
2.5. O período de estágio terá duração máxima de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de Pessoas com Deficiência (PcD), situação excepcional em que o estágio poderá ser realizado até conclusão de sua formação.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
3.2. Para se inscrever o candidato deverá realizar cadastro no endereço eletrônico da Central de Estágios do Paraná (www.centraldeestagio.pr.gov.br) e inscrição para a vaga ofertada.
3.3. As inscrições estarão disponíveis do dia 15/05/2025 ao dia 26/05/2025, sendo considerada extemporânea e sem validade qualquer inscrição feita fora desse período.
3.4. O prazo de inscrição poderá ser prorrogado ou reaberto a critério da Administração.
3.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente Edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo a Procuradoria-Geral do Estado, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que informar dados inverídicos.
3.6. Serão indeferidas as inscrições de candidatos, cujo curso não guarde qualquer relação com a área de atuação da vaga ofertada, em conformidade com o item 3.5 do presente Edital.
3.7. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no formulário de cadastro, na Central de Estágio, nos termos e definições do Decreto Federal n° 3.298/1999, especificando a sua deficiência.
3.8. O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá declará-lo no formulário de Cadastro, da Central de Estágio, no campo "Observação Deficiência", para que sejam tomadas as providências cabíveis com antecedência.
3.9. A Procuradoria-Geral do Estado não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados, não decorrentes da estrutura da Procuradoria-Geral do Estado.

4. DAS PROVAS

4.1. DA FORMA E DAS DATAS/HORÁRIO DA PROVA ESCRITA

4.1.1 Este processo seletivo consistirá na aplicação de **Prova escrita.**
4.1.2. A Prova escrita conterá **20 (vinte) questões de natureza objetiva de múltipla escolha com valor de 20 (vinte) pontos**, conforme conteúdo programático constante no **ANEXO I**.
4.1.3. A prova será aplicada no edifício-sede da Procuradoria Geral do Estado, situado na Rua Paula Gomes, n. 145, Curitiba/PR, **no dia 28/05/2025, CO (Auditório), às 14 horas, devendo os candidatos se apresentarem com antecedência de 30 (trinta) minutos, para cadastro de acesso ao edifício-sede, não sendo permitido o acesso de candidatos ao local da prova após o horário fixado para o seu início**.

Local	Horário/Duração
Edifício-sede da Procuradoria Geral do Estado, situado na Rua Paula Gomes, n. 145, Curitiba/PR	dia 28/05/2025 às 14h00m (duração de 2h00m)

4.1.4. O tempo de realização da prova escrita será de 2 (duas) horas.

4.1.5. É vedada, durante a realização da prova a comunicação dos candidatos com terceiros, bem com a consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação;

4.1.6. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

4.1.6.1 Não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao término do tempo previsto para sua conclusão;

4.1.6.2. Utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de provas);

4.1.7. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

4.1.8. Fica, em razão do número de inscritos, reservado o direito da Procuradoria-Geral do Estado realizar a alteração da data e do horário da prova, cuja comunicação será realizada por meio de edital.

4.2 DO GABARITO

4.2.1. O gabarito com a nota do candidato será divulgado por meio de edital divulgado no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado.

4.2.2. A partir da divulgação, terá o candidato o prazo de até 2 dias corridos para impugnar o gabarito. A impugnação deverá ser encaminhada ao e-mail grhs@pge.pr.gov.br, com a identificação da(s) questão(ões) impugnada(s) acompanhada das razões de impugnação.

5. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

5.1. A classificação final do processo seletivo considerará as maiores pontuações obtidas na prova escrita, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 10 (dez) pontos, ou seja, 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento total, limitada ao número previsto de vagas e de formação do cadastro de reserva nos termos do item 1.2.

5.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE e no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado.

5.3. Ocorrendo empate na pontuação final obtida pelos candidatos, serão adotados os seguintes critérios de desempate, sucessivamente:

5.3.1. ter idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;

5.3.2. maior idade, superado o critério definido item anterior.

5.4. Poderá ser exigida ao candidato a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

5.5. O resultado final do concurso será divulgado por meio de listagem geral, na qual constarão os nomes dos candidatos aprovados de ampla concorrência e PcD, em ordem decrescente das notas finais.

6. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

6.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

6.1.1. idade mínima de vinte e um anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);

6.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

6.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral mediante a apresentação do título de eleitor;

6.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;

6.1.5. matrícula e frequência regular e **compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, a ser aferida pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino**;

6.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitidos em até 30 (trinta) dias;

6.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, a Procuradoria-Geral do Estado e a instituição de ensino;

6.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;

6.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto n° 4.629/2020, bem como estar ciente da impossibilidade de iniciar ou continuar as atividades sem a devida formalização do estágio, por meio de declaração escrita;

6.1.10. ser portador de diploma de curso superior ou apresentar o certificado de conclusão da graduação, acompanhado do histórico escolar.

7. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

7.1. A unidade administrativa será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.

7.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.

7.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.

7.4. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

7.4.1. Na falta do laudo médico, ou não contendo as informações acima indicadas, o candidato integrará a listagem geral.

7.5. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.

7.6. É indispensável à admissão, quando do chamamento, a entrega ao Grupo Setorial de Recursos Humanos (PGE/GRHS) de toda documentação, correta e atualizada, sendo todos os documentos obrigatórios.

8. DAS VEDAÇÕES

8.1. É vedado firmar Termo de Compromisso com estudante que:

8.1.1. ocupe cargo, emprego ou função remunerada nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de quaisquer esferas ou Poderes;

8.1.2. seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, de Procurador do Estado ou servidor lotado na Procuradoria-Geral investido em cargo ou função de direção, chefia ou assessoramento;

8.1.3. prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

8.2. O estagiário de pós-graduação inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil deverá licenciar-se para iniciar suas atividades.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

8.3. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
8.3.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
8.3.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso.
8.4. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
8.4.1. sem a devida formalização do estágio, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site da Central de Estágio;
8.4.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
8.4.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso.

9. DA DESCLASSIFICAÇÃO

9.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
9.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
9.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
9.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
9.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
9.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto n° 4.629 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
9.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
9.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
9.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 3º, da Lei Federal nº 11.788/2008.
10.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
10.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado.
10.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado.
10.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
10.5. A Procuradoria-Geral do Estado se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
10.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradoria de Ações Coletivas (e-mail: grhs@pge.pr.gov.br).

Curitiba, 12 de maio de 2025.

Rosane Ribeiro
Grupo de Recursos Humanos Setorial

ANEXO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

a) Direito Constitucional;
b) Direito Administrativo;
c) Direito Processual Civil.

a) Direito Constitucional: 1) Título I - Dos Princípios Fundamentais (arts. 1º a 4); 2) Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais (arts. 5º a 17); 3) Título III - Da Organização do Estado: Capítulo III - Dos Estados Federados (arts. 25 a 28); Capítulo VII - Da Administração Pública (arts.37 a 43); Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Justiça - Seção II - Da Advocacia Pública (arts. 131 e 132) 4) Normas constitucionais. Classificação quanto à eficácia e aplicabilidade.

b) Direito Administrativo: 1) Direito Administrativo: origem, conceito, fontes. Sistemas Administrativos. 2) Regime jurídico-administrativo. 3) Princípios básicos da Administração Pública. 4 Organização administrativa: administração direta e indireta. 5 Poderes administrativos. 6 Agentes públicos. Disposições constitucionais. 7 Atos administrativos. 8, Licitação Pública. 9 Contratos administrativos. 10. Serviços públicos e regulação estatal. Concessões, permissões e autorizações. 11. Parcerias Público-Privadas e Consórcios Públicos. 13 Responsabilidade civil do Estado. 14 Improbidade Administrativa.

c) Direito Processual Civil: 1Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) – Parte Geral (arts. 01 a 317), Parte Especial – (art. 318 a 538), Do processo de execução (art. 771 a 925), Dos recursos (art. 994 a 1.026)

65651/2025

Resolução nº 120/2025-PGE

Designa Procuradora do Estado para desempenhar as atividades de Agente de Transparência e Ouvidoria junto à Procuradoria-Geral do Estado.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no art. 5º da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, e no art. 4º da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e considerando o parágrafo único do art. 24 do Decreto nº 2.741, de 2019,

RESOLVE

Art. 1º Designar a Procuradora do Estado **CAROLINA LUCENA SCHUSSEL**, RG nº 3.XXX.101-0, para desempenhar as atividades de Agente de Transparência e Ouvidoria, junto à Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, em substituição ao servidor **GABRIEL SGARBOSSA DOS SANTOS**, RG nº 12.XXX.288-X, a partir de 12 de maio de 2025.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

65887/2025

Controladoria Geral do Estado

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

RESOLUÇÃO CGE Nº 57/2025

Designa servidora para exercer, interinamente, a função de Chefe da Coordenadoria de Transparência e Controle Social da Controladoria-Geral do Estado.

A **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023; e pelo §2º, do art. 10, da Lei Estadual nº 17.745, de 2013,

CONSIDERANDO o requerimento de férias, conforme trâmite contido no protocolo n. º 23.910.581-5.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora CAROLINA FERREIRA FALCÃO DE CASTRO, matricula n.º 795985, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer interinamente a função de Chefe da Coordenadoria de Transparência e Controle Social da Controladoria-Geral do Estado, no período de 23/06/2025 a 02/07/2025, em substituição ao titular do cargo MATHEUS KLAUS PORTES GRUBER, matricula n.º 622920, por motivo de férias.

Art. 2º Essa Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 08 de maio de 2025.

LETICIA FERREIRA DA SILVA

Controladora-Geral do Estado

65288/2025

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

RESOLUÇÃO CGE N.º 59/2025

Revoga a Resolução CGE n.° 05, de 2020, que estabelece procedimento padrão para o acompanhamento de atestados médicos pelos órgãos da administração direta, autárquica e órgãos de regime especial do Poder Executivo.

A **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 3º do art. 2º c/c art. 4º da Lei Estadual n.º 21.352, de 2023; e pelo inciso II do art. 7º do Anexo I do Decreto Estadual n.º 2.741, de 2019, e

CONSIDERANDO as atribuições dos Agentes de Controle Interno descritas na Instrução Normativa n.º 01, de 2025, e as atividades no Plano de Trabalho determinadas pela Instrução Normativa n.º 02, de 2025; e

CONSIDERANDO o trabalho realizado pela Coordenadoria de Controle Interno no protocolo n.º 23.003.975-5,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução CGE n.º 05, de 14 de janeiro de 2020.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de maio de 2025.

LETICIA FERREIRA DA SILVA

Controladora-Geral do Estado

65316/2025

Diário OFICIAL Paraná

Secretaria da Administração e da Previdência

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/PGE N.º 682/2025

Concede promoção aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Procurador-Geral do Estado**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 4 de abril de 2025 (protocolo n.º 23.342.639-3), e o disposto no Protocolo n.º 23.839.025-7,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO**, na forma do inciso II, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, **PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO**, na forma do inciso III, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

ANEXO I

PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
FABIO LUIZ DA SILVA	6.XXX.886-X	2	PGE	AGP	XV	XVI
ROSANE RIBEIRO	4.XXX.582-X	1	PGE	AGE	II	III

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SILVANA LUY	XXX.672-X	1	PGE	AGP	II	III
VIVIANE MARIA DE LARA	7.XXX.262-X	1	PGE	AGE	VIII	IX

ANEXO II

PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
ANA CRISTINA RIBEIRO	4.XXX.930-X	1	PGE	AGE	VIII	XIII
DANIEL GUSTAVO FATUCH	6.XXX.566-X	52	PGE	AGP	II	VII
JORGE HENRIQUE COLLUCO	9.XXX.931-X	1	PGE	AGP	II	VII
JORGE HOVORUSKO	3.XXX.928-X	1	PGE	AGP	III	VII
LUCIMAR PYZIAK BASSANI	6.XXX.924-X	1	PGE	AGP	III	VII
MERI MARGARIDA FERNANDES DOS SANTOS	5.XXX.841-X	1	PGE	AGE	IX	XIII
SOLANGE COSTA DIB	4.XXX.836-X	1	PGE	AGP	III	VII
VALDIRENE CAMPOS	6.XXX.980-X	1	PGE	AGE	IX	XIII
PATRICIA ADRIANA OSTAPECHEN KRUGER	7.XXX.703-X	2	PGE	AGP	III	VII
VANESSA CLAUDIA TEIXEIRA	8.XXX.222-X	1	PGE	AGE	VII	XIII

65335/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEDEF N.º 683/2025

Concede promoção aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerandoo Despacho do Governador, de 4 de abril de 2025 (protocolo nº 23.342.639-3), e o disposto no Protocolo nº 23.888.936-7,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO**, na forma do inciso II, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual nº 13.666/02, conforme o Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, **PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO**, na forma do inciso III, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Rogerio Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

ANEXO I

PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
ANA CARLA NOVACOVSKI	5.XXX.316-X	1	SEDEF	AGP	VIII	IX
ANA LUCIA CAFEO	10.XXX.915-X	1	SEDEF	AGP	VIII	IX
ANGELA MARIA NUNES NASCIMENTO	5.XXX.771-X	1	SEDEF	AGP	XIV	XV
ANTONIO ROGERIO DE OLIVEIRA	3.XXX.599-X	3	SEDEF	AGE	XV	XVI
CARMEN CRISTINA PEREIRA DA SILVA ZADRA	3.XXX.962-X	2	SEDEF	AGE	XV	XVI
CELSO MARÇAL	1.XXX.998-X	1	SEDEF	AGA	XVII	XVIII
DENISE XAVIER MASSON	7.XXX.300-X	1	SEDEF	AGP	VIII	IX
DIVINA DONIZETI RODRIGUES SANTOS	5.XXX.961-X	1	SEDEF	AGA	XVI	XVII
ELIANE WILLMS	6.XXX.684-X	1	SEDEF	AGP	VII	VIII
FERNANDA MILANEZ BIOLO FLAUZINO	7.XXX.386-X	2	SEDEF	AGP	II	III
JANAINA NUNES COSTA CARNEIO	10.XXX.856-X	1	SEDEF	AGP	VIII	IX
JANINE LUSWARGUI PEREIRA LIMA	6.XXX.365-X	2	SEDEF	AGP	II	III

JOSE DIVALDO RUFINO	7.XXX.735-X	1	SEDEF	AGP	VIII	IX
JULIANA MARIA CUSTODIO MARQUES	10.XXX.962-X	1	SEDEF	AGP	VIII	IX
JULIANA MULLER SABBAG	7.XXX.597-X	1	SEDEF	AGP	VIII	IX
JULIANO DEL GOBO	6.XXX.778-X	2	SEDEF	AGP	VII	VIII
LIGIA APARECIDA CONSALTER DE MELLO	3.XXX.408-X	1	SEDEF	AGP	VIII	IX
MAGALI SOCHER LUIZ	6.XXX.932-X	1	SEDEF	AGP	VIII	IX
MARIA DE FATIMA VIANA	2.XXX.904-X	2	SEDEF	AGP	VIII	IX
MARIA DE LOURDES DA SILVA PAIVA	4.XXX.333-9	39	SEDES	AGE	XIV	XV
MARISTELA ANGELA CAVAGNOLI	3.XXX.122-X	1	SEDEF	AGP	XV	XVI
MARLISE WEBER	3.XXX.044-X	98	SEDEF	AGE	VII	VIII
PAULA CRISTINA CALSAVARA	7.XXX.797-X	1	SEDEF	AGP	VIII	IX
ROSINA APARECIDA BARROS CIOFE	3.XXX.624-X	1	SEDEF	AGE	XV	XVI
SAMANTA KREVORUCZKA	6.XXX.662-X	1	SEDEF	AGP	VIII	IX
SILVANA LAMPERT	4.XXX.573-X	1	SEDEF	AGA	XVII	XVIII
VALDIRENE OZILIERI	6.XXX.666-X	1	SEDEF	AGE	XV	XVI
VANESSA CRISTINA FRANCISCON DE PAULA GOMES	036.XXX.989-XX	1	SEDEF	AGP	VIII	IX
VIVIANE APARECIDA VILQUE DE SANTO	7.XXX.718-X	1	SEDEF	AGP	VIII	IX

ANEXO II

PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
ALESSANDRO BARBOSA DE ALMEIDA	7.XXX.436-X	1	SEDEF	AGA	II	VII
ANGELA MARIA DA CRUZ	5.XXX068-X	1	SEDEF	AGE	VIII	XIII
BEATRIZ ROSSET	5.XXX.850-X	1	SEDEF	AGE	VIII	XIII
CARLA CRISTINA FELICIO VIEIRA LOURENÇO	7.XXX.871-X	1	SEDEF	AGP	VIII	XIII
CLARISSA FERNANDES DINIZ	12.XXX.886-X	3	SEDEF	AGP	II	VII
CRISTIANE VALOTO MAZZO	7.XXX.447-X	1	SEDEF	AGP	III	VII
EDWILSON DA CUNHA MEDINA	4.XXX.956-X	1	SEDEF	AGA	III	VII
ELAINE CRISTINE DE OLIVEIRA	8.XXX.993-X	1	SEDEF	AGE	VIII	XIII
ELESANDRA DA SILVA PAIM	6.XXX.844-X	1	SEDEF	AGP	II	VII
FABIANA VIEIRA SILVA KUIAVINSKI	6.XXX.767-X	1	SEDEF	AGE	V	XIII
GRACIENE MARQUES JUBIN	8.XXX.859-X	1	SEDEF	AGP	III	VII
JOAO ROBERTO DE SOUZA EUGÊNIO	7.XXX.417-X	1	SEDEF	AGA	III	VII
JULIANA MULLER	13.XXX.152-X	1	SEDEF	AGP	II	VII
JULIANA PEREIRA RINALDI	8.XXX.561-X	1	SEDEF	AGP	III	VII
JULIANI MONTEIRO RIBEIRO	9.XXX.503-X	1	SEDEF	AGP	III	VII
LARISSA SAYURI YAMAGUCHI	4.XXX.517-X	2	SEDEF	AGP	III	VII
LEOCADIA APARECIDA DE SIQUEIRA LEVANDOSKI	5.XXX.947-X	1	SEDEF	AGP	II	VII
MARCELE XAVIER DA SILVA	6.XXX.913-X	1	SEDEF	AGP	III	VII
MARCIA VALIM LEMES MATTJIE	7.XXX.996-X	1	SEDEF	AGP	II	VII
MARLENE BATISTA DA SILVA	2.XXX.859-X	1	SEDEF	AGP	III	VII
MEIRE CRISTINA FALCIONI MALVEZZI	3.XXX.913-X	1	SEDEF	AGP	III	VII
NILZA SOELI KOKIELA	1.XXX.970-X	1	SEDEF	AGE	VIII	XIII
PAULO VICHUAT PADILHA	5.XXX.088-X	1	SEDEF	AGP	III	VII
PORCINA ELIZABETH DE OLIVEIRA SOUTO	1.XXX.196-X	1	SEDEF	AGP	II	VII
PRISCILA ALVES DA SILVA	10.XXX.671-X	1	SEDEF	AGP	III	VII
PRISCILA REGINA DAIUTO	12.XXX.368-X	1	SEDEF	AGP	VIII	XIII
RAQUEL CERVINHANI VIEIRA	8.XXX.655-X	1	SEDEF	AGP	III	VII
ROSELI ORAME INGLES	8XX.X62-X	1	SEDEF	AGP	II	VII
SALETE DAS BROTAS FERREIRA	2.XXX.216-X	3	SEDEF	AGP	III	VII
SERGIO ANTONIO ZIMMER	6.XXX.258-X	1	SEDEF	AGP	VIII	XIII
SILVIA HELENA DA CUNHA PICKLER	4.XXX.596-X	1	SEDEF	AGP	III	VII
THAIS LOURENÇO DE SOUZA	8.XXX.747-X	2	SEDEF	AGP	III	VII
THANARA BUHRER CARVALHO	7.XXX.056-X	1	SEDEF	AGE	VIII	XIII
VANESSA JULIAO ARCIE	6.XXX.483-X	1	SEDEF	AGE	IX	XIII

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IDR N.º 679/2025

Concede Progressão por Avaliação de Desempenho e altera registros funcionais do servidor BRUNO COLOMBO PEREIRA por força de Ordem Judicial.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, o **Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento** e o **Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR - EMATER**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90, da Constituição do Estado do Paraná, observada a Lei Estadual n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023, a Lei Estadual n.º 16.537, de 30 de junho de 2010, a Lei Estadual n.º 17.451, de 27 de dezembro de 2012, a Lei Estadual nº 21.108 os termos do Mandado Judicial – Autos N.º 0009449-87.2024.8.16.0173 e o contido no protocolado sob o n.º 23.149.598-3,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder, por força de decisão judicial, a Progressão por Avaliação de Desempenho ao servidor abaixo relacionado integrante do Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER regulado pela Lei nº 16.537/2010:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A partir de
				CLASSE	REF.	CLASSE	REF.	
BRUNO COLOMBO PEREIRA	437928	10.XXX.161-X	EX – Técnico de Extensão Rural	1	1	1	2	**18/01/2014**

Art. 2° Conceder, por força de decisão judicial, a Progressão por Avaliação de Desempenho ao servidor abaixo relacionado do Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER regulado pela Lei n.º 17.451/2012:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A partir de
				CLASSE	REF.	CLASSE	REF.	
BRUNO COLOMBO PEREIRA	437928	10.XXX.161-X	ATER - Técnico de Extensão Rural	C	3	C	4	**18/01/2017**

Art. 3° Retificar, por força judicial, a Resolução Conjunta SEAP/SEAB/IAPAR n.º 9, de 19 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, Edição n.º 10.093, de 21 de dezembro de 2017, que trata da Progressão por Antiguidade, nos termos dos arts. 14 e 15 da Lei n.º 17.451/2012, concedida ao servidor abaixo relacionado integrante do Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER regulado pela Lei n.º 17.451/2012:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A partir de
				CLASSE	REF.	CLASSE	REF.	
BRUNO COLOMBO PEREIRA	437928	10.XXX.161-X	ATER - Técnico de Extensão Rural	C	4	C	5	**01/01/2018**

Art. 4° Conceder, por força de decisão judicial, a Progressão por Avaliação de Desempenho ao servidor abaixo relacionado do Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER regulado pela Lei n.º 17.451/2012:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A partir de
				CLASSE	REF.	CLASSE	REF.	
BRUNO COLOMBO PEREIRA	437928	10.XXX.161-X	ATER - Técnico de Extensão Rural	B	4	B	5	**18/01/2020**

Art. 5° Retificar, por força de decisão judicial, o Anexo Único da Resolução Conjunta SEAP/SEAB/IAPAR n.º 99, de 22 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, Edição n.º 11.246, de 24 de agosto de 2022, que trata do Enquadramento dos servidores ativos de provimento efetivo das carreiras do Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER regulado pela Lei n.º 17.451/2012:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A partir de
				CLASSE	REF.	CLASSE	REF.	
BRUNO COLOMBO PEREIRA	437928	10.XXX.161-X	PE – Profissional Especialista	B	5	PE2	07	**24/08/2022**

Art. 6° Retificar, por força de decisão judicial, o Anexo Único da Resolução Conjunta SEAP/SEAB/IAPAR n.º 212, de 9 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, Edição n.º 11.522, de 16 de outubro de 2023, que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho, na forma do artigo 14 da Lei n.º 21.108/2022, ao servidor abaixo relacionado:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A partir de
				CLASSE	REF.	CLASSE	REF.	
BRUNO COLOMBO PEREIRA	437928	10.XXX.161-X	PE – Profissional Especialista	PE2	07	PE2	08	**18/01/2023**

Art. 7º Compete a Unidade de Recursos Humanos de lotação do servidor, providenciar a correção nos sistemas administrados pela Divisão de Gestão da Folha – DGF/SEAP.

Art. 8º Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 7 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Márcio Fernando Nunes
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 6687 12/05/2025
ORGAO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 10220 DE 25/11/2004 O NOME DE ROBERTO ALTHEIM
R.G. 50381463 LF - 1
1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 6688 12/05/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 1683 DE 07/07/2023 O NOME DE RUI SKROCH DE ANDRADE
R.G. 9529276 LF - 97
EXCLUIR DA PORTARIA N. 3479 DE 16/08/2011 O NOME DE ROSEMERI RUPPEL STADLER
R.G. 36867809 LF - 92
EXCLUIR DA PORTARIA N. 6588 DE 25/04/2025 O NOME DE HELENA NAIR OST KAMINSKI
R.G. 30105320 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 18110 DE 12/08/2009 O NOME DE ANSELMO PILATI
R.G. 39734451 LF - 2
1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 6689 12/05/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 6549 DE 11/04/2025 O NOME DE CLECI TEREZINHA FRAGOSO
R.G. 64704559 LF - 2
EXCLUIR DA PORTARIA N. 7970 DE 31/01/2022 O NOME DE JAIME NUNES
R.G. 53889107 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 8260 DE 17/03/2008 O NOME DE MARIUSA ALVES FORNER
R.G. 53650287 LF - 1
1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 6690 12/05/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 24407 DE 24/11/2006 O NOME DE JAIME NUNES
R.G. 53889107 LF - 1
1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 6691 12/05/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
EXCLUIR DA PORTARIA N. 6595 DE 25/04/2025 O NOME DE VANDERLEI SHUINDT
R.G. 59894455 LF - 1

65331/2025

Resolução SEAP nº 8994/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 90, parágrafo único, da Constituição Estadual, art. 4°, da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, o Decreto N° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para responderem pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP como Diretora de Área, Chefe de Departamento e Chefes de Divisão:

Diretoria de Gestão de Pessoas, Previdência e Saúde do Servidor - DGPS		
Função	**Nome**	**RG**
Diretora de área	Clarice Aparecida Moura de Lima	5.xxx.889-x
Departamento de Gestão de Pessoas e Tecnologia de RH - DRH		
Função	**Nome**	**RG**
Chefe de Departamento	Euziane de Souza Campos	8.xxx.288-x
Chefe da Divisão de Gestão e Integração De Sistema - DGIS	André Luiz Reva	8.xxx.660-x
Chefe da Divisão de Cargos e Salários - DCSA	Jessé Adelino Salvador	8.xxx.832-x
Chefe da Divisão de Gestão da Informação de RH-DIRH	Evellyn Campos da Silva	10.xxx.151-x
Chefe da Divisão de Recrutamento e Seleção de RH - DSRH	Mayra Fantinel do Canto	10.xxx.244-x
Chefe da Divisão de Gestão de Folha de Pagamento - DGF	Beatriz Manfroi da Silva Latuf	10.xxx.210-x
Chefe da Divisão de Seguridade Funcional - DSF	Nelsi Aparecida de Oliveira	4.xxx.659-x
Chefe da Divisão de Estágio - DE	Salvina Luíza Alfredo	4.xxx.739-x

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de maio de 2025

Luizão Goulart

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

65349/2025

COMUNICADO DE DECISÃO

Na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (CPPAR) da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), COMUNICO a empresa **FAMAHA COMÉRCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA LTDA – ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 07.734.851/0001-07, com endereço à Avenida Angelo Caleffi, n. 416, Bairro: Centro, CEP 99.740-000, na cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, na pessoa de seu representante legal, Sr. **Fábio Marcelo Haiduki**, CPF n. 999.XXX.XXX-53, que em Despacho constante às folhas 108 a 108a do presente protocolo, publicado no Diário Oficial do Estado, Edição n. 11.874, de 31 de março de 2025, o Exmo. Governador do Estado do Paraná decidiu, em razão dos fatos noticiados no protocolo n. 22.892.381-8, e nos termos do art. 150, inc. II e III, da Lei Estadual nº 15.608/2007, pela aplicação das sanções de:

1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 03 (três) meses, e

2. Multa no valor de R$ 177,06 (cento e setenta e sete reais e seis centavos), equivalente a 0,5% do valor do lote.

Da decisão cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 162, inciso IX, da Lei Estadual n. 15.608/2007.
O não pagamento da Guia de Recolhimento (GR-PR) no prazo estipulado implicará na inscrição da empresa na Dívida Ativa do Estado do Paraná.
Por fim, reitera-se que os autos permanecem à disposição para vistas e ciência do seu inteiro teor no sistema eProtocolo através do seguinte link https://www.eprotocolo.pr.gov.br/.

Curitiba, 12 de maio de 2025

Ronaldo Bonfim Constante
Presidente

65287/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução SEAP nº 8995/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 90, parágrafo único, da Constituição Estadual, art. 4°, da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, o Decreto N° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para responderem pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP como Diretor de Área, Chefe de Departamento e Chefe de Divisão:

Diretoria de Administração e Gestão Patrimonial		
Função	**Nome**	**RG**
Diretor de área	Edson Galdino Vilela de Souza	8.xxx.619-x
Departamento de Arquivo Público - DEAP		
Função	**Nome**	**RG**
Chefe de Departamento	Fabiane Bergmann	9.XXX.607-X
Chefe da Divisão de Arquivo e Documentação - DAD	Denise Cristina Mansur	1.xxx.478-x

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de Maio de 2025

Luizão Goulart

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

65340/2025

Resolução SEAP nº 8996/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 90, parágrafo único, da Constituição Estadual, art. 4°, da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, o Decreto N° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para responderem pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP como Diretora de Área, Chefe de Departamento e Chefes de Divisão:

Diretoria de Gestão de Pessoas, Previdência e Saúde do Servidor - DGPS		
Função	**Nome**	**RG**
Diretora de área	Clarice Aparecida Moura de Lima	5.xxx.889-x
Departamento de Saúde e Segurança do Servidor - DSS		
Função	**Nome**	**RG**
Chefe de Departamento	Andressa Sera Todeschini	4.xxx.885-x
Chefe da Divisão de Assistência à Saúde – DAS	Fabio Nunes Júnior	9.xxx.259-x
Chefe da Divisão de Perícia Médica – DPM	Rafael Augusto Bertuol	6.xxx.316-x
Chefe da Divisão de Saúde Ocupacional – DSO	Maria Olivia Bandeira	12.xxx.500-x

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de Maio de 2025

Luizão Goulart

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

65354/2025

Resolução SEAP nº 8997/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 90, parágrafo único, da Constituição Estadual, art. 4°, da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, o Decreto N° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para responderem pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP como Diretor de Área, Chefe de Departamento e Chefes de Divisão:

Diretoria de Administração e Gestão Patrimonial		
Função	**Nome**	**RG**
Diretor de área	Edson Galdino Vilela de Souza	8.xxx.619-x
Departamento de Gestão do Transporte Oficial - DETO		
Função	Nome	**RG**
Chefe de Departamento	Naasson Polak	3.xxx.926-x
Chefe da Divisão de Abastecimento e Manutenção de Veículos - DAMV	Heloísa Cristina Nass	9.xxx.581-x
Chefe da Divisão de Documentação de Veículos - DDV	Thiago de Carvalho Paula	10.XXX.790-X
Chefe da Divisão de Gestão de Veículos - DGV	Edson Silveira Filho	7.xxx.835-x
Chefe da Divisão de Viagens Oficiais - DVO	Elias Ferreira da Silva	9.XXX.002-X

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de Maio de 2025

Luizão Goulart

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

65356/2025

Resolução SEAP nº 8999/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 90, parágrafo único, da Constituição Estadual, art. 4°, da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, o Decreto N° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para responderem pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP como Diretor de Área, Chefes de Departamento e Chefe de Divisão:

Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS		
Função	**Nome**	**RG**
Diretor de Área	Vinicius de Oliveira Martins	8.xxx.290-x
Departamento de Serviços e Operações - DSO		
Função	**Nome**	**RG**
Chefe de Departamento	Vinicius Augusto Moura Ribeiro da Silva	6.xxx.328-x
Departamento de Tecnologia da Informação e de Núcleos Setoriais - DTIN		
Função	**Nome**	**RG**
Chefe de Departamento	Marcia Blassius	9.xxx.987-x

Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação, Comunicação e Sistemas – DTIC	Edison Klafke Fillus	8.xxx.682-x

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de Maio de 2025

Luizão Goulart

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

65358/2025

Resolução SEAP nº 9000/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 90, parágrafo único, da Constituição Estadual, art. 4°, da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, o Decreto N° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para responderem pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP como Diretor de Área, Chefe de Departamento e Chefes de Divisão:

Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS		
Função	**Nome**	**RG**
Diretor de Área	Vinicius de Oliveira Martins	8.xxx.290-x
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON		
Função	**Nome**	**RG**
Chefe de Departamento	Wellington Dias de Paula	10.xxx.943-x
Chefe da Divisão de Planejamento – DP	Marcia Wagner Assumpção Cucatto	3.xxx.479-x
Chefe da Divisão de Padronização, Catalogação de Itens e Cotações de Preços – DCC	Gabriel Pawlaski Xavier	12.xxx.985-x
Chefe da Divisão de Licitação – DL	Jhonatan Fioravante	11.xxx.681-x
Chefe da Divisão de Gerenciamento de Atas – DGA	Andrea Ferreira de Camargo	5.xxx.373-x
Chefe da Divisão de Sistema em Logística para Contratações Públicas – DLOG	Cleverson Neri Machado da Silva	7.xxx.540-x

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de Maio de 2025

Luizão Goulart

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

65359/2025

Resolução SEAP nº 9002/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 90, parágrafo único, da Constituição Estadual, art. 4°, da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, o Decreto N° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para responderem pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP como Diretor de Área, Chefe de Departamento e Chefes de Divisão:

Diretoria de Administração e Gestão Patrimonial		
Função	**Nome**	**RG**
Diretor de área	Edson Galdino Vilela de Souza	8.xxx.619-x
Departamento de Patrimônio do Estado – DPE		
Função	**Nome**	**RG**
Chefe de Departamento	Felipe Carvalho Guilhermette	14.xxx.729-x
Chefe da Divisão de Cadastro, Regularização e Avaliação de Bens - DRA	Altair Freire	4.xxx.985-x
Chefe da Divisão de Gestão de Ativos Imobiliários e Alienações - DGA	Heloisa Meyer Toledo	10.xxx.750-x
Chefe da Divisão de Planejamento e Gestão - DPG	Jéssica Di Paula Souza de Oliveira	12.xxx.658-x

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de Maio de 2025

Luizão Goulart

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

65361/2025

Resolução SEAP nº 9030/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 90, parágrafo único, da Constituição Estadual, art. 4°, da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023 e o Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar as servidoras abaixo relacionados para responderem como Assessor Técnico de Núcleo de Recursos Humanos Setorial dos respectivos órgãos conforme quadro abaixo;

FUNÇÃO	SERVIDOR (A)	RG/CPF	A Partir de	Órgão
Assessor Técnico de Núcleo de Recursos Humanos Setorial	Bruna dos Reis Nersboski	12.xxx.684-x	12/05/2025	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - SEJU
Assessor Técnico de Núcleo de Recursos Humanos Setorial	Neuza Maria Wilcek	4.xxx.729-x	12/05/2025	Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Paraná – SEMIPI

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data acima, ficando revogada a Resolução n° 8925 de 30 de abril de 2025.

Curitiba, 12 de maio de 2025

Luizão Goulart

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

65769/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PARANAPREVIDÊNCIA

RESUMO DE ATO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

O Diretor Presidente e o Diretor de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei-PR nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, resolvem DETERMINAR A REVISÃO do benefício previdenciário, na forma abaixo especificada:

Ato nº 13213/90, Pensão Por Morte, Protocolo 23.785.496-9/00.751.980-0, Segurado Francisco de Lima**, Cargo** 1º Sargento**, RG** 265.096-7**, Beneficiários** Esli do Rocio Pires de Lima, Filha Maior Solteira Sem Renda, Cota 50,00%, Claudio Francisco Bonierski de Lima, Dependente Com Sentenca Judicial – Filho Inválido, Cota 50,00%, **Valor R$ 9.282,53** (Nove Mil, Duzentos e Oitenta e Dois Reais e Cinquenta e Três Centavos) - FM **Motivo** Inclusão de Claudio Francisco Bonierski de Lima na condição de dependente com sentença judicial – filho inválido, em cumprimento de decisão judicial, autos nº 006409-03.2016.8.16.0004, transitado em julgado na 3º Vara da Fazenda Pública de Curitiba de Curitiba. Base de cálculo: Abril/25.

Ato nº 122089/20, Pensão Por Morte, Protocolo 23.097.184-6/16.818.002-0, Segurado Marise Alves Caron**, Cargo** Professor**, RG** 271.505-8**, Beneficiários** Arnaldo Macedo Caron, Cônjuge, Cota 50,00%, Odalea Maria Alves Caron, Filha Inválida, Cota 50,00%, **Valor R$ 4.895,66** (Quatro Mil, Oitocentos e Noventa e Cinco Reais e Sessenta e Seis Centavos) - FP **Motivo** Inclusão de Odalea Maria Alves Caron na condição de filha inválida, com fulcro no Art. 19 da LC 233/21 e Parecer DJ nº 0533/2025. Base de cálculo: Julho/20.

Ato nº 122090/20, Pensão Por Morte, Protocolo 23.097.184-6/16.818.002-0, Segurado Marise Alves Caron**, Cargo** Professor**, RG** 271.505-8**, Beneficiários** Arnaldo Macedo Caron, Cônjuge, Cota 50,00%, Odalea Maria Alves Caron, Filha Inválida, Cota 50,00%, **Valor R$ 3.675,41** (Três Mil, Seiscentos e Setenta e Cinco Reais e Quarenta e Um Centavos) - FP **Motivo** Inclusão de Odalea Maria Alves Caron na condição de filha inválida, com fulcro no Art. 19 da LC 233/21 e Parecer DJ nº 0533/2025. Base de cálculo: Julho/20.

Ato nº 124592/21, Pensão Por Morte, Protocolo 23.925.692-9/17.203.990-1, Segurado Wagner Silva Campos**, Cargo** Investigador de Polícia**, RG** 4.990.243-3**, Beneficiários** Luciana Eimy Yamamoto, Convivente, Cota 100,00%, **Valor R$ 3.619,27** (Três Mil, Seiscentos e Dezenove Reais e Vinte e Sete Centavos) - FP **Motivo** Correção do cálculo da média pela EC 45/19 em atendimento à diligência do Tribunal de Contas, Instrução nº 849/2025 - COAP. Base de cálculo: Abril/20.

Curitiba, 8 de maio de 2025.

64833/2025

RESUMO DE ATO DE CANCELAMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

O Diretor Presidente e o Diretor de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei-PR nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, resolvem DETERMINAR O CANCELAMENTO do benefício previdenciário, na forma abaixo especificada:

Ato nº 125629/21, Pensão Por Morte, Protocolo 23.568.818-2, Segurado Clery Paes de Almeida Coradeli, **Cargo** Professora, **RG** 4.746.472-2, **Beneficiário** Antonio Coradeli, Cônjuge, Cota 100,00%, **Motivo** O beneficiário deixou de cumprir os requisitos para a manutenção do benefício, nos termos dos art. 42 a 61, da Lei-PR 12.398/98.

Ato nº 127141/21, Pensão Por Morte, Protocolo 23.229.734-4, Segurado Sergio Alves Pinto, **Cargo** Professora, **RG** 3.059.484-3, **Beneficiário** Eliete Maria do Nascimento Pinto, Cônjuge, Cota 100,00%, **Motivo** O beneficiário deixou de cumprir os requisitos para a manutenção do benefício, nos termos dos art. 42 a 61, da Lei-PR 12.398/98.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

64836/2025

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

RESOLUÇÃO Nº 38, de 8 de maio de 2025.

Divulga preços médios para milho e leite-cota.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nas cláusulas 4 e 5 do Convênio SEAB/SEFA/BANESTADO-EMATER-PR,

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar os preços médios recebidos pelos produtores de milho e leite-cota, referentes ao mês de **abril de 2025,** fixados em R$ 61,88 (Sessenta e um reais e oitenta e oito centavos) por 60 quilogramas de milho e R$ 2,87 (Dois reais e oitenta e sete centavos) por litro de leite-cota.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Publique-se.

Márcio Fernando Nunes,
Secretário de Estado.

65881/2025

RESOLUÇÃO Nº 39, de 8 de maio de 2025.

Divulga o preço médio mensal do leite UHT.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO,** no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar o preço médio de comercialização do Leite UHT (UHT-longa vida), no âmbito do mercado atacadista do Estado do Paraná, para o mês de **abril de 2025**, conforme aferido para o leite longa vida integral em R$ 4,67 (Quatro reais e sessenta e sete centavos) por litro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se.

Márcio Fernando Nunes,
Secretário de Estado.

65870/2025

RESOLUÇÃO Nº 40, de 9 de maio de 2025.

Destitui servidor de Chefe Interino do Núcleo Regional de Curitiba.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO,** no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e com fundamento no art. 70, parágrafo único da Lei n° 6.174,de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE:

Art. 1º Destituir o servidor **Márcio Garcia Jacometti,** RG nº 3.202.XXX-6, da Chefia Interina do Núcleo Regional de Curitiba, a partir de 07/05/2025, por ocasião da nomeação do servidor **Valdenir Batista Veloso,** através do Decreto nº 9869 de 08 de maio de 2025.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Publique-se.

Marcio Fernando Nunes,
Secretário de Estado.

65849/2025

ADAPAR

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR GERÊNCIA DE APOIO TÉCNICO - GAT PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, originários das Gerências de Sanidade Vegetal, Trânsito Agropecuário, Saúde Animal e Inspeção de Produtos de Origem Animal e suas respectivas DECISÕES, promulgadas pela AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ-ADAPAR, calcadas nas LEIS n°s. 7827/83, 7802/89, 8014/84, 9818/91, 10711/03, 11200/95, 9056/89, 11200/95, 11504/96, 10799/94; DECRETOS n°s. 24114/34, 3876/84, 98816/90, 4074/02, 6120/85, 4154/94, 5153/04, 3287/97, 6710/90, 2792/96, 12029/14 e 3005/00 e demais ATOS COMPLEMENTARES.
As multas não quitadas serão inscritas no Cadastro de Inadimplentes - CADIN/Dívida Ativa.
O DIRETOR DE DEFESA AGROPECUÁRIA, examinando os presentes AUTOS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, julga procedentes as AUTUAÇÕES e aplica as seguintes SANÇÕES:

Auto de Infração nº **105314**, Protocolo nº **227257768**, contra **LUIZ FERNANDO DA SILVEIRA** , Município de **LAPA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 722,55**.
Auto de Infração nº **54053**, Protocolo nº **226078770**, contra **TIAGO MARCEL KYSCHEL**, Município de **PRUDENTÓPOLIS - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 3.468,24**.

Auto de Infração nº **39111**, Protocolo nº **229375911**, contra **LENON KUKUL DE SOUZA**, Município de **MANGUEIRINHA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 722,55**.
Auto de Infração nº **40202**, Protocolo nº **228129780**, contra **LUCAS INOCENTE VEZOZZO**, Município de **LONDRINA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.445,10**.
Auto de Infração nº **64040**, Protocolo nº **226513680**, contra **JOSE RONALDO TOMAZOLI**, Município de **MARINGÁ - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **36458**, Protocolo nº **229163388**, contra **DIVANIR LEPRE**, Município de **UMUARAMA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 722,55**.
Auto de Infração nº **95915**, Protocolo nº **227972777**, contra **GIOVANE SILVEIRA TRAVINSKI**, Município de **PONTA GROSSA - PR**. DECISÃO: **Arquivamento por Nulidade/Improcedência**.
Auto de Infração nº **27492**, Protocolo nº **227096268**, contra **VALDELEI BELESCK**, Município de **RONCADOR - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.456,67**.
Auto de Infração nº **49911**, Protocolo nº **225448817**, contra **SCHAEDLER FÁBRICA DE EMBUTIDOS LTDA**, Município de **NOVA SANTA ROSA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 8.670,60**.
Auto de Infração nº **54078**, Protocolo nº **226282408**, contra **PRODUTOS COLONIAIS SCHAFRANSKI LTDA - ME**, Município de **PRUDENTÓPOLIS - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 6.502,95**.
Auto de Infração nº **29672**, Protocolo nº **227633336**, contra **JONI DISNER**, Município de **MEDIANEIRA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.011,57**.
Auto de Infração nº **48241**, Protocolo nº **235672324**, contra **INDÚSTRIA DE LATICINIOS LACTO IRATI EIRELI**, Município de **IRATI - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 31.069,65**.
Auto de Infração nº **33864**, Protocolo nº **229344463**, contra **GVM INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA**, Município de **FRANCISCO BELTRÃO - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.156,08**.
Auto de Infração nº **32206**, Protocolo nº **231700145**, contra **JOÃO PEDRO AGUIAR RECH**, Município de **JARDIM ALEGRE - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 3.034,71**.
Auto de Infração nº **9579**, Protocolo nº **227079606**, contra **GILBERTO PINTO CAMPO**, Município de **TAPIRA - PR**. DECISÃO: **Arquivamento por Nulidade/Improcedência**.
Auto de Infração nº **44871**, Protocolo nº **227896698**, contra **LATICINIOS GUAIRA LTDA**, Município de **GUAÍRA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.445,10**.
Auto de Infração nº **54059**, Protocolo nº **226546855**, contra **JORGE KLOS**, Município de **PRUDENTÓPOLIS - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.890,20**.
Auto de Infração nº **29083**, Protocolo nº **228283134**, contra **WILLIAN GOMES DA SILVA**, Município de **BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **79779**, Protocolo nº **230085218**, contra **PEDRO BUREY SOBRINHO**, Município de **PALMITAL - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **16643**, Protocolo nº **234078399**, contra **VALDEMITO THOMAZINI DE SOUZA JUNIOR**, Município de **PARANACITY - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 722,55**.
Auto de Infração nº **46140**, Protocolo nº **229999877**, contra **EDSON BEZERRA GUEDES**, Município de **SÃO JOÃO DO IVAÍ - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 21.387,48**.
Auto de Infração nº **30786**, Protocolo nº **230003009**, contra **LINO WILLEMANN**, Município de **JOINVILLE - SC**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.745,69**.
Auto de Infração nº **43310**, Protocolo nº **228113263**, contra **ROSA E MORAIS LTDA**, Município de **MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.011,57**.
Auto de Infração nº **44874**, Protocolo nº **228114103**, contra **AVELOG TRANSPORTES LTDA**, Município de **ASTORGA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.167,65**.
Auto de Infração nº **13760**, Protocolo nº **229986503**, contra **PRISCILA AMANCIO DA CRUZ FERNANDES**, Município de **CÂNDIDO DE ABREU - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 722,55**.
Auto de Infração nº **32204**, Protocolo nº **231769439**, contra **LUCAS LAWRYNIUK FILHO**, Município de **PITANGA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 11.271,78**.
Auto de Infração nº **54266**, Protocolo nº **225754942**, contra **PRIMAZ FRIGORIFICO LTDA**, Município de **RIO NEGRO - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 13.150,41**.
Auto de Infração nº **64046**, Protocolo nº **226512705**, contra **RAYSSA TROMBETTA SIQUEIRA AARDOON**, Município de **TELÊMACO BORBA - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **52944**, Protocolo nº **227703210**, contra **ELIAS QUIRINO DOS SANTOS**, Município de **SANTA MARIA DO OESTE - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 722,55**.
Auto de Infração nº **29671**, Protocolo nº **227604670**, contra **VALENTIM DE JORGI**, Município de **SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **52934**, Protocolo nº **222920345**, contra **VILSON ANTONIO BREANCINI**, Município de **PITANGA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.589,61**.
Auto de Infração nº **37953**, Protocolo nº **224750056**, contra **C. N. PICINATTO & CIA LTDA** , Município de **DOIS VIZINHOS - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 4.479,81**.
Auto de Infração nº **22509**, Protocolo nº **229218115**, contra **RHAYNER VINICIUS MENDES COSTA**, Município de **RESERVA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 722,55**.
Auto de Infração nº **16642**, Protocolo nº **234077082**, contra **VALDEMITO THOMAZINI DE SOUZA JUNIOR**, Município de **PARANACITY - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 578,04**.
Auto de Infração nº **37676**, Protocolo nº **228013609**, contra **CARLOS ALBERTO SILVA LOPEZ**, Município de **LONDRINA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.445,10**.
Auto de Infração nº **48238**, Protocolo nº **231736239**, contra **M. M. M. COMINESI FRIGORÍFICO - EIRELI** , Município de **IVAÍ - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 13.150,41**.
Auto de Infração nº **64049**, Protocolo nº **226518029**, contra **SEBASTIAO CASTRO DO CARMO**, Município de **TELÊMACO BORBA - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **12397**, Protocolo nº **225710996**, contra **INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES FRIGOSANTOS LTDA**, Município de **CAMPO MAGRO - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 4.479,81**.
Curitiba, 13 de Maio de 2025
ALESSANDRO CASAGRANDE
Gerente de Apoio Técnico

65422/2025

Secretaria das Cidades

RESOLUÇÃO Nº 053/2025-SECID

Súmula: Determina o arquivamento do Processo de Sindicância instaurado por meio da Resolução nº 034/2025 – SECID, referente ao sinistro ocorrido com veículo oficial.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES - SECID, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 21.352/2023, neste ato representado pelo Diretor-Geral da Secretaria de Estado das Cidades, conforme Resolução nº 028/2025-SECID e conforme documentação anexa ao protocolo 22.103.720-0.

RESOLVE,

Art. 1º Arquivar os presentes autos, visto que não ficou evidenciado o cometimento de irregularidades administrativas que possam ser tipificadas pela Lei Estadual nº 6.174/1970, com relação à conduta do servidor Leandro Salomão Piana, no exercício de suas funções à época do sinistro envolvendo o veículo oficial Renault Duster, placa SEG4F74.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE, CUMPRA-SE

Curitiba, 08 de maio de 2025.

Felipe Flessak
Diretor-Geral
Secretaria de Estado das Cidades

65919/2025

PORTARIA Nº 016/2025-SECID

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 4°, da Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023, neste ato representado pelo Diretor-Geral da Secretaria de Estado das Cidades, conforme Resolução n° 028/2025-SECID, considerando a documentação e informações em anexo ao Protocolo sob n° 22.983.855-5,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados, em observância à legislação Vigente, para atuarem como gestores e fiscais do Contrato Administrativo n.º 1073/2025, celebrado com a CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ LTDA., no valor de R$ 666.950,23 (seiscentos e sessenta e seis mil, novecentos e cinquenta reais e vinte e três centavos), cujo objeto é a execução de serviços de engenharia para reparos na Cadeia Pública de Andirá, localizada à Rua São Francisco de Assis n.º 115, bairro Vila Americana, no município de Andirá, Paraná.

Art. 2º Fiscal Titular: Eng. Jonas Ribeiro, CREA PR N.º 19262/D;

Art. 3º Fiscal Suplente: Eng. Fabio Bahl Oliveira – CREA PR N.º 89429/D;

Art. 4º Gestor: Eng. João Vitor de Oliveira Nabarro – CREA PR N.º 201546/D ;

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE, CUMPRA-SE

Curitiba, 12 de maio de 2025.

Felipe Flessak
Diretor Geral
Secretaria de Estado das Cidades

65456/2025

RESOLUÇÃO Nº 054/2025-SECID

Súmula: Altera lotação de servidores da Secretaria de Estado das Cidades.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 4°, da Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023, neste ato representado pelo Diretor-Geral da Secretaria de Estado das Cidades, conforme Resolução n° 028/2025- SECID, considerando a documentação e informações em anexo ao Protocolo sob n° 22.099.004-4,

Considerando o disposto no Decreto nº 4497, de 20 de dezembro de 2023, que aprova o Regulamento da Secretaria das Cidades,

Considerando a Resolução nº 021/2024-SECID que lota servidores para desempenharem suas funções junto à Secretaria de Estado das Cidades.

RESOLVE,

Art. 1° Alterar a lotação dos servidores relacionados para desempenharem suas funções junto às seguintes unidades:

Unidade Técnica De Inovação E Sustentabilidade - UTS	RG	A partir
Rafael Soares da Silva	13. XXX.369-X	20/02/2025

Pessoal com lotação diversa	RG	A partir
Eliezer Wischral	4. XXX.045-X	25/03/2025

Diretoria Geral - DG	RG	A partir
Daniele Cristine Jorge Ribeiro	8. XXX.925-X	01/04/2025

Diretoria de Apoio aos Municípios - DAM	RG	A partir
José Vitor Osachlo	6. XXX.115-X	01/04/2025
Vanessa Pintareli Grebogi Moraes de Souza	020.XXX.029-X	01/04/2025

Núcleo de Comunicação Setorial - NCS	RG	A partir
Flavio Luis Rehme	6. XXX.642-X	01/04/2025
João Eduardo Cruz	8. XXX.644-X	01/04/2025

Coordenação de Fiscalização de Obras de Edificações Públicas	RG	A partir
Giuseppe Romano Canalli	6. XXX.824-X	11/04/2025

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE, CUMPRA-SE
Curitiba, 09 de maio de 2025

Felipe Flessak
Diretor-Geral
Secretaria de Estado das Cidades

65444/2025

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

RESOLUÇÃO N.º 077/2025 – SETI, DE 25 DE ABRIL DE 2025.

Institui Grupo de Trabalho para a elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos de Licenciaturas Interculturais Bilíngues para a formação de professores indígenas no Estado do Paraná.

O Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no uso de suas atribuições legais, considerando os dispositivos da Lei Estadual n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023, do Decreto 03, de 01 de Janeiro de 2023 e do Decreto 20, de 01 de janeiro de 2023, e tendo em vista a delegação de competência contida no Decreto n.º 4245, de 17 de março de 2020, que alterou a redação do Decreto Estadual n.º 1419, de 23 de maio de 2019, e

Considerando a necessidade de fortalecer o ensino e a aprendizagem em escolas indígenas, valorizar as línguas e culturas indígenas, fomentar currículos e projetos pedagógicos interculturais e fortalecer as bibliotecas escolares indígenas;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho (GT) para a elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos de Licenciaturas Interculturais Bilíngues destinados à formação de professores indígenas pertencentes às etnias territorializadas no Estado do Paraná.

Art. 2º O Grupo de Trabalho terá as seguintes atribuições:
I - Desenvolver projetos pedagógicos que promovam o ensino bilíngue e intercultural;
II - Propor diretrizes para a estrutura curricular dos cursos;
III - Articular parcerias institucionais e acadêmicas para o desenvolvimento das licenciaturas;
IV - Estimular a produção de materiais didáticos bilíngues para todas as etapas da educação básica;
V - Elaborar relatório final com recomendações e encaminhamentos.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será composto por representantes da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI e por representantes das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná – IEES, conforme descrito abaixo:

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI
I. Maria Aparecida Crissi Knuppel, Titular;
II. Sandra Cristina Ferreira, Suplente.

Universidade Estadual de Londrina – UEL
I. Paula Marques da Silva, Titular;
II. Wagner Roberto Amaral, Suplente.

Universidade Estadual de Maringá – UEM
I. Rosangela Célia Faustino, Titular;
II. Isabel Cristina Rodrigues, Suplente.

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
I. Letícia Fraga, Titular;
II. Ligia Paula Couto, Suplente.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
I. Jante Ritter; Titular;
II. Lara Frutos González, Suplente.

Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO
I. Mariulce da Silva Lima Leineker, Titular;
II. Marcos Gehrke, Suplente.

Universidade Estadual do Norte Pioneiro – UENP
I. Ricardo Aparecido Campos, Titular;
II. Nádia Nelzizi Lovera de Florentino, Suplente.

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
I. João Henrique Lorin, Titular;
II. Éder da Silva Novak, Suplente.

Art. 4º A coordenação dos trabalhos será realizada pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Art. 5º O prazo para conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório final será de 12 meses a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 25 de abril de 2025.

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado

65687/2025

UEL

PORTARIA N. 0532 – 13/03/2025

A Reitora da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o consubstanciado no Processo n° 21.436.006-3, em especial a Portaria nº 949 – 03/04/2024 (fl. 25),

R E S O L V E:

I – Dispensar a discente **NICOLE SCHOBINER DA COSTA GOMES** (Matrícula n° 202200670199) da função de membro da Comissão de Sindicância Administrativa.

II – Designar a discente **MARIA EDUARDA BATISTA MORATELLI** (Matrícula n° 202301030600) como membro da Comissão de Sindicância Administrativa.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua **publicação no Diário Oficial**.

Profa. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro
Reitora

65911/2025

PORTARIA N. 949 – 03/04/2024

A Reitora da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o consubstanciado no Processo n° 21.436.006-3, em especial o Parecer da Procuradoria Jurídica (PJU) n° 070/2024 (fls. 16–23a),

R E S O L V E:

I – Instaurar Procedimento de **Sindicância Administrativa** nos moldes dos artigos 116 a 125 da Lei Estadual nº 20.656 de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Paraná, e dos artigos 186 a 191 e 192 a 196 do Regimento Geral da Universidade Estadual de Londrina, naquilo que não contrariar a referida Lei, para que sejam apurados os fatos contidos no Processo n° 21.436.006-3.

II - Designar a docente **LARISSA BOBROFF DAROS (Chapa Funcional: 1215909 – CEFE/DES)**, na condição de membro Presidente, a docente **CARLA CRISTIANE DA SILVA (Chapa Funcional: 0315464 – CEFE/EMH)** e a discente **NICOLE SCHOBINER DA COSTA GOMES (Matrícula n° 202200670199)**, para sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Sindicância Administrativa no referido processo.

III - Os trabalhos da Comissão deverão ser iniciados dentro do prazo de **03 (três) dias** e concluídos no prazo de **15 (quinze) dias**.

IV – Esta Portaria entra em vigor na data de sua **publicação no Diário Oficial**.

Profa. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro
Reitora

65901/2025

PORTARIA GEFIS Nº 1454/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 740/2025 Pregão Eletrônico nº308/2024

Contratada: Lca Indústria e Comércio de Cordas e Redes Esportivas Ltda

Objeto: Serviço de Fornecimento e Instalação de Rede de Proteção Com Fio de Polietileno Trançado Para Atender O Hospital Universitário de Londrina

GESTOR:

Servidor Claudenir Belasqui
Matricula 0313177
E-mail belasqui@uel.br

Servidor Andrea Name Colado Simão
Matricula 0121642
E-mail deianame@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico
Servidor Marcos Ferreira dos Santos
Matricula 1324785
E-mail marcosferreira@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Carrie Chueiri Ramos Galvan
Matricula 0307602
E-mail carrie@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,13 Maio 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

65813/2025

UEM

PORTARIA Nº 442/2025-PRH

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições legais,
Considerando a Lei nº 6.174, de 17/11/70 - Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná;
considerando o disposto no parágrafo 4º do Artigo 41 da Constituição Federal;
considerando o protocolo nº 19.075.367-0;
considerando as avaliações realizadas pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório, nomeada por meio da Resolução 044/2022-DAL,

RESOLVE:

Art. 1º EFETIVAR na Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, no cargo de Professor de Ensino Superior, o servidor KEILA DE SOUZA SILVA - RG 35.XXX.761-X/SP, em face do cumprimento do período de Estágio Probatório previsto em Lei, o qual obteve aproveitamento positivo nas avaliações de desempenho.
Art. 2º Esta portaria gera efeito retroativo a 10/05/2025, revogadas as disposições em contrário.

Maringá, 13 de maio de 2025.
José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

65823/2025

UNESPAR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ UNESPAR/REITORIA

A Reitora da Unespar, no uso de suas atribuições legais, torna pública as seguintes PORTARIAS**:**

Portaria n.º 654 de 12 de maio de 2025.
Art. 1º Designar Mauro Parolin, CPF XXX.894.819-XX, como **Gestor** do Termo de Execução Descentralizada N.º 001/2025, firmado entre o Instituto Água e Terra - IAT e a Universidade Estadual do Paraná.
Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.
Art. 4º Publique-se no Diário Oficial e no *site* oficial da Unespar.

Portaria n.º 655 de 12 de maio de 2025.
Art. 1º Designar Carlos Alexandre Molena Fernandes, CPF XXX.209.189-XX, e Gisele Maria Ratiguieri, CPF XXX.309.089-XX, respectivamente, como **Gestor** e **Fiscal** do Termo de Convênio N.º 104/2025, firmado entre a Fundação Araucária e a Universidade Estadual do Paraná.
Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.
Art. 4º Publique-se no Diário Oficial e no *site* oficial da Unespar.

Portaria n.º 656 de 12 de maio de 2025.
Art. 1º Designar Gislaine Cristina Vagetti, CPF XXX.624.559-XX, e Gisele Maria Ratiguieri, CPF XXX.309.089-XX, respectivamente, como **Gestora** e **Fiscal** do Termo de Convênio N.º 154/2025, firmado entre a Fundação Araucária e a Universidade Estadual do Paraná.]
Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.
Art. 4º Publique-se no Diário Oficial e no *site* oficial da Unespar.

Portaria n.º 662 de 12 de maio de 2025.
Art. 1º Autorizar o afastamento para o exterior do docente **Ricardo Paleari da Silva,** portador do RG 9.XXX.148-X, do *Campus* de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Paranaguá, no período de 29 (vinte e nove) de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco) a 02 (dois) de março de 2026 (dois mil e vinte e seis), para participar da "Visita científica para pesquisa de Pós doutorado à *Ghent University* na Bélgica", que acontecerá na cidade de Ghent/Bélgica.
Art. 2º O presente pedido de afastamento para o exterior deverá obedecer ao disposto na Resolução n.º 006/2015 – REITORIA/UNESPAR.
Art. 3º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.
Art. 5º Publique-se no Diário Oficial e no *site* oficial da Unespar.

Salete Paulina Machado Sirino - Reitora

65547/2025

UNESPAR

GABINETE DA REITORIA
ATO EXECUTIVO Nº 066/2025-GRE, DE 12 DE MAIO DE 2025.

SÚMULA: Aprova, *ad referendum* do Conselho Universitário – COU, a ampliação de vagas a integrar o 1º Processo Seletivo Simplificado/2023, para docentes da Unioeste.
O Reitor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso das atribuições estatutárias e regimentais, considerando o disposto no Art.23, Inciso XV, do Estatuto da Unioeste; considerando o Processo nº 23.971.060-3, de 12 de maio de 2025, RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, *ad referendum* do Conselho Universitário – COU, a ampliação de 04 (quatro) vagas a integrar o **1º Processo Seletivo Simplificado/2023 para docentes da Unioeste**, conforme segue:
CAMPUS DE CASCAVEL
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES – CECA
VAGAS-RT-ÁREA-JUSTIFICATIVAS
01-20-**FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E PRÁTICAS DE ENSINO-**1) Cedência Prof. Rejane Teixeira Coelho para o Campus de Toledo (10 horas); 2) Cargo Administrativo da Prof. Terezinha Correa Lindino no Nufope (10 horas).
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CCS
VAGAS-RT-ÁREA-JUSTIFICATIVAS
02-24-**PARASITOLOGIA-**1) Insuficiência de cargo/docente, considerando o PPP do curso de Medicina (24 horas).
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
VAGAS-RT-ÁREA-JUSTIFICATIVAS
01-20-**CONTABILIDADE TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA-**1) Aposentadoria do Professor Werner Engel - Ciências Contábeis (20 horas).
Art. 2º Este Ato Executivo entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CASCAVEL – PARANÁ.
Publique-se.

ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER
Reitor

65507/2025

Extrato de Alteração de RT, Professor Temporário – Regime Especial – UNIOESTE – MAIO/2025

1º PSS 2024
Nome: **ALINE CRISTIANE ROCHA LACERDA**
RT de 20 para 40 h/s - Doutorado
Período: 05/05/2025 a 02/03/2026
3º PSS 2024
Nome: **CICERO SIMÕES BORGES**
RT de 20 para 12 h/s - Mestrado
Período: 05/05/2025 a 02/03/2026
1º PSS 2024
Nome: **FERNANDA CRISTINA FERRO MALACOSKI**
RT de 28 para 40 h/s - Doutorado
Período: 05/05/2025 a 30/06/2025
1º PSS 2023
Nome: **ANA MARIA MARQUES PALAGI**
RT de 34 para 40 h/s - Doutorado
Período: 05/05/2025 a 02/03/2026
1º PSS 2024
Nome: **SANDRA TORNIERI**
RT de 20 para 12 h/s - Mestrado
Período: 05/05/2025 a 02/03/2026
1º PSS 2023
Nome: **MARINA GARCIA LARA**
RT de 20 para 24 h/s - Mestrado
Período: 05/05/2025 a 31/01/2026
1º PSS 2024
Nome: **TATIANE PECORARO**
RT de 20 para 40 h/s - Doutorado
Período: 10/05/2025 a 02/03/2026
1º PSS 2023
Nome: **VANESSA SEEFELD**
RT de 20 para 28 h/s - Mestrado
Período: 25/05/2025 a 28/02/2026
1º PSS 2021
Nome: **MIRIA GUNDT PAPP**
RT de 34 para 20 h/s - Especialização
Período: 05/05/2025 a 16/06/20253º PSS 2022
Nome: **RODRIGO SMAHA LOPES**
RT de 40 para 34 h/s - Doutorado
Período: 05/05/2025 a 02/03/2026
1º PSS 2023
Nome: **CRISTIANE STRENSKE**
RT de 40 para 28 h/s - Especialização
Período: 05/05/2025 a 16/06/2025
3º PSS 2022
Nome: **NEWTON SPOLAÔR**
RT de 40 para 20 h/s - Doutorado
Período: 05/05/2025 a 02/03/2026
NOVAS CONTRATAÇÕES
3º PSS 2024
Nome: **MARIA MADALENA SOARES DE SOUZA ESTEVES**
RT de 20 para 40 h/s - Mestrado
Período: 16/04/2025 a 15/07/2025
1º PSS 2024
Nome: **MICHAEL VINÍCIUS DE SORDI**
RT de 20 para 40 h/s - Doutorado
Período: 05/05/2025 a 02/03/2026
1º PSS 2024
Nome: **KELLY KANANDA TEIXEIRA**
RT de 20 para 24 h/s – Mestrado
Período: 05/05/2025 a 02/03/2026
3º PSS 2024
Nome: **SILVIO JOSÉ HENKEMEIER**
RT de 12 para 20 h/s - Especialização
Período: 05/05/2025 a 02/03/2026
3º PSS 2024
Nome: **LAYSMARA CARNEIRO EDOARDO**
RT de 20 para 40 h/s - Doutorado
Período: 05/05/2025 a 02/03/2026

65476/2025

Extrato de Contrato, Professor Temporário – Regime Especial – UNIOESTE – MAIO/2025

3º PSS 2024
CCSA/Foz - Campus de Foz do Iguaçu
Contrato: 269/2025 de 16/04/2025 a 15/07/2025
Nome: **MARIA MADALENA SOARES DE SOUZA ESTEVES**
RT 20 – Mestrado
3º PSS 2024
CECE/Too - Campus de Toledo
Contrato: 273/2025 de 16/04/2025 a 02/03/2026
Nome: **CAROLINA BAPTISTA GOMES**
RT 20 – Doutorado
1º PSS 2024
CCSA/FB - Campus de Francisco Beltrão
Contrato: 274/2025 de 20/04/2025 a 02/03/2026
Nome: **TATIANE PECORARO**
RT 20 – Doutorado
1º PSS 2024
CCSA/Foz - Campus de Foz do Iguaçu
Contrato: 275/2025 de 05/05/2025 a 02/03/2026
Nome: **EDUARDO GUANDALINI GENARO**
RT 20 - Doutorado
1º PSS 2024
CCH/FB - Campus de Francisco Beltrão
Contrato: 276/2025 de 05/05/2025 a 02/03/2026
Nome: **MICHAEL VINÍCIUS DE SORDI**
RT 20 – Doutorado
1º PSS 2024
CCET/Csc - Campus de Cascavel
Contrato: 277/2025 de 05/05/2025 a 02/03/2026
Nome: **KELLY KANANDA TEIXEIRA**
RT 20 – Mestrado
2º PSS 2024 AEE
CCET/Csc - Campus de Cascavel
Contrato: 278/2025 de 05/05/2025 a 02/03/2026
Nome: **SHIRLEY VOIGT RIBEIRO DOS SANTOS**
RT 40 - Especialização
3º PSS 2024
CCBS/Csc - Campus de Cascavel
Contrato: 281/2025 de 05/05/2025 a 02/03/2026
Nome: **VANESSA ROSSETTO TOSCAN**
RT 20 – Doutorado
3º PSS 2024
CCSA/Foz - Campus de Foz do Iguaçu
Contrato: 279/2025 de 05/05/2025 a 02/03/2026
Nome: **SILVIO JOSÉ HENKEMEIER**
RT 12 – Especialização
3º PSS 2024
CCSA/Too - Campus de Toledo
Contrato: 282/2025 de 05/05/2025 a 13/10/2025
Nome: **SANDRA MARA PEREIRA D'ARISBO**

RT 20 – Mestrado
1º PSS 2023
CCBS/Csc - Campus de Cascavel
Contrato: 283/2025 de 05/05/2025 a 29/08/2025
Nome: **JONATHAN DA ROSA**
RT 20 – Doutorado
3º PSS 2024
CCBS/Csc - Campus de Cascavel
Contrato: 288/2025 de 05/05/2025 a 02/03/2026
Nome: **DAIANE RIBEIRO DOS SANTOS**
RT 20 - Mestrado
3º PSS 2024
CECA/Csc - Campus de Cascavel
Contrato: 294/2025 de 05/05/2025 a 02/03/2026
Nome: **LAYSMARA CARNEIRO EDOARDO**
RT 20 – Doutorado
1º PSS 2024
CCMF/Csc - Campus de Cascavel
Contrato: 298/2025 de 05/05/2025 a 02/03/2026
Nome: **LILIÃN CABRAL PEREIRA DOS SANTOS**
RT 12 – Especialização
3º PSS 2024
CECE/Foz - Campus de Foz do Iguaçu
Contrato: 328/2025 de 05/05/2025 a 02/03/2026
Nome: **LILIANE CRISTINA BATTIROLA**
RT 20 - Doutorado 3º PSS 2024
CCBS/Csc - Campus de Cascavel
Contrato: 339/2025 de 12/05/2025 a 11/08/2025 – **SUB JÚDICE**
Nome: **ESTEVAN LUIZ DA SILVEIRA**
RT 20 - Doutorado

65471/2025

Extrato de Prorrogação de Contrato, Professor Temporário – Regime Especial – UNIOESTE –MAIO/2025

1º PSS 2023
Nome: **LORIVALDO DO NASCIMENTO**
RT 20 - Adjunto
Contrato: 722/2024 Termo: 472/2025
Período: 01/05/2025 à 30/06/2025

65472/2025

EXTRATO 002/2025 - UNIOESTE INOVA
DIRETORIA DE CONVÊNIOS

Natureza: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO Nº 004/2025 **Partes:** UNIOESTE X CZ INDUSTRIA DE FERTILIZ X FUNDEP. **Objeto**: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços técnicos especializados consistente em "Avaliar a eficácia de um novo inseticida, contra larvas e adultos do cascudinho, Alphitobius diaperinus, em condições de laboratório" que serão prestados nas condições estabelecidas do Contrato e na Proposta Comercial. **Data da Assinatura:** 07/05/2025 **Vigência**: 03 (três) meses.

65256/2025

PORTARIA Nº 1937/2025-GRE, DE 13 DE MAIO DE 2025.

Conceder progressão de nível ao Professor FERNANDO LUIZ DE NADAI WROBEL, RG nº 7.XXX.223-X, RT-40, lotado no Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Foz do Iguaçu, da classe de Professor Assistente – nível A para nível B, por avaliação de desempenho.

65691/2025

Secretaria da Comunicação

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO
Pregão Eletrônico 2012/2024
Protocolo nº 23.048.744-8

1.Considerando a delegação de competência conforme Resolução SECOM n° 38/2023, e em observância ao art. 13, inc. VII e VIII do Decreto Estadual 10.086/2022:

2. ADJUDICO, com fundamento no Art. 71, inc. IV da Lei Federal 14.133/21 e art. 107, inc. IV do Decreto Estadual 10.086/22, o objeto da licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico – PREG-e nº 2012/2024 – GMS/SECOM, o resultado nos seguintes termos: o **Lote 01 e 03** para a Empresa **HTS HIGH-TEC Sistemas de Energia LTDA, (CNPJ 18.519.725/0001-56)** pelo valor de **R$ 157.110,00** (cento e cinquenta e sete mil, cento e dez reias); o **Lote 2** para a Empresa **VLP Indústria Eletrônica LTDA, CNPJ: 12.215.178/0001-39**) pelo valor de **R$ 62.000,00** (sessenta e dois mil reais).

3. HOMOLOGO, com fundamento no Art. 71, inc. IV da Lei Federal 14.133/21 e no Art. 13, inc. VIII do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, c/c o Despacho n.º 71/2025 – UCL/SECOM e Despacho nº 165/2025 – DG/SECOM, o supracitado procedimento licitatório;

4. Ato contínuo, autorizo a celebração do contrato.

5. Publique-se em Diário Oficial.

Curitiba, 13 de Maio de 2025.

Eduardo Pugnali Marcos
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Comunicação

65954/2025

Secretaria da Cultura

Portaria SEEC nº 30/2025

Súmula: designa servidores para a gestão e a fiscalização do contrato administrativo n.º 1304/2025– protocolo n. 23.569.725-4.

A Secretária de Estado da Cultura, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90 da Constituição do Estado do Paraná e pelo art. 47 da Lei Estadual n. 21.352/2023, tendo em vista o disposto nos arts. 10 a 12 do Decreto Estadual n. 10.086/2022,

Resolve:

Art. 1º Designar o servidor Marco Antônio Pereira Gonçalves, portador do CPF n.º 066.XXX.XXX-33, para atuar como gestor do contrato administrativo n.º 1304/2025;

Art. 2º Designar a servidora Rosenilda Goulart da Luz, portadora do CPF n.º 044.XXX.XXX-81, para atuar como fiscal do contrato administrativo n.º 1304/2025;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, data da assinatura eletrônica.

Elietti de Souza Vilela

Secretária de Estado da Cultura, *em exercício.*

65681/2025

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

DESPACHO SECRETARIAL nº 172/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 23.735.786-8.

I. **AUTORIZO** com base no inciso VI, Artigo 4º da Lei nº 21.352/2023, art. 112, § 1º, II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com fundamento no Memorando nº 297/2025 do Núcleo Administrativo Setorial – NAS/SEDEF (Mov. 02), na Carta de Concordância da contratada (Mov. 21), na Justificativa apresentada pela gestora e fiscais do contrato (Mov. 45), Justificativa nº 009/2025 – NAS (mov. 61), Despacho NAS (mov. 63) bem como no Despacho nº 010/2025-SEDEF/AT (Mov. 64) que atestaram pela regularidade do presente procedimento, em atendimento as recomendações e providências apontadas na Informação nº 394/2025 da Procuradoria Consultiva de Aquisições e Serviços – PRC/PGE (Mov. 52), e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (mov. 40-42), **a formalização do Quinto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 1231/2023**, celebrado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF e a empresa **PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.970.088/0001-25**, visando **o acréscimo de 3 (três) postos para prestação de serviços continuados de Assistente Administrativo I em atendimento as demandas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família/SEDEF, nos municípios de Jacarezinho, Londrina e Apucarana.**

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SEDEF, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Termo e pagamentos, as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com as normas vigentes.

IV. **Ao NAS/SEDEF** para providências.

Curitiba, 13 de maio de 2025..

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

65758/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 227/2025

Protocolo nº 23.361.867-5.

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "PROJETO REFUGIARTE", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – Instituto Ethnos Brasil. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 2172 aprovada pela Lei Estadual nº 21.862/2023, com alterações da Lei nº 22.109/2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional do Instituto Ethnos Brasil além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 12 de maio de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

65250/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 143/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 23.342.723-3.

I. AUTORIZO com fundamento no inciso VI, Artigo 4º da Lei nº 21.352/2023, no § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 e no inciso II do § 3º do art. 108 e § 12 do art. 112 da Lei 15.608/2007, e com base no pedido da contratada (Mov. 03), na Memória de Cálculo (Mov. 45), na Informação nº 370/2024-PRC/PGE (Mov. 59), bem como na Informação Técnica nº 091/2025-SEDEF/AT (Mov. 60), que atestaram formal e legalmente o procedimento em comento, **a formalização do Terceiro Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 1645/2023**, celebrado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF e a empresa **CS BRASIL FROTAS S.A – CNPJ nº 27.595.780/0001-16**, que tem por objeto a contratação de serviços continuados de Locação de Veículos, e, tendo em vista a disponibilidade de recursos orçamentários (Mov. 54-56), **a realização da despesa no valor total de até R$ 49.389,36 (quarenta e nove mil, trezentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos)**, referente à aplicação do índice de 4,873010 %, com base no Resultado da Correção pelo IPCA - IBGE (mov. 16). Assim, o valor mensal de R$ 89.692,86 (oitenta e nove mil e seiscentos e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos) passará para R$ 94.063,60 (noventa e quatro mil e sessenta e três reais e sessenta centavos).

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SEDEF, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Termo e pagamentos, as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. Ao NAS/SEDEF para providências.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

65326/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 228/2025

Protocolo nº 23.827.851-1

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "AMBIENTES QUE ACOLHEM: ESTRUTURA PARA ENSINO E ALIMENTAÇÃO", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARMELEIRO. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 0881 aprovada pela Lei Estadual nº 21.862/2023, com alterações da Lei nº 22.109/2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARMELEIRO além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 12 de maio de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

65290/2025

DELIBERAÇÃO Nº 026/2025 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições regimentais e;

CONSIDERANDO a Deliberação CEAS/PR 090/2024, que instituiu a Comissão Temporária Eleitoral – Biênio 2025-2027;

CONSIDERANDO a Deliberação CEAS/PR 098/2024, que aprovou o Edital Eleitoral de Representações da Sociedade Civil – Biênio 2025-2027;

CONSIDERANDO a Deliberação CEAS/PR 012/2025, que prorrogou o prazo de inscrições para o Processo Eleitoral de Representações da Sociedade Civil – Biênio 2025-2027;

CONSIDERANDO Resolução CEAS/PR 007/2025, que publicação dos candidatos habilitados e inabilitados para participação no Processo Eleitoral de Representações da Sociedade Civil – Biênio 2025-2027;

CONSIDERANDO a Deliberação CEAS/PR 025/2025 que alterou a Resolução 007/2025;

DELIBERA

Art. 1º Pela publicização o resultado final após recursos e impugnações referentes ao processo Eleitoral das Representações da Sociedade Civil – Biênio 2025-2027.

Art. 2º Aprova os recursos dos inscritos:

I. ISMAEL MARIANO DA SILVA – Usuários do SUAS – CANDIDATO – Macrorregião 1 Curitiba;

II. SÔNIA DE FÁTIMA MOREIRA – Usuários do SUAS – VOTANTE – Macrorregião 3 Londrina;

III. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – Trabalhadores do SUAS – CANDIDATO – Macrorregião 2 Maringá.

IV. MARIA AUXILIADORA PIMENTEL DOS SANTOS – Usuários do SUAS – CANDIDATO – Macrorregião 2 Maringá

Art. 3º Reprova o recursos do inscrito:

I. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUPÃSSI – Entidades com vínculo SUAS – VOTANTE – Macrorregião 5 Cascavel.

Parágrafo Único. A reprovação deve-se ao não cumprimento dos requisitos do Edital Eleitoral referente à entrega das documentações dentro do prazo indicado para inscrição.

Art. 4º Altera o Anexo da Resolução CEAS/PR 007/2025, incluindo as providências dadas no art. 2ª e 3º da presente Deliberação.

Art. 5º Homologa a listagem contida no anexo I da Resolução 007/2025 como resultado final dos participantes no processo eleitoral do Biênio 2025-2027, após providências dadas pela presente deliberação.

Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 09 de maio de 2025.

PUBLIQUE-SE

Cleny Thomas Maciel

Presidente do CEAS/PR

65977/2025

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

IAT

Portaria n° 10987/2025/OP-GOUT. Prot. 21.597.197-0. Captação superficial. Outorgado(s) Ademir Zago - CPF/CNPJ 191.425.609-34. Mina/Nascente Pioneiro. Piquiri. Coordenadas UTM 7.302.458,00 N 213.395,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 5.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Palotina. Esta portaria revoga a portaria n° 593/2022.

65395/2025

Portaria n° 10935/2025/OP-GOUT. Prot. 22.818.965-0. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) TAURA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA - CPF/CNPJ 80.780.901/0001-82. Córrego Cambussi. Ivaí. Coordenadas UTM 7.382.725,61 N 343.427,67 E. Validade 2 anos. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 0.05 m³/h 19:12 horas/dia 30 dias/mês. Município Cianorte.

65410/2025

Portaria n° 10968/2025/OD-GOUT. Prot. 22.800.003-5. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) EDIMAR JUNIOR PATRICIO - CPF/CNPJ 026.917.999-21. Rio Água Grande. Piquiri. Coordenadas UTM 7.279.266,00 N 257.375,00 E. Validade 08/12/2028. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 47.96 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Nova Aurora.

65409/2025

Portaria n° 10954/2025/OP-GOUT. Prot. 22.765.702-2. Captação superficial. Outorgado(s) OSVALDO OLIVEIRA SILVA - CPF/CNPJ 276.474.049-20, APARECIDA DA SILVA ZORZATO - CPF/CNPJ 033.291.719-36, SERENA ESCHER - CPF/CNPJ 061.322.659-37, JOSÉ APARECIDO DA SILVA - CPF/CNPJ 481.698.899-87, MARIA LOURDES DA SILVA NEVES - CPF/CNPJ 904.836.779-49, ANTONIO ZUZA - CPF/CNPJ 016.123.939-00. Rio Ivaí. Ivaí. Coordenadas UTM 7.429.533,00 N 236.525,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação, Irrigação, Irrigação, Irrigação, Irrigação, Irrigação. Vazão máxima outorgada 63.02 m³/h 23:59 horas/dia 31 dias/mês. Município Querência do Norte.

65408/2025

Portaria n° 10977/2025/OP-GOUT. Prot. 22.893.575-1. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) ADEMIR BENEDITO CARMELLO - CPF/CNPJ 333.857.269-72. Rio Encantado. Piquiri. Coordenadas UTM 7.298.896,79 N 239.572,70 E. Validade 19/03/2026. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 129.60 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Assis Chateaubriand.

65414/2025

Portaria n° 10940/2025/OD-GOUT. Prot. 22.893.584-0. Captação superficial. Outorgado(s) COPACOL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA - CPF/CNPJ 76.093.731/0082-56. Rio Tricolor ou Goio-Bang. Piquiri. Coordenadas UTM 7.285.415,36 N 306.827,92 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 400.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Ubiratã. Esta portaria revoga a portaria n° 1352/2022.

65415/2025

Portaria n° 10938/2025/OD-GOUT. Prot. 20.564.160-2. Barragem/soleira. Outorgado(s) Municipio de Querencia do Norte - CPF/CNPJ 76.973.692/0001-16. Córrego Sem denominação na base. Ivaí. Coordenadas UTM 7.449.032,00 N 250.430,00 E. Validade 10 anos. Finalidade Acumulação. Município Querência do Norte. Esta portaria revoga a portaria n° 11098/2022/OP-GOUT.

65386/2025

Portaria n° 10937/2025/OD-GOUT. Prot. 20.487.126-4. Barragem/soleira. Outorgado(s) Municipio de Querencia do Norte - CPF/CNPJ 76.973.692/0001-16. Córrego Sem denominação na base. Paraná 1. Coordenadas UTM 7.444.196,00 N 243.458,00 E. Validade 3 anos. Finalidade Acumulação. Município Querência do Norte. Esta portaria revoga a portaria n° 16186/2022/OP-GOUT.

65385/2025

Portaria n° 10936/2025/OD-GOUT. Prot. 20.486.186-2. Barragem/soleira. Outorgado(s) Municipio de Querencia do Norte - CPF/CNPJ 76.973.692/0001-16. Córrego Caveira. Ivaí. Coordenadas UTM 7.437.439,09 N 242.195,00 E. Validade 3 anos. Finalidade Acumulação. Município Querência do Norte. Esta portaria revoga a portaria n° 16188/2022/OP-GOUT.

65384/2025

Portaria n° 10997/2025/OP-GOUT. Prot. 19.380.378-4. Captação superficial. Outorgado(s) TEREZINHA MADALENA KUNZ - CPF/CNPJ 787.461.089-04. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.274.101,38 N 214.444,75 E. Validade 2 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Toledo.

65383/2025

Portaria n° 10974/2025/OP-GOUT. Prot. 21.510.965-8. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Fortgreen Comercial Agrícola Ltda - CPF/CNPJ 06.228.648/0001-04. Ivaí. Coordenadas UTM 7.404.464,11 N 392.486,87 E. Validade 2 anos. Finalidade Combate a incêndio, Processo fabril. Vazão máxima outorgada 5.80 m³/h 17:14 horas/dia 30 dias/mês. Município Paiçandu. Esta portaria revoga a portaria n° 11474/2023/AP-GOUT.

65372/2025

Portaria n° 10933/2025/OD-GOUT. Prot. 19.435.596-3. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Marcio da Silva Ereno - CPF/CNPJ 034.870.609-06. Ivaí. Coordenadas UTM 7.406.748,96 N 235.977,97 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Criação animal. Vazão máxima outorgada 6.00 m³/h 01:19 horas/dia 30 dias/mês. Município Icaraíma.

65371/2025

Portaria n° 10962/2025/OD-GOUT. Prot. 18.079.508-1. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Lar Cooperativa Agroindustrial - CPF/CNPJ 77.752.293/0097-30. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.185.109,00 N 794.727,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Criação animal, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 36.96 m³/h 07:16 horas/dia 31 dias/mês. Município Serranópolis do Iguaçu. Esta portaria revoga a portaria n° 1305/2011-DPCA.

65370/2025

Portaria n° 10932/2025/OD-GOUT. Prot. 17.577.741-5. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) VOLNEI SINHORIN - CPF/CNPJ 674.528.170-87. Ivaí. Coordenadas UTM 7.264.828,44 N 429.801,85 E. Validade 6 anos. Finalidade Criação animal, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 18.42 m³/h 03:24 horas/dia 31 dias/mês. Município Pitanga.

65369/2025

Portaria n° 10947/2025/OD-GOUT. Prot. 23.706.822-0. Captação superficial. Outorgado(s) MERTON WILD - CPF/CNPJ 716.688.969-15. Rio Boi Piguá. Piquiri. Coordenadas UTM 7.259.942,91 N 251.208,86 E. Validade 05/01/2030. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 40.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Cascavel. Esta portaria revoga a portaria n° 10034/2024/OD-GOUT.

65367/2025

Portaria n° 10946/2025/OD-GOUT. Prot. 23.706.821-1. Captação superficial. Outorgado(s) MERTON WILD - CPF/CNPJ 716.688.969-15. Rio Boi Piguá. Piquiri. Coordenadas UTM 7.260.102,82 N 251.375,05 E. Validade 06/12/2029. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 40.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Cascavel. Esta portaria revoga a portaria n° 26296/2023/OD-GOUT.

65366/2025

Portaria n° 10992/2025/OP-GOUT. Prot. 22.512.448-5. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) FRIESP FOODS LTDA - CPF/CNPJ 39.879.434/0001-49. Tibagi. Coordenadas UTM 7.410.202,95 N 483.214,32 E. Validade 14/08/2025. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Processo fabril (matadouro). Vazão máxima outorgada 35.00 m³/h 17:25 horas/dia 31 dias/mês. Município Londrina. Esta portaria revoga a portaria n° 25206/2023/OP-GOUT.

65267/2025

Portaria n° 10930/2025/OD-GOUT. Prot. 22.334.303-1. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Eliane Adam Fleming - CPF/CNPJ 027.981.689-88. Rio Dezoito de Abril. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.292.572,59 N 210.661,09 E. Validade 29/01/2030. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 36.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Toledo.

65401/2025

Portaria n° 10963/2025/OD-GOUT. Prot. 22.210.060-7. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Beno Giese - CPF/CNPJ 353.530.239-00. Córrego Sem denominação na base. Piquiri. Coordenadas UTM 7.300.132,33 N 208.746,60 E. Validade 11/12/2029. Finalidade Diluição de efluente agropecuário. Vazão máxima outorgada 8.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Maripá.

65400/2025

Portaria n° 10994/2025/OD-GOUT. Prot. 22.262.881-4. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Elaine Maria Schuster Welter - CPF/CNPJ 062.664.549-20. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.274.464,12 N 205.485,67 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Criação animal. Vazão máxima outorgada 5.10 m³/h 04:47 horas/dia 31 dias/mês. Município Toledo. Esta portaria revoga a portaria n° 11446/2021/DUIO-GOUT.

65399/2025

Portaria n° 10934/2025/OD-GOUT. Prot. 22.209.717-7. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) COMPANHIA SULAMERICANA DE DISTRIBUICAO - CPF/CNPJ 11.517.841/0010-88. Ivaí. Coordenadas UTM 7.409.778,00 N 403.756,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Limpeza, Lazer com captação, Combate a incêndio, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 3.00 m³/h 09:20 horas/dia 31 dias/mês. Município Maringá. Esta portaria revoga a portaria n° 506/2021.

65398/2025

Portaria n° 10929/2025/OD-GOUT. Prot. 23.705.201-3. Captação superficial. Outorgado(s) PAULO ALEXANDRE BORBA MICHELON - CPF/CNPJ 033.230.839-11. Rio Pioneiro. Piquiri. Coordenadas UTM 7.319.392,85 N 212.814,11 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 70.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Palotina. Esta portaria revoga a portaria n° 12845/2024/OP-GOUT.

65501/2025

Portaria n° 10945/2025/OD-GOUT. Prot. 21.744.680-5. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) INDÚSTRIA E COMÉRCIO LATICÍNIOS UNIÃO LTDA - CPF/CNPJ 12.919.808/0001-56. Rio Micos. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.143.150,90 N 273.770,68 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente industrial. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Salto do Lontra. Esta portaria revoga a portaria n° 628/2022.

65397/2025

Portaria n° 10949/2025/OD-GOUT. Prot. 23.817.209-8. Bueiro. Outorgado(s) CAMINHOS DO PARANÁ S/A - CPF/CNPJ 02.221.358/0001-70. (Bueiro 1, 128+15) Córrego Sem denominação na base. Coordenadas UTM 7.381.593,60 N 487.778,82 E, (Bueiro 2, 456+8) Ribeirão Sem denominação na base. Coordenadas UTM 7.387.275,37 N 488.830,22 E, (Bueiro 3, 602+6) Córrego Sem denominação na base. Coordenadas UTM 7.389.905,56 N 488.649,54 E, (Bueiro 4, 788+17) Córrego Sem denominação na base. Coordenadas UTM 7.393.329,00 N 487.814,00 E, (Bueiro 5, 859+10) Córrego Sem denominação na base. Coordenadas UTM 7.394.715,00 N 487.841,00 E, (Bueiro 6, 896+19) Ribeirão Nevada. Coordenadas UTM 7.395.420,00 N 487.629,00 E, (Bueiro 7, 924+14) Córrego Sem denominação na base. Coordenadas UTM 7.396.291,00 N 487.409,00 E, (Bueiro 8, 981+1) Córrego Sem denominação na base. Coordenadas UTM 7.396.718,00 N 486.812,00 E. Validade 10 anos. Finalidade Drenagem de rodovia. Município Londrina.

65379/2025

Portaria n° 10988/2025/OD-GOUT. Prot. 22.913.741-7. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) CLAUDINEI APARECIDO LONGHIN - CPF/CNPJ 733.394.319-49. Ivaí. Coordenadas UTM 7.432.957,52 N 370.873,68 E. Validade 6 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 55.00 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Nova Esperança. Esta portaria revoga a portaria n° 10637/2024/AP-GOUT.

65380/2025

PARECER NEGATIVO n° 10055/2025/PN-GOUT. Protocolo 20.896.960-9. Indefere o requerimento de outorga prévia para Aproveitamento hidrelétrico com barragem/soleira de TCA ENERGIA SPE LTDA - CPF/CNPJ 13.716.255/0001-05. Rio Congonhas. Coordenadas UTM 7.401.063,01 N 539.978,00 E. Município Congonhinhas. Motivo: Indisponibilidade hídrica.

65381/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Portaria n° 10966/2025/OD-GOUT. Prot. 23.936.022-0. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Córrego Água Quente. Paraná 1. Coordenadas UTM 7.460.081,99 N 261.700,00 E. Validade 24/10/2025. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 23.90 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Santa Cruz de Monte Castelo. Esta portaria revoga a portaria n° 10864/2025/OD-GOUT.

65382/2025

Portaria n° 10995/2025/OD-GOUT. Prot. 21.060.793-5. Captação superficial. Outorgado(s) Leonildo Tognon - CPF/CNPJ 256.769.629-68. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.285.849,00 N 204.362,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 25.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Nova Santa Rosa. Esta portaria revoga a portaria n° 24946/2023/OP-GOUT.

65388/2025

Portaria n° 10921/2025/OD-GOUT. Prot. 21.108.388-3. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) MARCIO JOÃO UECKER - CPF/CNPJ 747.467.319-34. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.282.888,72 N 199.967,58 E. Validade 03/10/2029. Finalidade Diluição de efluente agropecuário. Vazão máxima outorgada 18.50 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Quatro Pontes.

65389/2025

Portaria n° 10996/2025/OD-GOUT. Prot. 21.336.600-9. Captação superficial. Outorgado(s) Arauco Florestal Arapoti S.A - CPF/CNPJ 07.609.453/0004-01. Mina/Nascente Sem denominação na base. Tibagi. Coordenadas UTM 7.339.515,22 N 553.251,14 E. Validade 6 anos. Finalidade Abastecimento de pulverizadores, Irrigação. Vazão máxima outorgada 2.00 m³/h 04:48 horas/dia 31 dias/mês. Município Curiúva. Esta portaria revoga a portaria n° 158/2014.

65390/2025

Portaria n° 10943/2025/OD-GOUT. Prot. 21.383.017-1. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) IRMAOS MUFFATO S.A - CPF/CNPJ 76.430.438/0095-51. Tibagi. Coordenadas UTM 7.423.700,01 N 469.236,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 19.80 m³/h 00:22 horas/dia 31 dias/mês. Município Cambé.

65391/2025

Portaria n° 10922/2025/OD-GOUT. Prot. 21.448.474-9. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Genivaldo Rodrigues Costa - CPF/CNPJ 023.872.789-09. Córrego Sem denominação na base. Piquiri. Coordenadas UTM 7.301.205,00 N 251.573,00 E. Validade 17/01/2029. Finalidade Diluição de efluente agropecuário. Vazão máxima outorgada 16.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Jesuítas.

65392/2025

Portaria n° 10924/2025/OD-GOUT. Prot. 21.720.878-5. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) CARLOS ALEXANDRE BENDER - CPF/CNPJ 123.129.349-73. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.264.944,00 N 802.858,00 E. Validade 04/12/2030. Finalidade Diluição de efluente agropecuário. Vazão máxima outorgada 8.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Toledo.

65396/2025

PARECER NEGATIVO n° 10059/2025/PN-GOUT. Protocolo 21.551.002-6. Indefere o requerimento de outorga prévia para Lançamento de efluentes de Marcelo Martins de Souza - CPF/CNPJ 030.996.479-26. Ribeirão Bicas. Coordenadas UTM 7.420.614,77 N 595.479,77 E. Município Santo Antônio da Platina. Motivo: O uso pretendido não é compatível com um uso outorgável.

65393/2025

Portaria n° 10939/2025/OD-GOUT. Prot. 20.672.224-0. Barragem/soleira. Outorgado(s) Municipio de Querencia do Norte - CPF/CNPJ 76.973.692/0001-16. Córrego Sem denominação na base. Ivaí. Coordenadas UTM 7.453.770,00 N 252.090,00 E. Validade 10 anos. Finalidade Acumulação. Município Querência do Norte. Esta portaria revoga a portaria n° 11032/2022/OP-GOUT.

65387/2025

Portaria n° 10978/2025/OD-GOUT. Prot. 21.898.133-0. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) COITINHO HERDT - CPF/CNPJ 663.522.239-15. Piquiri. Coordenadas UTM 7.276.393,37 N 260.998,88 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Criação animal. Vazão máxima outorgada 10.50 m³/h 04:13 horas/dia 31 dias/mês. Município Cafelândia. Esta portaria revoga a portaria n° 25644/2023/OP-GOUT.

65373/2025

Portaria n° 10950/2025/OD-GOUT. Prot. 20.723.731-0. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) RUI ANTONIO CRUZ - CPF/CNPJ 363.231.448-91. Ivaí. Coordenadas UTM 7.320.399,00 N 381.679,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Criação animal. Vazão máxima outorgada 7.00 m³/h 00:58 horas/dia 31 dias/mês. Município Luiziana.

65374/2025

Portaria n° 10998/2025/OD-GOUT. Prot. 22.602.822-6. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) MARCOS FERNANDO OLEGARIO - CPF/CNPJ 022.822.339-30. Ivaí. Coordenadas UTM 7.425.808,91 N 317.386,97 E. Validade 6 anos. Finalidade Criação animal, Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 5.50 m³/h 20:00 horas/dia 15 dias/mês. Município Mirador.

65375/2025

Portaria n° 10980/2025/OD-GOUT. Prot. 22.811.020-5. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Associação Brasileira de Educadores Lassalistas - CPF/CNPJ 60.916.731/0004-56. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.262.248,00 N 222.341,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Limpeza. Vazão máxima outorgada 3.80 m³/h 07:53 horas/dia 30 dias/mês. Município Toledo. Esta portaria revoga a portaria n° 11711/2024/OP-GOUT.

65376/2025

Portaria n° 10990/2025/OP-GOUT. Prot. 22.841.100-0. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) CARLOS ROBERTO BRAUN - CPF/CNPJ 028.249.059-05. Tibagi. Coordenadas UTM 7.193.627,02 N 560.647,04 E. Validade 2 anos. Finalidade Criação animal, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 2.50 m³/h 15:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Teixeira Soares. Esta portaria revoga a portaria n° 12506/2021/DUIO-GOUT.

65377/2025

Portaria n° 10989/2025/OD-GOUT. Prot. 22.913.740-9. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) CLAUDINEI APARECIDO LONGHIN - CPF/CNPJ 733.394.319-49. Ivaí. Coordenadas UTM 7.432.829,42 N 372.031,27 E. Validade 6 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 17.00 m³/h 20:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Nova Esperança. Esta portaria revoga a portaria n° 10614/2024/AP-GOUT.

65378/2025

Portaria n° 10941/2025/OD-GOUT. Prot. 22.375.114-8. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) ELIEL COZENDEY - CPF/CNPJ 409.332.539-15. Córrego Palmital. Piquiri. Coordenadas UTM 7.284.374,00 N 259.606,00 E. Validade 19/02/2031. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 66.18 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Jesuítas.

65402/2025

Portaria n° 10993/2025/OD-GOUT. Prot. 22.418.718-1. Captação superficial. Outorgado(s) IMCOPA - IMPORTACAO, EXPORTACAO E INDUSTRIA DE OLEOS S.A - CPF/CNPJ 78.571.411/0001-24. Rio Passaúna. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.172.459,00 N 658.998,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 180.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Araucária. Esta portaria revoga a portaria n° 10873/2022/OD-GOUT.

65403/2025

Portaria n° 10948/2025/OP-GOUT. Prot. 22.494.295-8. Captação superficial. Outorgado(s) Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CPF/CNPJ 61.082.962/0003-93. Rio Claro. Ivaí. Coordenadas UTM 7.382.841,72 N 370.495,73 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 565.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Terra Boa.

65404/2025

Portaria n° 10925/2025/OP-GOUT. Prot. 22.561.895-0. Captação superficial. Outorgado(s) Vianez Pereira Peixoto - CPF/CNPJ 440.340.249-68. Represa Sem denominação na base. Paraná 1. Coordenadas UTM 7.444.227,03 N 243.387,14 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação, Criação animal. Vazão máxima outorgada 23.00 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Querência do Norte.

65405/2025

Portaria n° 10965/2025/OP-GOUT. Prot. 22.704.162-5. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) FERNANDO GAVLIK DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ 030.130.439-46. Rio Guaçu. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.287.877,00 N 199.329,00 E. Validade 03/04/2027. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 32.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Nova Santa Rosa.

65406/2025

Portaria n° 10967/2025/OP-GOUT. Prot. 22.704.163-3. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) FERNANDO GAVLIK DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ 030.130.439-46. Rio Guaçu. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.287.754,47 N 199.283,31 E. Validade 03/04/2027. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 32.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Nova Santa Rosa.

65407/2025

Portaria n° 10969/2025/OD-GOUT. Prot. 22.847.654-4. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) FABIO MORATELLI - CPF/CNPJ 070.000.829-25. Rio Memória. Piquiri. Coordenadas UTM 7.279.372,00 N 248.177,00 E. Validade 11/10/2030. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 65.00 m³/h 21:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Tupãssi.

65411/2025

Portaria n° 10975/2025/OD-GOUT. Prot. 22.888.342-5. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) IDALINO BERNARDI - CPF/CNPJ 211.779.539-00. Rio Pioneiro. Piquiri. Coordenadas UTM 7.306.997,04 N 215.267,09 E. Validade 12/12/2030. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 48.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Palotina.

65412/2025

Portaria n° 10973/2025/OD-GOUT. Prot. 22.888.363-8. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) FLAVIO OSCAR PAULERT - CPF/CNPJ 284.098.769-49. Rio Azul. Piquiri. Coordenadas UTM 7.315.654,11 N 222.512,17 E. Validade 30/10/2030. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 362.40 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Palotina.

65413/2025

PARECER NEGATIVO n° 10063/2025/PN-GOUT. Protocolo 23.534.859-4. Indefere o requerimento de uso independente de outorga para Captação superficial de LUCIO BRUNO STEIN - CPF/CNPJ 644.064.909-49. Mina/Nascente Marreco. Coordenadas UTM 7.268.380,56 N 209.210,02 E. Município Toledo. Motivo: Solicitação realizada fora do prazo legal.

65944/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 247, DE 12 DE MAIO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de Abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022 e suas alterações;
- Considerando o contrato nº 2461/2025 – Calibre Scientific Brasil Ltda, o qual tem por objeto a aquisição de equipamentos para Laboratórios de IAT de Toledo para atendimentos aos requisitos exigidos aos laboratórios pelo ISO 17025:2017;
- Considerando o conteúdo do Protocolo nº 22.807.079-3;

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor Nilson Roberto Woellner, RG nº 4.xxx.776-x para exercer a função de Gestor do Contrato acima citado.

Art. 2º Designar a servidora Loraine Cristina do Valle Jacobs Lucca, RG nº 8.xxx.500-x, para acompanhar e fiscalizar os serviços prestados por intermédio do referido Contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

65306/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 248, DE 13 DE MAIO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de Abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o Art.14. da Portaria nº 410, de 15 de outubro de 2024;
- Considerando o conteúdo do protocolo nº 19.902.191-5;

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores abaixo para compor o processo de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório da servidora avaliada, referente à 3ª etapa, que será realizada por pares, através do preenchimento do Formulário de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório.

Avaliadores:
- Eder Rogerio Stela – RG nº 5xxx126x
- Danielle Rickes Galon – RG nº 6xxx519x
- Luiz Gonçalves da Silva – RG nº 1xxx268x
- Membro da Comissão de AEDEP, conforme Portaria nº 422/2023

Avaliada:
3ª Etapa - período de junho de 2024 a abril de 2025
- Suellen Azevedo Costa – RG nº 12xxx790x

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando extinta após o encerramento das etapas avaliadas.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

65585/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 249, DE 13 DE MAIO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de Abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o Art.14. da Portaria nº 410, de 15 de outubro de 2024;
- Considerando o conteúdo do protocolo nº 23.840.059-7;

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores abaixo para compor o processo de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório da servidora avaliada, referente à 1ª etapa, que será realizada por pares, através do preenchimento do Formulário de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório.

Avaliadores:
- Altamir Juliano Hacke – RG nº 10xxx901x
- Carlos Eduardo da Silva – RG nº 4xxx343x
- Rosangela Maria Costa Frega – RG nº 4xxx006x
- Membro da Comissão de AEDEP, conforme Portaria nº 422/2023

Avaliada:
1ª Etapa - período de janeiro de 2024 a janeiro de 2025
- Camila Moreira Batatinha de Souza – RG nº 83xxx054x

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando extinta após o encerramento das etapas avaliadas.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

65610/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 250, DE 13 DE MAIO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de Abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando a Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná – Estatuto do Servidor;
- Considerando a Lei Estadual nº 20.656, de 03 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica, no âmbito do Estado do Paraná; e
- Considerando o conteúdo do protocolo nº 23.378.135-5.

RESOLVE

Art. 1º ACOLHER o Relatório da Comissão de Sindicância instaurada através da Portaria IAT nº 100/2025, de 11 de março de 2025, e determinar o arquivamento do processo de sindicância, com fundamento no Art. 301, § 1º da Lei Estadual nº 6174/1970, combinada com o Art. 95 da Lei Estadual nº 20.656/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

65619/2025

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO nº 039/2025

O **Instituto Água e Terra** cumprindo o estabelecido no *Artigo 122, do Decreto nº 6.514 de 22/07/2008*, torna público a relação dos Processos Administrativos de Autos de Infração Ambiental prontos para julgamento. Os notificados, abaixo relacionados, terão o prazo de (10) dez dias, a partir da data do presente edital para a apresentação de alegações finais por escrito. Os processos estarão disponíveis para consulta no Departamento de Documentos e Informações – DDI, na sede deste Instituto: **Rua Engenheiros Rebouças nº 1.206 - Bairro Rebouças - CEP 80.215-100 - Curitiba, Paraná.**

AIA 139739, **ALEX SANDRO SANTOS DE OLIVEIRA**/007.***.199-35, Protocolo 169847215, Município CAMPO LARGO; AIA 150278, **NEVITO ANTONIO POZZEBON**/069.***.348-83, Protocolo 215825400, Município BELA VISTA DA CAROBA; AIA 146917, **ORLANDO KOWALCZUK**/610.***.269-00, Protocolo 199128086, Município SÃO JOSÉ DOS PINHAIS; AIA 147853, **VICTOR HUGO DE SOUZA FERREIRA**/125.***.779-38, Protocolo 199384511, Município MARINGÁ; AIA 145866, **MUNICIPIO DE IVAIPORA**/75.741.***/0001-37, Protocolo 191673328, Município IVAIPORÃ; AIA 151487, **CELSO ANTONIO DA ROSA**/446.***.909-30, Protocolo 219768052, Município SANTA TEREZINHA DE ITAIPU; AIA 150259, **TASSIA BIUDES ASSANUMA**/042.***.609-04, Protocolo 215548813, Município MORRETES; AIA 150260, **MARIA DO CARMO RODRIGUES**/872.***.439-20, Protocolo 215549283, Município ANTONINA; AIA 141745, **SERGIO RODRIGUES DA SILVA**/060.***.119-50, Protocolo 177352900, Município ITAPERUÇU; AIA 138749, **ROBERTO ANTONIO JAVORSKI**/024.***.269-54, Protocolo 167312640, Município REBOUÇAS; AIA 139346, **LUCAS PRIQUE**/113.***.469-76, Protocolo 168731906, Município IMBITUVA; AIA 146427, **LOURIVAL FERREIRA DA SILVA**/028.***.799-80, Protocolo 194300387, Município TUNEIRAS DO OESTE; AIA 146475, **LUCAS ANTONIO OLSZEWSKI**/088.***.479-70, Protocolo 194437285, Município CAMPINA DO SIMÃO; AIA 148567, **ODAIR ROBERTO PRESOTTO**/042.***.489-77, Protocolo 202504973, Município CHOPINZINHO; AIA 132538, **TERESA CRISTINA DO COUTO ROSA PINA DE CARVALHO**/101.***.288-30, Protocolo 202630910, Município CAMPINA DA LAGOA; AIA 132539, **TERESA CRISTINA DO COUTO ROSA PINA DE CARVALHO**/101.***.288-30, Protocolo 202636730, Município CAMPINA DA LAGOA; AIA 148972, **MADEIREIRA J. ATAIDES DA CRUZ LTDA**/84.959.***/0001-98, Protocolo 204505810, Município AGUDOS DO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SUL; AIA 141836, **CARLOS DA SILVA SANTOS**/401.***.259-15, Protocolo 177442593, Município MANDIRITUBA; AIA 149609, **JOSOEL ANTUNES ALVES**/091.***.819-25, Protocolo 207184578, Município PINHÃO; AIA 148083, **CARLOS ROBERTO RODRIGUES PEREIRA**/389.***.449-68, Protocolo 200513460, Município PARANAGUÁ; AIA 149549, **JOSOEL ANTUNES ALVES**/091.***.819-25, Protocolo 207185035, Município PINHÃO; AIA 149608, **SEBASTIÃO ANTUNES ALVES**/023.***.589-80, Protocolo 207185361, Município PINHÃO; AIA 150614, **ANTONINHO DOMINGOS GUSATTO**/480.***.699-87, Protocolo 216549759, Município FRANCISCO BELTRÃO; AIA 164071, **LUIZ GENSSELER**/990.***.319-00, Protocolo 207214671, Município SALTO DO LONTRA; AIA 146907, **ARCEU PEREIRA DE JESUS**/022.***.389-58, Protocolo 195866880, Município RONCADOR; AIA 164070, **LUIZ GENSSELER**/990.***.319-00, Protocolo 207214108, Município SALTO DO LONTRA; AIA 164072, **LUIZ GENSSELER**/990.***.319-00, Protocolo 207215139, Município SALTO DO LONTRA; AIA 164073, **LUIZ GENSSELER**/990.***.319-00, Protocolo 207215520, Município SALTO DO LONTRA; AIA 164074, **GENERINO ACHRE**/525.***.479-49, Protocolo 207217026, Município SALTO DO LONTRA; AIA 164075, **GENERINO ACHRE**/525.***.479-49, Protocolo 207218979, Município SALTO DO LONTRA; AIA 150189, **ERLAN MACIEL FELIMBERTI**/087.***.889-28, Protocolo 215318060, Município QUEDAS DO IGUAÇU; AIA 164076, **JOÃO APOLINARIO DE BORBA**/008.***.229-03, Protocolo 207219363, Município SALTO DO LONTRA; AIA 164077, **JOÃO APOLINARIO DE BORBA**/008.***.229-03, Protocolo 207220507, Município SALTO DO LONTRA; AIA 164086, **AGUSTO VALDEMAR CALLEGARO**/802.***.719-68, Protocolo 207225835, Município PLANALTO; AIA 164087, **CARME RODRIGUES**/975.***.539-49, Protocolo 207226114, Município PLANALTO.

65257/2025

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEDEST
INSTITUTO DE ÁGUA E TERRA

APROVAÇÃO LAUDO TÉCNICO

O Diretor-Presidente do **INSTITUTO DE ÁGUA E TERRA**, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 4º do Decreto 6.414, de 06 de Março de 1979, **APROVOU** o Laudo Técnico de Imóveis dos Planos de Colonização:

- PLANO DE COLONIZAÇÃO - **Autos nº 552**, Protocolo nº **23.971.198-7** de 12/05/2025, do Imóvel denominado **"TRATO ISOLADO - CAMARINHAS"**, situado no Município e Comarca de **CAMPO LARGO-PR**, ocupado por **ASTOLFO RODRIGUES PINTO**.

- PLANO DE COLONIZAÇÃO - **Autos nº 553**, Protocolo nº **23.972.302-0** de 12/05/2025, do Imóvel denominado **"SÃO JOÃO DO POVINHO"**, situado no Município e Comarca de **CAMPO LARGO-PR**, ocupado por **OSMAR HEINS LOFFLER E OUTROS**.

Curitiba, 12 de maio de 2025

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do IAT

65423/2025

NOTIFICAÇÃO 00310/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 20/07/2023 às 0,40625 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **164012** (protocolo SID 20.706.379-7) em desfavor do CPF 054.569.979-75/**Elza Biavati**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00311/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2023 às 0,43055555556 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **164982** (protocolo SID 21.160.001-2) em desfavor do CPF 149.905.209-04/**Dionisio Kratcouski**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00312/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 28/03/2025 às 0,71458333333 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 81 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **168840** (protocolo SID 23.754.631-8) em desfavor do CPF 785.537.849-91/**Abilio José Gomes**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00313/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 01/04/2025 às 0,39583333333 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 66 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **172105** (protocolo SID 23.772.201-9) em desfavor do CPF 25.261.729/0001-42/**J. C Gonçalves e construções Ltda**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00314/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 06/02/2025 às 0,4375 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 79 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **169144** (protocolo SID 23.458.280-1) em desfavor do CPF 067.690.749-07/**Fagner Gomes Mesquita**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00315/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 25/09/2023 às 0,625 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **165586** (protocolo SID 21.140.755--7) em desfavor do CPF 095.576.079-80/**Claudineia Moreira**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00316/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 19/03/2025 às 0,70833333333 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **170079** (protocolo SID 23.689.991-8) em desfavor do CPF 024.409.809-35/**José Osmair Antunes**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00317/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 19/03/2025 às 0,71875 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **170080** (protocolo SID 23.690.012-6) em desfavor do CPF 024.409.809-35/**José Osmair Antunes**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00318/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 17/09/2024 às 0,65277777778 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 79 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **261542** (protocolo SID 22.772.770-5) em desfavor do CPF 043.247.469-23/**Luis Alberto Faccio**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00319/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 25/01/2022 às 0,39791666667 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 43 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **131198** (protocolo SID 18.565.032-4) em desfavor do CPF 784.680.439-15/**Diogo Garcia Junior**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00320/2024
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 17/04/2023 às 0,64097222222 horas, com base no art. 71 da Lei Federal 9605/1998 e art. 37 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **160844** (protocolo SID 20.378.483-0) em desfavor do CPF 661.275.999-20/**Juarez Machado**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

65646/2025

Invest Paraná

INVEST PARANÁ

PORTARIA Nº 06/2025

Súmula: Nomeação de substituto do Diretor de Administração e Finanças em seu período de férias.
O Diretor-Presidente da Invest Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.016, de 16 de dezembro de 2011 e Estatuto da entidade, pelo presente,

RESOLVE

Art. 1º Designar o Sr. ROGÉRIO JOSÉ CHAVES, portador do CPF/MF nº 026.069.739-76, para exercer as funções de Diretor de Administração e Finanças, em substituição ao Sr. PAULO ALEXANDRO MORVA MARTINS, portador do CPF/MF nº 913.016.619-53, em seu período de férias, compreendido entre 21 de maio à 04 de junho de 2025.
Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de referência.

Curitiba, 12 de maio de 2025.
José Eduardo Bekin
Diretor Presidente

65285/2025



Secretaria da Educação

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2427/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
559.XXX.XXX-15	LISMARY BATISTA LEAL	96	S100	MATINHOS	GABRIEL DE LARA, C E-EF M PROF	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	20	A partir de 30/04/2025

Curitiba, 01 de maio de 2025.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

Secretaria de Estado da Educação – SEED

64724/2025

RESOLUÇÃO N° 2477/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte de designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
505.XXX.XXX-53	CICERO DONADELI	2	S100	CURITIBA	OLAVO DEL CLARO, C E C-M PROF-EF M P	SUPORTE TECNICO	3	R0247825-05/05/2025 a partir de 28/04/2025
451.XXX.XXX-00	DENAIR DAS GRACAS DIAS	2	S100	PATO BRANCO	SAO JOAO, C E-EF M	COMPLEMENTACAO	20	R0200325-09/04/2025 a partir de 01/04/2025
611.XXX.XXX-20	EDSON FRANCISCO SILVA BARBOSA	2	S100	CONSELHEIR O MAIRINCK	FRANCISCO A ALMEIDA, C E-EM	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0242025-30/04/2025 a partir de 05/05/2025
033.XXX.XXX-81	ELEANDRO MIRANDA STRESSER	90	S100	PINHAIS	CENTRO EST EDUC PROFIS NEWTON F MAIA	SUPORTE TECNICO	3	R0194425-07/04/2025 a partir de 29/04/2025
033.XXX.XXX-81	ELEANDRO MIRANDA STRESSER	90	S100	PINHAIS	CENTRO EST EDUC PROFIS NEWTON F MAIA	SUPORTE TECNICO	3	R0194425-07/04/2025 a partir de 29/04/2025
008.XXX.XXX-10	JOSIANE VALERIO DA SILVA	91	S100	CIANORTE	CEEBJA SAADA MITRE ABOU NABHAN-EF M	PROF DA LEI 15308/06	12	R0025822-31/01/2022 a partir de 03/02/2025
430.XXX.XXX-87	JUCEMAR ANTONIO ANDREATTA	97	S100	RIO NEGRO	ANA SCHELBAUER B DE OLIVEIRA, C E C-EF M	DIRETOR	20	R0261523-28/04/2023 a partir de 19/04/2025
886.XXX.XXX-04	LEONI BARBOSA DA SILVA SCHOMMER	88	S100	SAO MIGUEL DO IGUACU	PEDRO II, C E C D-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0105125-25/02/2025 a partir de 05/05/2025
604.XXX.XXX-00	LUIZ CARLOS GAMBETTA	3	S100	SAO JOSE DOS PINHAIS	SAO CRISTOVAO, C E-EF M PROFIS N	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0127925-10/03/2025 a partir de 06/05/2025
803.XXX.XXX-53	PAULA CRISTINA DELGADO BENTO	90	S100	MARINGA	RODRIGUES ALVES, C E-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0057025-07/02/2025 a partir de 06/05/2025
875.XXX.XXX-04	SIMONE SCHERMAK DAS NEVES	1	S100	SAO JOSE DOS PINHAIS	ARNALDO JANSEN, C E C-M PE-EF M PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0065625-11/02/2025 a partir de 05/05/2025
075.XXX.XXX-60	TAIZE GIACOMINI	3	SACH	PATO BRANCO	NUCLEO REG EDUCACAO - PATO BRANCO	EQUIPE DA EDUC PROFISSIONAL	20	R0464624-26/07/2024 a partir de 05/05/2025
022.XXX.XXX-84	VIVIANE MAGALHAES FLORIANO BRITO	97	S100	SAPOPEMA	SAPOPEMA, C E-EF M PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0247825-05/05/2025 a partir de 18/02/2025

Curitiba, 05 de maio de 2025.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64725/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2478/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

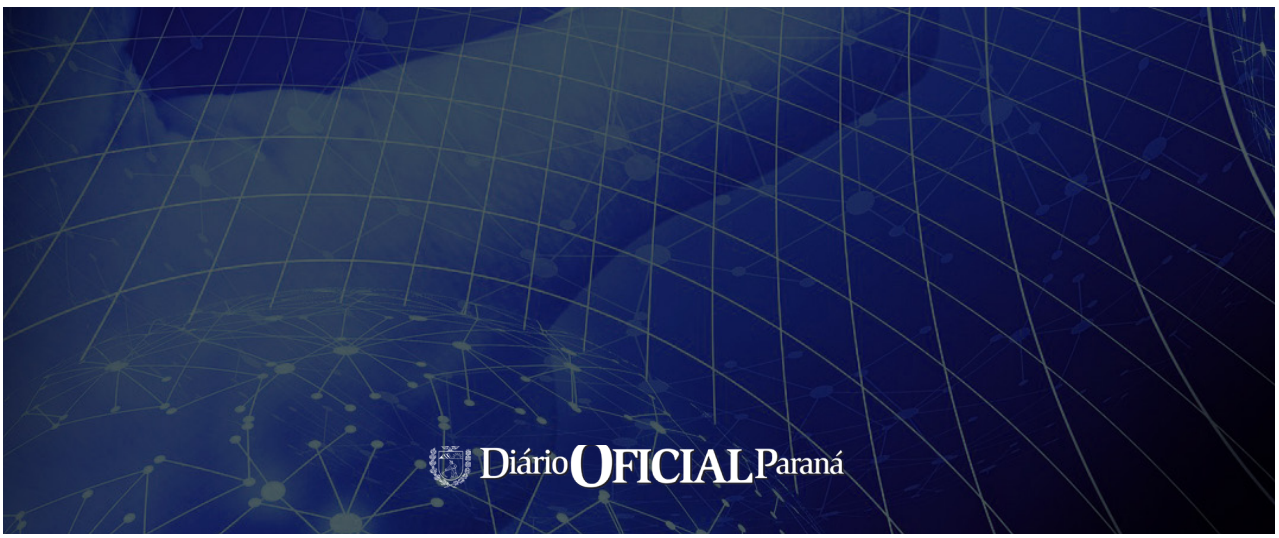
RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
553.XXX.XXX-68	ANGELA MARIA MARASCHIN FERMIANI	1	S100	SAUDADE DO IGUACU	CAXIAS, C E DQ DE-EF M PROFIS	HORA ATIVIDADE	2	A partir de 03/02/2025
355.XXX.XXX-53	BERNADETE GASPAR DE ABREU	1	S100	ANTONINA	CENTRO EST ED PROFIS DR BRASILIO MACHADO	COORD DE CURSO	10	A partir de 04/04/2025
036.XXX.XXX-00	CAROLINE DE OLIVEIRA BEZERRA	1	S100	PARANAGUA	BENTO M DA ROCHA NETO, C E-EF M P	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 30/04/2025
505.XXX.XXX-53	CICERO DONADELI	2	S100	CURITIBA	OLAVO DEL CLARO, C E C-M PROF-EF M P	SUPORTE TECNICO	3	A partir de 28/04/2025
020.XXX.XXX-45	FERNANDO CEZAR DE OLIVEIRA	1	S100	LOANDA	PARANA, C E-EF M PROFIS	COORD DE CURSO	5	A partir de 18/02/2025
878.XXX.XXX-49	IZABEL CRISTINA DE MACEDO RIVAROLI	52	S100	CORNELIO PROCOPIO	POL MILITAR, C DA-E F M P	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 05/05/2025
654.XXX.XXX-20	JAQUELINE VIEIRA IENKE	1	S100	PONTA GROSSA	KENNEDY, C E PRES-EFMPN	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	A partir de 01/04/2025
803.XXX.XXX-53	PAULA CRISTINA DELGADO BENTO	90	S100	MARINGA	GASTAO VIDIGAL, C E DR-EF M PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 06/05/2025
019.XXX.XXX-73	SILVANA LANGBEIN	1	S100	ARAPONGAS	IRONDI MANTOVANI PUGLIESI, C E C-M-EF M	PROF INTERPRETE	25	A partir de 28/04/2025
075.XXX.XXX-60	TAIZE GIACOMINI	3	SACH	PATO BRANCO	NUCLEO REG EDUCACAO - PATO BRANCO	EQUIPE DA ESTRUTURA FUNCIONAM	20	A partir de 05/05/2025
318.XXX.XXX-45	THAIS BARLETO PICCIRILLO BRITO	1	S100	LONDRINA	KAZUCO OHARA, E E PROF-EF	DIRETOR	20	A partir de 25/04/2025
036.XXX.XXX-65	THAIS CRISTINE SANTOS	2	S100	CURITIBA	29 DE MARCO, E-EF MOD ED ESP	COORD PEDAGOGICO-TEC ESC CONV	20	A partir de 14/04/2025
022.XXX.XXX-84	VIVIANE MAGALHAES FLORIANO BRITO	97	S100	SAPOPEMA	SAPOPEMA, C E-EF M PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 04/02/2025

Curitiba, 05 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64726/2025



Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2479/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
205.XXX.XXX-72	ELIO FRANCIOLI	2	S100	NOVA SANTA BARBARA	ANTONIO C GOMES, C E-EF M PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	23/04/2025-05/05/2025
722.XXX.XXX-34	MARILI DE OLIVEIRA ROSA	1	S100	MARINGA	TANIA V FERREIRA, C E-EF M PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	05/05/2025-02/08/2025

Curitiba, 05 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64727/2025

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2480/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte que designou os mencionados servidores, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
040.XXX.XXX-89	EDILIZ SELLERI MENEGUINI	1	QFEB	LONDRINA	BENEDITA R REZENDE, C E PROFA-EF M PROFI	SECRETARIO/ESCOLA	10	R0170725-26/03/2025 a partir de 19/04/2025
430.XXX.XXX-87	JUCEMAR ANTONIO ANDREATTA	97	QPM	RIO NEGRO	ANA SCHELBAUER B DE OLIVEIRA, C E C-EF M	DIRETOR	20	R0336421-30/07/2021 a partir de 19/04/2025
886.XXX.XXX-04	LEONI BARBOSA DA SILVA SCHOMMER	88	QPM	SAO MIGUEL DO IGUACU	PEDRO II, C E C D-EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	R0105525-25/02/2025 a partir de 05/05/2025
953.XXX.XXX-04	MARCILIO DONIZETE VIEIRA	1	QPM	CORNELIO PROCOPIO	ANDRE SEUGLING, C E C-M-EF M	DIRETOR	20	R0034625-28/01/2025 a partir de 21/04/2025
953.XXX.XXX-04	MARCILIO DONIZETE VIEIRA	2	QPM	CORNELIO PROCOPIO	ANDRE SEUGLING, C E C-M-EF M	DIRETOR	20	R0034625-28/01/2025 a partir de 21/04/2025
035.XXX.XXX-59	MARILU POTOKOSKI FERRARI	1	QFEB	PIRAQUARA	ROSILDA DE S OLIVEIRA, C E PROFA-EF M P	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0200625-09/04/2025 a partir de 16/04/2025
318.XXX.XXX-45	THAIS BARLETO PICCIRILLO BRITO	2	MUN	LONDRINA	KAZUCO OHARA, E E PROF-EF	DIRETOR	20	R0013725-11/01/2025 a partir de 25/04/2025

Curitiba, 05 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64728/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2481/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
026.XXX.XXX-48	GEOVANI MULLER	1	QFEB	CLEVELANDIA	ORESTES TONET, C E DO C PROF-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 05/05/2025
026.XXX.XXX-48	GEOVANI MULLER	1	QFEB	CLEVELANDIA	ORESTES TONET, C E DO C PROF-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 05/05/2025
035.XXX.XXX-59	MARILU POTOKOSKI FERRARI	1	QFEB	PIRAQUARA	ROSILDA DE S OLIVEIRA, C E PROFA-EF M P	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 16/04/2025
028.XXX.XXX-27	NOEMI MIRANDA DE PAULA	1	QFEB	PARANAGUA	ALEXANDRA, C E C DE-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
026.XXX.XXX-05	ONILSON MACIEL	1	QFEB	MATINHOS	GABRIEL DE LARA, C E-EF M PROF	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025

Curitiba, 05 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64729/2025

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2482/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
797.XXX.XXX-15	DELMA REJANE BORSATTO	1	QFEB	OURIZONA	BENOIL F M BOSKA, C E PROF-EF M	DIRETOR	20	22/04/2025-06/05/2025
797.XXX.XXX-15	DELMA REJANE BORSATTO	1	QFEB	OURIZONA	BENOIL F M BOSKA, C E PROF-EF M	DIRETOR	20	22/04/2025-06/05/2025

Curitiba, 05 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64730/2025



Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2505/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte de designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
874.XXX.XXX-34	ALAIDE MOLINARI ESSENFELDER	90	SACH	CURITIBA	SEED/NAS-TERC	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	R0534123-08/08/2023 a partir de 07/05/2025
469.XXX.XXX-15	ANGELA DORCAS DE PAULA	98	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - GABINETE DIR PRESIDENTE	APOIO	20	R0176423-24/03/2023 a partir de 01/05/2025
044.XXX.XXX-95	ANTONI WROBLEWSKI	1	SACH	CURITIBA	SEAP - ESCOLA DE GOVERNO	TEC PEDAGOGICO	20	R0019324-11/01/2024 a partir de 02/10/2024
355.XXX.XXX-53	BERNADETE GASPAR DE ABREU	1	S100	ANTONINA	CENTRO EST ED PROFIS DR BRASILIO MACHADO	COORD DE CURSO	10	R0247825-05/05/2025 a partir de 04/04/2025
036.XXX.XXX-00	CAROLINE DE OLIVEIRA BEZERRA	1	S100	PARANAGUA	BENTO M DA ROCHA NETO, C E-EF M P	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0247825-05/05/2025 a partir de 30/04/2025
497.XXX.XXX-49	CELINA MATILDE BUZATO SANTOS	1	S100	LIDIANOPOLIS	ROSA ALVES, E-EI EF MOD ED ESP	COORD PEDAGOGICO-TEC ESC CONV	20	R0019020-09/01/2020 a partir de 05/02/2025
037.XXX.XXX-44	CLAUS GIOVANI ANDRADE MARCHIORI	2	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - GABINETE DIR PRESIDENTE	APOIO	20	R0125823-09/03/2023 a partir de 01/05/2025
561.XXX.XXX-91	ELIANE CANDIDO	3	S100	FENIX	SANTO INACIO DE LOYOLA, C E-EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	R0130325-11/03/2025 a partir de 01/05/2025
595.XXX.XXX-68	ELISETE MARTINS CARVALHO	2	S100	TAMARANA	MARIA C DE ALCANTARA, C E PROFA-EF M P	COMPLEMENTACAO	20	R0250625-06/05/2025 a partir de 19/05/2025
036.XXX.XXX-41	ELISSON RENE BOTTEGA	1	SACH	FOZ DO IGUACU	NUCLEO REG EDUCACAO - FOZ DO IGUACU	OUVIDORIA	20	R0196025-08/04/2025 a partir de 14/04/2025
718.XXX.XXX-00	LUCIANE BERTOL D AVILA PEREIRA	2	SACH	PATO BRANCO	NUCLEO REG EDUCACAO - PATO BRANCO	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	R0194023-31/03/2023 a partir de 05/05/2025
019.XXX.XXX-73	SILVANA LANGBEIN	1	S100	ARAPONGAS	IRONDI MANTOVANI PUGLIESI, C E C-M-EF M	PROF INTERPRETE	25	R0250625-06/05/2025 a partir de 28/04/2025
019.XXX.XXX-73	SILVANA LANGBEIN	1	S100	ARAPONGAS	IRONDI MANTOVANI PUGLIESI, C E C-M-EF M	PROF INTERPRETE	25	R0247825-05/05/2025 a partir de 28/04/2025
690.XXX.XXX-34	SIRLEI MOREIRA PADILHA	91	S100	CONTENDA	ZILOAH DE M CARVALHO C E PROFA-EF M P	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0184425-02/04/2025 a partir de 05/05/2025
064.XXX.XXX-08	WALMOR CHAGAS FERMINO DE OLIVEIRA	5	S100	GUAPIRAMA	DAVID CARNEIRO, C E-EF M	DIRETOR	20	R0336621-30/07/2021 a partir de 05/05/2025

Curitiba, 06 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64731/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2506/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
874.XXX.XXX-34	ALAIDE MOLINARI ESSENFELDER	90	SACH	CURITIBA	SEED/NAS-TERC	PREPOSTO PROFISSIONAL	20	A partir de 07/05/2025
355.XXX.XXX-53	BERNADETE GASPAR DE ABREU	1	S100	ANTONINA	CENTRO EST ED PROFIS DR BRASILIO MACHADO	COORD DE CURSO	10	A partir de 04/04/2025
036.XXX.XXX-00	CAROLINE DE OLIVEIRA BEZERRA	1	S100	PARANAGUA	BENTO M DA ROCHA NETO, C E-EF M P	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 01/04/2025
037.XXX.XXX-44	CLAUS GIOVANI ANDRADE MARCHIORI	2	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIR TEC DE ENGENHARIA	APOIO	20	A partir de 01/05/2025
595.XXX.XXX-68	ELISETE MARTINS CARVALHO	2	S100	TAMARANA	MARIA C DE ALCANTARA, C E PROFA-EF M P	COMPLEMENTACAO	20	A partir de 18/05/2025
595.XXX.XXX-68	ELISETE MARTINS CARVALHO	2	S100	TAMARANA	MARIA C DE ALCANTARA, C E PROFA-EF M P	COMPLEMENTACAO	20	A partir de 19/05/2025
036.XXX.XXX-41	ELISSON RENE BOTTEGA	1	SACH	FOZ DO IGUACU	NUCLEO REG EDUCACAO - FOZ DO IGUACU	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	A partir de 14/04/2025
447.XXX.XXX-15	EULINA MARIA JOAQUIM ROCHA	1	S100	COLOMBO	HERACLITO F SOBRAL PINTO, C E-EF M PROFI	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 07/04/2025
495.XXX.XXX-91	FATIMA BRANCO GODINHO DE CASTRO	1	SACH	CURITIBA	SEED/CONVENIO MINISTERIO PUBLICO	TERMO DE COOPERACAO TECNICA MP	20	A partir de 28/02/2025
006.XXX.XXX-81	GEZELDA CHRISTIANE MORAES	1	S100	COLOMBO	ABRAHAM LINCOLN, C E PRES-EF M N PROFIS	SUPORTE TECNICO	1	A partir de 03/02/2025
048.XXX.XXX-08	GISLAINE DE FATIMA BRUNIERI DA SILVA	1	S100	UBIRATA	QUINTINO BOCAIUVA, C E-EF M	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	20	A partir de 06/05/2025
048.XXX.XXX-51	JOACIR JOSE DE BASTIANI	92	S100	CURITIBA	JOAO BETTEGA, C E-EF M PROFIS N	COORD DE AREA	4	A partir de 24/03/2025
048.XXX.XXX-51	JOACIR JOSE DE BASTIANI	92	S100	CURITIBA	JOAO BETTEGA, C E-EF M PROFIS N	COORD DE AREA	4	A partir de 24/03/2025
786.XXX.XXX-72	JOSIANE ROSA DE CRISTO MAURER	90	S100	RIO BONITO DO IGUACU	SEBASTIAO E DA COSTA, C E C-EF M	DIRETOR	20	A partir de 10/04/2025
008.XXX.XXX-10	JOSIANE VALERIO DA SILVA	91	S100	CIANORTE	CIANORTE, C E-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	12	A partir de 03/02/2025
718.XXX.XXX-00	LUCIANE BERTOL D AVILA PEREIRA	2	SACH	PATO BRANCO	NUCLEO REG EDUCACAO - PATO BRANCO	EQUIPE DE RECURSOS HUMANOS	20	A partir de 05/05/2025
052.XXX.XXX-92	MYRIAN CUBICA TODESCHINI	52	S100	GUARATUBA	ZILDA ARNS NEUMANN, C E DRA-EF M	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	1	A partir de 03/02/2025
036.XXX.XXX-07	PAULA AMANDA SOARES FRAGOSO	90	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/DEP/CEJA	TEC PEDAGOGICO	20	A partir de 12/05/2025
053.XXX.XXX-82	ROSE MUNDEL SCHMIDT	2	S100	CRUZ MACHADO	CERRO AZUL, C E BAR DO-EF M N PROFIS	COORD CURSO-FORMACAO DOCENTE	10	A partir de 08/05/2025
053.XXX.XXX-82	ROSE MUNDEL SCHMIDT	2	S100	CRUZ MACHADO	CERRO AZUL, C E BAR DO-EF M N PROFIS	COORD ESTAGIO-FORMACAO DOCENTE	5	A partir de 08/05/2025
037.XXX.XXX-61	SANDRA MARA GOLIN	3	SACH	CURITIBA	SEED/TERMO COOPERACAO SEI	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	A partir de 25/04/2025

031.XXX.XXX-25	SARA JULIANA RIBEIRO	99	S100	CURITIBA	JOAO BETTEGA, C E-EF M PROFIS N	COORD DE AREA	4	A partir de 24/03/2025
031.XXX.XXX-25	SARA JULIANA RIBEIRO	99	S100	CURITIBA	JOAO BETTEGA, C E-EF M PROFIS N	COORD DE AREA	4	A partir de 24/03/2025
019.XXX.XXX-73	SILVANA LANGBEIN	1	S100	ARAPONGAS	IRONDI MANTOVANI PUGLIESI, C E C-M-EF M	PROF INTERPRETE	25	A partir de 28/04/2025
019.XXX.XXX-73	SILVANA LANGBEIN	1	S100	ARAPONGAS	IRONDI MANTOVANI PUGLIESI, C E C-M-EF M	PROF INTERPRETE	5	A partir de 28/04/2025
019.XXX.XXX-73	SILVANA LANGBEIN	1	S100	ARAPONGAS	IRONDI MANTOVANI PUGLIESI, C E C-M-EF M	PROF INTERPRETE	25	A partir de 28/04/2025
875.XXX.XXX-04	SIMONE SCHERMAK DAS NEVES	1	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/DEP/CEJA	TEC PEDAGOGICO	20	A partir de 05/05/2025

Curitiba, 06 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64732/2025

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2507/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
451.XXX.XXX-00	DENAIR DAS GRACAS DIAS	2	S100	PATO BRANCO	SAO JOAO, C E-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	01/04/2025-31/12/2025

Curitiba, 06 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64733/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2508/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte que designou os mencionados servidores, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
025.XXX.XXX-00	ANGELA MARY BARBOSA PINTO	1	QFEB	CURITIBA	MORADIAS MONTEIRO LOBATO, C E-EF M PROF	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0768224-25/11/2024 a partir de 14/04/2025
685.XXX.XXX-04	ANTONIO LUIZ RIBEIRO DE SOUSA	1	QPM	CURITIBA	GUILHERME PEREIRA NETO, C E-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	R0105525-25/02/2025 a partir de 31/03/2025
691.XXX.XXX-53	ARLEI ALBERTO HAUBERT	53	QPM	PATO BRANCO	RUI BARBOSA, C E C-M-EF M	DIRETOR	20	R0034625-28/01/2025 a partir de 29/04/2025
854.XXX.XXX-49	CLAIR COLONETTI	1	QFEB	DOIS VIZINHOS	CEEBJA DE DOIS VIZINHOS-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	P0017916-09/03/2016 a partir de 14/04/2025
048.XXX.XXX-11	DAMARIS CRISTINA PERESSUTI UBIDA	1	QFEB	COLOMBO	ALFREDO CHAVES, C E C-M-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0258124-03/05/2024 a partir de 08/05/2025
561.XXX.XXX-91	ELIANE CANDIDO	3	QPM	FENIX	SANTO INACIO DE LOYOLA, C E-EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	R0130625-11/03/2025 a partir de 01/05/2025
005.XXX.XXX-54	GRACIELE TATIANE VERONA	1	QFEB	CURITIBA	INST ED PR PROF ERASMO PILOTTO-EF M N P	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0166824-26/03/2024 a partir de 05/05/2025
005.XXX.XXX-54	GRACIELE TATIANE VERONA	1	QFEB	CURITIBA	INST ED PR PROF ERASMO PILOTTO-EF M N P	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0166824-26/03/2024 a partir de 05/05/2025
036.XXX.XXX-60	MARCIA APARECIDA DE CHAVES BRANDINO	1	QFEB	CURITIBA	FLAVIO F DA LUZ, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0156922-05/04/2022 a partir de 14/04/2025
044.XXX.XXX-22	RENATA FERREIRA BUENO	1	QFEB	CAMPINA GRANDE DO SUL	BANDEIRANTES, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0252916-27/06/2016 a partir de 11/04/2025
044.XXX.XXX-22	RENATA FERREIRA BUENO	1	QFEB	CAMPINA GRANDE DO SUL	BANDEIRANTES, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0252916-27/06/2016 a partir de 11/04/2025
064.XXX.XXX-08	WALMOR CHAGAS FERMINO DE OLIVEIRA	5	QPM	GUAPIRAMA	DAVID CARNEIRO, C E-EF M	DIRETOR	20	R0336421-30/07/2021 a partir de 05/05/2025

Curitiba, 06 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64734/2025



Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2509/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
875.XXX.XXX-72	ANA PAULA JULIAO MARTINS	2	QFEB	CURITIBA	INST ED PR PROF ERASMO PILOTTO-EF M N P	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 06/05/2025
875.XXX.XXX-72	ANA PAULA JULIAO MARTINS	2	QFEB	CURITIBA	INST ED PR PROF ERASMO PILOTTO-EF M N P	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 06/05/2025
009.XXX.XXX-32	ANDREIA FELICIANO RAVAGNANI	1	QFEB	LONDRINA	INST LOND EDUC SURDOS, C E-EI EF M	SECRETARIO/ESCOLA	12	A partir de 05/05/2025
025.XXX.XXX-00	ANGELA MARY BARBOSA PINTO	1	QFEB	CURITIBA	MORADIAS MONTEIRO LOBATO, C E-EF M PROF	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
025.XXX.XXX-00	ANGELA MARY BARBOSA PINTO	1	QFEB	CURITIBA	MORADIAS MONTEIRO LOBATO, C E-EF M PROF	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
685.XXX.XXX-04	ANTONIO LUIZ RIBEIRO DE SOUSA	1	QPM	CURITIBA	GUILHERME PEREIRA NETO, C E-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 31/03/2025
854.XXX.XXX-49	CLAIR COLONETTI	1	QFEB	DOIS VIZINHOS	CEEBJA DE DOIS VIZINHOS-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
854.XXX.XXX-49	CLAIR COLONETTI	1	QFEB	DOIS VIZINHOS	CEEBJA DE DOIS VIZINHOS-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
043.XXX.XXX-00	DANIELI ZANON	1	QFEB	CAMPINA GRANDE DO SUL	BANDEIRANTES, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 11/04/2025
043.XXX.XXX-00	DANIELI ZANON	1	QFEB	CAMPINA GRANDE DO SUL	BANDEIRANTES, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 11/04/2025
036.XXX.XXX-60	MARCIA APARECIDA DE CHAVES BRANDINO	1	QFEB	CURITIBA	FLAVIO F DA LUZ, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
036.XXX.XXX-60	MARCIA APARECIDA DE CHAVES BRANDINO	1	QFEB	CURITIBA	FLAVIO F DA LUZ, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025

Curitiba, 06 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64735/2025

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2510/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
597.XXX.XXX-00	MARIA ARGENTINA DA SILVA BARTOLOMEU	1	QPM	SAO MIGUEL DO IGUACU	PEDRO V PARIGOT DE SOUZA, C E-EF M PROFI	DIRETOR AUXILIAR	20	25/04/2025-14/05/2025

Curitiba, 06 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64736/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2539/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte de designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
295.XXX.XXX-74	CAMILA TORRES DE SOUZA	1	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/DDC/CUR	TEC PEDAGOGICO	20	R0194023-31/03/2023 a partir de 06/05/2025
036.XXX.XXX-41	ELISSON RENE BOTTEGA	1	SACH	FOZ DO IGUACU	NUCLEO REG EDUCACAO - FOZ DO IGUACU	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	R0250625-06/05/2025 a partir de 07/05/2025
908.XXX.XXX-34	GILMA FERREIRA DA SILVA	1	S100	LONDRINA	VICENTE RIJO, C E-EF M PROFIS	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	R0105125-25/02/2025 a partir de 28/04/2025
863.XXX.XXX-30	JOEL DA SILVA	1	S100	CAMPO LARGO	CAMPO LARGO - LOCAL	ASSISTENTE DE MUNICIPIO	20	R0240125-29/04/2025 a partir de 30/04/2025
945.XXX.XXX-87	LUCEIDE HELOISA LOUBAK	1	S100	MARINGA	APLICACAO PED DA UEM, C DE-EF M	PROF DA LEI 15308/06	1	R0202425-10/04/2025 a partir de 08/04/2025
741.XXX.XXX-04	MARIA CIRLEI BARROZO	1	S100	SANTA LUCIA	ORLANDO L ZAMPRONIO, C E-EF M	DIRETOR	20	R0167224-26/03/2024 a partir de 06/05/2025
018.XXX.XXX-38	MARINA MAGALHAES DE OLIVEIRA SANTOS	1	S100	PINHALAO	LEONARDO F NOGUEIRA, C E-E M N	PROF DA LEI 15308/06	20	R0397417-28/08/2017 a partir de 03/02/2025
036.XXX.XXX-65	THAIS CRISTINE SANTOS	2	S100	CURITIBA	29 DE MARCO, E-EF MOD ED ESP	COORD PEDAGOGICO-TEC ESC CONV	20	R0247825-05/05/2025 a partir de 14/04/2025
928.XXX.XXX-72	VILMA IZABEL PENIDO DA SILVA	88	SACH	UBIRATA	SEED - DPPE - POLO UAB	COORD GERAL DO POLO/DPPE	20	R0194023-31/03/2023 a partir de 22/11/2023
033.XXX.XXX-88	WAGNER CHINISKY	91	S100	PONTA GROSSA	NOSSA SRA DAS GRACAS, C E-EF M PROFIS	SUPORTE TECNICO	3	R0130325-11/03/2025 a partir de 08/05/2025
033.XXX.XXX-88	WAGNER CHINISKY	91	S100	PONTA GROSSA	NOSSA SRA DAS GRACAS, C E-EF M PROFIS	SUPORTE TECNICO	3	R0130325-11/03/2025 a partir de 08/05/2025
327.XXX.XXX-00	WALANGIERY DA COSTA CACADOR	1	S100	APUCARANA	CENTRO EST EDUC PROF AGR MANOEL RIBAS	SUPORTE TECNICO	3	R0105125-25/02/2025 a partir de 07/05/2025

Curitiba, 07 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64737/2025



Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2540/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
615.XXX.XXX-59	AMAURA BESSA DA SILVA	91	S100	COLOMBO	ABRAHAM LINCOLN, C E PRES-EF M N PROFIS	COORD ESTAGIO-FORMACAO DOCENTE	10	A partir de 26/03/2025
085.XXX.XXX-00	ANA CLAUDIA MULLER DOS SANTOS	3	S100	CLEVELANDIA	JOAO XXIII, C E-EF M PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 24/04/2025
469.XXX.XXX-15	ANGELA DORCAS DE PAULA	98	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIR TEC DE ENGENHARIA	APOIO	20	A partir de 01/05/2025
295.XXX.XXX-74	CAMILA TORRES DE SOUZA	1	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/DDC/CUR	TEC PEDAGOGICO	20	A partir de 06/05/2025
413.XXX.XXX-68	DORACILDA APARECIDA HACK	3	S100	APUCARANA	NILO CAIRO, C E-EF M N PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 30/04/2025
036.XXX.XXX-41	ELISSON RENE BOTTEGA	1	SACH	FOZ DO IGUACU	NUCLEO REG EDUCACAO - FOZ DO IGUACU	EQUIPE PEDAGOGICA DO NRE	20	A partir de 07/05/2025
908.XXX.XXX-34	GILMA FERREIRA DA SILVA	1	S100	LONDRINA	RIO BRANCO, C E C-M BAR DO-EF M	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	A partir de 28/04/2025
035.XXX.XXX-96	JORDANA CURSI SENTINELLO	98	S100	TERRA RICA	SANTO INACIO DE LOYOLA, C E C-M-EF M	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 10/04/2025
723.XXX.XXX-15	LEONILDA APARECIDA BORGES	2	S100	LONDRINA	RINA M DE J FRANCOVIG, C E PROFA-EF M	PROF APOIO COM ALTERNATIVA	5	A partir de 17/03/2025
945.XXX.XXX-87	LUCEIDE HELOISA LOUBAK	1	S100	MARINGA	APLICACAO PED DA UEM, C DE-EF M	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 25/03/2025
741.XXX.XXX-04	MARIA CIRLEI BARROZO	1	S100	SANTA LUCIA	ORLANDO L ZAMPRONIO, C E-EF M	DIRETOR	8	A partir de 06/05/2025
741.XXX.XXX-04	MARIA CIRLEI BARROZO	1	S100	SANTA LUCIA	ORLANDO L ZAMPRONIO, C E-EF M	DIRETOR	12	A partir de 06/05/2025
018.XXX.XXX-38	MARINA MAGALHAES DE OLIVEIRA SANTOS	1	S100	PINHALAO	LEONARDO F NOGUEIRA, C E-E M N	PROF DA LEI 15308/06	20	A partir de 03/02/2025
632.XXX.XXX-91	MARISTELA BIANCHI GOES	90	S100	CURITIBA	MARIA HELOISA CASSELLI, CE PROFA-EF M	COORD DE AREA	8	A partir de 05/05/2025
603.XXX.XXX-53	MOCIMAR DE SOUZA	1	S100	CASCAVEL	CARMELO PERRONE, C E PE-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 18/12/2024
792.XXX.XXX-20	RITA DE CASSIA PEDRETE	2	S100	RIBEIRAO CLARO	JOAO DA R CHUEIRI, C E C-M DR-EF M P	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 10/11/2024
402.XXX.XXX-34	SILENE DO ROCIO ZOTTO HENING	1	S100	CURITIBA	PAULINA P BORSARI, C E-EF M PROF	COORD DE CURSO	15	A partir de 30/04/2025
799.XXX.XXX-78	VALDIRENE SILVEIRA	1	S100	UNIAO DA VITORIA	TULIO DE FRANCA, C E-EF M N PROFIS	SUPORTE TECNICO	3	A partir de 06/05/2025

Curitiba, 07 de maio de 2025.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64738/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2541/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
934.XXX.XXX-91	LUCIANE SOARES	1	S100	ARAPOTI	CARMELINA F PEDROSO, C E-EF M PROFIS	PROF INTERPRETE	12	07/05/2025-29/10/2025
540.XXX.XXX-00	MARLENE GARCIA	89	S100	LONDRINA	POLIVALENTE, C E-EF M PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	01/05/2025-26/07/2025

Curitiba, 07 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64739/2025

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2542/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte que designou os mencionados servidores, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
054.XXX.XXX-30	DIEGO GUSTAVO TECHERA PEREZ	98	QFEB	CURITIBA	GUILHERME PEREIRA NETO, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0555623-18/08/2023 a partir de 14/04/2025
980.XXX.XXX-04	ELIZABETE MARIA TOFFOLO ZORZI	1	QFEB	TRES BARRAS DO PARANA	PEDRO LUIZ MESSIAS, C E C-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0655824-10/10/2024 a partir de 14/04/2025
688.XXX.XXX-04	GERALDO ROMUALDO DOS SANTOS	92	QPM	CURITIBA	GUILHERME PEREIRA NETO, C E-EF M PROFIS	DIRETOR	20	R0055625-06/02/2025 a partir de 31/03/2025
045.XXX.XXX-82	GISELE FRANCO DA SILVA	1	QFEB	CURITIBA	LA SALLE, C E-EF M PROF	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0156922-05/04/2022 a partir de 14/04/2025
016.XXX.XXX-22	JEANE HIANKE	1	QFEB	CURITIBA	FRANCISCO ZARDO, C E PROF-EF M PROFIS N	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0798524-11/12/2024 a partir de 14/04/2025
567.XXX.XXX-87	JUCILEY RITA LADA SALATA	1	QFEB	CURITIBA	BENTO M DA ROCHA NETO, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0263016-05/07/2016 a partir de 14/04/2025
025.XXX.XXX-05	KELLI CRISTINA MEINELECKI	1	QPM	CAMPO DO TENENTE	VICTOR BUSSMANN, C E-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	R0064024-07/02/2024 a partir de 08/05/2025
557.XXX.XXX-20	SERGIO RICARDO FERREIRA	21	QPM	FAZENDA RIO GRANDE	ABILIO LOURENCO DOS SANTOS, C E-EFMPN	DIRETOR AUXILIAR	20	R0105525-25/02/2025 a partir de 05/05/2025
602.XXX.XXX-34	SONIA PEREIRA DO ROSARIO	1	QPM	CURITIBA	GUILHERME A MARANHAO, C E DESEMB-EF M P	DIRETOR AUXILIAR	20	R0057325-07/02/2025 a partir de 05/05/2025

Curitiba, 07 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64740/2025



Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2543/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
054.XXX.XXX-30	DIEGO GUSTAVO TECHERA PEREZ	98	QFEB	CURITIBA	GUILHERME PEREIRA NETO, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
054.XXX.XXX-30	DIEGO GUSTAVO TECHERA PEREZ	98	QFEB	CURITIBA	GUILHERME PEREIRA NETO, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
980.XXX.XXX-04	ELIZABETE MARIA TOFFOLO ZORZI	1	QFEB	TRES BARRAS DO PARANA	PEDRO LUIZ MESSIAS, C E C-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
980.XXX.XXX-04	ELIZABETE MARIA TOFFOLO ZORZI	1	QFEB	TRES BARRAS DO PARANA	PEDRO LUIZ MESSIAS, C E C-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
688.XXX.XXX-04	GERALDO ROMUALDO DOS SANTOS	92	QPM	CURITIBA	GUILHERME PEREIRA NETO, C E-EF M PROFIS	DIRETOR	20	A partir de 31/03/2025
045.XXX.XXX-82	GISELE FRANCO DA SILVA	1	QFEB	CURITIBA	LA SALLE, C E-EF M PROF	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
045.XXX.XXX-82	GISELE FRANCO DA SILVA	1	QFEB	CURITIBA	LA SALLE, C E-EF M PROF	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
016.XXX.XXX-22	JEANE HIANKE	1	QFEB	CURITIBA	FRANCISCO ZARDO, C E PROF-EF M PROFIS N	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
016.XXX.XXX-22	JEANE HIANKE	1	QFEB	CURITIBA	FRANCISCO ZARDO, C E PROF-EF M PROFIS N	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
567.XXX.XXX-87	JUCILEY RITA LADA SALATA	1	QFEB	CURITIBA	BENTO M DA ROCHA NETO, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
567.XXX.XXX-87	JUCILEY RITA LADA SALATA	1	QFEB	CURITIBA	BENTO M DA ROCHA NETO, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
025.XXX.XXX-05	KELLI CRISTINA MEINELECKI	1	QPM	CAMPO DO TENENTE	VICTOR BUSSMANN, C E-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 08/05/2025
025.XXX.XXX-05	KELLI CRISTINA MEINELECKI	1	QPM	CAMPO DO TENENTE	VICTOR BUSSMANN, C E-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 08/05/2025
602.XXX.XXX-34	SONIA PEREIRA DO ROSARIO	1	QPM	CURITIBA	GUILHERME A MARANHAO, C E DESEMB-EF M P	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 05/05/2025

Curitiba, 07 de maio de 2025.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64741/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2544/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
764.XXX.XXX-25	REINALDO DE AZEVEDO DA CRUZ	1	QPM	IGUATU	CARLOS GOMES, C E C -E F M	DIRETOR	20	22/04/2025-05/06/2025
764.XXX.XXX-25	REINALDO DE AZEVEDO DA CRUZ	2	QPM	IGUATU	CARLOS GOMES, C E C -E F M	DIRETOR	20	22/04/2025-05/06/2025
038.XXX.XXX-62	YARA CRISTINA LOPES FERREIRA SANTOS	1	QFEB	AMAPORA	OLAVO BILAC, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	16/04/2025-16/05/2025
038.XXX.XXX-62	YARA CRISTINA LOPES FERREIRA SANTOS	1	QFEB	AMAPORA	OLAVO BILAC, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	16/04/2025-16/05/2025

Curitiba, 07 de maio de 2025.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64742/2025

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2554/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte de designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
355.XXX.XXX-53	BERNADETE GASPAR DE ABREU	1	S100	ANTONINA	CENTRO EST ED PROFIS DR BRASILIO MACHADO	COORD DE CURSO	10	R0250625-06/05/2025 a partir de 04/04/2025
524.XXX.XXX-68	EDINA IOLANDA FURQUIM PEREIRA VRY	2	SACH	UMUARAMA	NUCLEO REG EDUCACAO - UMUARAMA	EQUIPE DA EDUC ESPECIAL	20	R0240125-29/04/2025 a partir de 05/05/2025
040.XXX.XXX-40	GIOCONDA PARO ZENI	2	S100	FOZ DO IGUACU	TRES FRONTEIRAS, C E-EF M PROFIS	PROF APOIO COM ALTERNATIVA	25	R0055325-06/02/2025 a partir de 12/05/2025
736.XXX.XXX-00	LUCY VANA KOGA	2	S100	LONDRINA	MARCELINO CHAMPAGNAT, C E-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	1	R0527921-04/11/2021 a partir de 12/05/2025
489.XXX.XXX-49	MARIA DO CARMO MELO RIBEIRO	2	S100	CAMPO MOURAO	CAMPO MOURAO, C E DE-EF M PROFIS N	PROF DA LEI 15308/06	2	R0092422-09/03/2022 a partir de 19/05/2025

Curitiba, 08 de maio de 2025.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64743/2025



Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2555/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
447.XXX.XXX-00	ADALTON SUTIL DE OLIVEIRA	2	S100	CURITIBA	LUIZ CARLOS P E SOUZA, C E C-M PROF-EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 15/04/2025
355.XXX.XXX-53	BERNADETE GASPAR DE ABREU	1	S100	ANTONINA	CENTRO EST ED PROFIS DR BRASILIO MACHADO	COORD DE CURSO	10	A partir de 04/04/2025
355.XXX.XXX-53	BERNADETE GASPAR DE ABREU	1	S100	ANTONINA	CENTRO EST ED PROFIS DR BRASILIO MACHADO	COORD DE CURSO	10	A partir de 04/04/2025
040.XXX.XXX-40	GIOCONDA PARO ZENI	2	SACH	FOZ DO IGUACU	NUCLEO REG EDUCACAO - FOZ DO IGUACU	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	A partir de 12/05/2025
717.XXX.XXX-00	LIZABEL FERREIRA CAMILO	53	S100	LARANJEIRAS DO SUL	CENTRO EST ED PROF PROFA NAIANA B SOUZA	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	2	A partir de 01/04/2025
941.XXX.XXX-04	MARCIA REGINA DIONISIO MOTA BICALHO	93	S100	CURITIBA	MARIA HELOISA CASSELLI, CE PROFA-EF M	COORD DE AREA	8	A partir de 05/05/2025
455.XXX.XXX-49	MARIA CECILIA FRANCO	2	S100	ITAPERUCU	JOSE PIOLI, C E-EF M PROFIS	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	20	A partir de 08/05/2025
489.XXX.XXX-49	MARIA DO CARMO MELO RIBEIRO	2	S100	CAMPO MOURAO	UNIDADE POLO, C E C-M-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	2	A partir de 19/05/2025
518.XXX.XXX-63	MARIA SOLANGE DIAS	1	S100	CARAMBEI	CARLOS VENTURA, C E-EF M PROFIS	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	A partir de 10/03/2025
008.XXX.XXX-19	MARTA DE OLIVEIRA	1	SACH	COLOMBO	NUCLEO REG EDUCACAO - AREA METROP NORTE	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	A partir de 12/05/2025
051.XXX.XXX-03	VALDEREZ APARECIDA ALUIZ AMIN	90	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/DPEB/CCM	TEC PEDAGOGICO	20	A partir de 05/05/2025
025.XXX.XXX-39	VALERIA GEREMIAS DE MORAES	1	SACH	COLOMBO	NUCLEO REG EDUCACAO - AREA METROP NORTE	EQUIPE NCPM	20	A partir de 12/05/2025

Curitiba, 08 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64744/2025

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2556/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte que designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
025.XXX.XXX-39	VALERIA GEREMIAS DE MORAES	1	S100	CURITIBA	BRANCA DO N MIRANDA, C E DONA-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0043725-31/01/2025 a partir de 12/05/2025

Curitiba, 08 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64745/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2557/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
995.XXX.XXX-68	SIMONE APARECIDA DUTRA	92	S100	BARRA DO JACARE	MARIA F SOUZA, C E-EF M	COORD DE AREA	4	26/04/2025-07/05/2025

Curitiba, 08 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64746/2025

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2558/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte que designou os mencionados servidores, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
008.XXX.XXX-70	ANA PAULA RIBEIRO	1	QFEB	CASCAVEL	JARDIM SANTA CRUZ, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0238225-28/04/2025 a partir de 05/05/2025
008.XXX.XXX-70	ANA PAULA RIBEIRO	1	QFEB	CASCAVEL	JARDIM SANTA CRUZ, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0238225-28/04/2025 a partir de 05/05/2025
716.XXX.XXX-20	CLAUDIA CHIMANSKI BLOOT DE CAMARGO	1	QFEB	SAO JOSE DOS PINHAIS	LINDAURA R LUCAS, C E PROF-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0620524-30/09/2024 a partir de 14/04/2025
000.XXX.XXX-56	EVALDO JOSE FERREIRA	1	QFEB	SAO JOSE DOS PINHAIS	BARRO PRETO, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0066723-03/02/2023 a partir de 14/04/2025
009.XXX.XXX-14	GLEICIELMA FERREIRA CAVALCANTE MARTINSKI	2	QFEB	CURITIBA	ANGELO GUSSO, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0384118-13/08/2018 a partir de 14/04/2025
855.XXX.XXX-53	JANETE APARECIDA ANANIAS PINTO	1	QFEB	CURITIBA	SAO PEDRO APOSTOLO, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0190424-08/04/2024 a partir de 14/04/2025
865.XXX.XXX-15	MARTA APARECIDA PEDRONI	1	QPM	MARINGA	THEOBALDO M SANTOS, C E-EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	R0053625-05/02/2025 a partir de 01/05/2025
040.XXX.XXX-05	PATRICIA CORREA NEVES DE MARINO	1	QFEB	JOAQUIM TAVORA	FRANCISCO BENEDETTI, C E PROF-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0553724-28/08/2024 a partir de 10/03/2025
075.XXX.XXX-10	SANDRA MIYUKI UMEBALA	1	QFEB	CURITIBA	SANTA ROSA, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0324222-07/06/2022 a partir de 14/04/2025
779.XXX.XXX-97	SONIA REGINA RAMOS DE AZAMBUJA	1	QFEB	CURITIBA	CEEBJA PROFA MARIA DEON DE LIRA-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0555623-18/08/2023 a partir de 09/04/2025
779.XXX.XXX-97	SONIA REGINA RAMOS DE AZAMBUJA	1	QFEB	CURITIBA	CEEBJA PROFA MARIA DEON DE LIRA-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0555623-18/08/2023 a partir de 09/04/2025

Curitiba, 08 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64747/2025

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2559/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
008.XXX.XXX-70	ANA PAULA RIBEIRO	1	QFEB	CASCAVEL	JARDIM SANTA CRUZ, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 05/05/2025
008.XXX.XXX-70	ANA PAULA RIBEIRO	1	QFEB	CASCAVEL	JARDIM SANTA CRUZ, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 05/05/2025
716.XXX.XXX-20	CLAUDIA CHIMANSKI BLOOT DE CAMARGO	1	QFEB	SAO JOSE DOS PINHAIS	LINDAURA R LUCAS, C E PROF-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
716.XXX.XXX-20	CLAUDIA CHIMANSKI BLOOT DE CAMARGO	1	QFEB	SAO JOSE DOS PINHAIS	LINDAURA R LUCAS, C E PROF-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
042.XXX.XXX-35	CRISTIANE BEATRIZ CAMARA CZONSTKA	1	QPM	PAULO FRONTIN	PEDRO BUSKO, C E MONS-EF M PROFIS	DIRETOR	20	A partir de 28/04/2025
042.XXX.XXX-35	CRISTIANE BEATRIZ CAMARA CZONSTKA	90	QPM	PAULO FRONTIN	PEDRO BUSKO, C E MONS-EF M PROFIS	DIRETOR	16	A partir de 28/04/2025
042.XXX.XXX-35	CRISTIANE BEATRIZ CAMARA CZONSTKA	90	QPM	PAULO FRONTIN	PEDRO BUSKO, C E MONS-EF M PROFIS	DIRETOR	4	A partir de 28/04/2025
000.XXX.XXX-56	EVALDO JOSE FERREIRA	1	QFEB	SAO JOSE DOS PINHAIS	BARRO PRETO, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
000.XXX.XXX-56	EVALDO JOSE FERREIRA	1	QFEB	SAO JOSE DOS PINHAIS	BARRO PRETO, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
009.XXX.XXX-14	GLEICIELMA FERREIRA CAVALCANTE MARTINSKI	2	QFEB	CURITIBA	ANGELO GUSSO, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
009.XXX.XXX-14	GLEICIELMA FERREIRA CAVALCANTE MARTINSKI	2	QFEB	CURITIBA	ANGELO GUSSO, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
005.XXX.XXX-46	JANAINA DEFFUNE PROFETA	90	QPM	QUATRO BARRAS	ANDRE ANDREATTA, C E-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 05/05/2025
855.XXX.XXX-53	JANETE APARECIDA ANANIAS PINTO	1	QFEB	CURITIBA	SAO PEDRO APOSTOLO, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
855.XXX.XXX-53	JANETE APARECIDA ANANIAS PINTO	1	QFEB	CURITIBA	SAO PEDRO APOSTOLO, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
047.XXX.XXX-30	MARCIO PERES CLAUDINO	1	QFEB	CURITIBA	CEEBJA PROFA MARIA DEON DE LIRA-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 09/04/2025
047.XXX.XXX-30	MARCIO PERES CLAUDINO	1	QFEB	CURITIBA	CEEBJA PROFA MARIA DEON DE LIRA-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 09/04/2025
734.XXX.XXX-72	MARIA ROSA DE ANDRADE	2	QPM	NOVA OLIMPIA	CAXIAS, C E DQ DE-EF M PROFIS	DIRETOR	4	A partir de 09/04/2025
734.XXX.XXX-72	MARIA ROSA DE ANDRADE	2	QPM	NOVA OLIMPIA	CAXIAS, C E DQ DE-EF M PROFIS	DIRETOR	16	A partir de 09/04/2025
040.XXX.XXX-05	PATRICIA CORREA NEVES DE MARINO	1	QFEB	JOAQUIM TAVORA	FRANCISCO BENEDETTI, C E PROF-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 10/03/2025
040.XXX.XXX-05	PATRICIA CORREA NEVES DE MARINO	1	QFEB	JOAQUIM TAVORA	FRANCISCO BENEDETTI, C E PROF-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	8	A partir de 10/03/2025
928.XXX.XXX-34	SANDRA MILCZUK STELMASTCHUK	2	QPM	CRUZ MACHADO	CERRO AZUL, C E BAR DO-EF M N PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 05/05/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

075.XXX.XXX-10	SANDRA MIYUKI UMEBALA	1	QFEB	CURITIBA	SANTA ROSA, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
075.XXX.XXX-10	SANDRA MIYUKI UMEBALA	1	QFEB	CURITIBA	SANTA ROSA, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025

Curitiba, 08 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64748/2025

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2574/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte de designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
043.XXX.XXX-75	ARREKIELI BOLDORI	7	S100	HONORIO SERPA	MARIA H ROHM, E IR-EI EF MOD ED ESP	COORD PEDAGOGICO-TEC ESC CONV	20	R0019020-09/01/2020 a partir de 05/05/2025
299.XXX.XXX-87	ARTHUR AUWERTER	2	S100	CURITIBA	CENTRO EST EDUC PROFIS DE CURITIBA	COORD DE ESTAGIO	2	R0240125-29/04/2025 a partir de 12/05/2025
033.XXX.XXX-81	ELEANDRO MIRANDA STRESSER	90	S100	PINHAIS	CENTRO EST EDUC PROFIS NEWTON F MAIA	SUPORTE TECNICO	3	R0257525-09/05/2025 a partir de 29/04/2025
014.XXX.XXX-86	JEAN DUARTE FARIAS	92	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE DA UTR	20	R0105125-25/02/2025 a partir de 05/05/2025
778.XXX.XXX-68	KESIA FERNANDES MENDONCA	1	S100	CORUMBATAI DO SUL	CORUMBATAI DO SUL, C E-EF M	PROF DA LEI 15308/06	1	R0372119-23/09/2019 a partir de 01/01/2025
778.XXX.XXX-68	KESIA FERNANDES MENDONCA	1	S100	CORUMBATAI DO SUL	CORUMBATAI DO SUL, C E-EF M	PROF DA LEI 15308/06	1	R0257525-09/05/2025 a partir de 19/05/2025
032.XXX.XXX-64	PATRICIA GONCALVES	97	S100	SALGADO FILHO	ANCHIETA, C E PE-EF M	COORD DE AREA	1	R0130325-11/03/2025 a partir de 05/05/2025
031.XXX.XXX-90	SILVIA CAROLINE ARSEGO ZANIN	99	S100	SALGADO FILHO	ANCHIETA, C E PE-EF M	COORD DE AREA	2	R0127925-10/03/2025 a partir de 05/05/2025
031.XXX.XXX-90	SILVIA CAROLINE ARSEGO ZANIN	99	S100	SALGADO FILHO	ANCHIETA, C E PE-EF M	COORD DE AREA	2	R0127925-10/03/2025 a partir de 05/05/2025
428.XXX.XXX-78	WILLIAN ROBERTO VICENTINI	2	SACH	COLOMBO	NUCLEO REG EDUCACAO - AREA METROP NORTE	EQUIPE DE RECURSOS HUMANOS	20	R0130325-11/03/2025 a partir de 12/05/2025

Curitiba, 09 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64749/2025



Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2575/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
038.XXX.XXX-50	ALEXANDRA LIDIANE ENDLER	1	S100	SAO MATEUS DO SUL	PAULO STENCEL, C E PROF-EF M	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 04/05/2025
033.XXX.XXX-81	ELEANDRO MIRANDA STRESSER	90	S100	PINHAIS	CENTRO EST EDUC PROFIS NEWTON F MAIA	SUPORTE TECNICO	3	A partir de 29/04/2025
033.XXX.XXX-81	ELEANDRO MIRANDA STRESSER	90	S100	PINHAIS	CENTRO EST EDUC PROFIS NEWTON F MAIA	SUPORTE TECNICO	3	A partir de 29/04/2025
026.XXX.XXX-46	FLAVIO ROBERTO DA SILVA MACHOSIKI	93	SACH	CURITIBA	SEAP - ESCOLA DE GOVERNO	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	A partir de 07/05/2025
908.XXX.XXX-34	GILMA FERREIRA DA SILVA	1	S100	LONDRINA	RIO BRANCO, C E C-M BAR DO-EF M	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	A partir de 06/05/2025
014.XXX.XXX-86	JEAN DUARTE FARIAS	92	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	A partir de 05/05/2025
391.XXX.XXX-36	JOAO PAULO MACHADO CLAUS	1	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EMBAIXADOR DE INGLES	20	A partir de 01/05/2025
778.XXX.XXX-68	KESIA FERNANDES MENDONCA	1	S100	CORUMBATAI DO SUL	CORUMBATAI DO SUL, C E-EF M	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 19/05/2025
778.XXX.XXX-68	KESIA FERNANDES MENDONCA	1	S100	CORUMBATAI DO SUL	CORUMBATAI DO SUL, C E-EF M	COMPLEMENTACAO	1	A partir de 01/01/2025
070.XXX.XXX-28	LEANDRO DA SILVA ROCHA	2	SACH	MARINGA	NUCLEO REG EDUCACAO - MARINGA	EQUIPE DA ESTRUTURA FUNCIONAM	20	A partir de 13/05/2025
604.XXX.XXX-00	LUIZ CARLOS GAMBETTA	3	S100	SAO JOSE DOS PINHAIS	SAO CRISTOVAO, C E-EF M PROFIS N	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 06/05/2025
008.XXX.XXX-36	MARIA INES DE FIGUEIREDO CRUZ	91	S100	JANDAIA DO SUL	RUI BARBOSA, C E-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	8	A partir de 11/05/2025
873.XXX.XXX-04	SIMONE LOURENCO VIEIRA PADILHA	89	S100	CURITIBA	PRIMAVERA, E-EF MOD ED ESP	DIRETOR-TEC ESC CONV	20	A partir de 24/04/2025
842.XXX.XXX-20	SIMONI PINHEIRO	1	S100	LONDRINA	JOSE DE ANCHIETA, C E-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	20	A partir de 18/05/2025
036.XXX.XXX-65	THAIS CRISTINE SANTOS	2	S100	CURITIBA	29 DE MARCO, E-EF MOD ED ESP	COORD PEDAGOGICO-TEC ESC CONV	20	A partir de 01/04/2025
022.XXX.XXX-54	VANESSA MESQUITA SANDIM	92	S100	CURITIBA	MARIA A TEIXEIRA, C E PROFA-EF M PROFIS	COORD DE AREA	4	A partir de 04/04/2025
747.XXX.XXX-20	VINICIUS BRAINTA	92	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIR TEC DE ENGENHARIA	APOIO	20	A partir de 07/05/2025

Curitiba, 09 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64750/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2576/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte que designou os mencionados servidores, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
036.XXX.XXX-07	ANDREO FRANCISCO STEUERNAGEL	1	QFEB	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	CEEBJA PROF ALCI A C STEUERNAGEL-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0464222-08/08/2022 a partir de 14/04/2025
023.XXX.XXX-22	DENISE DO ROCIO NASCIMENTO	1	QPM	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	R0025422-31/01/2022 a partir de 25/04/2025
023.XXX.XXX-22	DENISE DO ROCIO NASCIMENTO	1	QPM	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	R0025422-31/01/2022 a partir de 25/04/2025
940.XXX.XXX-49	EDITH MOTA	1	QFEB	CASCAVEL	FRANCISCO L DA SILVA, C E PROF-EF M PROF	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0047725-03/02/2025 a partir de 14/04/2025
747.XXX.XXX-34	ELIANE CRISTINA ISOTON JURASKI	1	QFEB	CORBELIA	CAXIAS, C E DQ DE-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0287016-26/07/2016 a partir de 14/04/2025
000.XXX.XXX-56	EVALDO JOSE FERREIRA	1	QFEB	SAO JOSE DOS PINHAIS	BARRO PRETO, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0255925-08/05/2025 a partir de 09/05/2025
000.XXX.XXX-56	EVALDO JOSE FERREIRA	1	QFEB	SAO JOSE DOS PINHAIS	BARRO PRETO, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0255925-08/05/2025 a partir de 09/05/2025
796.XXX.XXX-15	IONE APARECIDA FASSUCI LARINI	2	QFEB	SARANDI	HELENA KOLODY, C E-EF M P	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0092022-09/03/2022 a partir de 14/04/2025
602.XXX.XXX-49	IVANETE DA SILVA	2	QPM	CURITIBA	PRIMAVERA, E-EF MOD ED ESP	DIRETOR AUXILIAR-TEC ESC CONV	20	R0545124-27/08/2024 a partir de 24/04/2025
819.XXX.XXX-00	IVONETE CORREA CARDOZO VIEIRA	1	QFEB	CURITIBA	EURIDES BRANDAO, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0034625-28/01/2025 a partir de 14/04/2025
936.XXX.XXX-63	IVONETE TERESA DA SILVA	1	QFEB	CURITIBA	HASDRUBAL BELLEGARD, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0502622-19/08/2022 a partir de 14/04/2025
018.XXX.XXX-19	JOBER JOSE DA SILVA	2	QPM	MARMELEIRO	MARMELEIRO, C E DE-EF M	DIRETOR	20	R0063025-10/02/2025 a partir de 23/04/2025
018.XXX.XXX-19	JOBER JOSE DA SILVA	1	QPM	MARMELEIRO	MARMELEIRO, C E DE-EF M	DIRETOR	20	R0063025-10/02/2025 a partir de 23/04/2025
505.XXX.XXX-68	JOSE DOMINGOS DA SILVA	1	QFEB	CURITIBA	ATTICO EUSEBIO DA ROCHA, C E D-EF M PROF	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0247122-09/05/2022 a partir de 14/04/2025
033.XXX.XXX-38	LEONICE NUNES DE LIMA RODRIGUES	1	QFEB	CURITIBA	TEOBALDO L KLETEMBERG, C E PR-EF M P	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0410123-30/06/2023 a partir de 14/04/2025
781.XXX.XXX-53	LUCINEIA MODESTO GAZOLA	2	QPM	CURITIBA	PRIMAVERA, E-EF MOD ED ESP	DIRETOR-TEC ESC CONV	20	R0545124-27/08/2024 a partir de 24/04/2025
781.XXX.XXX-53	LUCINEIA MODESTO GAZOLA	3	QPM	CURITIBA	PRIMAVERA, E-EF MOD ED ESP	DIRETOR-TEC ESC CONV	20	R0545124-27/08/2024 a partir de 24/04/2025
020.XXX.XXX-22	MONICA LEANDRA BILLO	1	QPM	CURITIBA	JOAO WISLINSKI, C E C-M PE-EF M N	DIRETOR AUXILIAR	20	R0172925-27/03/2025 a partir de 27/02/2025
995.XXX.XXX-91	ROSANA APARECIDA SANTI	1	QFEB	CURITIBA	CEEBJA DR FRANCISCO RIB AZEV MACEDO-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0695822-01/11/2022 a partir de 14/04/2025

Curitiba, 09 de maio de 2025.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64751/2025

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2577/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
698.XXX.XXX-49	ADRIANE CRISTINA RODRIGUES DE ALMEIDA	1	QPM	SARANDI	LUIZ BIFON, E-EI EF MOD ED ESP	DIRETOR AUXILIAR-TEC ESC CONV	20	A partir de 06/05/2025
036.XXX.XXX-07	ANDREO FRANCISCO STEUERNAGEL	1	QFEB	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	CEEBJA PROF ALCI A C STEUERNAGEL-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
036.XXX.XXX-07	ANDREO FRANCISCO STEUERNAGEL	1	QFEB	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	CEEBJA PROF ALCI A C STEUERNAGEL-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
048.XXX.XXX-11	DAMARIS CRISTINA PERESSUTI UBIDA	1	QFEB	COLOMBO	ALFREDO CHAVES, C E C-M-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	12	A partir de 08/05/2025
940.XXX.XXX-49	EDITH MOTA	1	QFEB	CASCAVEL	FRANCISCO L DA SILVA, C E PROF-EF M PROF	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
940.XXX.XXX-49	EDITH MOTA	1	QFEB	CASCAVEL	FRANCISCO L DA SILVA, C E PROF-EF M PROF	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
747.XXX.XXX-34	ELIANE CRISTINA ISOTON JURASKI	1	QFEB	CORBELIA	CAXIAS, C E DQ DE-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
747.XXX.XXX-34	ELIANE CRISTINA ISOTON JURASKI	1	QFEB	CORBELIA	CAXIAS, C E DQ DE-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
000.XXX.XXX-56	EVALDO JOSE FERREIRA	1	QFEB	SAO JOSE DOS PINHAIS	BARRO PRETO, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 09/05/2025
000.XXX.XXX-56	EVALDO JOSE FERREIRA	1	QFEB	SAO JOSE DOS PINHAIS	BARRO PRETO, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 09/05/2025
494.XXX.XXX-87	EVELYN BETTINELLI ROMUALDO SABADIN	2	QPM	CURITIBA	PRIMAVERA, E-EF MOD ED ESP	DIRETOR AUXILIAR-TEC ESC CONV	20	A partir de 24/04/2025
796.XXX.XXX-15	IONE APARECIDA FASSUCI LARINI	2	QFEB	SARANDI	HELENA KOLODY, C E-EF M P	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
796.XXX.XXX-15	IONE APARECIDA FASSUCI LARINI	2	QFEB	SARANDI	HELENA KOLODY, C E-EF M P	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
819.XXX.XXX-00	IVONETE CORREA CARDOZO VIEIRA	1	QFEB	CURITIBA	EURIDES BRANDAO, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
819.XXX.XXX-00	IVONETE CORREA CARDOZO VIEIRA	1	QFEB	CURITIBA	EURIDES BRANDAO, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
936.XXX.XXX-63	IVONETE TERESA DA SILVA	1	QFEB	CURITIBA	HASDRUBAL BELLEGARD, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
936.XXX.XXX-63	IVONETE TERESA DA SILVA	1	QFEB	CURITIBA	HASDRUBAL BELLEGARD, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
014.XXX.XXX-86	JEAN DUARTE FARIAS	92	QPM	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	A partir de 05/05/2025
018.XXX.XXX-19	JOBER JOSE DA SILVA	2	QPM	MARMELEIRO	MARMELEIRO, C E DE-EF M	DIRETOR	4	A partir de 23/04/2025
018.XXX.XXX-19	JOBER JOSE DA SILVA	2	QPM	MARMELEIRO	MARMELEIRO, C E DE-EF M	DIRETOR	16	A partir de 23/04/2025
018.XXX.XXX-19	JOBER JOSE DA SILVA	1	QPM	MARMELEIRO	MARMELEIRO, C E DE-EF M	DIRETOR	20	A partir de 23/04/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

505.XXX.XXX-68	JOSE DOMINGOS DA SILVA	1	QFEB	CURITIBA	ATTICO EUSEBIO DA ROCHA, C E D-EF M PROF	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
505.XXX.XXX-68	JOSE DOMINGOS DA SILVA	1	QFEB	CURITIBA	ATTICO EUSEBIO DA ROCHA, C E D-EF M PROF	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
033.XXX.XXX-38	LEONICE NUNES DE LIMA RODRIGUES	1	QFEB	CURITIBA	TEOBALDO L KLETEMBERG, C E PR-EF M P	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
033.XXX.XXX-38	LEONICE NUNES DE LIMA RODRIGUES	1	QFEB	CURITIBA	TEOBALDO L KLETEMBERG, C E PR-EF M P	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
020.XXX.XXX-22	MONICA LEANDRA BILLO	1	QPM	CURITIBA	JOAO WISLINSKI, C E C-M PE-EF M N	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 27/02/2025
995.XXX.XXX-91	ROSANA APARECIDA SANTI	1	QFEB	CURITIBA	CEEBJA DR FRANCISCO RIB AZEV MACEDO-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
995.XXX.XXX-91	ROSANA APARECIDA SANTI	1	QFEB	CURITIBA	CEEBJA DR FRANCISCO RIB AZEV MACEDO-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
873.XXX.XXX-04	SIMONE LOURENCO VIEIRA PADILHA	89	QPM	CURITIBA	PRIMAVERA, E-EF MOD ED ESP	DIRETOR-TEC ESC CONV	20	A partir de 24/04/2025
020.XXX.XXX-08	WILZA CRISTINA FERREIRA SALBEGO	1	QFEB	SANTO INACIO	PEDRO I, C E D-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 09/05/2025
020.XXX.XXX-08	WILZA CRISTINA FERREIRA SALBEGO	1	QFEB	SANTO INACIO	PEDRO I, C E D-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 09/05/2025

Curitiba, 09 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64752/2025



Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2578/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
063.XXX.XXX-31	BRUNO SOARES KERN	1	QPM	PARANAVAI	PARANAVAI, C E DE-EF M N PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	01/05/2025-15/06/2025
016.XXX.XXX-58	CLAUDIO MURILO MACEDO	1	QPM	PALMEIRA	LEONARDO SALATA, E E C PROF -EF	DIRETOR	10	07/05/2025-27/06/2025
016.XXX.XXX-58	CLAUDIO MURILO MACEDO	1	QPM	PALMEIRA	LEONARDO SALATA, E E C PROF -EF	DIRETOR	20	07/05/2025-27/06/2025
797.XXX.XXX-15	DELMA REJANE BORSATTO	1	QFEB	OURIZONA	BENOIL F M BOSKA, C E PROF-EF M	DIRETOR	20	07/05/2025-09/05/2025
797.XXX.XXX-15	DELMA REJANE BORSATTO	1	QFEB	OURIZONA	BENOIL F M BOSKA, C E PROF-EF M	DIRETOR	20	07/05/2025-09/05/2025

Curitiba, 09 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64753/2025

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2582/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte de designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
654.XXX.XXX-20	JAQUELINE VIEIRA IENKE	1	S100	PONTA GROSSA	KENNEDY, C E PRES-EFMPN	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	R0247825-05/05/2025 a partir de 01/04/2025

Curitiba, 10 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64754/2025

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2583/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
654.XXX.XXX-20	JAQUELINE VIEIRA IENKE	1	S100	PONTA GROSSA	KENNEDY, C E PRES-EFMPN	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	A partir de 03/02/2025

Curitiba, 10 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64755/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2584/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte que designou os mencionados servidores, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
561.XXX.XXX-72	ANGELA MARIA BINI	1	QFEB	ALMIRANTE TAMANDARE	CEEBJA AYRTON SENNA DA SILVA-E F M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0145121-07/04/2021 a partir de 05/05/2025
561.XXX.XXX-72	ANGELA MARIA BINI	1	QFEB	ALMIRANTE TAMANDARE	CEEBJA AYRTON SENNA DA SILVA-E F M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0145121-07/04/2021 a partir de 05/05/2025
017.XXX.XXX-56	SONIA RAQUEL DA SILVEIRA LIMA	1	QFEB	BANDEIRANTES	CYRIACO RUSSO, C E-EM N PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	P0062015-05/10/2015 a partir de 14/04/2025

Curitiba, 10 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64756/2025

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2585/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
017.XXX.XXX-56	SONIA RAQUEL DA SILVEIRA LIMA	1	QFEB	BANDEIRANTES	CYRIACO RUSSO, C E-EM N PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025
017.XXX.XXX-56	SONIA RAQUEL DA SILVEIRA LIMA	1	QFEB	BANDEIRANTES	CYRIACO RUSSO, C E-EM N PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 14/04/2025

Curitiba, 10 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64757/2025

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2589/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte de designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
362.XXX.XXX-04	MARA LUCIA SALVAT SILVA VANINI	2	S100	CORNELIO PROCOPIO	VANDYR DE ALMEIDA, C E-EF M	COORD DE AREA	4	R0065625-11/02/2025 a partir de 12/05/2025

Curitiba, 11 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64841/2025



Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2590/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
362.XXX.XXX-04	MARA LUCIA SALVAT SILVA VANINI	2	S100	CORNELIO PROCOPIO	VANDYR DE ALMEIDA, C E-EF M	DIRETOR	20	12/05/2025-18/10/2025

Curitiba, 11 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64842/2025

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2591/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
362.XXX.XXX-04	MARA LUCIA SALVAT SILVA VANINI	2	QPM	CORNELIO PROCOPIO	VANDYR DE ALMEIDA, C E-EF M	DIRETOR	20	12/05/2025-18/10/2025

Curitiba, 11 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64843/2025

Secretaria de Estado da Educação – SEED

PORTARIA N° 156/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

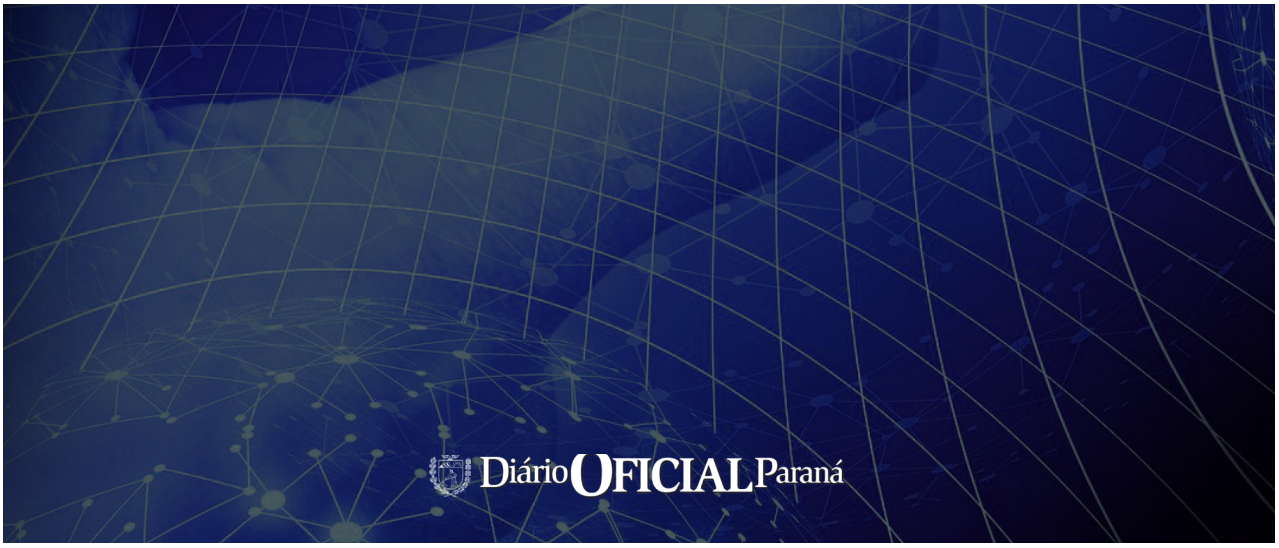
RESOLVE:

Revogar os Atos abaixo relacionados, na parte que designou os servidores, para prestarem serviços junto as funções e locais que especifica, retornando, em consequência, as suas lotações de origem:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
863.XXX.XXX-30	JOEL DA SILVA	1	QPM	CAMPO LARGO	CAMPO LARGO - LOCAL	ASSISTENTE DE MUNICIPIO	20	P0014425-29/04/2025 a partir de 30/04/2025

Curitiba, 07 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64721/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

PORTARIA N° 157/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores, abaixo relacionados para prestarem serviços junto as funções e locais que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
021.XXX.XXX-78	IVY CARON	5	QPM	MORRETES	MORRETES - LOCAL	ASSISTENTE DE MUNICIPIO	20	A partir de 15/05/2025

Curitiba, 07 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64722/2025

Secretaria de Estado da Educação – SEED

PORTARIA N° 160/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos abaixo relacionados, na parte que designou os servidores, para prestarem serviços junto as funções e locais que especifica, retornando, em consequência, as suas lotações de origem:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
829.XXX.XXX-87	ORLANDO DE OLIVEIRA	2	QPM	RAMILANDIA	RAMILANDIA - LOCAL	ASSISTENTE DE MUNICIPIO	20	G0003522-05/04/2022 a partir de 08/05/2025

Curitiba, 08 de maio de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

64723/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4560 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2830
Nome do Município: UMUARAMA
Código do Estabelecimento: 21292
Nome do Estabelecimento: HILDA TRAUTWEIN KAMAL, C E PROFA-EF M P
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANGELITA FAVARO	83829419PR	268	283021292D001	2	25/02/2025	2024
MARIA DA CONCEIÇÃO SOARES FERNANDES	155717750PR	267	283021292D001	2	28/02/2025	2024
MAYARA DOS SANTOS RAMOS	490.426.718-40PR	266	283021292D001	2	28/02/2025	2024

UMUARAMA, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): ROSEMARI APARECIDA DA SILVA BROGIATO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 01963
Nome do(a) Diretor(a): JEFFERSON HENRIQUE TRENTO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 00105

65551/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4558 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 950
Nome do Município: GUARAPUAVA
Código do Estabelecimento: 10487
Nome do Estabelecimento: FRANCISCO C MARTINS, C E-EM PROF
Nome do Curso:

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
JUNIOR DE ANDRADE	21235626MG	182	09500001D011	47	12/05/2025	2019

GUARAPUAVA, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): DAYANE CRISTINA DE ALMEIDA
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 00904
Nome do(a) Diretor(a): JOSE DE ALENCAR ROCHA LOURES JUNIOR
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 01668

65442/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4574 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 25617
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS UNITEC
Nome do Curso: AUX DE ENFERMAGEM

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ADRIANA DE FÁTIMA RIBAS DOS SANTOS COELHO	68333547PR	106	069025617C006	22	12/05/2025	2024

JAQUELINE PEREIRA DA CONCEIÇÃO	539785052SP	105	069025617C006	21	12/05/2025	2024
SHEILA ALVES MAYNARDES	96341769920PR	108	069025617C006	22	12/05/2025	2024

CURITIBA, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): WESLLEY JUVENAL CASTRO MATIAS
Nº Ato do(a) Secretário(a): 20/2023 - 08/12/2023
Nome do(a) Diretor(a): LUIZ FELIPE DZIEDRICKI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 02/2021 Data Ato: 08/12/2021

65930/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4569 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1530
Nome do Município: MARINGA
Código do Estabelecimento: 14785
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS OPCAO
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ADRIANA MARIA DA SILVA MIRANDA	4884857MG	85	153014785D001	15	29/01/2025	2024
ALINE MICHELE DA SILVA	91845075SP	86	153014785D001	16	29/01/2025	2024
BELLANY CARDEAL FIGUEREDO	146645941PR	87	153014785D001	16	29/01/2025	2024
DAIANE DOS SANTOS OLIVEIRA	136636065PR	88	153014785D001	16	29/01/2025	2024
DANIELE FARIAS DA PAIXÃO	130619908PR	89	153014785D001	16	29/01/2025	2024
DAYANE MONTANHOLI JANUÁRIO	94023181PR	90	153014785D001	16	29/01/2025	2024
EDUARDA TAEMI SILVA SAKAMOTO	144230310PR	91	153014785D001	17	29/01/2025	2024
ELOISA ALVES GUEDES	146467792PR	78	153014785D001	14	20/12/2024	2024
ELOISA CAROLINA GIRALDI RIBEIRO	147472781PR	79	153014785D001	14	20/12/2024	2024
ELZA DA SILVA MARTINS	000918656SP	76	153014785D001	14	20/12/2024	2024
EMANUELLE DUESMANN COELHO	144462963PR	80	153014785D001	14	20/12/2024	2024
FABIULA ERASMO DO NASCIMENTO	158807475PR	92	153014785D001	17	29/01/2025	2024
GABRIEL DOS SANTOS BUENO	131274564PR	93	153014785D001	17	29/01/2025	2024
GABRIELLY VICTORIA COTA ZAMBINI	144135857PR	82	153014785D001	15	20/12/2024	2024
GESSICA CARIZA DERALDINO	108700459PR	101	153014785D001	19	25/03/2025	2024
GISELE CRISTIANE PRADO	56543570PR	104	153014785D001	19	26/03/2025	2024
JACKSON LUIZ DE OLIVEIRA DUARTE	141195417PR	103	153014785D001	19	26/03/2025	2024
JOÃO MARCOS MARIANO DA SILVA	103193150PR	94	153014785D001	17	29/01/2025	2024
JULIANA DA SILVA DE SOUZA	77258515PR	95	153014785D001	17	29/01/2025	2024
MARIA EMILIANA CARVALHO SILVA	130423663PR	77	153014785D001	14	20/12/2024	2024
MARIANE APARECIDA SOUZA SILVA	137311550PR	96	153014785D001	18	29/01/2025	2024
MIRIELY FERREIRA DA SILVA	110000286PR	97	153014785D001	18	29/01/2025	2024
PETERSON HENRIQUE AZEVEDO SANTOS	143843645PR	81	153014785D001	15	20/12/2024	2024
ROSILENE MARCOLINO FERREIRA	001406009PR	83	153014785D001	15	20/12/2024	2024
SADORQUE GAY	1631549PR	102	153014785D001	19	26/03/2025	2024
SANDRA DIAS DA COSTA	83381183PR	84	153014785D001	15	20/12/2024	2024
SIMONE ROSA LIMA CHILES	82923918PR	98	153014785D001	18	29/01/2025	2024
STEFFANY MIKAELA MONTEIRO E SILVA	136165615PR	99	153014785D001	18	29/01/2025	2024

MARINGA, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): BRUNO PALOZI ANDREOTTI
Nº Ato do(a) Secretário(a): Nº ato: 04/2017 Data Ato: 19/07/2019
Nome do(a) Diretor(a): MARCO ANTONIO ANDREOTTI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº ato: 01/2019 Data Ato: 15/03/2019

65767/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4559 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1590
Nome do Município: MEDIANEIRA
Código do Estabelecimento: 8292
Nome do Estabelecimento: JOAO M MONDRONE, C E-EF M PROFIS N
Nome do Curso: NEM EPT IF TEC ADMINISTR-ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
TAYNARA CRISTHINA DE ARAUJO	140936472PR	293	159008292D001	32	18/02/2025	2024
THAINARA VITORIA MAZUREKI	131575785PR	294	159008292D001	32	18/02/2025	2024
THAYS CAMILLY HOYER	152663501PR	295	159008292D001	32	18/02/2025	2024
VINICIUS EDUARDO CAPITANIO	132310971PR	296	159008292D001	33	18/02/2025	2024
VITÓRIA ZENI PERIN	134931566PR	297	159008292D001	33	18/02/2025	2024
WILLIAN KEVIN FLORES BACH	150990408PR	298	159008292D001	33	18/02/2025	2024

MEDIANEIRA, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): ELIANE DE FATIMA TOZATTI
Nº Ato do(a) Secretário(a): Port. nº nº 00179
Nome do(a) Diretor(a): DARLAN CHIAMULERA
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 03910

65549/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4563 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 180
Nome do Município: ARAUCARIA
Código do Estabelecimento: 1878
Nome do Estabelecimento: JULIO SZYMANSKI, C E PROF-E F M P N
Nome do Curso: NEM EPT IF TEC ADMINISTR-ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
MATHEUS SANTOS DA SILVA	146007619PR	440	018001878D001	42	04/04/2025	2024
MELANY PAULA DOS SANTOS MATOS	162361066PR	441	018001878D001	43	04/04/2025	2024
MILENA DUTRA CORNELSEN	143527964PR	481	018001878D001	51	04/04/2025	2024
NATHALIA ALVES PEDROSO	150684960PR	442	018001878D001	43	04/04/2025	2024
NATHAN RODRIGUES JERONIMO FONSECA	145633796PR	482	018001878D001	51	04/04/2025	2024
OHAYLLA IARA RIBEIRO RAMOS	135437166PR	483	018001878D001	51	04/04/2025	2024
OSCAR MANUEL DUQUE GUERRA	F206992S	443	018001878D001	43	04/04/2025	2024
PIETRA ISABELLE GALVAO DE OLIVEIRA	130773621PR	484	018001878D001	51	04/04/2025	2024
QUEZIA GABRIELY DA SILVA	144634683PR	444	018001878D001	43	04/04/2025	2024
RAFAEL FERREIRA DA SILVA LIMA	151858201PR	453	018001878D001	45	04/04/2025	2024
RAFAELLY RAMOS DE LARA	136172727PR	485	018001878D001	51	04/04/2025	2024
REBECA MARIA DE SOUZA	158999374PR	445	018001878D001	43	04/04/2025	2024
REBECA VITORIA DA FONSECA DE CAMARGO	155440970PR	446	018001878D001	44	04/04/2025	2024
RENAN MIRANDA DE SOUZA	157358154PR	447	018001878D001	44	04/04/2025	2024
RHAYSSA YOHANA SANTOS SOEK	150688930PR	486	018001878D001	52	04/04/2025	2024
RHYANN DE CASTRO FURLIN	160886056PR	448	018001878D001	44	04/04/2025	2024
RICHARLYSSON DO NASCIMENTO SIMAO	146928358PR	487	018001878D001	52	04/04/2025	2024
THALITA TELES MATTOS	126981392PR	488	018001878D001	52	04/04/2025	2024
VICTORIA ELYZA BRITO DA PAIXAO	132700230PR	489	018001878D001	52	04/04/2025	2024
VITOR HUGO DA SILVA RIBEIRO	137159945PR	490	018001878D001	52	04/04/2025	2024
WESLEY WANTO DOS SANTOS	157798596PR	449	018001878D001	44	04/04/2025	2024
WEVILYN MAIARA CAETANO OLIVEIRA	125502768PR	450	018001878D001	44	04/04/2025	2024
YASMIM GONCALVES COSTA	141907280PR	451	018001878D001	45	04/04/2025	2024
YASMIN DANTAS HRYCYNA	144528638PR	452	018001878D001	45	04/04/2025	2024
YASMIN DOS SANTOS	164422240PR	491	018001878D001	53	04/04/2025	2024

ARAUCARIA, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): VANIA PEDROSO ALVES
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 01115
Nome do(a) Diretor(a): CLAUDINO FRANCISCO GEHLEN
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 03920

65579/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4568 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 850
Nome do Município: FRANCISCO BELTRAO
Código do Estabelecimento: 9031
Nome do Estabelecimento: MARIO DE ANDRADE, C E-EF M N PROF
Nome do Curso: TEC EM ADMINISTRACAO-INT ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
NICOLAS DE OLIVEIRA RIBEIRO	149079734PR	386	085009031D001	40	15/04/2025	2024
POLIANA NUNES DE ALMEIDA	151337643PR	387	085009031D001	40	15/04/2025	2024
RAFAEL GUILHERME COPINI	155700947PR	388	085009031D001	40	15/04/2025	2024
RAISSA UHDE DE ANDRADE	8121007242RS	389	085009031D001	40	15/04/2025	2024
RUDINEI FELIPE ALTHAUS	138648184PR	390	085009031D001	40	15/04/2025	2024
THAUANY CRISTINA BECKER	14.143.761-5PR	391	085009031D001	41	15/04/2025	2024
VICTORIA DE MELLO PADILHA	139175603PR	392	085009031D001	41	15/04/2025	2024
VICTORIA LUIZA DE OLIVEIRA	139002822PR	393	085009031D001	41	15/04/2025	2024
VICTOR MATHEUS DOTTI DA LUZ	14.891.444-3PR	394	085009031D001	41	15/04/2025	2024
VINICIUS KLOTZ DE OLIVEIRA	146194508PR	395	085009031D001	41	15/04/2025	2024
VITOR STAINHOUSER	147673647PR	396	085009031D001	42	15/04/2025	2024

FRANCISCO BELTRAO, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): RUDICIR TEREZINHA CICHOSKI
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 00346
Nome do(a) Diretor(a): MARCOS ANTONIO BEVILAQUA
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 00630

65754/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4575 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1860
Nome do Município: PARANAVAI
Código do Estabelecimento: 16163
Nome do Estabelecimento: PARANAVAI, C E DE-EF M N PROFIS
Nome do Curso: TEC EM ADMINISTRACAO-SUB ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
CELSO CANDIDO	8.799.514-3PR	112	186016163D001	2	28/01/2025	2024

CRISTINE DA SILVA MARIN	14.746.664-1PR	113	186016163D0001	2	28/01/2025	2024
DEBORA PRISCILA LEITE CABRAL BUENO	15.046.391-2PR	114	186016163D0001	2	28/01/2025	2024
GRAZIELLE CARVALHO GASPAR	14.135.451-5PR	115	186016163D0001	2	28/01/2025	2024
GUSTAVO MOREIRA LIMA	136069071PR	116	186016163D0001	3	28/01/2025	2024
JÉSSICA OLIVEIRA CASQUET	537588000SP	117	186016163D0001	3	28/01/2025	2024
JOÃO PAULO RODRIGUES DA COSTA	13.994.708-8PR	118	186016163D0001	3	28/01/2025	2024
JOÃO PAULO SOARES CAMARGO	14.506.785-5PR	119	186016163D0001	3	28/01/2025	2024
THAINÁ JULIÃO DOS SANTOS	57.237.388-0SP	120	186016163D0001	3	28/01/2025	2024

PARANAVAI, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): IEDA JACQUELINE CORREIA FARIAS BERTAGLIA
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 01771
Nome do(a) Diretor(a): DANIEL BUNIOTTI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 03364

65939/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4562 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 950
Nome do Município: GUARAPUAVA
Código do Estabelecimento: 10487
Nome do Estabelecimento: FRANCISCO C MARTINS, C E-EM PROF
Nome do Curso: TEC EM ELETROMECANICA-S ET CPI

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO	72031687PR	494	095010487D0001	42	27/01/2025	2024

GUARAPUAVA, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): DAYANE CRISTINA DE ALMEIDA
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 00904
Nome do(a) Diretor(a): JOSE DE ALENCAR ROCHA LOURES JUNIOR
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 01668

65572/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4572 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM MEIO AMBI-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
AYSLA BORSCH SCHNEIDER	13.992.764-8PR	73	069024894D003	3	08/04/2025	2024

CURITIBA, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

65856/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4576 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1380
Nome do Município: LONDRINA
Código do Estabelecimento: 13446
Nome do Estabelecimento: ALBINO F SANCHES, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
CAROLINA GASINHATO PORTELLA	351253038SP	129	138013446D001	4	24/03/2025	2024
LEONARDO SILVA MILHATI	136795902PR	127	138013446D001	4	24/03/2025	2024

LONDRINA, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): SIRLEY ALVES DOS SANTOS SILVA
Nº Ato do(a) Secretário(a): Port. nº nº 01814
Nome do(a) Diretor(a): REGIANY CRISTINA DOS SANTOS NOGUEIRA
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 00137

65945/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4570 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1160
Nome do Município: IVAIPORA
Código do Estabelecimento: 23625
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS DE IVAIPORA-CENEPI
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
FATIMA FERREIRA DA SILVA BUEZZO	7.501.316-7PR	37	116023625D001	1	12/05/2025	2025

IVAIPORA, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): VITORIA CAROLINE BENTO
Nº Ato do(a) Secretário(a): 04/2022 14/12/2022
Nome do(a) Diretor(a): SIRLEI DAS NEVES VIESBA INÁCIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 01/2005 Data Ato : 29/04/2005

65814/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4573 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
IVANILDA MALDONADO RIBEIRO	7700343-6PR	76	069024894D003	4	08/04/2025	2025

CURITIBA, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

65861/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4565 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 180
Nome do Município: ARAUCARIA
Código do Estabelecimento: 1971
Nome do Estabelecimento: TECNICO INDUSTRIAL, C-EF M PROFIS
Nome do Curso: TEC EM MECANICA-SUBS ET CPI

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
MAURÍCIO DA SILVA	62918586PRPR	8	018001971D001	2	12/05/2025	2012

ARAUCARIA, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): ALEXANDRA DA SILVA
Nº Ato do(a) Secretário(a): PORT. Nº 37/18 - DOE 18/05/2018
Nome do(a) Diretor(a): ELIAS DA SILVA MUNIZ
Nº Ato do(a) Diretor(a): RESOLUÇÃO 00406/25 em 30/01/2025

65591/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4564 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 420
Nome do Município: CAMPO LARGO
Código do Estabelecimento: 24388
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS CAMPO LARGO
Nome do Curso: TEC EM RADIOLOGIA-SUB ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
FRANCIELI MARA RUSGOSKI DA TRINDADE	088.071.579-00PR	149	042024388D001	17	06/05/2025	2024
GABRIELE GRANDE	092.913.969-07	150	042024388D001	17	06/05/2025	2024
JOÃO VICTOR DALZOTTO	122.382.789-58PR	151	042024388D001	18	06/05/2025	2024
JOSÉ LUÍS DUTRA STADLER DA SILVA	106.826.839-57PR	152	042024388D001	18	06/05/2025	2024
KAMYLLE TEIXEIRA DE MIRANDA	101.759.889-43PR	153	042024388D001	18	06/05/2025	2024
KELI DE BARROS	099.017.919-28PR	154	042024388D001	18	06/05/2025	2024
MILENA TELEGINSKI DA ROCHA	085.298.799-45PR	155	042024388D001	18	06/05/2025	2024
VICTÓRIA THAYNÁ DOS SANTOS	126.347.069-60PR	156	042024388D001	19	06/05/2025	2024

CAMPO LARGO, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): IVONE DA APARECIDA LEAL FRANCO
Nº Ato do(a) Secretário(a): 02/2016 25/08/2016
Nome do(a) Diretor(a): MARCIO DOLIZETE MUGNOL SANTOS
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2016 25/08/2016

65583/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4561 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 830
Nome do Município: FOZ DO IGUACU
Código do Estabelecimento: 8171
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS FOZ DO IGUACU
Nome do Curso: TEC EM RADIOLOGIA-SUBSEQUENTE

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
CRISTIANE BARBOSA	05233458950PR	91	083008171D001	7	06/05/2025	2012

FOZ DO IGUACU, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): DEILDE RODRIGUES SANTOS
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato 013 Ano 2011
Nome do(a) Diretor(a): EVA TEREZINHA BITENCOURT
Nº Ato do(a) Diretor(a): Ato 019 Data Ato :06/12/2022

65552/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4566 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1530
Nome do Município: MARINGA
Código do Estabelecimento: 14924
Nome do Estabelecimento: EFICAZ - CEM, C-EI EF M PROFIS
Nome do Curso: TEC EM SEG DO TRABALHO-S ET S

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
PAULO DAMASCENA ALVES	53.537.646-7SP	284	153014924D001	17	15/04/2025	2024

MARINGA, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): FRANCIELLE OLIVEIRA EVANGELISTA
Nº Ato do(a) Secretário(a): Nº Ato: 02/2024 Data Ato: 01/07/2024
Nome do(a) Diretor(a): AMANDA CEZAR DE CASTRO CHAVES
Nº Ato do(a) Diretor(a): 07/16 Data Ato :18/04/2016

65599/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4571 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 7017
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS EPICOS
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
CAROLINE LUIZA SERQUEIRA DOS SANTOS	97455350PR	363	069007017D001	32	29/04/2024	2024

CURITIBA, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): EDERSON JOSE DE OLIVEIRA
Nº Ato do(a) Secretário(a): 12/2024 data do ato 23/01/2025
Nome do(a) Diretor(a): FABINE MILARCH DE OLIVEIRA
Nº Ato do(a) Diretor(a): 05/2011 Data Ato :05/2011

65847/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4567 - 13/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 7017
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS EPICOS
Nome do Curso: AUX DE ENFERMAGEM

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
JESSICA HENDY PETUYA BORA	11.118.590-5PR	199	069007017C001	15	14/03/2025	2025

CURITIBA, 13 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): EDERSON JOSE DE OLIVEIRA
Nº Ato do(a) Secretário(a): 12/2024 data do ato 23/01/2025
Nome do(a) Diretor(a): FABINE MILARCH DE OLIVEIRA
Nº Ato do(a) Diretor(a): 05/2011 Data Ato :05/2011

65718/2025

RESOLUÇÃO N.º 2.627/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 9057, de 25 de maio de 2017, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 11/2021, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 105/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.591.502-6,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a distância, do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos de Dois Vizinhos – Ensino Fundamental e Médio, situado na Travessa Maria Piana, 264, do Município e NRE de Dois Vizinhos.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve o credenciamento para a oferta da Educação a Distância pela Resolução n.º 5758/2023, de 23/08/2023, com vigência até 19/07/2033.
§ 2º A Resolução n.º 5759/2023, de 23/08/2023, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 30/06/2025.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/07/2023 e por mais 05 (cinco) anos, contados de 01/07/2025 a 30/06/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Reconhecer o Ensino Médio, como experimento pedagógico, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a distância, da instituição citada no Art. 1º.
§ 1º A Resolução n.º 5758/2023, de 23/08/2023, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 30/06/2026.
§ 2º O reconhecimento é concedido, excepcionalmente, de 01/07/2023 a 30/06/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.663/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 10/2021, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 335/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 22.675.646-9,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Médio, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, como Experimento Pedagógico, do Colégio Estadual São José dos Pinhais – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Mendes Leitão, 2724, do Município de São José dos Pinhais, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3829/2023, de 14/06/2023, com vigência até 14/06/2033.
§ 2º A Resolução n.º 6840/2023, de 25/09/2023, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 30/06/2026.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/07/2023, exclusivamente para fins de cessação.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de maio de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.664/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 9057, de 25 de maio de 2017, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 11/2021, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 118/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.659.715-8,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a distância, do Colégio Estadual São José dos Pinhais – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Mendes Leitão, 2724, do Município de São José dos Pinhais, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve o credenciamento para a oferta da Educação a Distância pela Resolução n.º 5799/2023, de 23/08/2023, com vigência até 14/06/2033.
§ 2º A Resolução n.º 5800/2023, de 23/08/2023, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 30/06/2025.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/07/2023, exclusivamente para fins de cessação.
Art. 2º Reconhecer o Ensino Médio, como experimento pedagógico, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a distância, da instituição citada no Art. 1º.
§ 1º A Resolução n.º 5799/2023, de 23/08/2023, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 30/06/2026.
§ 2º O reconhecimento é concedido, excepcionalmente, desde 01/07/2023, exclusivamente para fins de cessação.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de maio de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.665/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021 e o Parecer n.º 352/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 22.628.546-6,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Médio, do Colégio Estadual São José dos Pinhais – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Mendes Leitão, 2724, do Município de São José dos Pinhais, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3829/2023, de 14/06/2023, com vigência até 14/06/2033.
§ 2º A Resolução n.º 6819/2022, de 28/10/2022, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 07/11/2025.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 07/11/2022 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 08/11/2025 a 07/11/2030.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de maio de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

65980/2025

FUNDEPAR

PORTARIA N.º 0231/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 2924/2025– FUNDEPAR celebrado com a empresa Incorporadora Gran-Pará Ltda.*

A **DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418 de 29, de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e o contido no protocolo nº 23.884.032-5;

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 2924/2025 – FUNDEPAR, celebrado com a empresa Incorporadora Gran-Pará Ltda, para a execução de serviços comuns de engenharia no Colégio Estadual Porto Seguro, localizado no município Paranaguá/PR.
I - Gestor Titular: Paulo Severino Penteado – RG 9.XXX.108-0 – CPF 063.XXX.749-43 e Suplente: Vicente de Paulo de Sousa – RG 8.XXX.781-1 – CPF 046.XXX.469-90;
II - Fiscal Titular: Mayra Alves Donato – RG 13.XXX.324.5 – CPF 107.XXX.619-24 - CREA/PR-184.700/D, e suplente: Karine Pereira dos Santos de Oliveira – RG 10.XXX.397-4 – CPF 071.XXX.629-22 - CREA/PR 187.472/D, ambas pertencentes ao Quadro do Fundepar.
III – Apoio Técnico de Fiscalização: Geovana Beatriz Ojczenasz – CREA PR 184156/D, indicada pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Anote-se.

(Datado e assinado eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

65803/2025

PORTARIA N.º 0233/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 2936/2025– FUNDEPAR celebrado com a empresa Viveng Construções Ltda.*

A **DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418 de 29, de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e o contido no protocolo nº 23.775.718-1;

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 2936/2025 – FUNDEPAR, celebrado com a empresa Viveng Construções Ltda, para a execução de serviços comuns de engenharia no Escola Estadual do Campo de Marilu - EF, localizado no município de Iretama/PR.
I - Gestor Titular: Ivete Keiko Sakuno Carlos – RG 1.XXX.384-9 – CPF 466.XXX.339-49 e Suplente: Armando Moreira Costa – RG 5.XXX.387-1– CPF 695. XXX.279-72;
II - Fiscal Titular: Nil Anderson da Silva Souza – RG 12. XXX.450-6 – CPF 080. XXX.849-75 - CREA/PR 182.306/D, pertencente ao Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE – e suplente: Jony Mercis da Silva – RG 6.XXX.850-4 – CPF 023.XXX.909-80 - CREA/PR 171925/D, pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM.
III – Apoio Técnico de Fiscalização: Elder Kuhnen Machado - CREA PR-136.263/D, indicado pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Anote-se.

(Assinado e Datado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

65768/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Fazenda

Resolução nº 346/2025 - SEFA/GS DE 15 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.763.449-7, 23.339.917-5, 23.827.574-1, 23.358.608-0, 23.440.155-6,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 6.884.752,00 (seis milhões e oitocentos e oitenta e quatro mil e setecentos e cinquenta e dois reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 15 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 346 — Formalização 2025FO000250/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil						2.752,00
130000 - Casa Civil do Estado do Paraná						2.752,00
1304 - Escritório de Representação do Governo em Brasília						2.752,00
	1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	2.752,00
19 - Procuradoria Geral do Estado						232.000,00
190000 - Procuradoria Geral do Estado						232.000,00
1901 - Procuradoria Geral do Estado						232.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	232.000,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						150.000,00
450000 - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						150.000,00
4504 - Diretoria Geral						150.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	150.000,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura						500.000,00
510000 - Secretaria de Estado da Cultura						500.000,00
5102 - Diretoria Geral						500.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	500.000,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família						6.000.000,00
616700 - Fundo Estadual de Assistência Social e Família						6.000.000,00
6167 - Fundo Estadual de Assistência Social						6.000.000,00
	1	75	761	000102	3 - Outras Despesas Correntes	6.000.000,00
					Total Geral	6.884.752,00

65643/2025

Resolução nº 348/2025 - SEFA/GS de 16 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.361.543-9,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 875.759,00 (oitocentos e setenta e cinco mil e setecentos e cinquenta e nove reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 16 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 348 — Formalização 2025FO000253/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
23 - Secretaria de Estado do Planejamento						875.759,00
230000 - Secretaria de Estado do Planejamento						875.759,00
2302 - Diretoria Geral						875.759,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	875.759,00
					Total Geral	875.759,00

65645/2025

Resolução nº 349/2025 - SEFA/GS DE 16 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.357.849-5, 23.338.934-0, 23.435.632-1,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 2.810.000,00 (dois milhões e oitocentos e dez mil reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Curitiba, 16 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 349 Formalização 2025FO00255/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						1.060.000,00
396600 - Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná						1.060.000,00
3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná						1.060.000,00
	1	75	759	000113	3 - Outras Despesas Correntes	1.060.000,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura						150.000,00
513200 - Centro Cultural Teatro Guaíra						150.000,00
5132 - Centro Cultural Teatro Guaíra						150.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	150.000,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família						1.600.000,00
616600 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência						1.600.000,00
6166 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência						1.600.000,00
	1	75	761	000150	3 - Outras Despesas Correntes	1.600.000,00
					Total Geral	2.810.000,00

65647/2025

Resolução nº 350/2025 - SEFA/GS de 16 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.339.917-5, 23.338.934-0, 23.357.849-5, 23.358.608-0, 23.763.449-7,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 2.554.752,00 (dois milhões e quinhentos e cinquenta e quatro mil e setecentos e cinquenta e dois reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 16 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 350 Formalização 2025FO00254/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil						2.752,00
130000 - Casa Civil do Estado do Paraná						2.752,00
1304 - Escritório de Representação do Governo em Brasília						2.752,00
	1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	2.752,00
19 - Procuradoria Geral do Estado						232.000,00
190000 - Procuradoria Geral do Estado						232.000,00
1901 - Procuradoria Geral do Estado						232.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	232.000,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura						720.000,00
510000 - Secretaria de Estado da Cultura						570.000,00
5102 - Diretoria Geral						570.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	570.000,00
513200 - Centro Cultural Teatro Guaíra						150.000,00
5132 - Centro Cultural Teatro Guaíra						150.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	150.000,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família						1.600.000,00
616600 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência						1.600.000,00
6166 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência						1.600.000,00
	1	75	761	000150	3 - Outras Despesas Correntes	1.600.000,00
					Total Geral	2.554.752,00

65649/2025

Resolução nº 354/2025 - SEFA/GS de 22 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.827.574-1, 23.285.228-3, 23.403.513-4, 23.353.152-9,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 20.812.270,00 (vinte milhões e oitocentos e doze mil e duzentos e setenta reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 22 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 354 Formalização 2025FO00251/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
41 - Secretaria de Estado da Educação						1.248.551,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação						1.248.551,00
4101 - Gabinete do Secretário						1.248.551,00
	1	70	706	003120	4 - Investimentos	1.248.551,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						702.424,00
450000 - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						150.000,00
4504 - Diretoria Geral						150.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	150.000,00
454600 - Universidade Estadual do Paraná						552.424,00
4546 - Universidade Estadual do Paraná						552.424,00
	1	70	703	000284	3 - Outras Despesas Correntes	452.424,00
					4 - Investimentos	100.000,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde						18.861.295,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde						18.861.295,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde						18.861.295,00
	1	70	706	003120	3 - Outras Despesas Correntes	5.169.550,00
					4 - Investimentos	599.950,00
	1	70	706	003110	3 - Outras Despesas Correntes	10.591.795,00
					4 - Investimentos	2.500.000,00
					Total Geral	20.812.270,00

65667/2025

Resolução nº 355/2025 - SEFA/GS DE 22 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.353.152-9, 22.438.913-2, 23.454.465-9,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 36.506.689,00 (trinta e seis milhões e quinhentos e seis mil e seiscentos e oitenta e nove reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 22 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 355 — Formalização 2025FO00256/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						1.324.689,00
396300 - Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná						1.324.689,00
3963 - Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná						1.324.689,00
	1	70	713	000261	3 - Outras Despesas Correntes	1.324.689,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde						33.600.000,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde						33.600.000,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde						33.600.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	33.600.000,00
49 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania						1.582.000,00
490000 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania						1.580.000,00
4902 - Diretoria Geral						1.580.000,00
	1	75	761	000102	3 - Outras Despesas Correntes	1.350.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	230.000,00
496200 - Fundo Estadual de Defesa do Consumidor						2.000,00
4962 - Fundo Estadual de Defesa do Consumidor						2.000,00
	1	75	759	000130	3 - Outras Despesas Correntes	2.000,00
					Total Geral	36.506.689,00

65682/2025

Resolução nº 356/2025 - SEFA/GS DE 22 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.822.704-6,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 22 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 356 — Formalização 2025FO00259/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento						13.000.000,00
650000 - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento						13.000.000,00
6502 - Diretoria Geral						13.000.000,00
	1	50	500	000000	4 - Investimentos	13.000.000,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Total Geral	13.000.000,00

65717/2025

Resolução nº 358/2025 - SEFA/GS de 23 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.303.177-1, 23.315.864-0, 23.315.901-8, 23.354.145-1, 23.379.870-3, 23.427.253-5, 23.523.089-5, 23.633.221-7, 23.645.723-0, 23.712.939-3, 23.755.431-0,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 37.283.829,00 (trinta e sete milhões e duzentos e oitenta e três mil e oitocentos e vinte e nove reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 23 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 358 Formalização 2025FO000262/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
16 - Controladoria Geral do Estado						37.698,00
160000 - Controladoria Geral do Estado						37.698,00
1602 - Diretoria Geral						37.698,00
	1	70	703	000284	3 - Outras Despesas Correntes	37.698,00
22 - Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital						521.400,00
220000 - Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital						521.400,00
2202 - Diretoria Geral						521.400,00
	1	50	500	000000	4 - Investimentos	521.400,00
23 - Secretaria de Estado do Planejamento						1.000.000,00
233000 - Instituto Paranaense Desenvolvimento Econômico Social						1.000.000,00
2330 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social						1.000.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	1.000.000,00
31 - Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA						81.022,00
310000 - Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEFA						81.022,00
3101 - Programações Especiais e Encargos Gerais do Estado						81.022,00
	1	75	759	000154	3 - Outras Despesas Correntes	43.775,00
	1	75	759	000152	3 - Outras Despesas Correntes	1.266,00
	1	75	759	000153	3 - Outras Despesas Correntes	35.981,00
41 - Secretaria de Estado da Educação						11.504.183,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação						11.504.183,00
4102 - Diretoria Geral						11.504.183,00
	1	54	540	000145	1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.504.183,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						10.567.802,00
453100 - Universidade Estadual de Ponta Grossa						350.000,00
4531 - Universidade Estadual de Ponta Grossa						350.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	350.000,00
453400 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná						17.802,00
4534 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná						17.802,00
	2	70	703	000284	4 - Investimentos	17.802,00
454600 - Universidade Estadual do Paraná						200.000,00
4546 - Universidade Estadual do Paraná						200.000,00
	1	70	700	000281	3 - Outras Despesas Correntes	200.000,00
457000 - Instituto de Tecnologia do Paraná						10.000.000,00
4570 - Instituto de Tecnologia do Paraná						10.000.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	10.000.000,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família						12.782.238,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família						10.232.238,00
6102 - Diretoria Geral						10.232.238,00
	1	50	500	000000	4 - Investimentos	10.232.238,00
616700 - Fundo Estadual de Assistência Social e Família						2.550.000,00
6167 - Fundo Estadual de Assistência Social						2.550.000,00
	1	75	761	000102	3 - Outras Despesas Correntes	2.550.000,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística						789.486,00
770000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística						789.486,00
7702 - Diretoria Geral						789.486,00
	1	50	501	000147	4 - Investimentos	789.486,00

Total Geral	37.283.829,00

65719/2025

Resolução nº 359/2025 - SEFA/GS de 23 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.298.763-4, 23.520.352-9, 23.338.203-5, 23.363.920-6, 23.447.166-0, 23.772.656-1, 23.353.008-5, 23.351.202-8, 23.441.479-8, 23.220.305-6, 23.785.614-7, 23.379.870-3,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 225.674.998,00 (duzentos e vinte e cinco milhões e seiscentos e setenta e quatro mil e novecentos e noventa e oito reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 23 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 359

Formalização 2025FO00261/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
16 - Controladoria Geral do Estado						65.839,00
160000 - Controladoria Geral do Estado						65.839,00
1602 - Diretoria Geral						65.839,00
	2	70	703	000284	3 - Outras Despesas Correntes	65.839,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						14.500.000,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						14.500.000,00
3901 - Gabinete do Secretário						14.500.000,00
	2	70	700	000107	3 - Outras Despesas Correntes	1.000.000,00
					4 - Investimentos	13.500.000,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						7.404.992,00
457000 - Instituto de Tecnologia do Paraná						7.404.992,00
4570 - Instituto de Tecnologia do Paraná						7.404.992,00
	2	50	501	000250	3 - Outras Despesas Correntes	6.060.712,00
	2	70	703	000284	3 - Outras Despesas Correntes	1.344.280,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde						33.500.000,00
470000 - Secretaria de Estado da Saúde						33.500.000,00
4701 - Gabinete do Secretário						33.500.000,00
	2	75	761	000102	3 - Outras Despesas Correntes	33.500.000,00
59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa						3.177.120,00
596200 - Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa						3.177.120,00
5962 - Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa						3.177.120,00
	2	75	799	000258	3 - Outras Despesas Correntes	43.015,00
					4 - Investimentos	3.134.105,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família						90.000.000,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família						61.000.000,00
6102 - Diretoria Geral						61.000.000,00
	2	75	761	000102	3 - Outras Despesas Correntes	61.000.000,00
616600 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência						29.000.000,00
6166 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência						29.000.000,00
	2	65	669	000284	3 - Outras Despesas Correntes	29.000.000,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento						46.695.759,00
650000 - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento						33.000.000,00
6502 - Diretoria Geral						33.000.000,00
	2	75	761	000102	3 - Outras Despesas Correntes	33.000.000,00
653300 - Agência de Defesa Agropecuária do Paraná						13.662.759,00
6533 - Agência de Defesa Agropecuária do Paraná						13.662.759,00
	2	50	501	000250	3 - Outras Despesas Correntes	11.328.581,00
					4 - Investimentos	2.334.178,00
656000 - Fundo de Equipamento Agropecuário						33.000,00
6560 - Fundo de Equipamento Agropecuário						33.000,00
	2	75	759	000203	3 - Outras Despesas Correntes	33.000,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável						14.256.006,00
693100 - Instituto Água e Terra						14.256.006,00
6931 - Instituto Água e Terra						14.256.006,00
	2	75	754	006142	4 - Investimentos	11.256.006,00
	2	70	703	000284	4 - Investimentos	3.000.000,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística						16.075.282,00
770000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística						16.075.282,00
7702 - Diretoria Geral						16.075.282,00
	2	70	703	000148	3 - Outras Despesas Correntes	753.266,00
					4 - Investimentos	15.322.016,00
					Total Geral	225.674.998,00

65721/2025

Resolução nº 361/2025 - SEFA/GS DE 23 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.285.228-3, 23.358.985-3, 23.403.513-4,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 9.923.065,00 (nove milhões e novecentos e vinte e três mil e sessenta e cinco reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 23 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Anexo à Resolução nº 361 Formalização 2025FO00260/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
41 - Secretaria de Estado da Educação						5.789.274,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação						621.515,00
4102 - Diretoria Geral						621.515,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	621.515,00
413300 - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná						5.167.759,00
4133 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional						5.167.759,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	5.167.759,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						4.133.791,00
453300 - Universidade Estadual do Centro-Oeste						1.227.499,00
4533 - Universidade Estadual do Centro-Oeste						1.227.499,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	1.227.499,00
457000 - Instituto de Tecnologia do Paraná						2.906.292,00
4570 - Instituto de Tecnologia do Paraná						2.906.292,00
	1	70	703	000284	3 - Outras Despesas Correntes	135.000,00
	1	70	700	000281	3 - Outras Despesas Correntes	2.771.292,00
					Total Geral	9.923.065,00

Resolução nº 362/2025 - SEFA/GS DE 23 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.371.117-9,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 37.508.014,00 (trinta e sete milhões e quinhentos e oito mil e quatorze reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 23 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 362 Formalização 2025FO00263/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil						13.602,00
133600 - Loteria do Estado do Paraná						13.602,00
1336 - Loteria do Estado do Paraná						13.602,00
	1	75	799	000171	3 - Outras Despesas Correntes	13.602,00
29 - Secretaria de Estado da Fazenda						18.474.248,00
290000 - Secretaria de Estado da Fazenda						18.474.248,00
2901 - Gabinete do Secretário						18.474.248,00
	1	75	799	000170	3 - Outras Despesas Correntes	228.118,00
	1	75	759	000126	5 - Inversões Financeiras	18.246.130,00
31 - Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA						750.000,00
310000 - Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEFA						750.000,00
3101 - Programações Especiais e Encargos Gerais do Estado						750.000,00
	1	75	757	000119	3 - Outras Despesas Correntes	750.000,00
41 - Secretaria de Estado da Educação						566.208,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação						342.829,00
4102 - Diretoria Geral						342.829,00
	1	75	799	000136	3 - Outras Despesas Correntes	342.829,00
413300 - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná						223.379,00
4133 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional						223.379,00
	1	54	599	000115	3 - Outras Despesas Correntes	223.379,00
49 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania						1.174.105,00
496200 - Fundo Estadual de Defesa do Consumidor						1.174.105,00
4962 - Fundo Estadual de Defesa do Consumidor						1.174.105,00
	1	75	759	000130	3 - Outras Despesas Correntes	1.174.105,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura						196,00
510000 - Secretaria de Estado da Cultura						196,00
5102 - Diretoria Geral						196,00
	1	75	799	000176	3 - Outras Despesas Correntes	196,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável						16.529.655,00
693100 - Instituto Água e Terra						448.215,00
6931 - Instituto Água e Terra						448.215,00
	1	70	708	000105	3 - Outras Despesas Correntes	448.215,00
696000 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos						16.081.440,00
6960 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos						16.081.440,00
	1	70	720	001105	3 - Outras Despesas Correntes	16.081.440,00
					Total Geral	37.508.014,00

Resolução nº 363/2025 - SEFA/GS DE 23 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.276.644-1,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 692.120,00 (seiscentos e noventa e dois mil e cento e vinte reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 23 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 363 Formalização 2025FO00264/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
14 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil						692.120,00
140000 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil						692.120,00
1401 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil						692.120,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	692.120,00
					Total Geral	692.120,00

65725/2025

Resolução nº 364/2025 - SEFA/GS de 23 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.818.942-0,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 23 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 364 Formalização 2025FO00266/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
37 - Secretaria de Estado do Turismo						12.000.000,00
370000 - Secretaria de Estado do Turismo						12.000.000,00
3702 - Diretoria Geral						12.000.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	12.000.000,00
					Total Geral	12.000.000,00

65736/2025

Resolução nº 365/2025 - SEFA/GS de 24 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.329.615-5,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 12.657.016,00 (doze milhões e seiscentos e cinquenta e sete mil e dezesseis reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 24 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 365 Formalização 2025FO00267/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
67 - Secretaria de Estado das Cidades						12.657.016,00
673100 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná						12.657.016,00
6731 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná						12.657.016,00
	1	70	718	000000	3 - Outras Despesas Correntes	1.378.945,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	11.278.071,00
					Total Geral	12.657.016,00

65760/2025

Resolução nº 366/2025 - SEFA/GS DE 24 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 21.721.790-3,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 24 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 366 Formalização 2025FO00265/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
15 - Casa Militar						185.000,00
150000 - Casa Militar						185.000,00
1502 - Subchefia da Casa Militar						185.000,00
	1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	185.000,00
					Total Geral	185.000,00

65770/2025

Resolução nº 367/2025 - SEFA/GS de 24 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.693.874-3,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 8.183.963,00 (oito milhões e cento e oitenta e três mil e novecentos e sessenta e três reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 24 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 367 Formalização 2025FO00269/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
43 - Secretaria de Estado do Esporte						8.183.963,00
436000 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná						8.183.963,00
4360 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná						8.183.963,00
	2	70	700	000281	3 - Outras Despesas Correntes	8.183.963,00
					Total Geral	8.183.963,00

65771/2025

Resolução nº 368/2025 - SEFA/GS de 24 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.285.228-3, 23.205.090-0, 23.315.778-3, 23.353.152-9, 23.358.985-3, 23.435.632-1, 22.438.913-2, 23.454.465-9,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 20.893.814,00 (vinte milhões e oitocentos e noventa e três mil e oitocentos e quatorze reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 24 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 368 Formalização 2025FO00258/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						2.384.689,00
396300 - Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná						1.324.689,00
3963 - Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná						1.324.689,00
	1	70	713	000261	3 - Outras Despesas Correntes	1.324.689,00
396600 - Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná						1.060.000,00
3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná						1.060.000,00
	1	75	759	000113	3 - Outras Despesas Correntes	1.060.000,00
41 - Secretaria de Estado da Educação						5.791.672,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação						623.913,00
4101 - Gabinete do Secretário						2.398,00
	1	54	570	000107	3 - Outras Despesas Correntes	2.398,00
4102 - Diretoria Geral						621.515,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	621.515,00
413300 - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná						5.167.759,00

4133 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional						5.167.759,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	5.167.759,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						1.137.453,00
450000 - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						70.000,00
4504 - Diretoria Geral						70.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	70.000,00
453000 - Universidade Estadual de Londrina						1.067.453,00
4530 - Universidade Estadual de Londrina						1.067.453,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	1.067.453,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde						10.000.000,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde						10.000.000,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde						10.000.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	10.000.000,00
49 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania						1.580.000,00
490000 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania						1.580.000,00
4902 - Diretoria Geral						1.580.000,00
	1	75	761	000102	3 - Outras Despesas Correntes	1.350.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	230.000,00
					Total Geral	20.893.814,00

65773/2025

Resolução nº 369/2025 - SEFA/GS DE 24 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.371.117-9,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 522.555,00 (quinhentos e vinte e dois mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 24 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 369 — Formalização 2025FO00268/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
29 - Secretaria de Estado da Fazenda						522.555,00
296300 - Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná						256.181,00
2963 - Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná						256.181,00
	1	75	759	000154	5 - Inversões Financeiras	256.181,00
296400 - Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná						130.658,00
2964 - Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná						130.658,00
	1	75	759	000152	5 - Inversões Financeiras	130.658,00
296500 - Fundo de Capital de Risco do Estado do Paraná						135.716,00
2965 - Fundo de Capital de Risco do Estado do Paraná						135.716,00
	1	75	759	000153	5 - Inversões Financeiras	135.716,00
					Total Geral	522.555,00

65777/2025

Resolução nº 370/2025 - SEFA/GS DE 24 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.403.513-4, 23.874.144-0,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 1.267.559,00 (um milhão e duzentos e sessenta e sete mil e quinhentos e cinquenta e nove reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 24 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 370 — Formalização 2025FO00270/Bloco2

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
43 - Secretaria de Estado do Esporte						939.712,00
433000 - Paraná Esporte						939.712,00
4330 - Paraná Esporte						939.712,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	939.712,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						327.847,00
453400 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná						327.847,00
4534 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná						327.847,00
	1	70	703	000284	3 - Outras Despesas Correntes	312.809,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	15.038,00
					Total Geral	1.267.559,00

65778/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução nº 371/2025 - SEFA/GS de 24 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.403.513-4,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 3.412.985,00 (três milhões e quatrocentos e doze mil e novecentos e oitenta e cinco reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 24 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 371 Formalização 2025FO00271/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						3.412.985,00
453300 - Universidade Estadual do Centro-Oeste						3.145.138,00
4533 - Universidade Estadual do Centro-Oeste						3.145.138,00
	1	75	899	000262	3 - Outras Despesas Correntes	2.962.820,00
	2	75	899	000262	3 - Outras Despesas Correntes	182.318,00
453400 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná						267.847,00
4534 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná						267.847,00
	1	70	703	000284	3 - Outras Despesas Correntes	252.809,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	15.038,00
					Total Geral	3.412.985,00

65779/2025

Resolução nº 372/2025 - SEFA/GS DE 24 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.309.454-4,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 24 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 372 Formalização 2025FO00273/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
31 - Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA						320.000.000,00
310000 - Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEFA						320.000.000,00
3101 - Programações Especiais e Encargos Gerais do Estado						320.000.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	320.000.000,00
					Total Geral	320.000.000,00

65780/2025

Resolução nº 373/2025 - SEFA/GS de 25 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.339.917-5, 23.285.228-3, 23.403.513-4, 23.874.144-0,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 18.816.242,00 (dezoito milhões e oitocentos e dezesseis mil e duzentos e quarenta e dois reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 25 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 373 Formalização 2025FO00275/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
19 - Procuradoria Geral do Estado						16.500.000,00
190000 - Procuradoria Geral do Estado						16.500.000,00
1901 - Procuradoria Geral do Estado						16.500.000,00
	1	75	761	000102	3 - Outras Despesas Correntes	16.500.000,00
41 - Secretaria de Estado da Educação						14.031,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação						14.031,00
4101 - Gabinete do Secretário						14.031,00
	1	70	706	003120	4 - Investimentos	9.646,00
	1	70	575	000148	4 - Investimentos	4.385,00

43 - Secretaria de Estado do Esporte						939.712,00
433000 - Paraná Esporte						939.712,00
4330 - Paraná Esporte						939.712,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	939.712,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						1.362.499,00
453300 - Universidade Estadual do Centro-Oeste						1.227.499,00
4533 - Universidade Estadual do Centro-Oeste						1.227.499,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	1.227.499,00
457000 - Instituto de Tecnologia do Paraná						135.000,00
4570 - Instituto de Tecnologia do Paraná						135.000,00
	1	70	703	000284	3 - Outras Despesas Correntes	135.000,00
					Total Geral	18.816.242,00

65781/2025

Resolução nº 376/2025 - SEFA/GS de 28 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.838.801-5, 23.205.130-2, 23.329.615-5, 23.454.574-4,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 1.709.706,00 (um milhão e setecentos e nove mil e setecentos e seis reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 28 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 376 — Formalização 2025FO00277/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
29 - Secretaria de Estado da Fazenda						900.000,00
293000 - Receita Estadual do Paraná						900.000,00
2930 - Receita Estadual do Paraná						900.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	900.000,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						367.183,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						367.183,00
3924 - Corpo de Bombeiros Militar do Paraná						367.183,00
	1	70	703	000148	3 - Outras Despesas Correntes	367.183,00
49 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania						358.000,00
490000 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania						358.000,00
4902 - Diretoria Geral						358.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	358.000,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades						84.523,00
673100 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná						84.523,00
6731 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná						84.523,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	84.523,00
					Total Geral	1.709.706,00

65782/2025

Resolução nº 378/2025 - SEFA/GS de 28 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.274.236-4, 23.285.228-3,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 44.240,00 (quarenta e quatro mil e duzentos e quarenta reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 28 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 378 — Formalização 2025FO00279/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
33 - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços						4.240,00
333000 - Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná						4.240,00
3330 - Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná						4.240,00
	1	70	700	000281	3 - Outras Despesas Correntes	4.240,00
41 - Secretaria de Estado da Educação						40.000,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação						40.000,00
4102 - Diretoria Geral						40.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	40.000,00
					Total Geral	44.240,00

65784/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução nº 379/2025 - SEFA/GS DE 28 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.454.574-4, 23.607.987-2, 23.359.345-1, 23.838.801-5, 23.205.130-2, 21.926.764-9, 23.285.228-3,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 12.016.927,00 (doze milhões e dezesseis mil e novecentos e vinte e sete reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 28 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 379 Formalização 2025FO00272/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil						1.433.335,00
130000 - Casa Civil do Estado do Paraná						100.000,00
1302 - Diretoria Geral						100.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	100.000,00
133600 - Loteria do Estado do Paraná						1.333.335,00
1336 - Loteria do Estado do Paraná						1.333.335,00
	1	75	799	000271	3 - Outras Despesas Correntes	1.333.335,00
29 - Secretaria de Estado da Fazenda						900.000,00
293000 - Receita Estadual do Paraná						900.000,00
2930 - Receita Estadual do Paraná						900.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	900.000,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						9.264.592,00
396600 - Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná						9.264.592,00
3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná						9.264.592,00
	1	75	759	000157	4 - Investimentos	9.264.592,00
41 - Secretaria de Estado da Educação						36.000,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação						36.000,00
4101 - Gabinete do Secretário						36.000,00
	1	50	500	000000	4 - Investimentos	36.000,00
49 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania						358.000,00
490000 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania						358.000,00
4902 - Diretoria Geral						358.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	358.000,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística						25.000,00
770000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística						25.000,00
7702 - Diretoria Geral						25.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	25.000,00
					Total Geral	12.016.927,00

65786/2025

Resolução nº 380/2025 - SEFA/GS de 28 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 22.301.485-2, 21.721.790-3, 23.285.228-3, 23.359.345-1, 23.403.513-4,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 1.789.335,00 (um milhão e setecentos e oitenta e nove mil e trezentos e trinta e cinco reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 28 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 380 Formalização 2025FO00278/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil						1.433.335,00
130000 - Casa Civil do Estado do Paraná						100.000,00
1302 - Diretoria Geral						100.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	100.000,00
133600 - Loteria do Estado do Paraná						1.333.335,00
1336 - Loteria do Estado do Paraná						1.333.335,00
	1	75	799	000271	4 - Investimentos	1.333.335,00
15 - Casa Militar						260.000,00
150000 - Casa Militar						260.000,00
1502 - Subchefia da Casa Militar						260.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	75.000,00
	1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	185.000,00
41 - Secretaria de Estado da Educação						36.000,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação						36.000,00
4101 - Gabinete do Secretário						36.000,00

	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	36.000,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						60.000,00
453400 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná						60.000,00
4534 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná						60.000,00
	1	70	703	000284	3 - Outras Despesas Correntes	60.000,00
					Total Geral	1.789.335,00

65787/2025

Resolução nº 385/2025 - SEFA/GS de 29 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 21.477.595-6,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 96.595.734,00 (noventa e seis milhões e quinhentos e noventa e cinco mil e setecentos e trinta e quatro reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 29 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 385 — Formalização 2025FO00282/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil						481.563,00
130000 - Casa Civil do Estado do Paraná						388.602,00
1301 - Gabinete do Secretário						166.250,00
	1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	166.250,00
1302 - Diretoria Geral						193.835,00
	1	75	799	000168	3 - Outras Despesas Correntes	48.750,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	145.085,00
1304 - Escritório de Representação do Governo em Brasília						1.267,00
	1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	1.267,00
1320 - Superintendência-Geral de Governança de Serviços e Dados						27.250,00
	1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	27.250,00
133300 - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná						8.333,00
1333 - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná						8.333,00
	1	75	799	000174	3 - Outras Despesas Correntes	8.333,00
133600 - Loteria do Estado do Paraná						84.628,00
1336 - Loteria do Estado do Paraná						84.628,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	84.628,00
14 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil						377.933,00
140000 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil						377.933,00
1401 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil						377.933,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	377.933,00
15 - Casa Militar						532.258,00
150000 - Casa Militar						532.258,00
1502 - Subchefia da Casa Militar						532.258,00
	1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	532.258,00
16 - Controladoria Geral do Estado						28.691,00
160000 - Controladoria Geral do Estado						28.691,00
1602 - Diretoria Geral						28.691,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	28.691,00
19 - Procuradoria Geral do Estado						227.267,00
190000 - Procuradoria Geral do Estado						33.401,00
1901 - Procuradoria Geral do Estado						33.401,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	33.401,00
196000 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Paraná						193.866,00
1960 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná						193.866,00
	1	75	759	000106	3 - Outras Despesas Correntes	193.866,00
21 - Secretaria de Estado da Comunicação						164.697,00
210000 - Secretaria de Estado da Comunicação						164.697,00
2102 - Diretoria Geral						164.697,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	164.697,00
22 - Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital						75.041,00
220000 - Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital						75.041,00
2202 - Diretoria Geral						75.041,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	75.041,00
23 - Secretaria de Estado do Planejamento						6.956,00
233000 - Instituto Paranaense Desenvolvimento Econômico Social						6.956,00
2330 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social						6.956,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	6.956,00
27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência						202.820,00
270000 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência						202.820,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

2702 - Diretoria Geral					202.820,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	202.820,00
29 - Secretaria de Estado da Fazenda					281.291,00
290000 - Secretaria de Estado da Fazenda					139.541,00
2902 - Diretoria Geral					139.541,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	139.541,00
293000 - Receita Estadual do Paraná					141.750,00
2930 - Receita Estadual do Paraná					141.750,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	141.750,00
33 - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços					175.832,00
330000 - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços					175.832,00
3301 - Gabinete do Secretário					833,00
1	50	501	000164	3 - Outras Despesas Correntes	833,00
3302 - Diretoria Geral					174.999,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	146.666,00
1	50	501	000164	3 - Outras Despesas Correntes	28.333,00
37 - Secretaria de Estado do Turismo					144.232,00
370000 - Secretaria de Estado do Turismo					144.232,00
3702 - Diretoria Geral					144.232,00
1	50	501	000147	3 - Outras Despesas Correntes	96.666,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	47.566,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública					44.489.495,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública					28.063.901,00
3901 - Gabinete do Secretário					1.271.964,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	1.271.964,00
3902 - Diretoria Geral					6.905.116,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	6.905.116,00
3914 - Polícia Científica					372.662,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	372.662,00
3917 - Departamento Penitenciário					9.431.524,00
1	50	501	000147	3 - Outras Despesas Correntes	4.808.125,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	4.623.399,00
3921 - Polícia Civil do Estado do Paraná					2.346.231,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	2.346.231,00
3922 - Polícia Militar do Estado do Paraná					5.602.404,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	5.602.404,00
3924 - Corpo de Bombeiros Militar do Paraná					2.134.000,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	2.134.000,00
396300 - Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná					1.392.506,00
3963 - Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná					1.392.506,00
1	70	713	000261	3 - Outras Despesas Correntes	1.392.506,00
396400 - Fundo Estadual de Políticas Sobre Drogas - FESD					10.833,00
3964 - Fundo Estadual de Políticas Sobre Drogas					10.833,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	10.833,00
396600 - Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná					15.008.767,00
3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná					15.008.767,00
1	75	759	000157	3 - Outras Despesas Correntes	1.413.910,00
1	75	759	000113	3 - Outras Despesas Correntes	13.594.857,00
396800 - Fundo Penitenciário					13.488,00
3968 - Fundo Penitenciário					13.488,00
1	75	759	000123	3 - Outras Despesas Correntes	8.998,00
1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	4.490,00
41 - Secretaria de Estado da Educação					16.056.953,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação					6.811.897,00
4101 - Gabinete do Secretário					6.006.787,00
1	54	569	000116	3 - Outras Despesas Correntes	350.000,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	5.161.721,00
1	54	550	000116	3 - Outras Despesas Correntes	492.916,00
1	54	551	000116	3 - Outras Despesas Correntes	2.150,00
4102 - Diretoria Geral					805.110,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	805.110,00
413000 - Colégio Estadual do Paraná					29.846,00
4130 - Colégio Estadual do Paraná					29.846,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	29.846,00
413300 - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná					9.215.210,00
4133 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional					9.215.210,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	9.215.210,00
43 - Secretaria de Estado do Esporte					672.001,00
430000 - Secretaria de Estado do Esporte					104.348,00
4301 - Gabinete do Secretário					83.591,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	83.591,00

4302 - Diretoria Geral					20.757,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	3.524,00
1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	17.233,00
433000 - Paraná Esporte					567.653,00
4330 - Paraná Esporte					567.653,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	567.653,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					16.967.845,00
450000 - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					322.139,00
4501 - Gabinete do Secretário					83.333,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	83.333,00
4504 - Diretoria Geral					238.806,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	87.789,00
1	75	759	000151	3 - Outras Despesas Correntes	151.017,00
453000 - Universidade Estadual de Londrina					3.010.817,00
4530 - Universidade Estadual de Londrina					3.010.817,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	925.958,00
1	75	899	000262	3 - Outras Despesas Correntes	1.964.859,00
1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	120.000,00
453100 - Universidade Estadual de Ponta Grossa					583.082,00
4531 - Universidade Estadual de Ponta Grossa					583.082,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	475.583,00
1	75	899	000262	3 - Outras Despesas Correntes	65.833,00
1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	41.666,00
453200 - Universidade Estadual de Maringá					3.203.106,00
4532 - Universidade Estadual de Maringá					3.203.106,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	1.278.792,00
1	75	899	000262	3 - Outras Despesas Correntes	1.652.582,00
1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	271.732,00
453300 - Universidade Estadual do Centro-Oeste					274.322,00
4533 - Universidade Estadual do Centro-Oeste					274.322,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	251.822,00
1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	22.500,00
453400 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná					1.473.767,00
4534 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná					1.473.767,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	384.741,00
1	75	899	000262	3 - Outras Despesas Correntes	1.053.027,00
1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	35.999,00
454600 - Universidade Estadual do Paraná					349.865,00
4546 - Universidade Estadual do Paraná					349.865,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	349.865,00
454800 - Universidade Estadual do Norte do Paraná					339.853,00
4548 - Universidade Estadual do Norte do Paraná					339.853,00
1	75	756	000260	3 - Outras Despesas Correntes	1.212,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	292.294,00
1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	46.347,00
456000 - Fundo Paraná					4.252.152,00
4560 - Fundo Paraná					4.252.152,00
1	75	759	000132	3 - Outras Despesas Correntes	4.252.152,00
457000 - Instituto de Tecnologia do Paraná					3.158.742,00
4570 - Instituto de Tecnologia do Paraná					3.158.742,00
1	75	899	000262	3 - Outras Despesas Correntes	3.158.742,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde					771.060,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde					771.060,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde					771.060,00
1	60	659	000124	3 - Outras Despesas Correntes	16.666,00
1	60	659	000263	3 - Outras Despesas Correntes	41.666,00
1	75	899	000262	3 - Outras Despesas Correntes	712.728,00
49 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania					581.444,00
490000 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania					581.444,00
4902 - Diretoria Geral					581.444,00
1	75	761	000102	3 - Outras Despesas Correntes	376.854,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	204.590,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura					1.489.617,00
510000 - Secretaria de Estado da Cultura					352.510,00
5102 - Diretoria Geral					352.510,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	352.510,00
513200 - Centro Cultural Teatro Guaíra					70.105,00
5132 - Centro Cultural Teatro Guaíra					70.105,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	70.105,00
516000 - Fundo Estadual da Cultura					1.067.002,00
5160 - Fundo Estadual de Cultura					1.067.002,00
1	70	719	000000	3 - Outras Despesas Correntes	1.066.666,00
1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	336,00
59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa					1.434.855,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

590000 - Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa					1.410.694,00
5902 - Diretoria Geral					1.410.694,00
1	75	761	000102	3 - Outras Despesas Correntes	22.821,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	1.387.790,00
1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	83,00
596100 - Fundo Estadual dos Direitos da Mulher					24.161,00
5961 - Fundo Estadual dos Direitos da Mulher					24.161,00
1	75	761	000102	3 - Outras Despesas Correntes	24.161,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família					1.956.243,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família					1.910.564,00
6102 - Diretoria Geral					1.910.564,00
1	75	761	000102	3 - Outras Despesas Correntes	693.666,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	619.990,00
1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	596.908,00
616600 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência					45.679,00
6166 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência					45.679,00
1	75	761	000150	3 - Outras Despesas Correntes	45.679,00
63 - Secretaria de Estado de Trabalho, Qualificação e Renda					142.666,00
630000 - Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda					142.666,00
6302 - Diretoria Geral					142.666,00
1	75	761	000102	3 - Outras Despesas Correntes	8.333,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	134.333,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento					1.221.964,00
650000 - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento					331.982,00
6502 - Diretoria Geral					331.982,00
1	75	761	000102	3 - Outras Despesas Correntes	52.500,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	279.482,00
653000 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná					889.982,00
6530 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná					889.982,00
1	75	756	000260	3 - Outras Despesas Correntes	46.666,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	25.000,00
1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	818.316,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades					608.511,00
670000 - Secretaria de Estado das Cidades					173.919,00
6702 - Diretoria Geral					173.919,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	76.381,00
1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	97.538,00
673100 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná					61.301,00
6731 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná					61.301,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	56.718,00
1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	4.583,00
677400 - Companhia de Habitação do Paraná					373.291,00
6774 - Companhia de Habitação do Paraná					373.291,00
1	75	799	000273	3 - Outras Despesas Correntes	83.333,00
1	75	761	000102	3 - Outras Despesas Correntes	273.292,00
1	50	501	000147	3 - Outras Despesas Correntes	16.666,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável					3.028.197,00
690000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável					189.734,00
6902 - Diretoria Geral					189.734,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	189.734,00
693100 - Instituto Água e Terra					209.980,00
6931 - Instituto Água e Terra					209.980,00
1	75	759	000121	3 - Outras Despesas Correntes	250,00
1	75	799	000256	3 - Outras Despesas Correntes	8.928,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	187.103,00
1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	13.699,00
696000 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos					2.628.483,00
6960 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos					2.628.483,00
1	75	759	000146	3 - Outras Despesas Correntes	382.865,00
1	70	709	000105	3 - Outras Despesas Correntes	2.245.618,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística					4.476.302,00
770000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística					298.044,00
7702 - Diretoria Geral					77.211,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	67.031,00
1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	10.180,00
7703 - Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística					220.833,00
1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	220.833,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem					4.178.258,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem					4.178.258,00
1	75	752	000254	3 - Outras Despesas Correntes	2.819.166,00
1	70	720	000105	3 - Outras Despesas Correntes	578.842,00
1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	780.250,00
				Total Geral	96.595.734,00

Resolução nº 386/2025 - SEFA/GS DE 29 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.607.987-2, 23.285.228-3,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 70.413,00 (setenta mil e quatrocentos e treze reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 29 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 386 — Formalização 2025FO00280/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						30.413,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						30.413,00
3914 - Polícia Científica						30.413,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	30.413,00
41 - Secretaria de Estado da Educação						40.000,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação						40.000,00
4102 - Diretoria Geral						40.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	40.000,00
					Total Geral	70.413,00

65789/2025

Resolução nº 387/2025 - SEFA/GS de 29 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.435.632-1, 21.324.027-7,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 12.597.347,00 (doze milhões e quinhentos e noventa e sete mil e trezentos e quarenta e sete reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 29 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 387 — Formalização 2025FO00281/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						12.597.347,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						12.500.000,00
3921 - Polícia Civil do Estado do Paraná						12.500.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	12.500.000,00
396800 - Fundo Penitenciário						97.347,00
3968 - Fundo Penitenciário						97.347,00
	1	70	712	000281	3 - Outras Despesas Correntes	97.347,00
					Total Geral	12.597.347,00

65792/2025

Resolução nº 388/2025 - SEFA/GS de 30 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.117.427-3,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 5.234.714,00 (cinco milhões e duzentos e trinta e quatro mil e setecentos e quatorze reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 30 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 388 — Formalização 2025FO00285/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
67 - Secretaria de Estado das Cidades						5.234.714,00
673100 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná						5.234.714,00
6731 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná						5.234.714,00
	1	50	500	000000	4 - Investimentos	5.234.714,00
					Total Geral	5.234.714,00

65794/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução nº 389/2025 - SEFA/GS DE 30 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.322.999-7, 23.607.987-2, 23.465.789-5, 23.889.521-9,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 102.866.417,00 (cento e dois milhões e oitocentos e sessenta e seis mil e quatrocentos e dezessete reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 30 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 389 Formalização 2025FO00284/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
31 - Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA						100.000.000,00
310000 - Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEFA						100.000.000,00
3101 - Programações Especiais e Encargos Gerais do Estado						100.000.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	100.000.000,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						140.000,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						140.000,00
3902 - Diretoria Geral						140.000,00
	2	75	799	000136	3 - Outras Despesas Correntes	140.000,00
59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa						332.000,00
590000 - Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa						332.000,00
5902 - Diretoria Geral						332.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	332.000,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável						2.394.417,00
696100 - Fundo Estadual do Meio Ambiente						2.394.417,00
6961 - Fundo Estadual do Meio Ambiente						2.394.417,00
	1	75	759	000118	4 - Investimentos	394.417,00
	2	75	799	000258	3 - Outras Despesas Correntes	2.000.000,00
					Total Geral	102.866.417,00

65795/2025

Resolução nº 390/2025 - SEFA/GS de 30 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.691.329-5, 20.011.498-1, 23.822.704-6,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 30 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 390 Formalização 2025FO00287/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
47 - Secretaria de Estado da Saúde						10.000.000,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde						10.000.000,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde						10.000.000,00
	1	50	500	000000	4 - Investimentos	10.000.000,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família						6.000.000,00
616700 - Fundo Estadual de Assistência Social e Família						6.000.000,00
6167 - Fundo Estadual de Assistência Social						6.000.000,00
	1	75	761	000102	4 - Investimentos	6.000.000,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento						13.000.000,00
650000 - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento						13.000.000,00
6502 - Diretoria Geral						13.000.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	13.000.000,00
					Total Geral	29.000.000,00

65796/2025

Resolução nº 391/2025 - SEFA/GS de 30 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.285.228-3, 23.776.902-3, 23.361.597-8, 23.607.987-2,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 10.590.735,00 (dez milhões e quinhentos e noventa mil e setecentos e trinta e cinco reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 30 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 391 — Formalização 2025FO00283/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						30.413,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						30.413,00
3914 - Polícia Científica						30.413,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	30.413,00
41 - Secretaria de Estado da Educação						10.361.820,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação						10.361.820,00
4101 - Gabinete do Secretário						10.361.820,00
	1	75	754	008142	3 - Outras Despesas Correntes	5.240.052,00
					4 - Investimentos	5.121.768,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família						45.000,00
616700 - Fundo Estadual de Assistência Social e Família						45.000,00
6167 - Fundo Estadual de Assistência Social						45.000,00
	1	65	665	000281	3 - Outras Despesas Correntes	45.000,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento						153.502,00
653000 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná						153.502,00
6530 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná						153.502,00
	1	70	703	000284	3 - Outras Despesas Correntes	141.502,00
					4 - Investimentos	12.000,00
					Total Geral	10.590.735,00

65798/2025

Resolução nº 392/2025 - SEFA/GS de 30 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.358.985-3, 23.303.177-1, 23.315.831-3, 23.315.831-3, 23.315.743-0, 23.315.901-8, 23.559.363-7, 23.303.177-1, 23.804.041-8, 21.926.764-9, 22.594.250-1, 23.371.117-9, 21.721.790-3 e 23.309.454-4,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 488.063.116,00 (quatrocentos e oitenta e oito milhões e sessenta e três mil e cento e dezesseis reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 30 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 392 — Formalização 2025FO00286/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil						600.000,00
133600 - Loteria do Estado do Paraná						600.000,00
1336 - Loteria do Estado do Paraná						600.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	600.000,00
14 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil						768.438,00
140000 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil						768.438,00
1401 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil						768.438,00
	1	50	500	000000	1 - Pessoal e Encargos Sociais	768.438,00
15 - Casa Militar						1.300.000,00
150000 - Casa Militar						1.300.000,00
1502 - Subchefia da Casa Militar						1.300.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	1.300.000,00
31 - Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA						614.646,00
310000 - Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEFA						614.646,00
3101 - Programações Especiais e Encargos Gerais do Estado						614.646,00
	1	75	759	000154	3 - Outras Despesas Correntes	256.181,00
	1	75	761	000150	3 - Outras Despesas Correntes	92.091,00
	1	75	759	000152	3 - Outras Despesas Correntes	130.658,00
	1	75	759	000153	3 - Outras Despesas Correntes	135.716,00
41 - Secretaria de Estado da Educação						156.982.000,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação						148.982.000,00
4101 - Gabinete do Secretário						19.982.000,00
	1	50	500	000000	4 - Investimentos	19.982.000,00
4102 - Diretoria Geral						129.000.000,00
	1	54	540	000145	1 - Pessoal e Encargos Sociais	129.000.000,00
413300 - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná						8.000.000,00
4133 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional						8.000.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	8.000.000,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						7.798.032,00
453100 - Universidade Estadual de Ponta Grossa						968.049,00
4531 - Universidade Estadual de Ponta Grossa						968.049,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	968.049,00
453400 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná						1.974.269,00
4534 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná						1.974.269,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	1.974.269,00
454600 - Universidade Estadual do Paraná						1.496.306,00
4546 - Universidade Estadual do Paraná						1.496.306,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	1.496.306,00
454800 - Universidade Estadual do Norte do Paraná						588.116,00
4548 - Universidade Estadual do Norte do Paraná						588.116,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	588.116,00
457000 - Instituto de Tecnologia do Paraná						2.771.292,00
4570 - Instituto de Tecnologia do Paraná						2.771.292,00
	1	70	700	000281	4 - Investimentos	2.771.292,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística						320.000.000,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem						320.000.000,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem						320.000.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	320.000.000,00
					Total Geral	488.063.116,00

65799/2025

Resolução nº 393/2025 - SEFA/GS de 30 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.353.183-9, 23.289.687-6, 23.837.466-9, 23.436.973-3, 23.289.930-1,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 8.370.503,00 (oito milhões e trezentos e setenta mil e quinhentos e três reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 30 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 393 Formalização 2025FO00289/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						756.325,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						756.325,00
3901 - Gabinete do Secretário						756.325,00
	2	70	703	000148	3 - Outras Despesas Correntes	365.322,00
					4 - Investimentos	391.003,00
41 - Secretaria de Estado da Educação						4.411.370,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação						4.411.370,00
4101 - Gabinete do Secretário						4.411.370,00
	2	70	575	000148	4 - Investimentos	2.800.020,00
	2	54	550	000116	3 - Outras Despesas Correntes	1.611.350,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						3.202.808,00
453000 - Universidade Estadual de Londrina						3.027.000,00
4530 - Universidade Estadual de Londrina						3.027.000,00
	2	70	703	000284	4 - Investimentos	3.027.000,00
453100 - Universidade Estadual de Ponta Grossa						175.808,00
4531 - Universidade Estadual de Ponta Grossa						175.808,00
	2	70	706	003110	3 - Outras Despesas Correntes	75.808,00
					4 - Investimentos	100.000,00
					Total Geral	8.370.503,00

65800/2025

Resolução nº 394/2025 - SEFA/GS de 30 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.772.491-7, 23.785.542-6, 23.786.457-3,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 125.599.067,00 (cento e vinte e cinco milhões e quinhentos e noventa e nove mil e sessenta e sete reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 30 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 394 Formalização 2025FO00288/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Familia						109.000.000,00

616600 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência						109.000.000,00
6166 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência						109.000.000,00
	2	75	761	000150	3 - Outras Despesas Correntes	109.000.000,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento						16.599.067,00
656000 - Fundo de Equipamento Agropecuário						16.599.067,00
6560 - Fundo de Equipamento Agropecuário						16.599.067,00
	2	75	799	000274	4 - Investimentos	4.950.000,00
	2	50	501	000257	4 - Investimentos	11.649.067,00
					Total Geral	125.599.067,00

65801/2025

Resolução nº 395/2025 - SEFA/GS de 30 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.854.422-0,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 30 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 395 — Formalização 2025FO00292/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
37 - Secretaria de Estado do Turismo						5.000.000,00
370000 - Secretaria de Estado do Turismo						5.000.000,00
3702 - Diretoria Geral						5.000.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	5.000.000,00
					Total Geral	5.000.000,00

65802/2025

Resolução nº 396/2025 - SEFA/GS DE 30 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.280.757-1, 23.358.985-3, 21.324.027-7, 22.795.757-3,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 3.546.786,00 (três milhões e quinhentos e quarenta e seis mil e setecentos e oitenta e seis reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 30 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 396 — Formalização 2025FO00291/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						97.347,00
396800 - Fundo Penitenciário						97.347,00
3968 - Fundo Penitenciário						97.347,00
	1	70	712	000281	3 - Outras Despesas Correntes	97.347,00
41 - Secretaria de Estado da Educação						3.297.956,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação						196.600,00
4102 - Diretoria Geral						196.600,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	196.600,00
413300 - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná						3.101.356,00
4133 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional						3.101.356,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	3.101.356,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde						151.483,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde						151.483,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde						151.483,00
	1	50	501	000250	3 - Outras Despesas Correntes	151.483,00
					Total Geral	3.546.786,00

65918/2025

Resolução nº 397/2025 - SEFA/GS de 30 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FR000028/Bloco1/DOE/SEFA, e considerando o contido no protocolo nº 23.619.023-4,

RESOLVE:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e ajustar o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 3.901.780,00 (três milhões e novecentos e um mil e setecentos e oitenta reais), de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 30 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 397 Formalização 2025FR000028/Bloco1

ANEXO I - DESCONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Meta Obra	Descrição Meta Obra	Região Intermediária	Município	Valor
31 - Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA										3.901.780,00
310000 - Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEFA										3.901.780,00
3101 - Programações Especiais e Encargos Gerais do Estado										3.901.780,00
F.99.999.99. 9901 - Reserva de Contingência										3.901.780,00
	1	75	755	000001	9.9.99.99	0	Não definida	4100	9999999	3.901.780,00
									Total	3.901.780,00
									Total Geral	3.901.780,00

65921/2025

Resolução nº 398/2025 - SEFA/GS de 30 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.454.465-9, 23.353.152-9, 21.324.027-7, 22.795.757-3, 23.358.985-3,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 15.032.656,00 (quinze milhões e trinta e dois mil e seiscentos e cinquenta e seis reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 30 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 398 Formalização 2025FO000290/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						97.347,00
396800 - Fundo Penitenciário						97.347,00
3968 - Fundo Penitenciário						97.347,00
	1	70	712	000281	3 - Outras Despesas Correntes	97.347,00
41 - Secretaria de Estado da Educação						1.333.309,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação						196.600,00
4102 - Diretoria Geral						196.600,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	196.600,00
413300 - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná						1.136.709,00
4133 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional						1.136.709,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	1.136.709,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde						13.600.000,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde						13.600.000,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde						13.600.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	13.600.000,00
49 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania						2.000,00
496200 - Fundo Estadual de Defesa do Consumidor						2.000,00
4962 - Fundo Estadual de Defesa do Consumidor						2.000,00
	1	75	759	000130	3 - Outras Despesas Correntes	2.000,00
					Total Geral	15.032.656,00

65925/2025

Resolução nº 399/2025 - SEFA/GS de 30 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.889.521-9,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 30 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 399 Formalização 2025FO000293/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento						100.000.000,00
650000 - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento						100.000.000,00

6502 - Diretoria Geral						100.000.000,00
	1	50	500	000000	4 - Investimentos	100.000.000,00
					Total Geral	100.000.000,00

65927/2025

Resolução nº 400/2025 - SEFA/GS de 30 de Abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.284.287-3,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 27.370.631,00 (vinte e sete milhões e trezentos e setenta mil e seiscentos e trinta e um reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 30 de Abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 400 — Formalização 2025FO00294/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
41 - Secretaria de Estado da Educação						27.370.631,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação						27.370.631,00
4101 - Gabinete do Secretário						27.370.631,00
	2	54	569	000116	3 - Outras Despesas Correntes	27.370.631,00
					Total Geral	27.370.631,00

65928/2025

Resolução nº 401/2025 - SEFA/GS de 5 de Maio de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 22.157.988-7,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 8.211.000,00 (oito milhões e duzentos e onze mil reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 5 de Maio de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 401 — Formalização 2025FO00295/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
47 - Secretaria de Estado da Saúde						8.211.000,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde						8.211.000,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde						8.211.000,00
	2	60	600	000255	3 - Outras Despesas Correntes	8.211.000,00
					Total Geral	8.211.000,00

65929/2025

Resolução nº 404/2025 - SEFA/GS DE 6 de Maio de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.239.206-1, 23.607.987-2, 23.315.778-3, 23.315.831-3, 23.528.344-1, 23.918.488-0,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 13.400.060,00 (treze milhões e quatrocentos mil e sessenta reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 6 de Maio de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 404 — Formalização 2025FO00296/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil						12.150.000,00
133000 - Departamento de Trânsito do Paraná						12.150.000,00
1330 - Departamento de Trânsito do Paraná						12.150.000,00
	1	50	501	000250	3 - Outras Despesas Correntes	12.150.000,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						166.260,00
396400 - Fundo Estadual de Políticas Sobre Drogas - FESD						15.000,00
3964 - Fundo Estadual de Políticas Sobre Drogas						15.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	15.000,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

396600 - Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná						151.260,00
3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná						151.260,00
	1	75	759	000113	3 - Outras Despesas Correntes	151.260,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						1.064.800,00
456000 - Fundo Paraná						1.064.800,00
4560 - Fundo Paraná						1.064.800,00
	1	75	759	000132	3 - Outras Despesas Correntes	1.064.800,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família						19.000,00
616700 - Fundo Estadual de Assistência Social e Família						19.000,00
6167 - Fundo Estadual de Assistência Social						19.000,00
	1	65	665	000281	3 - Outras Despesas Correntes	19.000,00
					Total Geral	13.400.060,00

65932/2025

Resolução nº 407/2025 - SEFA/GS DE 6 de Maio de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.357.849-5, 23.307.055-6,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 6 de Maio de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 407 Formalização 2025FO00297/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil						55.000,00
133600 - Loteria do Estado do Paraná						55.000,00
1336 - Loteria do Estado do Paraná						55.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	55.000,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura						2.000,00
513200 - Centro Cultural Teatro Guaíra						2.000,00
5132 - Centro Cultural Teatro Guaíra						2.000,00
	1	50	501	000250	3 - Outras Despesas Correntes	2.000,00
					Total Geral	57.000,00

65933/2025

Resolução nº 408/2025 - SEFA/GS de 7 de Maio de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.357.849-5, 23.322.999-7, 23.607.987-2, 23.888.168-4, 23.756.895-8, 23.358.985-3, 23.315.831-3, 23.315.778-3, 23.280.757-1, 23.239.206-1, 23.277.219-0,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 33.183.490,00 (trinta e três milhões e cento e oitenta e três mil e quatrocentos e noventa reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 7 de Maio de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 408 Formalização 2025FO00298/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
16 - Controladoria Geral do Estado						214.300,00
160000 - Controladoria Geral do Estado						214.300,00
1602 - Diretoria Geral						214.300,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	214.300,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						1.136.260,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						970.000,00
3902 - Diretoria Geral						140.000,00
	2	75	799	000136	3 - Outras Despesas Correntes	140.000,00
3921 - Polícia Civil do Estado do Paraná						830.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	830.000,00
396400 - Fundo Estadual de Políticas Sobre Drogas - FESD						15.000,00
3964 - Fundo Estadual de Políticas Sobre Drogas						15.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	15.000,00
396600 - Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná						151.260,00
3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná						151.260,00
	1	75	759	000113	3 - Outras Despesas Correntes	151.260,00
41 - Secretaria de Estado da Educação						26.644.647,00
413300 - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná						26.644.647,00
4133 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional						26.644.647,00

	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	3.101.356,00
	1	54	550	000116	3 - Outras Despesas Correntes	23.543.291,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						1.064.800,00
456000 - Fundo Paraná						1.064.800,00
4560 - Fundo Paraná						1.064.800,00
	1	75	759	000132	3 - Outras Despesas Correntes	1.064.800,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde						151.483,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde						151.483,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde						151.483,00
	1	50	501	000250	3 - Outras Despesas Correntes	151.483,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura						2.000,00
513200 - Centro Cultural Teatro Guaíra						2.000,00
5132 - Centro Cultural Teatro Guaíra						2.000,00
	1	50	501	000250	4 - Investimentos	2.000,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família						402.000,00
616700 - Fundo Estadual de Assistência Social e Família						402.000,00
6167 - Fundo Estadual de Assistência Social						402.000,00
	1	65	665	000281	3 - Outras Despesas Correntes	402.000,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável						3.568.000,00
693100 - Instituto Água e Terra						3.568.000,00
6931 - Instituto Água e Terra						3.568.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	3.568.000,00
					Total Geral	33.183.490,00

65935/2025

Resolução nº 410/2025 - SEFA/GS DE 8 de Maio de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 21.721.790-3, 23.279.894-7, 23.334.153-3, 23.322.999-7, 23.403.513-4, 23.943.619-6, 23.944.572-1, 23.933.968-9, 20.691.278-2,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 17.842.610,00 (dezessete milhões e oitocentos e quarenta e dois mil e seiscentos e dez reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 8 de Maio de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 410

Formalização 2025FO00299/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
15 - Casa Militar						150.000,00
150000 - Casa Militar						150.000,00
1502 - Subchefia da Casa Militar						150.000,00
	1	50	501	000101	3 - Outras Despesas Correntes	150.000,00
21 - Secretaria de Estado da Comunicação						387.000,00
210000 - Secretaria de Estado da Comunicação						387.000,00
2102 - Diretoria Geral						387.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	387.000,00
27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência						7.000.000,00
270000 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência						7.000.000,00
2701 - Gabinete do Secretário						7.000.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	7.000.000,00
33 - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços						800.000,00
333100 - Junta Comercial do Paraná						800.000,00
3331 - Junta Comercial do Paraná						800.000,00
	1	50	501	000250	5 - Inversões Financeiras	800.000,00
43 - Secretaria de Estado do Esporte						4.744.000,00
436000 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná						4.744.000,00
4360 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná						4.744.000,00
	2	70	700	000281	3 - Outras Despesas Correntes	4.744.000,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						400.000,00
457000 - Instituto de Tecnologia do Paraná						400.000,00
4570 - Instituto de Tecnologia do Paraná						400.000,00
	1	75	899	000262	4 - Investimentos	400.000,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família						3.000.000,00
616600 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência						3.000.000,00
6166 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência						3.000.000,00
	1	75	761	000150	3 - Outras Despesas Correntes	3.000.000,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável						1.361.610,00
693100 - Instituto Água e Terra						100.610,00
6931 - Instituto Água e Terra						100.610,00
	2	50	501	000250	3 - Outras Despesas Correntes	50.610,00
	1	75	799	000256	3 - Outras Despesas Correntes	50.000,00
696100 - Fundo Estadual do Meio Ambiente						1.261.000,00
6961 - Fundo Estadual do Meio Ambiente						1.261.000,00
	1	75	759	000138	4 - Investimentos	141.000,00
	1	75	759	000118	4 - Investimentos	1.120.000,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Total Geral	17.842.610,00

65937/2025

Resolução nº 411/2025 - SEFA/GS de 8 de Maio de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.528.344-1, 23.460.430-9, 23.285.228-3, 23.403.513-4,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 754.109,00 (setecentos e cinquenta e quatro mil e cento e nove reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 8 de Maio de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 411 Formalização 2025FO00300/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
41 - Secretaria de Estado da Educação						335.109,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação						335.109,00
4101 - Gabinete do Secretário						335.109,00
	1	70	575	000148	4 - Investimentos	331.017,00
	1	70	706	003110	4 - Investimentos	4.092,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						400.000,00
457000 - Instituto de Tecnologia do Paraná						400.000,00
4570 - Instituto de Tecnologia do Paraná						400.000,00
	1	75	899	000262	3 - Outras Despesas Correntes	400.000,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família						19.000,00
616700 - Fundo Estadual de Assistência Social e Família						19.000,00
6167 - Fundo Estadual de Assistência Social						19.000,00
	1	65	665	000281	3 - Outras Despesas Correntes	19.000,00
					Total Geral	754.109,00

65947/2025

Resolução nº 412/2025 - SEFA/GS de 9 de Maio de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FR000029/Bloco1/DOE/SEFA, e considerando o contido no protocolo nº 23.854.717-2,

RESOLVE:

Art. 1º Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e ajustar o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 9 de Maio de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 412 Formalização 2025FR000029/Bloco1

ANEXO I - DESCONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Meta Obra	Descrição Meta Obra	Região Intermediária	Município	Valor
31 - Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA										600.000,00
310000 - Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEFA										600.000,00
3101 - Programações Especiais e Encargos Gerais do Estado										600.000,00
F.99.999.99. 9901 - Reserva de Contingência										600.000,00
	1	75	755	000001	9.9.99.99	0	Não definida	4100	9999999	600.000,00
									Total	600.000,00
									Total Geral	600.000,00

65951/2025

Resolução nº 413/2025 - SEFA/GS de 9 de Maio de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.712.416-2,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 10.163.437,00 (dez milhões e cento e sessenta e três mil e quatrocentos e trinta e sete reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 9 de Maio de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 413 Formalização 2025FO00303/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável						10.163.437,00
693100 - Instituto Água e Terra						10.163.437,00
6931 - Instituto Água e Terra						10.163.437,00
	1	50	500	000000	4 - Investimentos	10.163.437,00
					Total Geral	10.163.437,00

65955/2025

Resolução nº 414/2025 - SEFA/GS DE 9 de Maio de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.358.985-3, 23.403.513-4, 23.353.152-9, 23.961.475-2, 23.361.543-9, 23.308.657-6, 23.788.981-9,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 10.100.647,00 (dez milhões e cem mil e seiscentos e quarenta e sete reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 9 de Maio de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 414

Formalização 2025FO00301/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Grupo de Natureza de Despesa	Total
23 - Secretaria de Estado do Planejamento						6.963,00
230000 - Secretaria de Estado do Planejamento						6.963,00
2302 - Diretoria Geral						6.963,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	6.963,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						1.586.100,00
396300 - Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná						1.586.100,00
3963 - Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná						1.586.100,00
	1	70	713	000261	3 - Outras Despesas Correntes	1.586.100,00
41 - Secretaria de Estado da Educação						5.000.000,00
413300 - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná						5.000.000,00
4133 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional						5.000.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	5.000.000,00
43 - Secretaria de Estado do Esporte						160.000,00
433000 - Paraná Esporte						160.000,00
4330 - Paraná Esporte						160.000,00
	1	50	500	000000	3 - Outras Despesas Correntes	160.000,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						3.037.584,00
453400 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná						3.037.584,00
4534 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná						3.037.584,00
	1	75	899	000262	3 - Outras Despesas Correntes	3.037.584,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde						300.000,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde						300.000,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde						300.000,00
	1	50	501	000250	3 - Outras Despesas Correntes	300.000,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família						10.000,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família						10.000,00
6102 - Diretoria Geral						10.000,00
	1	75	761	000102	3 - Outras Despesas Correntes	10.000,00
					Total Geral	10.100.647,00

65957/2025

Portaria Nº 24/2025/DOE/SEFA

O DIRETOR DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 7º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FC000315/Bloco1/DOE/SEFA,

R E S O L V E:

Art. 1º Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 1.176.294,00 (um milhão e cento e setenta e seis mil e duzentos e noventa e quatro reais), de acordo com os Anexos I e II desta Portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 7 de Maio de 2025.

Marcos Tadeu Cavalcante da Silva
Diretor de Orçamento Estadual

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Anexo à Portaria nº 24 Formalização 2025FC000315/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento										835.181,00
650000 - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento										835.181,00
6502 - Diretoria Geral										835.181,00
F.65.02.20.605.22.8258 - Direito Humano à Alimentação Adequada										835.181,00
	1	50	500	000000	4.4.90.40	0	Não definida	4100	9999999	835.181,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável										341.113,00
696100 - Fundo Estadual do Meio Ambiente										341.113,00
6961 - Fundo Estadual do Meio Ambiente										341.113,00
F.69.61.18.542.23.8294 - Gestão da conservação e recuperação do meio ambiente FEMA										341.113,00
	2	75	799	000258	4.4.90.52	0	Não definida	4100	9999999	341.113,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		1.176.294,00
									Total Geral	1.176.294,00

Anexo à Portaria nº 24 Formalização 2025FC000315/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento										835.181,00
650000 - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento										835.181,00
6502 - Diretoria Geral										835.181,00
F.65.02.20.605.22.8258 - Direito Humano à Alimentação Adequada										835.181,00
	1	50	500	000000	4.4.40.42	21	Restaurantes Populares apoiados para implantação ou modernização	4101	9999999	835.181,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável										341.113,00
696100 - Fundo Estadual do Meio Ambiente										341.113,00
6961 - Fundo Estadual do Meio Ambiente										341.113,00
F.69.61.18.542.23.8294 - Gestão da conservação e recuperação do meio ambiente FEMA										341.113,00
	2	75	799	000258	4.4.50.42	0	Não definida	4100	9999999	341.113,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		1.176.294,00
									Total Geral	1.176.294,00

65961/2025

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 1ª Câmara

Número: e-0027/2025 SESSÃO: ORDINÁRIA
Data/Hora: 26/05/2025 16:45 Afixada em: 13/05/2025

---

01) RELATOR(A) ELEUTERIO CZORNEI

ePAF: 8000179-7
GUSTO & HENRI SUPERMERCADOS LTDA
Representante Fiscal: WELLINGTON SAMMUEL MARTINS DA SILVA
Recurso: Recurso ordinário

ePAF: 8000187-8
GUSTO & HENRI SUPERMERCADOS LTDA
Representante Fiscal: JOSE CESAR SORGI PINHAZ
Recurso: Recurso ordinário

65728/2025

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 1ª Câmara

Número: e-0028/2025 SESSÃO: SUSTENTAÇÃO ORAL
Data/Hora: 28/05/2025 16:45 Afixada em: 13/05/2025

---

01) RELATOR(A) ELEUTERIO CZORNEI

ePAF: 8000176-2
GUSTO & HENRI SUPERMERCADOS LTDA
Representante Fiscal: WELLINGTON SAMMUEL MARTINS DA SILVA
Recurso: Recurso ordinário

65729/2025

PROTOCOLO Nº : 22.552.308-8
INTERESSADO : AGROCETE INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES LTDA.
CNPJ : 75.007.385/0001-18
ASSUNTO : Programa Paraná Competitivo. Enquadramento. Expansão. Projeto industrial. Indústria de fertilizantes. Pedidos diversos. Deferimento Parcial.

DESPACHO Nº 707/2025-SEFA

I. Com base e nos termos do Parecer Técnico AAET/DIF nº 064/2025, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido formulado pela empresa AGROCETE INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 75.007.385/0001-18 e no CAD/ICMS sob o nº 20108857-71, de enquadramento no Programa Paraná Competitivo, concedendo o tratamento tributário diferenciado de transferência crédito de ICMS, nos termos do § 1º do art. 12 do Decreto nº 7.721/2024, conforme e-protocolo nº 22.552.308-8;
II. Publique-se no DOE;
III. Encaminhe-se a Receita Estadual do Paraná para as providências necessárias.
É o despacho.

SEFA/GS, 29 de abril de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

65508/2025

PROTOCOLO Nº: 21.319.113-6 (apensos nº 22.876.574-4 e 23.166.570-6)
INTERESSADO: CRISTALPET SUL INDÚSTRIA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA.
CNPJ: 19.328.827/0006-61
ASSUNTO: Programa Paraná Competitivo. Aditamento. Protocolo de Intenções e Regime Especial.

DESPACHO Nº 773/2025-SEFA

I Com base e nos termos do Parecer Técnico AAET/DIF nº 045/2025, complementado pelo Parecer Técnico AAET/DIF nº 069/2025, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido formulado pela empresa CRISTALPET SUL INDÚSTRIA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 19.328.827/0006-61, de aditamento ao Protocolo de Intenções nº 014/2024 e ao Regime Especial nº 8.127/2024, para complementar o tratamento tributário de crédito presumido, bem como para inclusão do tratamento tributário de crédito outorgado em contrapartida aos investimentos realizados pela beneficiária na obra de infraestrutura de seccionamento de rede elétrica necessária ao pleno funcionamento de sua planta industrial em Ponta Grossa-PR, com base na Lei Estadual nº 17.444/2012.
II. Publique-se no DOE;
III. Elabore-se a minuta do Termo aditivo ao Protocolo de Intenções e encaminhe-se à Casa Civil;
IV. Encaminhe-se à Receita Estadual do Paraná para atualizar o Regime Especial;
V. Mantenha-se tratativas junto à COPEL para a elaboração e assinatura do Termo de Compromisso.
É o despacho.

SEFA/GS, 09 de maio de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

65555/2025

Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços

PORTARIA N.º 05/2025 – SEIC

Designa servidores para atuar como Gestor e Fiscal de Contrato no âmbito da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços – SEIC

O SECRETARIO DE ESTADO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso I, do paragrafo único do art. 90, da Constituição do Estado do Paraná e pelo artigo 4o, da Lei Estadual no 21.352, de 1° de janeiro de 2023, Decreto nº 9375 de 31 de Março de 2025;

RESOLVE:

Art. 1.º Designar o servidor MATHEUS ANTONIO LEZAN KUYAVA RG 5794276 CPF 114.109.519-64, como gestor e o servidor PAULO VAGNER FERREIRA RG 5.422.304-8, CPF 978.141.489-87, como fiscal, para atuarem como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização, do fiel cumprimento dos todos os termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, nos Contratos efetivados no âmbito da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços – SEIC, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133 de 2021, regulamentada pelo Decreto 10.086 de 2022.

Art. 2º Fica designada a servidora Patricia Luana de Carvalho Portela, Rg nº 10.014.532-4, CPF nº 070.402.189-76, a qual irá substituir os titulares em suas ausências legais.

Art. 3º Revogar a Portaria SEIC nº 004/2025, publicada em 09 de maio de 2025.

Art. 4.º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data da publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

MARCO AURÉLIO RIBEIRO – Marco Brasil
Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços - SEIC

65692/2025

JUCEPAR

PORTARIA JCP Nº 114/2025

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 23 da Lei Federal nº 8.934/94, art. 25, inciso XVII do Decreto Federal nº 1.800/96 e o disposto no parágrafo único do art. 21 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52/2022, resolve:

NOMEAR

a Sra. ADRIANA CRISTINA KRAINSKI BRANDT, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 048.XXX.XXX-80, como tradutora e intérprete pública do idioma inglês, nos termos do artigo 19 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52, de 29 de julho de 2022, recebendo a matrícula de número 25/297-T, conforme solicitação protocolada sob n°25/206322-8.

Publique-se.

Curitiba, 08 de maio de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

65265/2025

PORTARIA JCP Nº 118/2025

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 23 da Lei Federal nº 8.934/94, art. 25, inciso XVII do Decreto Federal nº 1.800/96 e o disposto no parágrafo único do art. 21 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52/2022, resolve:

NOMEAR

a Sra. CAROLINA CERES SGOBARO ZANETTE, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 036.XXX.XXX-42, como tradutora e intérprete pública do idioma italiano, nos termos do artigo 19 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52, de 29 de julho de 2022, recebendo a matrícula de número 25/300-T, conforme solicitação protocolada sob n° 25/206323-6.

Publique-se.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

65601/2025

PORTARIA JCP Nº 119/2025

O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, conforme o art. 23, inciso II, da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994 e art. 25, incisos V, X e XVII do Decreto Federal nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996 e arts. 12 e 13 do Decreto nº 12.033, de 1º de setembro de 2014 (Regulamento), resolve **NOMEAR:**
BRUNO PURCKOTE GONÇALVES, RG 8.XXX.632-X/PR, para exercer as atribuições de Gestor de Contrato; e MARINILDA APARECIDA DOS SANTOS, RG 5.XXX.040-X/PR, para exercer as atribuições de Fiscal de Contrato, nos termos dos arts. 97 e 118 da Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007 e arts. 72 e 73 do Decreto nº 4.993, de 31 de agosto de 2016, para os seguintes contratos e contratadas:

Contrato GMS	Contratada
2901/2025	RLUX ILUMINACAO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.535.805/0001-35
2903/2025	I.R. COMERCIO E MATERIAIS ELETRICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.149.502/0001-38

Esta Portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Curitiba, 13 de maio de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

65765/2025

Secretaria da Justiça e Cidadania

COMISSÃO ELEITORAL PARA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA – TRIÊNIO 2025-2028

DELIBERAÇÃO Nº 002/2025 – Comissão Eleitoral

A Comissão Eleitoral para organização do processo de eleição dos membros representantes das entidades da Sociedade Civil Organizada, para composição do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná - CERMA/PR, Triênio 2025-2028, reunida em plenária no dia 23 de abril de 2025, no uso de suas atribuições conforme os termos do art. 30 (trinta) do Regimento Interno do CERMA/PR;

DELIBERA:

Art. 1º Aprovar a continuidade dos trabalhos da Comissão Eleitoral, no âmbito do processo eleitoral do CERMA/PR para o triênio 2025-2028.

Art. 2º Fica designada como Coordenadora da Comissão Eleitoral: Jane Cristina Lobato Vasques, representante da SEJU.

Art. 3º Fica designado como Relator da Comissão Eleitoral: Douglas Henrique Novelli, representante da Casa Civil.

Art 4° Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE Curitiba, 13 de maio de 2025.

Jane Vasques
Coordenadora da Comissão Eleitoral do CERMA/PR

65450/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 137/2025 – SEJU
(Protocolo nº 23.788.383-7)

I. AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023 e considerando o Memorando n° 304/2025 – NAS/SEJU **(mov.02)**; na Informação Técnica nº 154/2025 – NFS/SEJU **(mov.49)**, bem como na Informação Técnica nº 135/2025 – AT/SEJU **(mov.72)**, a contratação de empresa especializada em serviços de limpeza, asseio e conservação, oriunda do **Pregão Eletrônico nº 847/2024 – Lote 04** via Sistema de Registro de Preços – SRP, realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por intermédio do Departamento De Logística Para Contratações Públicas DECON, sendo que este protocolo atenderá as unidades socioeducativas dos municípios de Londrina, Santo Antônio da Platina e Apucarana, por intermédio da empresa contratada **PRODUSERV SERVICOS LTDA, CNPJ nº 17.832.629/0001-09**, no valor de **R$ 482.493,36 (quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos).**

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU proceder ao apensamento destes autos e prorrogações que eventualmente forem formalizadas no protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

Santin Roveda
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

65434/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 138/2025 – SEJU
(Protocolo nº 23.788.472-8)

I. AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso Xl, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023 e considerando o Memorando n° 305/2025 – NAS/SEJU **(mov.02)**; na Informação Técnica nº 152/2025 – NFS/SEJU **(mov.52)**, bem como na Informação Técnica nº 120/2025 – AT/SEJU **(mov.76)**, a contratação de empresa especializada em serviços de limpeza, asseio e conservação, oriunda do **Pregão Eletrônico nº 847/2024 – Lote 05** via Sistema de Registro de Preços – SRP, realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por intermédio do Departamento De Logística Para Contratações Públicas DECON, sendo que este protocolo atenderá as unidades socioeducativas dos municípios de Paranavaí, Umuarama, Campo Mourão e Maringá, por intermédio da empresa contratada **PRODUSERV SERVICOS LTDA, CNPJ nº 17.832.629/0001-09**, no valor de **R$ 510.420,24 (quinhentos e dez mil quatrocentos e vinte reais e vinte e quatro centavos).**

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU proceder ao apensamento destes autos e prorrogações que eventualmente forem formalizadas no protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

Santin Roveda
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

65561/2025

RESOLUÇÃO Nº 044, DE 12 DE MAIO DE 2025

Designação de servidores para chefia da Coordenação de Proteção e Justiça – CPJ/SEJU.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 44 da Lei nº 21.352 de 01 de janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto Estadual nº 645 de 28 de fevereiro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **MIRELA SIQUEIRA MURBACH**, RG nº: 11.XXX.XX1-0, para responder pela chefia da Coordenação de Proteção e Justiça – CPJ/SEJU.

Art. 2° Revoga-se as Resolução nº 98/2024 – SEJU e Resolução nº 67/2024 - SEJU.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

Santin Roveda

Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

65519/2025

RESOLUÇÃO Nº 045, DE 12 DE MAIO DE 2025

Designação de servidores para chefia do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Paraná – NETP.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 44 da Lei nº 21.352 de 01 de janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto Estadual nº 645 de 28 de fevereiro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **SILVIA CRISTINA XAVIER**, RG nº: 2.XXX.XX1-8, para chefia do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Paraná – NETP.

Art. 2° Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

Santin Roveda

Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

65522/2025

Secretaria do Planejamento

DESPACHO Nº 143/2024-DG
PROTOCOLO N.º 23.767.175-9
ASSUNTO: Prorrogação do Contrato 1578/2021.
I. Trata-se de autorização para formalização do termo aditivo visando a prorrogação do contrato n.º 1578/2021, celebrado entre o Estado do Paraná, por intermédio da **Secretaria de Estado do Planejamento (SEPL)**, com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná inscrita no CNPJ nº 76.545.011/0001-19, em que tem como objeto a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).
II. A vigência do contrato será prorrogada pelo prazo de 12 (doze) meses no valor total de **R$ 555.269,64** (quinhentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e nove mil reais e sessenta e quatro centavos);
III. **Autorizo** a formalização do termo aditivo do referido contrato visando a prorrogação do prazo de vigência, diante dos elementos que instruem o processo, bem como da competência delegada por meio da Resolução 004/2023/SEPL;
IV. Publique-se.
Curitiba, datado digitalmente.

DOMINGOS TREVIZAN FILHO
Diretor-Geral / SEPL

65611/2025

Secretaria da Saúde

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - CNPJ: 76.416.866/0001-40 torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Licença Prévia para CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE ENTOMOLOGIA a ser implantada Rua José Rodrigues Pinheiro, 2400 - Cidade Industrial - 81170-200 – Curitiba/PR

65606/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 21.132.184-9

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 2º, do Decreto nº 10.086 de 2022, Parecer nº15/2023 PGE e Resolução nº 180/2023 PGE, celebrar o **Termo de Cooperação**, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o **Hospital de Caridade Dona Darcy Vargas Irati/PR.**, inscrito no **CNPJ/MF sob o n.º 80.672.561/0001-76**, em cumprimento ao objeto proposto assistência hemoterápica para fins transfusionais em pacientes atendidos pelo Hospital supracitado.

2. O presente Termo de Cooperação não envolve repasse de recursos.

3. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências contidas na Lista de Verificação contida na Resolução nº 180/2023 PGE, sob pena de cancelamento deste ato.

4. Publique-se e encaminhe-se ao FUNSAUDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65858/2025

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 22.749.350-0

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 1º, parágrafo 6º, do Decreto nº 4.189

de 25 de maio de 2016, Decreto n° 8.679 de 25 de janeiro de 2018, Informação nº 041/2025 – PGE/PCP, **celebrar o Termo de Convênio**, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a Fundação de Estudos das Doenças do Fígado Koutoulas Ribeiro/Hospital São Vicente, inscrita no CNPJ 81.190.449/0002-42, em cumprimento ao objeto proposto de "promover a melhoria da segurança dos pacientes da linha de cuidado de cardiologia do SUS atendidos no Hospital São Vicente, com a utilização de Sistema de Bomba Intraórtica/Balão Intraórtico para a assistência circulatória mecânica temporária e suporte de falha circulatória".

2. O valor para a execução do presente Convênio importa R$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais), com recursos da SESA/FUNSAUDE, proveniente da Fonte 500 do Tesouro do Estado.

3. **Reconheço** a situação administrativa ensejada de Inexigibilidade de Chamamento Público, embasada no artigo 674 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 em face de inviabilidade de competição entre as entidades privadas, em razão da natureza singular do objeto do convênio e das metas, conforme Parecer anexado ao presente protocolado.

4. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10086/2022, Decreto Estadual nº 8.622/2013, Decreto nº 4.189/2016, Decreto n° 8.679/2018, Lei n° 18.976/2017; Decreto nº 7.265/2017, Resolução SESA n° 402/2017, Resolução SESA nº. 018/2018 e Resolução SESA nº. 86/2020, sob pena de cancelamento deste ato.

5. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAUDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65260/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 23.863.711-2

1. **AUTORIZO,** com fulcro no Art.1º, parágrafo 3º, do Decreto 4189 de 25.05.2016, Resolução nº 246/2017 PGE, firmar o 2º Termo Aditivo de prorrogação de prazo ao contrato nº 0306.2548/2022 DGS entre Gestor Estadual e o **Hospital Municipal de Retaguarda Allan Brame Pinho – Município de Cascavel,** CNES nº **9543767**, CNPJ nº **76.208.867/0001-07**, com sede à Rua Domiciliano Teobaldo Bresolin, nº 332, bairro São Cristovão, na cidade de **Cascavel,** no Estado do Paraná. através de Contrato objetivando a disponibilização e utilização de Leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI, para internamento exclusivo de usuários do SUS.

2. **Prorrogar** o prazo de vigência do instrumento contratual por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 09/06/2025 a 08/06/2026.

3. Fica mantido o valor mensal do contrato, de R$ 99.596,80 (noventa e nove mil, quinhentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), totalizando o valor anual de R$ 1.195.161,60 (um milhão, cento e noventa e cinco mil, cento e sessenta e um reais e sessenta centavos). Do recurso previsto, R$ 1.195.161,60 (um milhão, cento e noventa e cinco mil, cento e sessenta e um reais e sessenta centavos) anual serão de origem própria do Tesouro Estadual Fonte 500, até a vigência de 12 meses.

4. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário.

5. Os recursos previstos são da **Fonte de Recursos nº 500/ Tesouro do Estado.**

6. **Condiciono** a presente **autorização** ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 15.608/2007, e, Decreto 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto nº 4189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

7. Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65566/2025

RESOLUÇÃO Nº 0832/2025

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 18.822.332-0, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional da servidora ROBERTA SCOMAÇÃO INACIO, portadora do CPF 044.034.979-69, Promotor de Saúde Fundamental, função Auxiliar Administrativo, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotada no Hospital Regional do Litoral, sede em Paranaguá, em tese, por ter infringido o disposto no artigo 279, incisos I, II, III, VI e XVII, não observado as proibições expressas no artigo 285 XV e alínea "b", § 1º do artigo 293, estando sujeita, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Douglas Mayer da Silva, CPF 031.143.459-21, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, Talita Nunes Marques, CPF 051.275.189-70, Promotor de Saúde Profissional, função de Nutricionista, e Danielle de Andrade Fernandes Pinheiro, CPF 032.264.079-29, Promotor de Saúde Profissional, função de Administrador, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA n.º 0065/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11826 em 20/01/2025;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65447/2025

RESOLUÇÃO Nº 0833/2025

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 19.413.039-2, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional do servidor JULIANO SPADONI, CPF 280.948.728-61, investido no cargo de Promotor de Saúde Execução, função de Técnico de Radiologia, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotado no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – Wallace Thadeu de Mello e Silva - HURCG, sede em Ponta Grossa, em tese, por ter infringido o disposto no artigo 279, inciso VI; e não observado as proibições expressas no artigo 285, incisos IV e VII, estando sujeito, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Andre Luiz Albuquerque Lisboa, CPF 318.805.128-07, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, Jessyca Twany Demogalski, CPF 081.658.959-31, Promotor de Saúde Profissional, função de Odontólogo, e Mauriceia Ribeiro de Souza, CPF 578.091.279-34, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA n.º 0588/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11873 em 28/03/2025, a Resolução SESA n.º 0431/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11859

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

em 10/03/2025, a Resolução SESA n.º 0227/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11841 em 10/02/2025, a Resolução SESA n.º 1416/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11761 em 07/10/2024;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto

(Beto Preto)

Secretário de Estado da Saúde

65452/2025

RESOLUÇÃO Nº 0834/2025

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 19.799.043-0, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional da servidora SOLIMARA LIMA DOS SANTOS, portadora do CPF 037.334.289-60, investida no cargo de Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Operacional, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotada no Hospital Regional de Ponta Grossa, 3ª Regional de Saúde, sede em Ponta Grossa, em tese, por ter infringido o disposto no artigo 279, incisos I, II, VI e XVII; e não observado às proibições expressas no artigo 285, inciso XV, estando sujeita, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Daniele Santos Carrilho Marini, CPF 033.760.759-13, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, Vania Maria de Souza Ramalho, CPF 527.012.989-20, Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar de Saúde, e Rafael Zanco Dadalto, CPF 005.968.609-00, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 0311/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11851 em 24/02/2025, a Resolução SESA nº 0563/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11662 em 17/05/2024, Resolução SESA nº 0228/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11615 em 08/03/2024, a Resolução SESA nº 0510/2023, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11409 em 02/05/2023, e a Resolução SESA nº 0233/2023, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11377 em 13/03/2023;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65453/2025

RESOLUÇÃO Nº 0835/2025

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 20.584.074-5, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional dos servidores VITOR PUGSLEY JULIÃO, portador do CPF 231.759.669-34, investido no cargo de Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, EVERSON JAMIL DEUD, portador do CPF 720.884.199-34, investido no cargo de Promotor de Saúde Fundamental, função de Motorista, GEOVANI RODRIGUES DE AGUIAR, portador do CPF 601.345.349-72, investido no cargo de Promotor de Saúde Fundamental, função de Motorista, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotados na 1ª Regional de Saúde, sede em Paranaguá, em tese, por terem infringido o disposto no artigo 279, incisos V, VI, VIII, IX e XIV e não observado as proibições expressas no artigo 285, incisos IV, XVII e XXI, estando sujeitos, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos Debora Regina de Oliveira Heineberg, CPF 028.476.369-19, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, Denise de Castro, CPF 428.166.109-34, Promotor de Saúde Profissional, função de Terapeuta Ocupacional, e o Elaine Fiori Robledo, CPF 019.273.809-79, Promotor de Saúde Profissional, função de Odontólogo, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3° Revogar a Resolução SESA nº 0586/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11873 em 28/03/2025, e a Resolução SESA nº 0330/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11850 em 21/02/2025;

Art. 4° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65454/2025

RESOLUÇÃO Nº 0836/2025

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 20.964.256-5, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional do servidor **MARCOS PAULO CORDEIRO, portador do CPF 072.716.169-50,** investido no cargo de Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotado na 16ª Regional de Saúde, sede em Apucarana, **em tese**, por ter infringido o disposto no artigo 279, incisos V, VI e XIV, e não observado às proibições expressas no artigo 285, incisos IV e XXI, estando sujeito, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Lucio Marcal da Costa Neto, CPF 794.232.569-53, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, Fabiana Linazzi Ferreira, CPF 092.789.427-07, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, e Jairton Flasmo de Oliveira, CPF 403.872.759-91, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que

promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Designar o agente público Levi Simioni Euzebio, CPF 048.727.909-36, Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Administrativo, para atuar como assessor técnico da comissão processante;

Art. 4º Revogar a Resolução SESA nº 0230/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11841 em 10/02/2025, e a Resolução SESA nº 1354/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11755 em 27/09/2024;

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto

(Beto Preto)

Secretário de Estado da Saúde

65457/2025

RESOLUÇÃO Nº 0837/2025

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 21.648.133-0, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional da servidora **CLAUDIA RIBEIRO DE MELLO, portadora do CPF 016.386.839-56**, investida no cargo de Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Operacional, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotada no Hospital Regional de Francisco Beltrão - HRSWAP, pertencente à 8ª Regional de Saúde, sede em Francisco Beltrão, **em tese**, por ter infringido o disposto no artigo 279, incisos V, VI, IX e XIV, estando sujeita, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Vanessa Viana, CPF 045.557.949-07, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, Monica Pereira, CPF 054.318.939-20, Promotor de Saúde Profissional, função de Assistente Social, e Simone Lopes, CPF 065.725.489-45, Promotor de Saúde Profissional, função de Assistente Social, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 1349/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11755 em 27/09/2024;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65460/2025

RESOLUÇÃO Nº 0839/2025

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 22.376.785-0, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional do servidor **ALDMARIO MANZONI, CPF 673.957.839-72**, investido no cargo de Promotor de Saúde Fundamental, função de Motorista, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotado na 17ª Regional de Saúde, sede em Londrina, em tese, por ter infringido o disposto no artigo 279, incisos III, V, VI, VII e XIV, estando sujeito, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Monica Mauad Arenas, CPF 043.083.739-99, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, Rosana Gomes de Lima, CPF 830.651.809-87, Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Administrativo, e Helen Dutra Alves, CPF 096.744.849-22, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 0432/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11859 em 10/03/2025, e a Resolução SESA nº 1422/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11761 em 07/10/2024;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto

(Beto Preto)

Secretário de Estado da Saúde

65461/2025

RESOLUÇÃO Nº 0840/2025

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 22.743.762-6, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional do servidor **ANDRÉ TEODORO VIEIRA FILHO, CPF 772.982.419-15**, investido em Cargo em Comissão, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotado na época dos fatos, na Ouvidoria da 15ª Regional de Saúde, sede em Maringá, em tese, por ter infringido o disposto no artigo 279, incisos III, IV e XIV, estando sujeito, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Anelize Helena Sassa Brizola, CPF 049.010.909-84, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, Iris Maria dos Reis, CPF 635.444.159-68, Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Administrativo, e Marcia Garcia Serafini, CPF 919.167.209-00, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico de Enfermagem, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 0083/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11826 em 20/01/2025;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto

(Beto Preto)

Secretário de Estado da Saúde

65462/2025

RESOLUÇÃO Nº 0841/2025

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 22.756.270-6, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional do servidor **CARLOS ALBERTO DOS SANTOS THEODORO, CPF 024.029.269-37**, investido no cargo de Promotor de Saúde Execução, função de Técnico de Enfermagem, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotado no Hospital de Infectologia e Retaguarda Clínica, unidade integrante do Complexo Hospitalar do Trabalhador (CHT), sede em Curitiba, **em tese**, por ter infringido o disposto no artigo 279, incisos III, VII e XV, estando sujeito, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Jaqueline Specht, CPF 065.167.709-21, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, Mirian Aguiar da Luz, CPF 024.896.219-12, cargo de Promotor de Saúde Execução, função de Técnico de Enfermagem, e Sandra Aparecida de Andrade, CPF 017.238.299-86, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 0319/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11851 em 24/02/2025, e Resolução SESA nº 0085/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11831 em 27/01/2025;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto

(Beto Preto)

Secretário de Estado da Saúde

65466/2025

RESOLUÇÃO Nº 0842/2025

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 22.797.081-2, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional do servidor CLAUDIO GIOVANI NASCIMENTO DAS NEVES, CPF 006.913.789-75, investido no cargo de Promotor de Saúde Fundamental, função de Motorista, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotado na Agência Transfusional de Paranaguá, na 1ª Regional de Saúde, sede em Paranaguá, em tese, por ter infringindo o disposto no artigo 279, incisos V, VI e XIV, e não observado às proibições expressas no artigo 285, incisos IV, VIII, XVII e XXI, estando sujeito, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Vanderleia Silveira dos Santos, CPF 024.826.529-60, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, Vanessa do Rocio Vidal Albino Pinheiro, CPF 049.359.499-02, Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Administrativo, e Almo Santana Andrioli Neto, CPF 059.676.229-18, Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Administrativo, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 0121/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11831 em 27/01/2025;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto

(Beto Preto)

Secretário de Estado da Saúde

65468/2025

RESOLUÇÃO Nº 0843/2025

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 22.803.391-0, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional da servidora LUCIANA LOPES PINHEIRO SOLDA, portadora do CPF 023.005.069-71, investida de cargo em comissão, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotada na 1ª Regional de Saúde, sede em Paranaguá, em tese, por ter infringido o disposto no artigo 279, incisos III, IV, V, VI e XIV, estando sujeita, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Jadja Graziela Ruhoff, CPF 039.560.259-97, Promotor de Saúde Profissional, função de Psicólogo, Luciney Mendes, CPF 658.665.929-91, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, e Jackson Colombes Ferreira, CPF 065.725.489-45, Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Administrativo, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 0375/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11859 em 10/03/2025;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65469/2025

RESOLUÇÃO Nº 0844/2025

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 22.820.152-9, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional dos servidores Paolo Rogerio de Nauzi e Pavezi, portador do CPF 918.285.709-15, investido em cargo de em comissão, Mauricio Lapkouski, portador do CPF 033.774.459-94, investido no cargo de Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, Karen Cristine Pinheiro Piedade, portador do CPF 058.240.819-99, investido no cargo de Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, Edneia Regina Garcia, portador do CPF 035.375.319-07, investido em Cargo Comissionado Executivo, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, todos lotados no Hospital Luiza Borba Carneiro, à época dos fatos, sede em Tibagi, em tese, por terem infringido o disposto no artigo 43, § 1º, inciso III e artigo 289, ambos da Lei Estadual nº 6.174/1970, estando sujeitos, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Paula Danielly Martins Nocera, CPF 083.867.779-74, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico de Enfermagem, Carlos Alberto Fermino, CPF 472.821.859-72, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, e Rodolpho Roger Friedrich Alves, CPF 067.596.639-69, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65470/2025

RESOLUÇÃO Nº 0845/2025

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 22.902.995-9, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional do servidor **ALESSANDRO OTÁVIO SILTON SAVI, CPF 909.485.059-15**, investido no cargo de Promotor de Saúde Profissional, função de Farmacêutico, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotado no Hemonúcleo de União da Vitória, sede em União da Vitória, pertencente à 6ª Regional de Saúde, **em tese**, por ter infringido o disposto no artigo 279, incisos I, V, VI, VII e XIV, estando sujeito, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Christiane Dmeterko, CPF 030.394.949-02, Promotor de Saúde Profissional, função de Assistente Social, Luciano Ferreira Silva, CPF 957.681.739-00, Promotor de Saúde Profissional, função de Farmacêutico e Marcio Rodrigo Schoenherr, CPF 028.199.369-62, Promotor de Saúde Profissional, função de Farmacêutico, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 0122/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11831 em 22/01/2025;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65473/2025

RESOLUÇÃO Nº 0846/2025

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 22.927.438-4, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional do servidor **AECIO CARLOS CONCHON, portador do CPF 531.259.329-04**, investido no cargo de Promotor de Saúde Fundamental, função de Motorista, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotado no Hospital Zona Norte de Londrina, sede em Londrina, **em tese**, por ter infringido o disposto no artigo 279, incisos III, IV, V, VI e VII, estando sujeito, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Fabiane Gorni Borsato, CPF 065.321.399-98, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, Evanira Luisa Janjacomo Chiquetti, CPF 443.018.399-68, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, e Roseni Fernandes da Silva, CPF 571.607.249-68, Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Administrativo, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 0123/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11831 em 27/01/2025.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65474/2025

RESOLUÇÃO Nº 0847/2025

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 22.928.550-5 com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional do servidor **JAMIL LUIZ LENCZUK, CPF 538.359.999-15**, investido em Cargo em Comissão, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotado na 6ª Regional de Saúde, sede em União da Vitória, **em tese**, por ter infringido o disposto no artigo 279, inciso IX, estando sujeito, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2º Designar os agentes públicos: Leandro da Silva Dranca, CPF 053.215.449-56, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo; Valdeci Pinheiro de Lima, CPF 571.606.279-20, Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Administrativo e Marciani Cristina Wons, CPF 026.062.339-30, Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Administrativo, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 0125/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11831 em 27/01/2025.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65478/2025

RESOLUÇÃO Nº 0848/2025

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 23.691.543-4 com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional do servidor **FAUSER PANIAGO KRAVETZ, CPF 020.995.339-03**, investido no cardo de Promotor de Saúde Profissional, função de Adminsitrador, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotado na Central de Transplantes, sede em Curitiba, **em tese**, por ter infringido o disposto no artigo 279, incisos III, VI, VII e XIV, estando sujeito, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Jose Ricardo Soares Martins, CPF 018.785.759-88, Promotor de Saúde Profissional, função de Administrador; Leticia Mara Cansian, CPF 023.646.089-70, Promotor de Saúde Profissional, função de Psicologo, e Wagner Maia Feliciano, CPF 030.249.559-25, Promotor de Saúde Profissional, função de Administrador, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65480/2025

RESOLUÇÃO Nº 0849/2025

Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, e considerando;

- O disposto na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e

- O disposto na Lei Estadual nº 20.656 de 03 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar indícios de irregularidades, ante ao contido no Protocolado n° 21.088.048-8, que referencia a ocorrência de conduta inapropriada envolvendo servidores, que teria ocorrido no âmbito do Hospital Regional de Francisco Beltrão, 8ª Regional de Saúde, sede em Francisco Beltrão, desta Secretaria de Estado da Saúde do Paraná;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Vanderlei Giacomoni, CPF 062.148.709-07, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, e Sandro Felipe, CPF 027.034.949-98, Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Administrativo, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a comissão de Sindicância que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 1288/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11748 em 18/09/2024, Resolução SESA nº 0669/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11681 em 17/06/2024, Resolução SESA nº 0473/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11643 em 19/04/2024;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65481/2025

RESOLUÇÃO Nº 0850/2025

Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, e considerando;

- O disposto na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e

- O disposto na Lei Estadual nº 20.656 de 03 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar indícios de irregularidades, ante ao contido no Protocolado n° 21.364.226-0, que referencia fato ocorrido envolvendo servidora lotada no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, sede em Ponta Grossa, desta Secretaria de Estado

da Saúde do Paraná;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Elaine Cristina de Mello, CPF 925.953.679-00, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, e Jefferson Magno Pereira, CPF 587.869.539-15, Promotor de Saúde Execução, função de Inspetor de Saneamento, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Sindicância que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 0667/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11883 de 11/04/2025, a Resolução SESA nº 0671/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11681 de 17/06/2024, e a Resolução SESA nº 0409/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11633 de 05/04/2024.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65482/2025

RESOLUÇÃO Nº 0851/2025

Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, e considerando;

- O disposto na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e

- O disposto na Lei Estadual nº 20.656 de 03 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar responsabilidade no uso de veículo oficial do estado envolvido em sinistro, conduzido pelo servidor ADILSON JOSE DO NASCIMENTO KOWALSKI, portador do CPF 536.537.189-53, investido no cargo de Promotor de Saúde Fundamental, função de Motorista, do quadro funcional desta Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, lotado na 15ª Regional de Saúde, sede em Maringá, considerando os fatos constantes no protocolo 22.936.362-0;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Licio Pudell Gonzaga, CPF 587.869.539-15, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, e Katia Mara Conrrado Flores, CPF 635.703.949-72, Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Administrativo, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a comissão de Sindicância que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 0670/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11883 em 11/04/2025, e a Resolução SESA nº 0148/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11836 em 03/02/2025;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65596/2025

RESOLUÇÃO Nº 0852/2025

Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, e considerando;

- O disposto na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e

- O disposto na Lei Estadual nº 20.656 de 03 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar indícios de irregularidades, ante ao contido no Protocolado n° 23.003.485-0, que referencia fato ocorrido envolvendo servidora lotada na 13ª Regional de Saúde, sede em Cianorte, desta Secretaria de Estado da Saúde do Paraná;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Thais Matias da Silva, CPF 042.894.449-38, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, e Thiago Mitsuo Eto, CPF 061.714.659-41, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Sindicância que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65484/2025

RESOLUÇÃO Nº 0853/2025

Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, e considerando;

- O disposto na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e

- O disposto na Lei Estadual nº 20.656 de 03 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar indícios de irregularidades, ante ao contido no Protocolado n° 23.071.888-1, que referencia dispensa de licitação para aquisição de produtos de limpeza para abastecimento das unidades desta Secretaria de Estado da Saúde do Paraná;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Cintia Armstrong Ostroski, CPF 053.492.189-21, Promotor de Saúde Profissional, função de Terapeuta Ocupacional, e Amauri Ferraz Gaspar Junior, CPF 038.458.239-76, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Sindicância que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 0661/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11883 de 11/04/2025;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65486/2025

RESOLUÇÃO Nº 0854/2025

Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, e considerando;

- O disposto na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e

- O disposto na Lei Estadual nº 20.656 de 03 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

que não tenham disciplina legal específica no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar responsabilidade no uso de veículo oficial do estado envolvido em sinistro, conduzido pelo servidor IBRAIM CARNEIRO DA SILVA SOBRINHO, portador do CPF 615.606.939-91, investido em cargo comissionado executivo, do quadro funcional desta Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, lotado na 10ª Regional de Saúde, sede em Cascavel, considerando os fatos constantes no protocolo 23.129.586-0;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Monica da Silva Santos, CPF 043.694.239-96, Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Administrativo, e Marcos Afonso Bueno, CPF 941.246.989-68, Promotor de Saúde Fundamental, função de Motorista, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Sindicância que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65487/2025

RESOLUÇÃO Nº 0855/2025

Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, e considerando;

- O disposto na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e

- O disposto na Lei Estadual nº 20.656 de 03 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar indícios de irregularidades, ante ao contido no **Protocolado n° 23.184.985-8**, que referencia fato ocorrido envolvendo servidor lotado no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, sede em Ponta Grossa, desta Secretaria de Estado da Saúde do Paraná;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Mathilde Garcias da Luz, CPF 855.267.209-00, Promotor de Saúde Profissional, função de Pedagogo, e Renata Aparecida Dias, CPF 060.836.749-48, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Sindicância que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 0233/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11841 de 10/02/2025;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65489/2025

RESOLUÇÃO Nº 0856/2025

Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, e considerando;

- O disposto na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e

- O disposto na Lei Estadual nº 20.656 de 03 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar responsabilidade no uso de veículo oficial do estado envolvido em sinistro, conduzido pelo servidor LEVI FERREIRA PRIMO, portador do CPF 433.816.509-04, investido no cargo de Promotor de Saúde Fundamental, função de Motorista, do quadro funcional desta Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, lotado na 15ª Regional de Saúde, sede em Maringá, considerando os fatos constantes no protocolo 23.249.248-1;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Jose Sincos Junior, CPF 025.197.289-57, Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Administrativo, e Sandra Barbosa de Souza Cationi de Assis, CPF 820.104.129-15, Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Administrativo, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a comissão de Sindicância que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65490/2025

RESOLUÇÃO Nº 0857/2025

Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, e considerando;

- O disposto na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e

- O disposto na Lei Estadual nº 20.656 de 03 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar indícios de irregularidades, ante ao contido no Protocolado n° 23.281.044-0, que referencia fato ocorrido envolvendo servidores lotados no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, sede em Ponta Grossa, desta Secretaria de Estado da Saúde do Paraná;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Jaqueline do Rocio Flizicoski Hosoum, CPF 014.451.749-36, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, e Daiane Dela Coleta, CPF 039.765.419-74, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Sindicância que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65492/2025

RESOLUÇÃO Nº 0858/2025

Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, e considerando;

- O disposto na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e

- O disposto na Lei Estadual nº 20.656 de 03 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos

que não tenham disciplina legal específica no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar indícios de irregularidades, ante ao contido no **Protocolado n° 23.308.743-2**, que referencia fato ocorrido envolvendo servidores lotados no Hemocentro Regional de Cascavel, sede em Cascavel, desta Secretaria de Estado da Saúde do Paraná;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Adriano Banaki da Silva, CPF 007.171.999-75, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico de Segurança, e Marcos Cardoso dos Santos, CPF 025.248.869-56, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a comissão de Sindicância que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65495/2025

RESOLUÇÃO Nº 0859/2025

Substitui membro da comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Reconduzir os agentes públicos: Debora Regina de Oliveira Machado, CPF 120.612.648-59, Promotor de Saúde Profissional, função de Terapeuta Ocupacional, Mary Evelyn Pistori Sbalqueiro, CPF 043.464.009-30, Promotor de Saúde Profissional, função de Nutricionista, para compor a comissão de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 18.139.513-3, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional da servidora ANNY CAROLINE NEUMANN BARBOSA, portadora do CPF 056.592.189-46, investida no cargo de Promotor de Saúde Execução, função de Técnico de Enfermagem, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotada no Hospital Regional de Ponta Grossa, pertencente à 3ª Regional de Saúde, sede em Ponta Grossa, em tese, por ter infringido o disposto no artigo 279, incisos I, II, VI e XVII, e não observado às proibições expressas no artigo 285, inciso XV, estando sujeita, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Excluir o agente público Waldir Rocha d'Angelis, CPF 327.284.507-06, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo;

Art. 3º Incluir o agente público Marli de Fatima Camargo de Oliveira, CPF 268.699.228-02, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, para, sob a presidência da servidora Debora Regina de Oliveira Machado, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65511/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 0860/2025

Determina arquivamento de Sindicância destinada a apurar fatos constantes do protocolado n° 22.262.033-3.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica, no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o arquivamento da Sindicância protocolada sob nº 22.262.033-3, instaurada pela RESOLUÇÃO SESA Nº 0235/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11841 de 10/02/2025, em cumprimento ao despacho do Senhor Secretário de Estado da Saúde, constante às fls. 62 a 64 (mov. 44), não comprovada irregularidade no caso em que especifica.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65512/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 0861/2025

Determina arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar fatos constantes do protocolado n° 18.497.736-2.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica, no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº 18.497.736-2, instaurado pela RESOLUÇÃO SESA Nº 0099/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11584 de 23/01/2024, em cumprimento ao despacho do Senhor Secretário de Estado da Saúde, constante as fls. 605 a 610 (mov. 165), não restando comprovada a conduta irregular praticada pelos servidores.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65513/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 0862/2025

Determina arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar fatos constantes do protocolado n° 14.629.108-2.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica, no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº 14.629.108-2, instaurado pela RESOLUÇÃO SESA Nº 0426/2025, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 10760 de 28/08/2020, em cumprimento ao despacho do Senhor Secretário de Estado da Saúde, constante as fls. 227 a 231 (mov. 49), considerando a prescrição trienal prevista no artigo 95, § 4º, da Lei Estadual nº 20.656/2021.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

65516/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Segurança Pública

NÚMERO DE PORTARIA DE INQUÉRITO POLICIAL

PORTARIA	PROTOCOLO CORREGEDORIA DE ASSUNTOS DISCIPLINARES	PROTOCOLO CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL	PROCEDIMENTO	DELEGADO DE POLÍCIA DESIGNADO PARA PRESIDÊNCIA
46/2025	233/2025-CD	---	INQUÉRITO POLICIAL	EMILENE LOCATELI

64422/2025

NÚMERO DE PORTARIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PORTARIA	PROTOCOLO CORREGEDORIA DE ASSUNTOS DISCIPLINARES	PROTOCOLO CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL	PROCEDIMENTO	DELEGADO DE POLÍCIA DESIGNADO PARA PRESIDÊNCIA
40/2025	138/2024-CD	13/2025-CSPC	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	RICARDO JORGE ROCHA PEREIRA FILHO

64631/2025

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA SOBRE
RECEBIMENTO/INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS POR
INTERMÉDIO DA JUSTIÇA FEDERAL

A Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná – SESP-PR, neste ato, representada por **Adilson Luiz Lucas Prüsse**, Diretor-Geral/SESP, designado por meio do Decreto n.º 33/2023, observando-se, ainda, a delegação de competência estabelecida mediante Resolução n.º 390/2023, **AUTORIZA** a incorporação dos bens especificados às notas fiscais eletrônicas (NF-e) de n.º 628549 (fl. 076), 1935 (fl. 077), 10626 (fl. 078), 2291 (fl. 079-080), 202343 (fls. 081-082), 204777 (fl. 083), 14181 (fl. 084), cuja relação dos itens segue sucintamente descrita ao Despacho PIMP/UP/DEPPEN n.º 046/2025 (fls. 070-072), sendo tais bens adquiridos com recursos provenientes de penas pecuniárias, direcionados na forma da Resolução CNJ n.º 558/2024 e Resolução CJF n.º 295/2014, conforme processo administrativo de destinação de valores n.º 5006331-30.2025.4.04.7002/PR (cf. despacho às fls. 073-075), por intermédio da Justiça Federal, 1ª Vara Federal de Guaíra, tendo sido favorecida, no presente caso, a Unidade de Progressão da Penitenciária Industrial Marcelo Pinheiro – PIMP/UP/DEPPEN;

Destaque-se que a regularidade sobre o efetivo recebimento dos bens em referência, seu respectivo emplacamento patrimonial, bem como, a veracidade dos documentos acostados ao presente expediente e a sua correspondência para com os valores autorizados pelo órgão jurisdicional, ficarão a cargo do Diretor da referida unidade penitenciária (PIMP/UP/DEPPEN), Sr. Álvaro Marcelo Alegrette, conforme documentação apresentada neste expediente, ao qual acosta-se a presente declaração de anuência (SID n.º 23.727.618-3).

Curitiba/PR, 12 de maio de 2025.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP/PR.

65346/2025

PORTARIA Nº 010 – DRH/DEPPEN

A DIRETORA GERAL DO QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA PENAL – QPPP, nomeada por meio do Decreto n.º 7160/2024, no uso de suas atribuições lhe confere o Art. 4º da Resolução n.º 233/2016, combinado com o que determina a Resolução n.º 276/2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme o Art. 247 da Lei n.º 6174/1970.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **30 (trinta) dias de Licença Especial** a servidora **REJANE CRISTINA KUCMANSKI, CPF XXX.455.939-XX,** LF 1, ocupante do cargo de Agente Profissional/Psicóloga.

Art. 2º **A Licença Especial terá início em 04/06/25** referente ao período aquisitivo de 13/11/2013 a 12/11/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, 13 de maio de 2025.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

65816/2025

PORTARIA Nº 011 – DRH/DEPPEN

A DIRETORA GERAL DO QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA PENAL – QPPP, nomeada por meio do Decreto n.º 7160/2024, no uso de suas atribuições lhe confere o Art. 4º da Resolução n.º 233/2016, combinado com o que determina a Resolução n.º 276/2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme o Art. 247 da Lei n.º 6174/1970.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa) dias de Licença Especial** a servidora **LUCINEIA LAZARINE, CPF XXX.824.889-XX,** LF 1, ocupante do cargo de Agente de Execução/Técnico Administrativo.

Art. 2º **A Licença Especial terá início em 04/06/25** referente ao período aquisitivo de 03/10/2010 a 02/10/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, 13 de maio de 2025.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

65564/2025

PORTARIA Nº 012 – DRH/DEPPEN

A DIRETORA GERAL DO QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA PENAL – QPPP, nomeada por meio do Decreto n.º 7160/2024, no uso de suas atribuições lhe confere o Art. 4º da Resolução n.º 233/2016, combinado com o que determina a Resolução n.º 276/2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme o Art. 247 da Lei n.º 6174/1970.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **30 (trinta) dias de Licença Especial** ao Servidor **MIGUEL DE PAULA TOLEDO, CPF XXX.815.069-XX,** LF 1, ocupante do cargo de Agente de Execução/Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º **A Licença Especial terá início em 02/06/25** referente ao período aquisitivo de 15/12/2014 a 14/12/2019.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, 13 de maio de 2025.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

65815/2025

PORTARIA Nº 015 – DRH/DEPPEN

A DIRETORA GERAL DO QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA PENAL – QPPP, nomeada por meio do Decreto n.º 7160/2024, no uso de suas atribuições lhe confere o Art. 4º da Resolução n.º 233/2016, combinado com o que determina a Resolução n.º 276/2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme o Art. 247 da Lei n.º 6174/1970.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa) dias de Licença Especial** ao Servidor **RENE PEREIRA DE CASTRO, CPF XXX.324.979-XX,** LF 1, ocupante do cargo de Agente de Execução/Técnico Administrativo.

Art. 2º **A Licença Especial terá início em 02/06/25** referente ao período aquisitivo de 21/12/2012 a 20/12/2017.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, 13 de maio de 2025.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

65637/2025

RESOLUÇÃO N° 278/2025

Instaura Processo de Responsabilização em face da empresa Líder Comércio e Distribuidora LTDA, CNPJ 48.581.505/0001-13 e nomeia Comissão Processante.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 12, de 1° de janeiro de 2023 e conforme protocolo n.º 23.632.083-9.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar, nos termos do art. 201, do Decreto Estadual n.° 10.086/2022 Processo de Responsabilização – PR/SESP, em desfavor da empresa Líder Comércio e Distribuidora LTDA, CNPJ 48.581.505/0001-13, adjudicada pelo Pregão Eletrônico n.° 197/2024 – Ordem de Compra n.° 969/2025, cujo objeto seria a aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda do 22º BPM da Polícia Militar do Paraná, sendo passível a aplicabilidade da sanção de impedimento de licitar e contratar, no termo do art. 196, do Decreto Estadual n°. 10.086/2022.

Art. 2º Designar, para comporem a Comissão Processante, os servidores Maj. QOEM PM João Waldemar Serpa Burger, CPF: XXX.275.919-XX; Subten. QP PM Osmar Monteiro, CPF: XXX.761.709-XX; 3º Sgt. QP PM Priscilla Carvalho da Silva, CPF: XXX.815.599-XX, sob a presidência do primeiro nomeado.

Art. 3° O procedimento deverá ser concluído no prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar da publicação deste ato.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 13 de maio de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

65671/2025

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 16/2025 - RETIFICADA

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 18 DO REGIMENTO INTERNO DO COLEGIADO – DELIBERAÇÃO 593/2006 – DETERMINA, PARA FINS DE CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE SEJA AFIXADA, NESTA DATA, NO EDITAL DO CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, A PRESENTE PAUTA DO JULGAMENTO A SER REALIZADO EM DATA DE **19 DE MAIO DE 2025**, COM INÍCIO ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DESTE CONSELHO, NA AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1251 – CENTRO – (ACESSO PELA AVENIDA IGUAÇU, 470) CONSOANTE RELAÇÃO ABAIXO:

PROT. 469/2017/CSPC (145/2017/CD) – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
ACUSADOS: LUCIANO PADILHA DE OLIVEIRA, Agente de Polícia Judiciária, MATEUS HENRIQUE CUNHA DE FARIA, Agente de Polícia Judiciária, GUILHERME FALCÃO ZAMBERLAN, Agente de Polícia Judiciária , FIORAVANTE PERRUCHON DOS SANTOS, Agente de Polícia Judiciária aposentado, ELSIRA WAGNER ANTÔNIO, Agente de Polícia Judiciária aposentada.
ADVOGADOS: DR. ANDRÉ LUÍS ROMERO DE SOUZA - OAB/PR 50.530, DR. LEONTAMAR VALVERDE PEREIRA – OAB/PR 18.793, DR. RENATO ANDRADE – OAB/PR 10.517, DR. DANIEL AMARAL – OAB/PR 65.877 e DR. LUCIANO NEI CESCONETTO - OAB/PR 31.655
RELATOR: DR. ALAN HENRIQUE FLORE.

PROT. 478/2015/CSPC (364/2015/CGPC) – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
ACUSADO: HERTEL REHBEIN, Delegado de Polícia aposentado.
ADVOGADOS: DR. RAMONN BALDINO GARCIA - OAB/PR 48.798 e DR. DONIZETE BALDINO GARCIA - OAB/PR 69.363.
RELATOR: DR. RENATO COELHO DE JESUS – **em vista com a Dra. Maritza Maira Haisi.**

Curitiba, 13 de maio de 2025

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

65871/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
GABINETE

PORTARIA Nº 042/2025-DEPPEN/GAB

A **DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL**, designada através do Decreto nº 7.160 de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado edição nº 11.731, no exercício das atribuições conferidas no artigo 4°, do Regimento Interno do DEPEN aprovado pela Resolução n°. 233, de 2016, e considerando o contido no Protocolo 23.366.056-6,

RESOLVE,

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo nominados para comporem a Comissão Técnica de Classificação - CTC, da Casa de Custódia de Curitiba - CCC.

MEMBROS EFETIVOS

Sergio Carlos Monteiro da Rocha	Presidente
Marcos Marcelo Muller	Secretário/Relator
Marcos Jardim dos Santos	DISED
Dorotea Pascnuki Szenczuk	Setor de Pedagogia
Sandra do Pilar Alves Valente	Setor de Serviço Social
Juliana Zarath	Setor de Laborterapia

MEMBROS SUPLENTES

Hércules Robinson Estevão	Presidente
Juliana Zarath	Secretária/Relatora
Francisco Rosieldo de Sousa	DISED
Cristiane Aparecida Maia	Setor de Laborterapia

Art. 2º Esta Portaria a passa a vigorar a partir da data de sua publicação, revogada a Portaria 035, de 2025, publicada no DIOE Edição nº 11880, de 08 de abril de 2025.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(datado e assinado eletronicamente)
Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

65675/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

117 - 13/05/25 Nº 117 – DRH, 13 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA GERAL DO QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA PENAL – QPPP, nomeada por meio do decreto n.º 7160/2024, no uso de suas atribuições lhe confere o art. 4º da resolução n.º 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da secretaria de estado da segurança pública, resolve, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019.

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 20.378.019-2.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao servidor **PABLO REGIS DOS SANTOS, CPF XXX.225.709-XX,** LF 1, ocupante do cargo de Policial Penal.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º A Licença Capacitação terá **início em 02/06/2025** referente ao **período aquisitivo de 11/01/2016 a 10/01/2021.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

118 - 13/05/25 Nº 118 – DRH, 13 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA GERAL DO QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA PENAL – QPPP, nomeada por meio do decreto n.º 7160/2024, no uso de suas atribuições lhe confere o art. 4º da resolução n.º 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da secretaria de estado da segurança pública, resolve, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019.

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 20.486.497-7.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao servidor **NILTON FREIRE DE ALMEIDA, CPF XXX.048.158-XX,** LF 2, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **início em 02/06/2025** referente ao **período aquisitivo de 23/09/2016 a 22/09/2021.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

119 - 13/05/25 Nº 119 – DRH, 13 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA GERAL DO QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA PENAL – QPPP, nomeada por meio do decreto n.º 7160/2024, no uso de suas atribuições lhe confere o art. 4º da resolução n.º 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da secretaria de estado da segurança pública, resolve, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019.

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 20.424.055-8.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao servidor **CARLOS ROBERTO MATEUS FERREIRA, CPF XXX.751.849-XX,** LF 2, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **início em 02/06/2025** referente ao **período aquisitivo de 07/04/2018 a 06/04/2023.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

120 - 13/05/25 Nº 120 – DRH, 13 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA GERAL DO QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA PENAL – QPPP, nomeada por meio do decreto n.º 7160/2024, no uso de suas atribuições lhe confere o art. 4º da resolução n.º 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da secretaria de estado da segurança pública, resolve, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019.

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 23.897.670-7.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao servidor **RAFAELA CRISTINE DRANKA DA CRUZ, CPF XXX.904.869-XX,** LF 2, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **início em 02/06/2025** referente ao **período aquisitivo de 04/11/2015 a 03/11/2020.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

121 - 13/05/25 Nº 121 – DRH, 13 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA GERAL DO QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA PENAL – QPPP, nomeada por meio do decreto n.º 7160/2024, no uso de suas atribuições lhe confere o art. 4º da resolução n.º 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da secretaria de estado da segurança pública, resolve, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019.

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 21.818.082-5.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao servidor **ANDRE SKODOWSKI DA CRUZ, CPF XXX.915.439-XX,** LF 1, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **início em 02/06/2025** referente ao **período aquisitivo de 09/04/2018 a 08/04/2023.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

122 - 13/05/25 Nº 122 – DRH, 13 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA GERAL DO QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA PENAL – QPPP, nomeada por meio do decreto n.º 7160/2024, no uso de suas atribuições lhe confere o art. 4º da resolução n.º 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da secretaria de estado da segurança pública, resolve, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019.

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 20.495.207-8.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao servidor **THAIS GRELLMANN, CPF XXX.328.969-XX,** LF 1, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **início em 02/06/2025** referente ao **período aquisitivo de 04/11/2015 a 03/11/2020.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

123 - 13/05/25 Nº 123 – DRH, 13 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA GERAL DO QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA PENAL – QPPP, nomeada por meio do decreto n.º 7160/2024, no uso de suas atribuições lhe confere o art. 4º da resolução n.º 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da secretaria de estado da segurança pública, resolve, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019.

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 23.237.023-8.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao servidor **ADAILTO GARCIA, CPF XXX.625.969-XX,** LF 2, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **início em 02/06/2025** referente ao **período aquisitivo de 04/10/2019 a 03/10/2024.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

124 - 13/05/25 Nº 124 – DRH, 13 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA GERAL DO QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA PENAL – QPPP, nomeada por meio do decreto n.º 7160/2024, no uso de suas atribuições lhe confere o art. 4º da resolução n.º 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da secretaria de estado da segurança pública, resolve, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019.

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 23.237.023-8.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao servidor **CLAUDIO FATIMO DE JESUS MONTEIRO, CPF XXX.840.758-XX,** LF 1, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **início em 02/06/2025** referente ao **período aquisitivo de 17/04/2016 a 16/04/2021.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

125 - 13/05/25 Nº 125 – DRH, 13 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA GERAL DO QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA PENAL – QPPP, nomeada por meio do decreto n.º 7160/2024, no uso de suas atribuições lhe confere o art. 4º da resolução n.º 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da secretaria de estado da segurança pública, resolve, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019.

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 20.707.862-0.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao servidor **ODILSON DOS SANTOS OLIVEIRA JUNIOR, CPF XXX.709.839-XX,** LF 1, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **início em 02/06/2025** referente ao **período aquisitivo de 08/04/2018 a 07/04/2023.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

126 - 13/05/25 Nº 126 – DRH, 13 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA GERAL DO QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA PENAL – QPPP, nomeada por meio do decreto n.º 7160/2024, no uso de suas atribuições lhe confere o art. 4º da resolução n.º 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da secretaria de estado da segurança pública, resolve, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019.

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 20.569.952-0.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao servidor **MARCO AURELIO DE CAMPOS, CPF XXX.657.488-XX,** LF 1, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **início em 02/06/2025** referente ao **período aquisitivo de 12/04/2016 a 11/04/2021.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

127 - 13/05/25 Nº 127 – DRH, 13 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA GERAL DO QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA PENAL – QPPP, nomeada por meio do decreto n.º 7160/2024, no uso de suas atribuições lhe confere o art. 4º da resolução n.º 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da secretaria de estado da segurança pública, resolve, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019.

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 20.461.014-2.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao servidor **CLEMERSON RONALDO JUSTUS, CPF XXX.519.399-XX,** LF 2, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **início em 02/06/2025** referente ao **período aquisitivo de 03/04/2016 a 02/04/2021.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

65834/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 317 – DRH, 12 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo n° 22.928.741-9,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, a servidora **Fabiana Pelizzari Mafra, CPF XXX.840.209-XX**, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a Função Privativa Policial de Diretora de Estabelecimento Penal – simbologia FPP-6, da Penitenciária Feminina do Paraná, durante as férias da titular **Alessandra Antunes do Prado, CPF XXX.136.248-XX**, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 12 de maio de 2025 a 29 de maio de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

65252/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 318 – DRH, 12 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo n° 23.276.135-0,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, o servidor **Oriel Jose da Silva, CPF XXX.170.289-XX**, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a Função Privativa Policial de Coordenador Regional da Polícia Penal – simbologia FPP-5, da Coordenação Regional - 6ª Regional - Francisco Beltrão, durante as férias do titular **Antônio Marcos Camargo de Andrade, CPF XXX.928.999-XX**, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 13 de maio de 2025 a 22 de maio de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

65525/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 17.917.063-9

I. NÃO CONHEÇO o recurso interposto pelo militar estadual Cb. QPM1-0 Rodrigo Rosnei Rodrigues, CPF nº XXX.942.799-XX, pelas razões expostas na Informação nº. 1127/2025-AT/SESP, em virtude da ausência de pressuposto objetivo de admissibilidade recursal, por se tratar de recurso intempestivo.

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Gabinete do Comandante-Geral da Polícia Militar para que intime o interessado e adote as demais providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, 13 de maio de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

65702/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.172.425-7

I. APLICO, nos termos do artigo 156, inc. I, da Lei 14.133/2021, e com base na Informação n.º 401/2025-PRC/PGE (fls. 90/100), e no Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (fls. 76/86), a penalidade de advertência, em desfavor da empresa ELDORADO REFEIÇÕES LTDA, inscrita sob o CNPJ n° 02.416.118/0035-70, por ter infringido a Cláusula Nona, itens 9.1.11 e 9.1.26 do Contrato Administrativo nº 0565/2023 – GMS n° 2980/2023, que tem como objeto a prestação de serviços de nutrição, cocção e fornecimento transportado de refeições, para atender as necessidades das Cadeias Públicas de Apucarana, Arapongas, Sarandi, Loanda e Nova Londrina.

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE para ciência da empresa quanto ao teor da presente decisão administrativa, bem como para demais providências administrativas cabíveis.

Curitiba-Paraná, 13 de maio de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

65850/2025

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL

Portaria nº 033/2025-GAB

O Diretor-Geral da Polícia Científica (PCP), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Decreto n.º 3.186, de 28 de outubro de 2019, art. 26 da Lei Complementar nº 258 de 30 de julho de 2023 e com o protocolo nº 23.448.651-9, **RESOLVE:**

Art. 1º Anular, conforme Informação-PGE nº 21/2025, os Atos de Posse e de Entrada em Exercício de Fabricio de Moura Barbara Ramos, CPF n.º XXX.660.839-XX, no cargo de Técnico de Perícia Oficial, do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais – QPPO, realizados dia 07 de fevereiro do corrente ano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luiz Rodrigo Grochocki
Diretor-Geral da Polícia Científica

65750/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.970.449-2

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 13;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 13 de maio de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

65855/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.716.409-1

I. AUTORIZO, com base no art. 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, ainda aplicável em virtude do disposto no art. 190 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, adotando os fundamentos da Informação nº 1189/2025-AT/SESP, a realização da despesa decorrente da celebração do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 1207/2021, firmado entre o Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado, e a empresa **HELISUL TÁXI AÉREO LTDA.**, inscrita no CNPJ n° 75.543.611/0001-85, sediada no Município de Foz do Iguaçu/PR, cujo objeto corresponde à leasing/arrendamento operacional de 02 (duas) aeronaves de asas rotativas (helicópteros) monoturbinas equipadas para emprego no policiamento aéreo desenvolvido pelo Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas – BPMOA, ora visando, à prorrogação de vigência contratual, pelo período adicional de 12 (doze) meses, que compreenderá de **12/06/2025** até **11/06/2026**, mantendo-se o valor total do contrato, no importe de **R$ 16.169.639,15 (dezesseis milhões, cento e sessenta e nove mil, seiscentos e trinta e nove reais e quinze centavos),** e demais cláusulas contratuais, nos termos da Minuta do Termo Aditivo apresentada (fls. 109/110);

II. DECLARO que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 13 de Maio de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

65699/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.424.376-4

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, § 3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2021, na Resolução PGE nº 212/2023 e nos termos da Informação 1084/2025-AT/SESP, a celebração de contrato, oriundo de Pregão Eletrônico n° 023/2023, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 59.275.792/0001-50, sediada no Município de São Caetano do Sul/SP, cujo objeto é a aquisição de veículos policiais especiais, para atender a demanda da **Polícia Militar do Paraná – PMPR**, no valor total de **R$ 4.845.026,76 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, vinte e seis reais e setenta e seis centavos)**, conforme minuta do contrato de fls. 186/197;

II. DECLARO, para os devidos fins que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos da autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências;

IV. O **Órgão de Segurança Pública** vinculado à SESP, responsável pela contratação, deverá no prazo legal, levar o extrato do instrumento utilizado, à publicação no GMS (Sistema de Gestão de Materiais e Serviços) e no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas).

Curitiba-Paraná, 09 de maio de 2025.
Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública.

65355/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.552.959-9

I. INDEFIRO, com fundamento no art. 5°, na alínea "d", do inciso II do artigo 124, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021 e, ainda, com base na Informação nº 1138-2025 AT/SESP, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, bem como, o pedido subsidiário de aplicação da cláusula de reajuste contratual, apresentados pela empresa FEIRA FÁCIL LTDA., inscrita no CNPJ sob n.º 23.712.236/0001-56, relativamente ao Contrato Administrativo nº. 0054/2025, firmado com Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, cujo objeto consiste na aquisição de Hortifrutigranjeiros para a atender as demandas da 5ª Companhia do Batalhão de Polícia Rodoviária;

II. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

III. ENCAMINHE-SE ao Gestor do Contrato para providências.

Curitiba-Paraná, 12 de maio de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

65304/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.803.685-2

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação 1168/2025-AT/SESP a celebração do contrato, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado, e a Empresa VILMA JUSTINO DE MATOS LISBOA DISTRIBUIDORA, inscrita no CNPJ n° 08.039.289/0001-64, sediada no Município de Rio Branco do Sul/PR, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 22/2023, cujo objeto é a aquisição de água mineral para atender a demanda da sede da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, no valor total de R$ 7.080,00 (sete mil e oitenta reais), conforme Minuta do Contrato acostada às fls. 198/207.

II. DECLARO que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 12 de maio de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

65305/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.825.933-9

I. AUTORIZO, com fundamento no artigo 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação 1089/2025-AT/SESP, a celebração do contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa ASSOCIAÇÃO MEGA TÁXI BRASIL, CNPJ nº 78.713.419/0001-88, sediada no Município de Curitiba/PR, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 1780/2024, pretendendo a prestação de serviço de transporte individual remunerado de passageiros para atender as necessidades das unidades da SESP/SEDE, no valor total de R$ 111.456,00 (cento e onze mil quatrocentos e cinquenta e seis reais), conforme Minuta do Contrato acostada às fls. 224/238.

II. DECLARO que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 12 de maio de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

65308/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.869.031-5

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, §2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 1130/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, executado com a interveniência da Polícia Civil do Paraná, por meio do Instituto de Identificação do Paraná e, de outro lado, o Município de TAMBOARA/PR, CNPJ Nº 76.978.519/0001-00, cujo objeto visa a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para implantação de Posto de Atendimento Totalmente Informatizado (PATI) no Município acima referido, conforme Minuta acostada às fls. 19/27 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 28/32;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 12 de maio de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

65329/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.907.863-0

I. APROVO E AUTORIZO, nos termos da Informação nº 1178/2025 – AT/SESP, com fulcro no Art. 1º, Inciso VI e §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016,a celebração de Termo de Cooperação, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e de outro lado o município de Cambará/PR, inscrito no CNPJ sob o nº 75.442.756/0001-90, cujo objeto é, em síntese, a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para incrementar ações, no município de Almirante Tamandaré, destinadas ao enfrentamento da violência e da criminalidade, à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, por meio de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada entre os partícipes, por meio do intercâmbio de informações, dados, tecnologia, imagens e o estabelecimento de procedimentos de cooperação técnica e operacional, por um período de 60 (sessenta) meses, conforme Minuta do Termo de Cooperação às fls. 17/26 e Minuta do Plano de Trabalho respectivo às fls. 27/34;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 12 de maio de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

65336/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.945.697-9

1. Considerando o Ofício nº 773/2025/GABSEC/SENAPPEN/MJ, em que solicita a prorrogação da mobilização do Policial Penal Marcos Paulo de Barros, na Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial COAPC, da Coordenação-Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse - CGGIR, da Diretoria de Políticas Penitenciárias;

2. AUTORIZADA a prorrogação por mais 12 meses dias a partir de 01/07/2025, nos termos do Convênio de Cooperação Federativa firmado entre a União e este Estado.

3. Publique-se.

Curitiba-Paraná, 12 de maio de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

65253/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.968.132-8

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 6;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 12 de maio de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

65339/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº 23.709.616-9

I. RECONHEÇO E INDENIZO, com base na Informação nº 1177/2025 – AT/SESP, nos termos da Lei nº 17.169, de 24 de maio de 2012, c/c Decreto nº 6.544, de 22 de novembro de 2012, e observado o contido no protocolo supracitado, o pagamento no valor de **R$ 47.360,00 (quarenta e sete mil, trezentos e sessenta reais)**, referente à Parcela Transitória pelo Exercício de Ensino nas Escolas da Polícia – PTEEEP, decorrente das aulas e palestras ministradas nos Estabelecimentos/Núcleos de Ensino da Polícia Militar, no ano de 2024, em favor dos militares estaduais constantes na lista apresentada pela Seção de Finanças e Logística da Polícia Militar (fl. 6);
II. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 12 de maio de 2025
Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

65338/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº 23.589.024-0

I. RECONHEÇO E INDENIZO, com base na Informação nº 1179/2025 – AT/SESP, nos termos da Lei Complementar nº 258, de 14 de julho de 2023, c/c Decreto Estadual nº 8.594, de 22 de julho de 2013, e observado o contido no protocolo supracitado, o pagamento no valor total de **R$ 576.470,74 (quinhentos e setenta e seis, quatrocentos e setenta reais e setenta e quatro centavos)**, decorrente das indenizações por remoções, ocorridas no âmbito da Polícia Civil do Paraná, conforme planilha de fls. 249/250;
II. Deverá o órgão demandante estabelecer gestões no sentido da suplementação na natureza de despesa 3390.92 a fim de abarcar o montante reconhecido e indenizado, bem como, identificar, na implantação, os servidores que receberam a compensação em tela via judicial a fim de não gerar duplicidade de indenizações;
III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao NRHS/SESP para apreciação, após, à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 12 de maio de 2025
Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

65229/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 23.838.382-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 190, da Lei Federal nº 14.133/21 e nos art. 108, § 3º, inciso II e art. 112, §12, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e ainda, nos termos da Informação nº 1139/2025 – AT/SESP, a anotação do Sexto Termo de Apostilamento, ao Contrato Administrativo nº 0005/2023, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 912/2021, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria e a empresa **PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº. 04.970.088/0001-25, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação e outros para atender as necessidades das unidades da Polícia Científica de Paranaguá, em ambiente administrativo, com seus respectivos insumos tais como: equipamentos, materiais, EPI's e uniformes, visando o reajuste do valor da contratação, no percentual de 9,31% (nove inteiros e trinta e um centésimos por cento) para o Lote 02, conforme Aviso nº 05/2025 – DOS/SEAP (fls. 05/10), passando o valor mensal de **R$ 9.372,84 (nove mil, trezentos e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos)** para **R$ 10.245,45 (dez mil, duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)**, a partir de 01/02/2025, conforme Minuta do Termo de Apostilamento (fls. 226/227);
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;
III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;
IV. PUBLIQUE-SE no prazo legal;
V. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 12 de maio de 2025
Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

65321/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº 23.870.190-2

I. INDENIZO, com fundamento no art. 149, da Lei Federal nº 14.133/21 e no art. 37, do Decreto Estadual nº 10.086/22 e, com base na Informação nº 1176/2025-AT/SESP, a dívida em favor da empresa **Interativa Locações e Serviços Ltda**, inscrita no CNPJ nº 24.547.436/0001-63, no valor de **R$ 3.411,11 (três mil, quatrocentos e onze reais e onze centavos)**, decorrente da locação de equipamentos multifuncionais (monocromáticas e policromáticas) e serviços de cópias, de digitalização, de softwares que compõe a solução, incluindo o fornecimento dos equipamentos, bem como a instalação, configuração e gestão dos equipamentos e softwares, conjuntamente com a manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e de todo o material de consumo necessário ao perfeito funcionamento dos equipamentos, exceto papel, e instalação de softwares, sem cobertura contratual, para atendimento da SESP/sede, conforme cópia do recibo nº 2982 (fl. 3), no período compreendido entre 20/01/2025 a 19/02/2025.
II. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 12 de maio de 2025.
Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

65273/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.608.478-7

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação 1110/2025-AT/SESP a celebração do contrato, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado, e a empresa BRASIL SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ n° 07.293.726/0001-09, sediada no Município de Curitiba/PR, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 847/2024, cujo objeto será a

prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio, conservação e outros, para atender a demanda do 6° Comando Regional da Polícia Militar – PMPR, no valor mensal de R$ 86.185,36 (oitenta e seis mil, cento e oitenta e cinco reais e trinta e seis centavos), perfazendo o valor de R$ 1.034.224,32 (um milhão, trinta e quatro mil, duzentos e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos) para o período de 12 meses, conforme Minuta do Contrato acostada às fls. 868/898;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 12 de maio de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

65281/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 23.701.303-4.

I. TORNO SEM EFEITO a publicação procedida ao Diário Oficial, edição n.º 11897 (protocolo 62918/2025), em 06/05/2025, ref. mov. 49, devida duplicidade do conteúdo, sendo este previamente publicado ao Diário Oficial, edição n.º 11885 (protocolo 38977/2025), em 15/04/2025, ref. mov. 34.

II. ADJUDICO E HOMOLOGO, nos termos do inciso XV, do Art 4º da Lei Estadual n.º 21.352/2023, c/c inciso II, do Art. 1º da Resolução SESP 390/2023 e com fundamento legal no art. 71, inciso IV da Lei Federal n.º 14.133/2021 em atendimento ao art. 23 da Resolução SEAP n° 603/2023, o procedimento de compra direta realizado na modalidade de Dispensa, em sua forma Eletrônica, sob o nº 97672/2025, para a contratação de serviço para captação e edição de vídeo, visando atender a demanda do Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – SESP, conforme especificações técnicas, quantitativos, requisitos e condições contidos no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

• Item 01 – Captação e edição de vídeo- Empresa ARTE VIDEO PRODUCOES LTDA, CNPJ 20.342.134/0001-06, com proposta no valor de R$ 4.760,00 (quatro mil, setecentos e sessenta reais);

• O valor total da aquisição foi de R$ 4.760,00 (quatro mil, setecentos e sessenta reais.

III. AUTORIZO o prosseguimento do processo para contratação da empresa adjudicatária, nos termos do resultado do julgamento deste procedimento de compra direta;

IV. A divulgação dessa decisão será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos da legislação em vigor.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prusse,

Diretor-Geral da SESP.

65296/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.901.705-3

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pela respectiva Assessoria Policial Civil, o uso de placa particular por veículo oficial, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados às fls. 103;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 12 de maio de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

65451/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo n.º 23.056.539-2

I – AUTORIZO, consoante o contido no protocolo em referência e com base na Informação nº 1149/2025-AT/SESP, e nos itens 11.1 ao 11.3 do Manual de Procedimentos para Locação de Imóvel no Estado do Paraná (Anexo ao Decreto Estadual n° 3.540/2019) o pagamento da indenização, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, em favor da locadora **CLINIOFISIO FISIOTERAPIA, REABILITAÇÃO E PSICOLOGIA,** CNPJ nº 01.443.735/0001-52, neste ato representado por **BRUGIM & CARLESSO LTDA,** CNPJ Nº 81.661.092/0001-52, no valor total de **R$ 11.309,75 (onze mil, trezentos e nove reais e setenta e cinco centavo)**, a título de reparação para reforma de imóvel, em razão da rescisão do Contrato de Locação nº 1169/2019 – cujo objeto consistiu na locação do imóvel, situado na Rua Castro Alves, n.º 2518, município de Cascavel, que abrigava a Delegacia da Mulher na referida localidade, para atender a demanda da Polícia Civil do Paraná – PCPR – conforme minuta do acordo para Indenização de Reformas, anexado à fl.143;

II – **PUBLIQUE-SE;**

III – ENCAMINHE-SE à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba, 12 de Maio de 2025.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

65506/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 23.728.901-3

I. INDENIZO, com base no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c art. 1º, inciso V, da Resolução SESP n.º 390/2023, os valores de acréscimo sobre débito em favor da Previdência Social – INSS, especificados ao Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), acostado à fl. 22 – correspondentes à **R$ 14,15 (Quatorze reais e quinze centavos)** de juros e **R$ 42,00 (Quarenta e dois reais)** de multa –, o qual decorre da mora sobre o pagamento da nota fiscal disposta à fls. 20, alusiva a prestação de serviços de pintura, nas dependências da Polícia Militar do Paraná – PMPR/18BPM;

II. Destaco que, em razão da incidência de valores de acréscimo à despesa, decorrente da mora sobre o pagamento, será adotado as gestões no sentido de identificar o responsável para ao ressarcimento ao erário;

III. Eventual identificação voluntária do agente causador do prejuízo, comprometendo-se ao posterior ressarcimento, dispensará a necessidade de abertura de procedimento apuratório;

IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade de origem para demais providências relacionadas ao adimplemento da despesa.

Curitiba, 12 de Maio de 2025.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

65514/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.789.090-6

I. AUTORIZO, com base no art. 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, ainda aplicável em virtude do disposto no art. 190 da Lei Federal nº 14.133/2021, e adotando os fundamentos da Informação nº

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

1117/2025-AT/SESP, a celebração do **4º Termo Aditivo ao Contrato nº 399/2021 – GMS nº 1640/2021**, firmado entre o Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública e a empresa **SANCRISTO COLETA DE RESÍDUOS EIRELI**, inscrita no CNPJ n° 14.147.098/0001-19, sediada no Município de Dourados/MS, cujo objeto é a prestação de serviços de coleta de resíduos da área de saúde em unidades penais de Londrina/PR, Ponta Grossa/PR, e Cruzeiro Do Oeste/PR, para atender a demanda do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, visando a **prorrogação de vigência contratual**, pelo período adicional de 12 (doze) meses, de **27/05/2025 a 26/05/2026**, mantendo o valor total do contrato no importe de **R$ 4.054,20 (quatro mil e cinquenta e quatro reais e vinte centavos)**, e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta de Termo Aditivo apresentada às fls. 270/271.

II. DECLARO que, para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade fiscal que vencerem no decorrer do trâmite administrativo;

IV. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

V. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 13 de Maio de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

65623/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.811.041-6

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21 e ainda, nos termos da Informação nº 1187/2025 – AT/SESP, a anotação do **Primeiro Termo de Apostilamento,** ao Contrato Administrativo nº 0948/2024 – GMS nº 9042/2024, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 847/2024, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria e a empresa **Pontual Serviços Terceirizados LTDA,** CNPJ nº 14.983.004/0001-41, cujo objeto consiste na prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação e outros, para atender as necessidades da Polícia Científica do Paraná, visando o reajuste do valor do contrato no percentual de **9,83% (nove vírgula oitenta e três por cento)**, a partir de **01/02/2025**, conforme disposto pelo Aviso nº 05/2025 – DOS/SEAP (fls. 17/23), passando o valor mensal contratual para **R$ 204.578,94 (duzentos e quatro mil, quinhentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos),** conforme Minuta de Termo de Apostilamento (fls. 758/760);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

V. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 13 de Maio de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

65652/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.873.977-2

I. AUTORIZO, com base no § 1°, do art. 57, da Lei Federal 8.666/1993, ainda aplicável em virtude do disposto no art. 190 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, adotando os fundamentos da Informação nº 1174/2025-AT/SESP a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0281/2024, firmado entre o Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado, e a empresa **MULTI TESTES LABORATÓRIO VETERINÁRIO LTDA.**, CNPJ nº 22.322.799/0001-75, sediada no Município de Niterói/RJ, cujo objeto corresponde à aquisição de medicamento veterinário, para atender as necessidades do Hospital da Polícia Militar – HPM, visando a prorrogação de vigência contratual, pelo período adicional de 12 (doze) meses, de **29/05/2025** até **28/05/2026**, mantendo-se o valor total do contrato, no importe de **R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais),** e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta do Termo Aditivo apresentada (fls. 44/45);

II. DECLARO que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 12 de Maio de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

65510/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.357.773-1

I. AUTORIZO, com fundamento no artigo 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação 1131/2025-AT/SESP e artigo 1º, inciso IV, da Resolução PGE nº 67/2022, a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **AGL – COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA** inscrita no CNPJ nº 76.051.036/0001-66, sediada no Município de Curitiba/PR – em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 197/2024 – pretendendo a aquisição de gêneros alimentícios (açúcar) – grupo 06, para atender a demanda do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, no valor total de **R$ 152.830,00** (cento e cinquenta e dois mil oitocentos e trinta reais), conforme Minuta do Contrato acostada às fls.212/221;

II. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos.

III. DECLARO que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 13 de maio de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

65810/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 23.566.854-8

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023 c/c o inciso II, do art. 1º, da Resolução SESP nº 390/2023 e nos termos da Informação nº 1158/2025-AT/SESP, a contratação direta – mediante dispensa de licitação em razão do valor – nos termos do artigo 75, inciso

II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e na forma do Decreto Estadual nº 10.086/2022, entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e a empresa AGRO RIOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 27.875.589/0001-28, sediada na cidade de Joaquim Távora/PR, cujo objeto é a aquisição de vacina contra influenza equina para atender as necessidades do Centro Veterinário da Polícia Militar, no valor total de R$ 8.662,50 (oito mil seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme minuta de contrato às fls. 335/346;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade fiscal que vencerem no decorrer do trâmite administrativo;

IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as gestões pertinentes.

Curitiba, 13 de maio de 2025.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

65941/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.601.612-9

I. AUTORIZO, com fundamento no artigo 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 1052/2025-AT/SESP, a celebração de contrato entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública e a empresa OKURA E MATOS PANIFICADORA LTDA., inscrita no CNPJ n° 10.770.255/0001-97, sediada no Município de Londrina/PR, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 10/2023, cujo objeto é a aquisição de pão francês para atender a demanda da Corregedoria-Geral da Polícia Militar – COGER, no valor total de R$ 3.034,72 (três mil, trinta e quatro reais e setenta e dois centavos), conforme minuta de Contrato acostada às fls. 131/139;

II. DECLARO que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade fiscal que vencerem no decorrer do trâmite administrativo;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 12 de maio de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

65793/2025

GABINETE DO SECRETARIO

Protocolo nº. 23.862.464-9

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 124, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4189/2016 e nos termos da Informação nº 1161/2025 a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0085/2025 – GMS nº 0670/2025, firmado entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa BRAVA SUL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITORIO EIRELI, inscrita no CNPJ/CPF sob o n.º 42.418.039/0001-73, cujo objeto é aquisição de aparelhos de musculação e exercícios aeróbicos, a fim de atender às necessidades das Forças Policiais da Secretaria da Segurança Pública, visando a prorrogação do prazo de entrega por mais 15 (quinze) dias, fixando-se a nova data de entrega em 10/05/2025, ratificado-se as demais cláusulas e condições, conforme Minuta de Termo Aditivo acostada às fls. 142/143;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade beneficiária;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade fiscal que vencerem no decorrer do trâmite administrativo;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as gestões pertinentes.

Curitiba, 13 de maio de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública.

65903/2025

Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

DESPACHO Nº 269/2025 – GS/SETR

Referente ao Protocolo nº 23.773.332-0

I. AUTORIZO, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na Informação Técnica nº 002/2025-SETR/CPP (mov. 45), na Informação nº 289/2025-NFS/SETR (mov. 35) e a Informação nº 206/2025-AT/SETR (mov. 46), **o pagamento da subvenção econômica em benefício à entidade GERAR – GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO, inscrita no CNPJ nº 05.653.393/0001-56**, **em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na modalidade de repasse, da empresa VHSYS INFORMAÇÕES E TECNOLOGIA LTDA., inscrita no CNPJ nº 12.702.717/0001-64,** no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), em atendimento a 1 (um) aprendiz, totalizando o montante de R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) referente a 13 (treze) meses, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SERTR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

Curitiba, 10 de maio de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

65365/2025

DESPACHO Nº 272/2025 – SETR

Referente ao Protocolo nº 23.839.929-7

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 406 do Decreto nº 10.086/2022, com base na Informação nº 269/2025-NFS/SETR (mov. 13) e na Informação nº 203/2025-AT/SETR (mov. 29) a **formalização de Termo Aditivo para prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 2348/2023, o qual tem por objeto a prestação de serviços continuados de telefonia fixa comutada (STFC), formalizado junto à SERCOMTEL S.A. - TELECOMUNICACOES, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º 01.371.416/0001-89, no valor mensal de R$ 67.558,13 (sessenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e treze centavos), e anual (12 meses) de R$ 810.697,56 (oitocentos e dez mil, seiscentos**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

e noventa e sete reais e cinquenta e seis centavos), com início em 02/06/2025 até 01/06/2026, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto 10.086/2022.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SETR a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do aditivo de prorrogação, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. Ao NAS/SETR para providências.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

65364/2025

RESOLUÇÃO Nº 592/2025

O Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda – **CETER,** instituído pela Lei nº 19.847, de 29 de abril de 2019, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Lei 21.450 de 1º de janeiro de 2023 que estabelece ao CETER a competência do monitoramento e avaliação da política estadual de valorização do Piso Salarial do Estado do Paraná e fixa a regra de reajuste com vigência durante os anos de 2023, 2024, 2025 e 2026;

RESOLVE:

Art. 1º – Atualizar o Grupo de Trabalho Permanente e nomear os seguintes representantes para a sua composição:

Representantes dos Empregadores:

Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP

Titular: José Eduardo de Souza Peixoto tendo como

Suplente: Narjara Cheyenne Carmelo Andriet

Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP

Titular: Eleutério Czornei

Suplente: Araune Cordeiro de Abreu Duarte da Silva

Federação do Comércio do Paraná – FECOMÉRCIO

Titular: Flavia Bora

Suplente: João Francisco Zafaneli Cubas.

Representantes dos Trabalhadores:

Força Sindical

Titular: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST

Suplente: Adriano Carlesso

Central Única dos Trabalhadores – CUT

Titular: Ernane Garcia Ferreira

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB

Suplente: Carlos Alberto Gabiatto

União Geral dos Trabalhadores

Titular: Paulo Sérgio dos Santos

Suplente: Rogério Kormann Junior.

Representantes do Poder Público:

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR

Titular: Suelen Glinski Rosa

Suplente: Liza Marie Fortes

Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL

Titular: Daniela Andreia Schlogel

Suplente: Elaine Cristina Moreira Somensi

Secretaria de Estado da Saúde – SESA

Titular: Elizeu de Oliveira Freitas

Secretaria de Estado da Educação e Esportes – SEED

Suplente: Sandra Marim

Art. 2º – Este GT terá como atribuição discutir e apresentar para o pleno do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda – CETER, a proposta de reajuste do Piso Salarial Regional do Estado do Paraná.

Art. 3º – Revoga a Resolução nº 386/2020 de 24 de setembro de 2020.

Art. 4º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

Luiz Roberto Romano
Presidente do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda

Resolução nº 592 de 05 de maio de 2025.

FACIAP_____	CSB_____
FAEP_____	CTB_____
FECOMÉRCIO_____	CUT_____
FEPASC_____	FORÇA_____
FETRANSPAR_____	NCST_____
FIEP_____	UGT_____
SEED_____	SESA_____
_	SRT/PR_____
SEPL_____	FOMENTO_____
SETR_____	

Publique-se

65563/2025

RESOLUÇÃO Nº 023/2025 – SETR - RETIFICADO

Designa servidor (a) para desempenhar a função de gestor e fiscal em Contratos Administrativos firmados por esta **SETR**.

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei n° 21.352, de 01 de janeiro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 03, de Janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto nº 9410/2025, publicado no Diário Oficial do Paraná do dia 02 de abril de 2025, edição nº 11876.

RESOLVE:

Art. 1º – DESIGNAR, o(s) servidor(es) abaixo nominado(s) para exercer(em) a função de fiscal aos **Contratos Administrativos seguintes**, com atribuições constantes no contrato e na Lei Estadual nº 15.608/2007, conforme tabela abaixo:

I -

PROTOCOLO	19.986.947-4

CONTRATO (s)	735/2023 – ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS
VIGÊNCIA	13/02/2025 a 12/02/2026
VALOR TOTAL	R$ 17.471.133,72
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em suas regiões.
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

II-

PROTOCOLO	20.085.623-6
CONTRATO (s)	1467/2023 – ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS
VIGÊNCIA	12/04/2025 a 11/04/2026
VALOR TOTAL	R$ 369.658,32
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em suas regiões.
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

III -

PROTOCOLO	20.076.222-3
CONTRATO (s)	1595/2023 – ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS
VIGÊNCIA	12/04/2025 a 11/04/2026
VALOR TOTAL	R$ 721.981,92
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em suas regiões.
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

IV -

PROTOCOLO	20.125.049-8
CONTRATO (s)	1630/2023 – ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS
VIGÊNCIA	12/04/2025 a 11/06/2025
VALOR TOTAL	R$ 507.509,04
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em suas regiões.
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

V -

PROTOCOLO	20.326.963-3
CONTRATO (s)	1655/2023 – ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS
VIGÊNCIA	12/04/2025 a 11/06/2025
VALOR TOTAL	R$ 755.858,52
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em suas regiões.
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

VI -

PROTOCOLO	20.327.332-0
CONTRATO (s)	1656/2023 – ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS
VIGÊNCIA	12/04/2025 a 11/06/2025
VALOR TOTAL	R$ 750.342,12
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho,
	Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em suas regiões.
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

VII -

PROTOCOLO	20.159.345-0
CONTRATO (s)	1360/2023 – SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO E OUTROS
VIGÊNCIA	29/03/2025 a 28/03/2026
VALOR TOTAL	R$ 3.564.827,76
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em suas regiões.
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

VIII -

PROTOCOLO	20.237.306-2
CONTRATO (s)	1402/2023 – SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO E OUTROS
VIGÊNCIA	29/03/2025 a 28/03/2026
VALOR TOTAL	R$ 171.388,08
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em suas regiões.
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

IX -

PROTOCOLO	20.243.561-0
CONTRATO (s)	1434/2023 – SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO E OUTROS
VIGÊNCIA	29/03/2025 a 28/03/2026
VALOR TOTAL	R$ 812.949,72
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em suas regiões.
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

X -

PROTOCOLO	20.296.021-9
CONTRATO (s)	2216/2023 – Serviços de desenvolvimento, manutenção, suporte e garantia em soluções contínuas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
VIGÊNCIA	09/11/2025 a 08/11/2026
VALOR TOTAL	R$ 9.125.941,31
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Herodan Gomes Ferreira RG: 15.970.406-8
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XI -

PROTOCOLO	20.146.332-7
CONTRATO (s)	1241/2023 – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS.
VIGÊNCIA	12/04/2023 a 11/10/2025
VALOR TOTAL	R$ 1.350.994,22
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XII -

PROTOCOLO	21.062.716-2
CONTRATO (s)	4963/2023 – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS.
VIGÊNCIA	04/10/2023 a 03/04/2026
VALOR TOTAL	R$ 172.708,02
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XIII -

PROTOCOLO	21.377.985-0
CONTRATO (s)	6278/2023 – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS.
VIGÊNCIA	22/12/2023 a 21/06/2026
VALOR TOTAL	R$ 174.047,70
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XIV -

PROTOCOLO	18.614.211-0
CONTRATO (s)	126/2022 – LIGGA
VIGÊNCIA	09/03/2025 a 08/03/2026
VALOR TOTAL	R$ 179.248.470,25
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Herodan Gomes Ferreira RG: 15.970.406-8

FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XV -

PROTOCOLO	20.134.071-3
CONTRATO (s)	1228/2023 – TELEFONIA.
VIGÊNCIA	03/04/2023 a 02/04/2026
VALOR TOTAL	R$ 186.745,68
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em suas regiões.
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XVI -

PROTOCOLO	20.460.979-9
CONTRATO (s)	2348/2023 – TELEFONIA
VIGÊNCIA	02/06/2023 a 01/06/2025
VALOR TOTAL	R$ 1.621.395,06
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em suas regiões.
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XVII -

PROTOCOLO	20.460.088-0
CONTRATO (s)	2365/2023 – TELEFONIA
VIGÊNCIA	02/06/2023 a 01/06/2025
VALOR TOTAL	R$ 1.920.774,78
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS,
	designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em suas regiões.
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XVIII -

PROTOCOLO	20.460.440-1
CONTRATO (s)	2467/2023 – TELEFONIA
VIGÊNCIA	02/06/2023 a 01/06/2025
VALOR TOTAL	R$ 2.952.888,48
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em suas regiões.
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XIX -

PROTOCOLO	20.870.753-1
CONTRATO (s)	5057/2023 – VIGILÂNCIA ARMADA
VIGÊNCIA	11/10/2024 a 10/10/2025
VALOR TOTAL	R$ 937.665,84
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em suas regiões.
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XX -

PROTOCOLO	22.207.139-9
CONTRATO (s)	3288/2024 – Locação de equipamentos multifuncionais e impressoras.
VIGÊNCIA	08/07/2024 a 07/07/2029
VALOR TOTAL	R$ 271.597,20
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Herodan Gomes Ferreira RG: 15.970.406-8
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XXI -

PROTOCOLO	22.204.614-9
CONTRATO (s)	3296/2024 – Locação de equipamentos multifuncionais e impressoras.
VIGÊNCIA	08/07/2024 a 07/07/2029
VALOR TOTAL	R$109.598,40
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

	designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3

FISCAL	Herodan Gomes Ferreira RG: 15.970.406-8
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XXII -

PROTOCOLO	20.569.461-7
CONTRATO (s)	3841/2023 – CORREIOS
VIGÊNCIA	31/07/2023 a 30/07/2028
VALOR TOTAL	R$ 180.882,00
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Fabiana Rodrigues Ribeiro RG: 42.917.211-4
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XXIII -

PROTOCOLO	21.390.192-3 (15.709.851-9)
CONTRATO (s)	3228/2020 – Manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos,
VIGÊNCIA	02/12/2024 a 01/12/2025
VALOR TOTAL	R$ 10.263.459,11
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XXIV -

PROTOCOLO	22.329.365-4 (15.588.517-3)
CONTRATO (s)	2507/2020 – ABASTECIMENTO
VIGÊNCIA	21/10/2024 a 20/10/2025
VALOR TOTAL	R$ 817.926.236,08
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XXV -

PROTOCOLO	22.575.369-5
CONTRATO (s)	6598/2024 – CERTIFICADO DIGITAL
VIGÊNCIA	28/10/2024 a 27/10/2025
VALOR TOTAL	R$ 4.260,00
	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da
GESTOR	Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XXVI -

PROTOCOLO	23.115.464-7Z
CONTRATO (s)	9382/2024 – **LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO E OUTROS.**
VIGÊNCIA	10/02/2025 a 09/02/2026
VALOR TOTAL	R$ 184.860,00
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3

FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em suas regiões.
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XXVII -

PROTOCOLO	23.604.273-1
CONTRATO (s)	2075/2025 – MEGA TAXI
VIGÊNCIA	24 (vinte e quatro) meses
VALOR TOTAL	R$ 92.880,00
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em suas regiões.
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XXVIII -

PROTOCOLO	23.566.469-0
CONTRATO (s)	1466/2025 – LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO E OUTROS
VIGÊNCIA	12 (doze) meses
VALOR TOTAL	R$ 1.003.907,64
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho,
	Qualificação e Renda, em suas regiões.

FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XXIX -

PROTOCOLO	20.243.717-6
CONTRATO (s)	1427/2023 – LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO E OUTROS
VIGÊNCIA	29/03/2025 a 28/03/2026
VALOR TOTAL	R$ 359.427,24
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em suas regiões.
FISCAL SUBSTITUTO(A)	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

XXX -

PROTOCOLO	19.002.233-1
CONTRATO (s)	2178/2022 – LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO E OUTROS
VIGÊNCIA	13/07/2024 a 12/07/2025
VALOR TOTAL	R$ 143.298,38
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Chefes dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em suas regiões.
FISCAL	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky
SUBSTITUTO(A)	RG: 12.695.782-3

XXXI -

PROTOCOLO	23.825.904-5
CONTRATO (s)	2570/2025 – COFFE BREAK
VIGÊNCIA	29/04/2024 a 28/05/2025
VALOR TOTAL	R$ 60.000,00
GESTOR	Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/NAS, designado por resolução da SEAP.
GESTOR SUBSTITUTO	Silvana Lampert RG: 4.083.573-3
FISCAL	Renata Pinheiro da Silva Setnarsky RG: 12.695.782-3

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de 28 de abril de 2025, revogando-se qualquer disposição ao contrário.

Curitiba, datado e assinado digitalmente

Willian Porfírio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(RESOLUÇÃO Nº 013/2025 – SETR)

65362/2025

RESOLUÇÃO nº 590/2025

O Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda – CETER, instituído pela Lei nº 19.847, de 29 de abril de 2019, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Lai Federal nº 13.667/2018 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine);

Considerando a Lei Estadual nª 19847/2019 que instituinte o Fundo Estadual do Trabalho do Estado do Paraná – FET e o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda – CETER;

Considerando a Resolução nº 890/2020 do CODEFAT – Conseho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador que estabelece critérios e diretrizes para instituição, credenciamento e funcionamento dos Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Regimento Interno do CETER.

Art. 2º – Revogar a Resolução nº 387-CETER de 02 de outubro de 2020.

Curitiba, 05 de maio de 2025

Luiz Roberto Romano

Presidente do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda

RESOLUÇÃO nº 590/2025

FACIAP	CSB
FAEP	CTB
FECOMÉRCIO	CUT
FEPASC	F.SINDICAL
FETRANSPAR	NCST
FIEP-PR	UGT
SEED	SESA

SEPL	SRT
SETR	FOMENTO

Curitiba, 05 de maio de 2025.
Publique-se

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA – CETER

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art.1º O Conselho Estadual do Trabalho Emprego e Renda – CETER tem por finalidade precípuo estabelecer diretrizes e prioridades para as políticas de trabalho, emprego e renda no Estado do Paraná, observados os critérios, determinações e competências estabelecidos pela Lei Federal nº 7.998, de 11 de fevereiro de 1990, pela Lei Federal 13.667, de 17 de maio 2018, pela Lei Estadual nº 19.847, de 29 de abril

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de 2019 e por Resoluções do CODEFAT que deliberem sobre esse tema.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 2º Ao CETER compete:

– aprovar o seu Regimento Interno, observando, para tal fim, os critérios estabelecidos pelo CODEFAT:

– acompanhar, controlar e fiscalizar a execução da Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, conforme normas e regulamentos vigentes estabelecidos pelo CODEFAT, pelo Ministério do Trabalho e Emprego– MTE e pelo Estado do Paraná.

– orientar, controlar e fiscalizar o Fundo Estadual do Trabalho–FET realizando sua gestão patrimonial inclusive a recuperação de créditos e a alienação de bens e direitos;

– apreciar, sugerir e aprovar os relatórios de gestão, dentro dos critérios legais que comprovem a execução das ações do Sistema Nacional de Emprego – SINE, quanto à utilização dos recursos estaduais e federais descentralizados para os fundos do trabalho das esferas de governo que a eles aderirem;

– exercer a fiscalização dos recursos financeiros destinados ao custeio da Rede SINE, depositados em conta especial de titularidade do FAT e do FET.

VI – exercer a fiscalização dos recursos financeiros destinados aos investimentos na Rede SINE;

VII – exercer a fiscalização dos recursos financeiros destinados à formação, qualificação e capacitação profissional;

VIII – promover e incentivar a modernização das relações de trabalho, inclusive nas questões relativas à saúde e segurança;

IX – analisar as tendências do sistema produtivo, dos seus reflexos em relação a necessidade de criação de postos de trabalho e do perfil da demanda de mão de obra;

X – aprovar a prestação de contas dos recursos destinados a manutenção, custeio, investimentos e qualificação de mão de obras aprovadas pelos Planos de Ação e Serviços, dentro dos critérios legais;

XI– propor alternativas econômicas e sociais geradoras de emprego e renda, fomentando o empreendedorismo, o crédito para geração de trabalho, emprego e renda, o microcrédito produtivo orientado e o assessoramento técnico ao trabalho autônomo, autossugestionar ou associativo;

XII– articular com instituições públicas e privadas, inclusive acadêmicas e de pesquisas, com o objetivo de obter subsídios destinados à elaboração dos planos e programas anuais ou plurianuais de estudos do mercado de trabalho e da formação para o trabalho e cidadania;

XIII– aprovar normas complementares necessárias à gestão do FET;

XIV– deliberar sobre outros assuntos de interesses do FET;

XV– sugerir medidas que anulem ou reduzam os efeitos negativos sobre o mercado de trabalho, decorrentes das políticas públicas e das inovações tecnológicas;

XVI– acompanhar as ações voltadas para a capacitação de mão de obra e para o aperfeiçoamento profissional, bem como a proposição de subsídios à formulação da política de formação profissional;

XVII– avaliar, previamente, propostas de órgãos estaduais a serem encaminhadas ao Governo Federal ou a organismos internacionais, para obtenção de recursos direcionados à capacitação para o trabalho e ao aperfeiçoamento profissional, ao apoio ao funcionamento do mercado de trabalho e à geração de emprego e renda, de forma a assegurar coerência e compatibilidade entre si;

XVIII– subsidiar, quando solicitado, as deliberações do CODEFAT e do Conselho Nacional do Trabalho – CNT;

XIX– homologar o Regimento Interno dos Conselhos do Trabalho, de âmbito municipal ou intermunicipal ou comissões equivalentes;

XX– cumprir as determinações e recomendações constantes nas resoluções do CODEFAT e outras correlatas;

XXI– requisitar informações referentes à aplicação dos recursos ao órgão responsável pela Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, quando necessário;

XXII– promover o intercâmbio de informações com outros conselhos, comissões ou comitês Estaduais, do Distrito Federal, Municipais ou Intermunicipais, objetivando, não apenas a integração no âmbito da Política de Emprego, Trabalho e Renda, mas também a obtenção de dados orientadores para suas ações;

XXIII– acompanhar diretrizes sobre a atuação da Política de Trabalho, Emprego e Renda, em consonância àquelas definidas pelo MTE/CODEFAT;

XXIV– deliberar e definir acerca da Política de Trabalho, Emprego e Renda, no âmbito da respectiva localidade, em consonância com a Política Nacional de Trabalho, Emprego e Renda;

XXV– apreciar e aprovar o Plano de Ações e Serviços–PAS, na forma estabelecida pelo CODEFAT a ser encaminhado pelo Órgão responsável

Pela Política Estadual de Trabalho, Emprego e Renda; bem como a proposta orçamentária da Política de Trabalho, Emprego e Renda, e suas alterações, a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, responsável pela coordenação da Política de Trabalho, Emprego e Renda;

XXVI– articular com entidades da rede de formação profissional, conforme definido pelo CODEFAT visando estabelecer parcerias que maximizem investimentos em programas de qualificação social e profissional, intermediação de mão de obra, geração de emprego e renda e outras ações da Política de Emprego, Trabalho e Renda;

XXVII– articular e definir prioridades a partir das demandas dos conselhos municipais e intermunicipais do trabalho, conforme os termos estabelecidos pelo CODEFAT, quando solicitado;

XXVIII– manifestar quanto ao cumprimento dos requisitos mínimos de qualificação técnica de entidades executoras de programas de qualificação social e profissional, quando de sua contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, conforme estabelecido pelo CODEFAT.

XXIX– propor a alocação de recursos, por área de atuação, no âmbito estadual, para atendimento da Política de Emprego, Trabalho e Renda;

XXX– acompanhar e fiscalizar a utilização dos recursos do FET destinados à execução das ações da Política de Emprego, Trabalho e Renda, no que se refere ao cumprimento dos critérios, de natureza técnica, definidos pelo CODEFAT;

XXXI– propor ao órgão responsável pela Política de Trabalho, Emprego e Renda a reformulação das atividades e metas estabelecidas no Plano de Ações e Serviços – PAS quando necessário;

XXXII– propor medidas para o aperfeiçoamento da Política de Trabalho, Emprego e Renda, quando necessário;

XXXIII– observar, na implementação de programas o estrito cumprimento das normas que proíbem o trabalho infantil e protegem o trabalho do adolescente;

XXXIV– propor ações voltadas ao combate e eliminação do trabalho infantil, do trabalho em condições análogas à escravidão, bem como ao combate a toda forma de discriminação do acesso e permanência no mercado de trabalho, orientando os conselhos municipais e intermunicipais do trabalho e demais órgãos, de nível estadual ou municipal, encarregados da execução de políticas públicas de emprego, trabalho e renda;

XXXV– promover o incentivo à modernização das relações e condições de trabalho, inclusive nas questões relativas à saúde e à segurança;

XXXVI– convocar por meio de Decreto Estadual, a Conferência Estadual e/ou Municipais de Trabalho, Emprego e Renda estabelecendo, em regimento próprio, as suas normas de funcionamento;

XXXVII – desempenhar outras funções correlatas.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º O CETER constituído de forma tripartite e paritária, será composto por, no mínimo, 9 (nove) e, no máximo, 18 (dezoito) membros titulares, em igual número de representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo.

Art. 4º Compõem o CETER:

I– 6 (seis) membros titulares, mais os respectivos suplentes, indicados por entidades oficiais, representativas dos trabalhadores, em conformidade com o determinado no art. 3º da Lei Federal nº 11.648 de 2008:

1. CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros;
2. CUT – Central Única dos Trabalhadores;
3. Força Sindical;
4. UGT – União Geral dos Trabalhadores;
5. NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores;
6. CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

II– 6 (seis) membros titulares, mais os respectivos suplentes, indicados por entidades oficiais representativas dos Empregadores:

1. FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná;
2. FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná;
3. FACIAP – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná;
4. FECOMERCIO – Federação do Comércio do Estado do Paraná;
5. FETRANSPAR – Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná;
6. FEPASC – Federação das Empresas de Transportes de Passageiros dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

III– 6 (seis) membros titulares, mais os indicados por órgãos/entidades/instituições oficiais:

1. Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR
2. Secretaria de Estado da Educação – SEED
3. Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL
4. Agência de Fomento Paraná – FOMENTO PR
5. Superintendência Regional do Trabalho no Paraná – SRT
6. Secretaria de Estado da Saúde – SESA

§ 1º Para cada membro titular haverá um membro suplente pertencente ao mesmo órgão/entidade.

§ 2º Caberá ao Governo Estadual indicar os seus respectivos representantes.

§ 3º À Superintendência Regional do Trabalho no Paraná, representante do Governo Federal, caberá uma representação no CETER.

§ 4º O mandato de cada representante é de até 4 (quatro) anos, permitida a recondução.

§ 5º Os Conselheiros titulares e suplentes, representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo, serão formalmente designados, mediante Decreto Estadual, publicado na imprensa oficial local e no site oficial do CETER.

§ 6º O ato legal de designação dos membros do CETER deverá conter o nome completo dos conselheiros, a situação de titularidade ou suplência, a indicação do segmento por eles representado e o respectivo período de vigência do mandato.

§ 7º A função de membro do CETER é considerada como relevante serviço prestado ao Estado.

§ 8º As entidades e órgãos representados no CETER poderão propor, a qualquer tempo, a substituição dos respectivos representantes, hipótese na qual, uma vez nomeado, o substituto completará o período de mandato do respectivo substituído.

§ 9º Os membros titulares ou suplentes perderão seus mandatos, se enquadrados nos termos do art. 15 deste Ato ou no caso de se afastarem das entidades que representam, situação na qual deverão ser indicados novos representantes dos mesmos órgãos do poder público ou das entidades representativas.

Art. 5º Compete aos membros do CETER:

I– participar das reuniões, debatendo e votando as matérias em exame;

II– encaminhar à Secretaria-Executiva quaisquer matérias, em forma de proposta, que tenham interesse de submeter ao CETER;

III– fornecer à Secretaria-Executiva todas as informações e dados a que tenham acesso ou que se situem nas respectivas áreas de competência, sempre que julgarem importantes para as deliberações ou quando solicitado pelos demais membros;

VI– requisitar à Secretaria-Executiva, à Presidência e aos demais membros informações que julgarem necessárias para o desempenho de suas atribuições;

V– indicar assessoramento técnico-profissional de suas respectivas áreas e a grupos constituídos para tratar de assuntos específicos do trabalho, por conta das instituições que representam.

CAPÍTULO IV

DA ELEIÇÃO E COMPETÊNCIAS DA PRESIDÊNCIA

Art. 6º A Presidência e a Vice-presidência serão exercidas em sistema de rodízio entre as representações do governo, dos trabalhadores e dos empregadores, nesta ordem, tendo os mandatos a duração de vinte e quatro meses, vedada a recondução para o período subsequente.

Art. 7º A Presidência e a Vice-Presidência pertencentes a mesma bancada, eleitas bimestralmente por maioria de votos dos membros presentes, será alternada entre as representações dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, sendo vedada a recondução para período consecutivo.

§ 1º A eleição da Presidência e da Vice-Presidência do CETER deverá ser formalizada mediante resolução, publicada na imprensa oficial local, se houver, e no site oficial do CETER.

§ 2º No caso de vacância da Presidência, caberá ao colegiado realizar eleição de um novo presidente, para completar o mandato do antecessor, dentre os membros da mesma bancada, garantindo o sistema de rodízio, ficando assegurada a continuidade da atuação do Vice-Presidente até o final de seu mandato.

§ 3º No caso de vacância da Vice-Presidência, caberá ao CETER realizar eleição de um novo vice-presidente, para completar o mandato do antecessor, dentre os membros da mesma bancada, garantindo o sistema de rodízio, ficando assegurada a continuidade da atuação do Presidente até o final de seu mandato.

§ 4º Na eventualidade de não haver consenso dentro da representação quanto à indicação do candidato à Presidência, esta indicará os nomes para votação do plenário do CETER os candidatos em disputa. Neste caso o voto será secreto e o escrutínio realizado no mesmo ato.

§ 5º Em suas ausências ou impedimentos eventuais, o Presidente será substituído pelo Vice – Presidente.

§ 6º Os candidatos à Presidência e à Vice-Presidência, indicados pela respectiva representação, deverão ser membros efetivos do CETER, titulares ou suplentes, não incursos nas penalidades previstas no artigo 15 deste Regimento.

§ 7º A eleição do Presidente e do Vice-Presidente ocorrerá em reunião ordinária no mês de março de cada ano, sendo os eleitos empossados na mesma Reunião para um período de mandato com início em 1° de abril, com duração de 24 meses.

Art. 8º Compete ao Presidente:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

I– representar o CETER e presidir as sessões plenárias, orientar os debates, tomar os votos e votar;

II– emitir voto de qualidade nos casos de empate;

III– convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV– requisitar junto às instituições e órgãos que participam da gestão e execução dos recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo Estadual do Trabalho – FET, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, controle e avaliação das atividades executadas;

V– solicitar estudos ou pareceres sobre matérias de interesse, bem como constituir comissões de assessoramento ou grupos técnicos para tratar de assuntos específicos, quando julgar oportuno;

VI– conceder vista de matéria aos membros quando solicitada;

VII– convocar reunião extraordinária quando se tratar de matéria inadiável, com prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas da sua realização;

VIII– decidir, *ad referendum* do CETER, quando se tratar de matéria inadiável e não houver tempo hábil para a realização de reunião, devendo dar imediato conhecimento da decisão aos membros do Colegiado;

IX– prestar, em nome do CETER todas as informações relativas à gestão dos recursos do respectivo FET, especialmente os provenientes do FAT;

X– expedir todos os atos necessários ao desempenho de suas atribuições; e

XI– cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno e demais normas atinentes à matéria.

Parágrafo único. A decisão de que trata o inciso VIII deste artigo será submetida à homologação na primeira reunião subsequente.

CAPÍTULO V

DA DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

Art. 9º O CETER reunir-se-á:

I– ordinariamente, a cada mês, por convocação de seu Presidente; e

II – extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação de seu Presidente ou de 1/3 de seus membros.

§1º As reuniões ordinárias/extraordinárias serão iniciadas com o quórum mínimo de dois terços de seus membros (12 conselheiros), com tolerância de 30 (trinta) minutos entre a 1ª chamadas e 2ª chamadas

§2º Para a convocação extraordinária é imprescindível a apresentação de comunicado ao Secretário-Executivo acompanhado de justificativa.

§3º Caberá ao Secretário-Executivo a adoção das providências necessárias à convocação das reuniões no prazo máximo de 5 dias a partir do ato da convocação, com definição do dia, hora e local, acompanhado da ata e documentação relativa às matérias que dela constarem.

§4º Os prazos de que trata este artigo não prevalecerão diante da hipótese a que se refere o inciso VII do art. 8º deste Regimento, situação na qual, frente à necessidade de se tratar de matéria inadiável, o prazo mínimo entre a convocação e a realização da reunião extraordinária será de 24 (vinte e quatro) horas.

§5º Os assuntos das pautas deverão ser previamente aprovados pelo colegiado e serão divididos em pauta informativa e pauta deliberativa;

§6º Em ocorrendo falta de quórum em reuniões ordinárias, os assuntos deliberativos serão automaticamente transferidos para uma reunião extraordinária na semana subsequente;

§7º Em havendo reuniões descentralizadas, estas somente se instalarão mediante a existência de equipamentos de teleconferência que possibilitem a participação efetiva dos conselheiros.

Art. 10. As deliberações deverão ser tomadas por maioria simples de votos de que trata o § 1º do art. 9º deste Ato, cabendo ao Presidente voto de qualidade.

§ 1º Os assuntos deliberados serão objeto de resolução, devendo ser expedidas em ordem numérica e publicadas em órgão da imprensa oficial local e no site oficial do CETER.

§ 2° É obrigatória a confecção de atas das reuniões, as quais deverão arquivadas na respectiva Secretaria-Executiva para efeito de consulta e disponibilizadas no site oficial do CETER.

Art. 11. Será facultado a qualquer conselheiro apresentar propostas para serem incluídas nas pautas das reuniões ordinárias ou extraordinárias.

§ 1º Nos casos em que as proposições de pautas futuras ocorram fora das reuniões, deverão ser encaminhadas à Secretaria-Executiva com antecedência não inferior a 6 (seis) dias da data da próxima reunião ordinária, para que possam constar da respectiva pauta.

§ 2º As propostas de pauta apresentadas compreenderão um enunciado sucinto do assunto a ser tratado, acompanhado das justificativas ou razões do pleito, minuta de resolução e, se for o caso, de um anexo contendo parecer técnico e informações pertinentes.

§ 3º Excepcionalmente, considerando a relevância e a urgência dos assuntos, o Presidente poderá permitir a inclusão de itens extra-pauta nas reuniões em realização, com a aprovação do plenário.

Art. 12. As reuniões do CETER estarão abertas à livre participação dos membros suplentes, de assessores, de integrantes de grupos temáticos, de pessoal de apoio e, quando convidados em função da natureza dos assuntos tratados, de representantes de órgãos públicos estaduais e federais, de organizações não-governamentais e de instituições financeiras, com direito a voz, porém não a voto, sendo este exclusivo dos membros titulares ou, na sua ausência, dos respectivos suplentes.

Art. 13. Qualquer membro poderá apresentar pedido de vista de matéria constante da pauta, situação na qual o assunto retornará à pauta na reunião seguinte, quando será necessariamente votado.

Art. 14. A entidade representativa ou órgão do poder público cujo representante, titular e suplente, faltar a 3 (três) reuniões no ano, receberá notificação do Presidente, com anuência do pleno para substituir os representantes faltosos.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considerar-se-á falta à reunião tanto a ausência do representante titular ou do respectivo suplente.

§ 2º Os membros substitutos, nos termos deste artigo, completarão o período de mandato regimental dos respectivos substituídos.

§ 3º A secretaria-executiva será responsável para consulta anual no Ministério do Trabalho das instituições que se amoldam a previsão do art. 2º da Lei Federal nº 11.648 de 2008 e manterá registros atualizados de entidades oficiais interessadas em indicar representantes para o CETER.

CAPÍTULO VI

DO APOIO ADMINISTRATIVO E TÉCNICO

Art. 15. A Secretaria de Estado, a qual se vincula o CETER dará o apoio e o suporte administrativos necessários para organização, estrutura e funcionamento do Colegiado, inclusive no que se refere ao ressarcimento de despesas com passagens, alimentação e hospedagem de conselheiros, que, por decisão do plenário e no cumprimento das atribuições do CETER devam deslocar-se a outros municípios ou Estados.

Art. 16. A Secretaria-Executiva será exercida pelo órgão gestor responsável pela política do trabalho, a ela cabendo a realização das tarefas técnico-administrativas.

CAPÍTULO VII

DA SECRETARIA-EXECUTIVA

Seção I

Da Competência

Art. 17. A Secretaria-Executiva constitui unidade de apoio ao CETER responsável pela sistematização das informações e pela realização das tarefas técnicas e administrativas de apoio ao bom funcionamento do Colegiado.

Art. 18. Compete à Secretaria-Executiva:

I – preparar as pautas e secretariar as reuniões;

II – agendar as reuniões e encaminhar a seus membros os documentos necessários;

III – expedir ato de convocação para a reunião;

IV – encaminhar aos membros cópias das atas das reuniões;

V – preparar e controlar a publicação de todas as resoluções proferidas pelo CETER;

VI – disponibilizar em meio eletrônico as informações e documentos oficiais (atas, resoluções e similares);

VII– sistematizar dados e informações e promover a elaboração de relatórios que permitam a aprovação, a execução e o acompanhamento da Política de Trabalho, Emprego e Renda e a gestão do Fundo do Trabalho; e

VII – executar outras atividades que lhe sejam atribuídas.

Art. 19. O Secretário-Executivo e seu substituto serão formalmente designados para a respectiva função dentre servidores do órgão gestor local da política do trabalho, cujo ato deverá ser publicado na imprensa oficial local e no site da CETER.

Seção II

Das Atribuições do Secretário-Executivo

Art. 20. Ao Secretário-Executivo cabe:

I– coordenar, supervisionar e controlar a execução das atividades técnicas – administrativas da Secretaria-Executiva;

II– secretariar as reuniões plenárias lavrando e assinando as respectivas atas;

III– cumprir e fazer cumprir as instruções emanadas da Presidência;

VI– minutar as resoluções a serem submetidas à deliberação;

V– constituir grupos técnicos, conforme deliberado pelo Conselho;

VI– promover a cooperação entre a Secretaria-Executiva e as áreas técnicas do órgão que exerce a Secretaria-Executiva, bem como com as assessorias técnicas das entidades e órgãos representados no Conselho;

VII– assessorar o presidente do Conselho nos assuntos referentes à sua competência;

VIII– cadastrar e manter atualizados os dados, informações e documentos do Conselho no Sistema de Gestão dos Conselhos de Trabalho, Emprego e Renda.

IX– cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do Conselho do Trabalho, Emprego e Renda;

X– credenciar por meio do Sistema de Gestão dos Conselhos de Trabalho, Emprego e Renda – SG – CTER, mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego–MTE disponibilizado na internet, realizando o devido cadastramento dos dados, informações e documentos exigidos no âmbito do SG-CTER, devendo ser permanentemente atualizados, nos termos das rotinas nele previstas, os quais deverão estar em conformidade com esta Resolução e demais normativos do CODEFAT.

XI– promover alterações dos atos constitutivos ou regimentais do Conselho, de forma a evitar o descredenciamento do Colegiado e;

XXI– receber e conservar a senha para acesso ao SG-CTER, objetivando o respectivo cadastramento e credenciamento do Conselho, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas e pelo sigilo e correto uso da senha disponibilizada.

CAPÍTULO VIII

DOS GRUPOS TÉCNICOS

Art. 21. Os Grupos Técnicos terão por finalidade subsidiar as decisões do Conselho no estudo ou no encaminhamento de questões relevantes e específicas na área do trabalho, tais como: emprego e renda, saúde e segurança no trabalho, trabalhadores rurais volantes, mediação em negociações trabalhistas, piso salarial regional, exploração do trabalho infantil e trabalho escravo, formação sócio – política, desenvolvimento da economia solidária e outros.

§ 1º Os Grupos Técnicos serão nomeados pelo Conselho, mediante resolução, em caráter permanente ou temporário.

§ 2º Os Grupos Técnicos deverão ter composição tripartite e contar com, pelo menos, um membro integrante de cada representação do CETER.

§ 3º Salvo situações específicas deliberadas pelo plenário e decorrentes da natureza das questões, os Grupos Técnicos poderão servir-se de apoio ou assessorias externas remuneradas.

Art. 22. Os grupos serão formados paritariamente por no mínimo 6 integrantes, com indicação de 3 titulares e 3 suplentes. Os integrantes poderão participar de mais de um grupo.

Parágrafo primeiro. A formação dos grupos se dará por voluntários ou por indicação das bancadas.

§ 1º Na sua estrutura organizacional interna, cada Grupo Técnico terá um coordenador, que deverá ser, um membro integrante do Conselho, e um relator.

§ 2º As resoluções de nomeação dos membros dos Grupos Técnicos indicarão: o título do assunto, o nome dos componentes do grupo e respectivas instituições representadas, os objetivos a serem atingidos, o prazo e a especificação das despesas, caso estas existam.

§ 3º Os apoios ou assessorias externas aos Grupos Técnicos deverão ser buscados, prioritariamente, junto a colaboradores voluntários, porém, caso a natureza dos assuntos assim o exija, eventuais custos deverão ser previamente apreciados pelo Conselho e negociados com o ordenador de despesas da Secretaria de Estado responsável pela Política do Trabalho ou outro órgão financiador, que adotará os procedimentos administrativos internos cabíveis.

§ 4º Os Grupos Técnicos, após os devidos estudos ou encaminhamentos, apresentarão via relator a matéria devidamente sistematizada em documento escrito, para deliberação do Conselho.

CAPÍTULO IX

DOS CONSELHOS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS

Art. 23. O Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, na condição de instância superior em relação aos Conselhos Municipais ou Intermunicipais e considerando que a oferta de serviços custeados com recursos do FET é condicionada à existência e funcionamento de Conselhos do Trabalho, prestará assessoramento à implantação, qualificação e acompanhamento dos Conselhos Municipais e Intermunicipais do Trabalho, os quais serão constituídos de conformidade com as diretrizes, estrutura, composição e dinâmica de funcionamento do Conselho Estadual, Emprego e Renda e suas orientações, bem como as orientações da Resolução nº 890 de 2020 e subsequentes.

Art. 24. Os Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda poderão ser instituídos no âmbito municipal e/ou intermunicipal e cabe ao Governo Municipal as providências formais para a constituição e instalação dos Conselhos.

Art. 25. O Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, na qualidade de instância superior no âmbito estadual, e conforme disposto no art. 8º, inciso XV da Lei Estadual nº 19.847 de 2019, homologará o Regimento Interno dos Conselhos Municipais e Intermunicipais do Trabalho.

Parágrafo único. A atribuição do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda a que se refere o caput deste artigo, não se aplica aos municípios elegíveis para o financiamento e transferências

automáticas, por força do art. 3° da Resolução do CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. Para alterar este Regimento Interno, deverá ser convocada reunião extraordinária, com pauta específica, e será necessária a aprovação de, no mínimo, dois terços de seus integrantes (12 conselheiros)

Art. 27. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas quanto à aplicação deste Regimento Interno serão resolvidos através de reunião do CETER com o devido quorum.

Art. 28. O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação em Diário Oficial do Estado do Paraná.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Receita Estadual do Paraná

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Primeira Instância - Edital n. 3/2025

A Receita Estadual do Paraná cientifica os sujeitos passivos dos autos de infração abaixo relacionados, que foram expedidas as respectivas decisões de primeira instância (Lei n. 18.877/2016, artigo 50).

Decorridos dez dias da publicação deste edital, as intimações serão consideradas efetuadas (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4°, inciso IV).

A partir da data da intimação,terão o prazo de até trinta dias para pagamento ou parcelamento do crédito tributário, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996, e conforme o calendário de expediente bancário do município da da sede da Delegacia da Receita (DRR) da origem da medida fiscal.

O prazo de trinta dias vale também para a apresentação de recurso ordinário contra a parte mantida,caso sejam atendidas as condições do artigo 52 da Lei n. 18.877/2016,contado na forma do artigo 22 da Lei n. 18.877/2016 (e sendo adotado o calendário de expediente da sede da Receita Estadual do Paraná, localizada no município de Curitiba), ou para que seja efetuado o depósito administrativo do montante integral (artigo 46 da Lei n. 18.877/2016), caso queiram fazer cessar a incidência dos juros.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS (para qualquer data de fato gerador ou penalidade) ou de ITCMD (cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1°.1.2016 e com as penalidades previstas nos incisos I, II ou III do parágrafo 1° do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015), o valor da multa e respectivos juros de mora serão reduzidos em vinte e cinco por cento, na forma das leis de cada imposto citado.

Caso a decisão em primeira instância promova alteração da penalidade do auto de infração, a multa será reduzida em cinquenta por cento, em caso de pagamento, nos termos do artigo 11, parágrafo 2°, da Lei n. 18.877/2016.

Os sujeitos passivos poderão pagar a importância que entenderem devida e impugnar o restante da exigência,nos termos do artigo 16 da Lei n. 18.877/2016.

Ficam os sujeitos passivos cientificados, ainda, de que para as decisões em que tenha havido dispensa de crédito tributário em valor atualizado superior a 1.000 UPF/PR, na data da decisão, o recurso obrigatório, denominado "reexame necessário" será encaminhado ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, na forma do artigo 51 da Lei n. 18.877/2016.

Codificação do mérito da decisão:
NUL=NULO; PRO = Procedente; PAR = Parcialmente Procedente; IMP = Improcedente;

Relação dos Autos de Infração

DRR-A.I./Mérito	Identificação	Sujeito Passivo
01-6642406-5/IMP	17701248/0001-82	AGROPECUARIA PIA LTDA

Curitiba, 13 de maio de 2025

SUZANE APARECIDA GAMBETTA DOBJENSKI
Diretora da Receita Estadual do Paraná

65499/2025

Autarquias

AGEPAR

RESOLUÇÃO AGEPAR Nº 14, DE 07 DE MAIO DE 2025

Altera o Anexo Único da Resolução AGEPAR Nº 22/2024 – Mapa dos pontos de aferição de COG na rede de distribuição de gás natural.

O **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná**, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 2º, inciso VII; artigo 2º, parágrafo 1º, inciso X; o artigo 3º, o artigo 5º e o artigo 6º, incisos IV e XIII, da Lei Complementar Estadual n° 222/2020, e **considerando**:

a) o artigo 9º da Lei Complementar Estadual nº 205, de 07 de dezembro de 2017, o qual atribui à AGEPAR a competência de regulação, normatização, controle, mediação, fiscalização e, quando for o caso, de arbitrar, exercendo plenamente seu poder de polícia sobre o serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado;

b) o Decreto Estadual nº 6265/2020 – que aprova o Regulamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná, Art. 12, inciso I, alíneas “a”, “b”, “d”, “r”, “t” e “u” e Art. 49, incisos I a IV;

c) o contido nos processos administrativos 18.542.814-1 e 19.105.608-6, que tratam do processo de odoração do gás natural comercializado e distribuído pela concessionária local;

d) a deliberação do Conselho Diretor/AGEPAR, conforme REUNIÃO N.º 08/2025 - ORDINÁRIA, realizada em 29 de abril de 2025; e

e) o contido no processo administrativo 22.853.843-4, que trata da

solicitação de alteração definitiva de pontos de aferição da concentração de odorante do gás (COG).

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Anexo Único da Resolução AGEPAR nº 22/2024, que trata do Mapa dos Pontos de aferição de COG na rede de distribuição de gás natural, nos termos do Anexo único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

(assinado nos termos do art. 38 do DE n.º 7304/2021)

Rejane Maria Schirr Scolari
Conselheira Relatora

(assinado nos termos do art. 38 do DE n.º 7304/2021)

Rubens Bueno
Diretor-Presidente

65244/2025

IDR - PARANÁ

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 145/2025 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

Art.1º DESIGNAR o empregado público DINIZ DIAS DOLIVEIRA, CPF 3X4.XX1.999-X7 e RG 11.2XX.046-X/PR, para atuar como Diretor Presidente Substituto do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, no período de 20 de maio a 18 de junho de 2025, por motivo de férias do Titular, NATALINO AVANCE DE SOUZA.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 12 de maio de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 146/2025 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, no uso de suas atribuições e com fundamento nos comandos normativos da Constituição do Estado do Paraná e da Lei 21.108 de 30 de junho de 2022,

R E S O L V E:

Art.1º DECLARAR, nos termos dos artigos 7º, 8º, 9º e 10º da Lei 21.108/2022, a ESTABILIDADE alcançada pelo servidor do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, Quadro Funcional QPIDR, NORTON DA COSTA OLIVEIRA, Data Exercício: 09/02/2021, RG: 6.XXX.072-X-PR, CPF: 003.XXX.XXX-85, Cargo: Profissional Graduação Superior, Função do cargo: Engenheiro Agrônomo, Lotação: Unidade Municipal de Reserva, o qual foi aprovado em Concurso Público sob a égide do Edital 079/2014 - SEAP e Decreto de Nomeação nº 6.640, de 20 de janeiro de 2021, que cumpriu efetivamente o período de três anos de estágio probatório, tendo sido submetido ao processo de avaliação especial de desempenho do estágio probatório pela Comissão Regional designada por portaria para este fim, sendo considerado apto a estabilidade por aquela Comissão e com homologação desse resultado pelo Diretor Presidente.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 12 de maio de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 147/2025 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, no uso de suas atribuições e com fundamento nos comandos normativos da Constituição do Estado do Paraná e da Lei 21.108 de 30 de junho de 2022,

R E S O L V E:

Art.1º DECLARAR, nos termos dos artigos 7º, 8º, 9º e 10º da Lei 21.108/2022, a ESTABILIDADE alcançada pela servidora do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, Quadro Funcional QPIDR, JOSAINE BARBARA FAÉ, Data Exercício: 02/03/2022, RG: 6.XXX.125-X-PR, CPF: 913.XXX.XXX-87, Cargo: Profissional Graduação Superior, Função do cargo: Economista Doméstico, Lotação: Unidade Municipal de Mangueirinha, a qual foi aprovada em Concurso Público sob a égide do Edital 079/2014 - SEAP e Decreto de Nomeação nº 10.153, de 02 de fevereiro de 2022, que cumpriu efetivamente o período de três anos de estágio probatório, tendo sido submetida ao processo de avaliação especial de desempenho do estágio probatório pela Comissão Regional designada por portaria para este fim, sendo considerada apta à estabilidade por aquela Comissão e com homologação desse resultado pelo Diretor Presidente.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 12 de maio de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 148/2025 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, no uso de suas atribuições e com fundamento nos comandos normativos da Constituição do Estado do Paraná e da Lei 21.108 de 30 de junho de 2022,

R E S O L V E:

Art.1º DECLARAR, nos termos dos artigos 7º, 8º, 9º e 10º da Lei 21.108/2022, a ESTABILIDADE alcançada pelo servidor do Instituto de

Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, Quadro Funcional QPIDR, ANDRE DUARTE, Data Exercício: 05/04/2022, RG: 10.XXX.242-X-PR, CPF: 071.XXX.XXX-97, Cargo: Profissional Especialista, Função do cargo: Técnico Agrícola / Agropecuário, Lotação: Unidade Municipal de Clevelândia, o qual foi aprovado em Concurso Público sob a égide do Edital 079/2014 - SEAP e Decreto de Nomeação nº 10.504, de 14 de março de 2022, que cumpriu efetivamente o período de três anos de estágio probatório, tendo sido submetido ao processo de avaliação especial de desempenho do estágio probatório pela Comissão Regional designada por portaria para este fim, sendo considerado apto à estabilidade por aquela Comissão e com homologação desse resultado pelo Diretor Presidente.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 13 de maio de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 149/2025 – IDR-Paraná

O Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER (IDR-Paraná), no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 21 da Lei nº 20.121/2019 c/c inc. XVII do art. 16 do Decreto nº 9.177/2021 e considerando o registrado no protocolo nº 23.587.860-7,

R E S O L V E:

Art.1º SUBSTITUIR, o servidor Gelson Hein, RG nº127803455/PR, membro da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 099/2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 11.865 de 18/03/2025, pelo servidor Newton Ednei Guzzo, RG nº 15.XX5.301-X/PR, conforme solicitação do Presidente da Comissão Processante, anexada no movimento 27, folha 64 do protocolo 23.587.860-7.

Art.2º DETERMINAR, que a Comissão Processante dê ciência da presente substituição às partes mencionadas no artigo 3º da Portaria 099/2025.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 13 de maio de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 150/2025 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, no uso de suas atribuições, com fundamento no Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970; Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002; Lei nº 16.536, de 30 de junho de 2010; Lei nº 17.451, de 27 de dezembro de 2012; Lei nº 18.005, de 27 de março de 2014; Lei nº 21.108, de 30 de junho de 2022; e no Regulamento de Carreira disposto no protocolado nº 11.815.522-0,

R E S O L V E:

Art.1º DESIGNAR os empregados/servidores público abaixo relacionados para comporem a Comissão de Análise para Transferência/Remoção, no âmbito do Instituto de Desenvolvimento Rural

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

do Paraná – IAPAR-EMATER, com objetivo de analisar os protocolos/requerimentos de Transferência/Remoção.

I. JAIRO DA SILVA ROCHA, RG: 3.0XX.314-X/PR; (Coordenador da Comissão);
II. CAMILA CRISTINA ANTUNES NEGRÃO DE ANDRADE, RG: 10.2XX.242-X/PR;
III. ROSANE PAULUS, RG: 1.4XX.511-X/PR.

Art.2º REVOGA-SE a Portaria nº 012/2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, edição nº 11.583, de 22 de janeiro de 2024.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 13 de maio de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor Presidente

65868/2025

Sociedades de Economia Mista

COHAPAR

O Diretor-Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei Estadual nº 20.685, de 27/08/2021, resolve:

TORNAR PÚBLICA: A relação dos empregados admitidos* e demitidos durante o mês de abril de 2025.

DEMITIDOS				
Matr.	**Nome**	**Cargo**	**Data**	**Tipo de contrato**
1994	Denise Lisboa de Almeida	Técnico de Desenvolvimento Social Júnior	04/04/2025	Empregado CLT
922	João Otoni Beppler	Assistente Técnico	15/04/2025	Empregado CLT

*Não houve admissões neste período.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

Paulo de Castro Campos
Diretor Administrativo-Financeiro

Jorge Luiz Lange
Diretor-Presidente

65275/2025



